



Universidade de Brasília
Centro de Excelência em Turismo

PARQUE ECOLÓGICO DAS SUCUPIRAS ESTUDO DE CASO

Ivan de Lima Machado

Tânia Siqueira Montoro

Monografia apresentada ao Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do certificado de Especialista em Ecoturismo.

Brasília, DF, agosto de 2004.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Centro de Excelência em Turismo
Curso de Especialização em Ecoturismo

**PARQUE ECOLÓGICO DAS SUCUPIRAS
ESTUDO DE CASO**

Ivan de Lima Machado

Banca Examinadora

Prof^a. Dra. Tânia Siqueira Montoro
Orientadora

Prof. Dr. Armando Bulcão
Membro da Banca

Brasília, DF, 02 de agosto de 2004.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Centro de Excelência em Turismo
Curso de Especialização em Ecoturismo

**PARQUE ECOLÓGICO DAS SUCUPIRAS
ESTUDO DE CASO**

Ivan de Lima Machado

Banca Examinadora

Prof^a. Dra. Tânia Siqueira Montoro
Orientadora

Prof. Dr. Armando Bulcão
Membro da Banca

Brasília, DF, 02 de agosto de 2004.

IVAN DE LIMA MACHADO

Parque Ecológico das Sucupiras
Estudo de Caso

Comissão Avaliadora

Professora Orientadora
Dra. Tânia Siqueira Montoro

Professor
Dr. Armando Bulcão

Professor (a)

Brasília, DF, 02 de agosto de 2004.

DEDICATÓRIA

À memória de meu pai Sylvio Machado e de meu irmão Roberto, à minha família, aos moradores pioneiros do “Bairro do Gavião” e aos voluntários que fazem da criação do Parque Ecológico das Sucupiras, sua bandeira.

AGRADECIMENTOS

Sinceros agradecimentos aos colegas de curso, professores e funcionários do CET/UnB, pelo convívio harmonioso e enriquecedor.

PALAVRAS-CHAVE

Unidades de Conservação, Degradação ambiental, Catadores de lixo, Mobilização social.

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi relatar as etapas de criação de um parque ecológico em área remanescente de cerrado na Região Administrativa Sudoeste/Octogonal, DF, próxima de monumentos e lugares históricos da cidade muito visitados por turistas, para identificar impactos ambientais instalados na área, analisar inter-relações dos atores sociais envolvidos com a questão e propor ações de revitalização das zonas degradadas para usufruto da população local. Percebeu-se que, além do desarranjo ambiental causada por resíduos depositados por “oficineiros”, moradores e carroceiros ao longo dos anos, havia grupos de catadores que lá moravam e insistiam nas atividades de seleção de lixo reciclável, no meio da mata. Esse era o principal problema a ser enfrentado pelo grupo que luta pela sua preservação. Essa situação ampliou sobremaneira os horizontes da pesquisa que procurou analisar também as questões sociais que tal prática envolvia. Para coletar e produzir informações recorreu-se à literatura especializada, entrevistas, e-mail, artigos e reportagens veiculadas em jornais e outras mídias onde o parque tenha sido notícia. Outros dados foram produzidos a partir de observações dos fenômenos que lá ocorreram, anotados, fotografados e descritos ao longo dessa narrativa. Nesse contexto, antigos moradores constituíram a Associação Parque Ecológico das Sucupiras que passou a coordenar todas as demais ações realizando mutirões de limpeza e recomposição da vegetação, e negociando objetivos junto ao poder público e sociedade organizada. Logo, a idéia se transformou em projeto apresentado à Câmara Legislativa do DF. Esses fatos encontraram eco na mídia especializada e ajudaram a sensibilizar parcelas da população pouco envolvidas com questões ambientais e com o parque. As dificuldades atuais do movimento se referem às restrições impostas à poligonal de tombamento do patrimônio cultural (Unesco, 1987) onde se insere o parque e na persistência do grupo de catadores ainda hoje em atividade no local. Têm-se buscado entre parlamentares e organizações não governamentais, apoio técnico e político para as negociações dessas

questões com o poder público. Revelou-se ao fim do trabalho uma teia de agentes, com atuação local e nacional, que ajudaram a dar visibilidade e entendimento sobre temáticas sócio-político-ambientais que envolvem as Unidades de Conservação, o poder público, degradação ambiental, os catadores de lixo, desorganização urbana, desgoverno e mobilização social.

ABSTRACT

The objective of this work was to tell the stages of creation of an ecological park in remaining area of in the Administrative Region Sudoeste/Octogonal, DF, next to monuments and historical places of the city very visited by tourist, to identify ambient impacts installed in the area, to analyze Inter-relations of the involved social actors with the question and to consider action of revitalization of the zones degraded for fruition of the local population. One perceived that, beyond the ambient disarrangement caused by residues deposited for trash of the mechanics auto shop inhabitants and carters to the long one of the years, had groups of trash collectors that lived and insisted there on the activities of recyclable garbage election, in the way of the bush. This age the main problem to be faced by the group that fights for its preservation. This situation excessively extended curse of the research that it looked to also analyze the social matters that such practical involved. To collect and to produce information specialized literature was appealed to it, interviews, email, articles and news articles propagated in periodicals and other medias where the park has been notice. Other data had been produced from comments of the phenomena that had occurred there, written down, photographed and described to the long one of this narrative. In this context, old inhabitants had constituted the Association Ecological Park of the Brazilian trees that started to co-ordinate all the too much actions carrying through community service of cleanness and resetting of the vegetation, and negotiating objective to the public power and organized society together. Soon, the idea if trans formed in project presented to the Legislative chamber of the DF. These facts had found echo in the specialized media and had helped to sensitize little involved parcels of the population with ambient questions and the park. The current difficulties of the movement if relate to the restrictions imposed to the polygon of falling of the cultural patrimony (UNESCO, 1987) where if insert the park and in the persistence of the garbage collectors still today in activity in the place. Parliamentarians and not governmental organizations, support technician and politician for the negotiations of these questions with the public power have searched between. The end of the work showed to it a group of agents, with local and national performance, who had helped to give to thematic visibility and agreement on partner-politician-ambient that they involve the Units of

Conservation, the public power, ambient degradation, the of garbage collectors, urban disorganization, proper mismanagement and social mobilization.

KEY WORDS

Units of Conservation, Environmental Degradation, Garbage Collectors, Social Mobilization.

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO	1
1.1.– O PROBLEMA	1
1.2.– JUSTIFICATIVA	4
1.3.– AS HIPÓTESES	7
1.4.– OS OBJETIVOS	8
CAPÍTULO 2 – REFERENCIAL TEÓRICO: O ESTADO DA ARTE	10
2.1 – DESORGANIZAÇÃO URBANA NO DF	32
2.1.1 – Localização e Limitação da área	32
2.1.2 – Histórico da Ocupação Urbana do Cruzeiro e Conseqüências.....	34
2.2– DEGRADAÇÃO AMBIENTAL NO DF.....	38
2.2.1 – Visão Histórica das Áreas Verdes de Brasília.....	39
2.2.2 – Diagnóstico: Abordagens Macro (Bioma) e Micro (Parque).....	41
2.2.3 - Identificação dos Problemas	54
2.2.4 – Ações indicadas para Recuperação de Áreas Perturbadas	57
2.2.5 - Subsídios para Recuperação da Vegetação degradada	58
CAPÍTULO 3 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	65
3.1 – LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO: QUESTÃO AMBIENTAL X DESORGANIZAÇÃO URBANA	70
3.2 – OBSERVAÇÕES SISTEMÁTICAS COM USO DE FOTOGRAFIAS.....	71
3.3 – ENTREVISTAS: PERSONAGENS DA CENA	74
3.4 – PROJETOS DE LEI, E-MAIL E MATERIAL DE MEMÓRIA DOCUMENTAL DA ASSOCIAÇÃO	76
3.5 – NOTÍCIAS EM IMPRENSA E OUTRAS MÍDIAS	77
CAPÍTULO 4 – HISTÓRIA DE MOBILIZAÇÃO DO GRUPO	80
4.1 – PROCESSO DE CONQUISTA DOS OBJETIVOS	83
4.2 – RELATOS DO GRUPO DE DISCUSSÃO VIRTUAL	89
CAPÍTULO 5 – OS PROTAGONISTAS DA CENA	101
5.1- ASSOCIAÇÃO PARQUE ECOLÓGICO DAS SUCUPIRAS.....	101
5.1.1– Histórico, Objetivos, Classificação Legal, Atuação e Parcerias	101

5.2– ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E O PARQUE	109
5.3– OS CARROCEIROS	111
5.3.1– Associação dos Carroceiros do Cruzeiro	114
5.3.2 – Os Nômades do Lixo	117
5.4 – APES-DF: AÇÕES, FUNDADORES E ASSOCIADOS	127
5.5 – REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO	130
5.5.1 – O GDF e a Criação do Parque	130
5.5.2 - COMPARQUES e Ações no Parque	131
5.5.3 – NOVACAP e Limpeza de Áreas Verdes	135
5.5.4 – SERMARH e APAs do DF	138
5.5.5 – INMET e Marinha: Áreas Vizinhas	140
5.5.6 – IPHAN e a Área de Patrimônio Cultural	142
5.5.7 – As Administrações Regionais e o Envolvimento com o Parque ...	144
5.6 – REPRESENTANTES DO PODER LEGISLATIVO	146
5.6.1 - Câmara Legislativa: Atribuições e Benefícios para o Parque	146
5.6.2 – Deputado Fábio Barcelos e o Projeto de Criação do Parque	148
5.6.3 - Deputada Eliana Pedrosa e o Projeto das Cooperativas de Lixo ..	153
5.6.4 – Deputado Chico Floresta e o Projeto INMET	161
5.6.5 – Senador Paulo Otávio e a Cooperação com os Mutirões	165
CAPÍTULO 6 – ANÁLISE DOS DADOS E INTERPRETAÇÃO DOS	
RESULTADOS	167
6.1 – OBSERVAÇÕES SISTEMÁTICAS DO LOCAL	167
CAPÍTULO 7 – CARACTERIZAÇÃO DO LIXO LOCAL	181
7.1– AS FONTES	183
7.1.1– Entulho Ameaça o Meio Ambiente	183
7.2– IMPACTOS E SOLUÇÕES	185
7.2.1– Sobras Recicláveis	188
7.3 – COOPERATIVA DE CATADORES	188
7.4 – COLETA SELETIVA	189
CAPÍTULO 8 – A ESTAÇÃO RÁDIO BASE CELULAR	194
CAPÍTULO 9 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	201

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FOTOGRAFIAS

Foto 1.2 – O ponto mais alto da Nova Capital.....	6
Foto 2.1 – Vista geral da área do Plano Piloto	33
Foto 2.2 – Vista local das três áreas de cerrado nativo	33
Foto 4.1 – Voluntários e associados da APES juntos no mutirão	91
Foto 6.1 – Vista parcial da área infestada por lixo	168
Foto 6.2 – Vista periférica da mata com ocorrência de lixo.....	168
Foto 6.3 – Detalhe do lixo típico de bufê.....	168
Foto 6.4 – Detalhe do lixo típico de oficinas mecânicas.....	168
Foto 6.5 – Detalhe do capim invasor.....	169
Foto 6.6 – Área próxima aos apartamentos, limpa por mutirão.....	170
Foto 6.7 – Um dos acessos aberto por veículos na mata	170
Foto 6.8 – Pequizeiro com casca retirada por “raizeiros”	171
Foto 6.9 – Outro exemplar, com retirada radical de casca.....	171
Foto 6.10 – Vista panorâmica da área gramada	173
Foto 6.11– Área gramada e área de cerrado	173
Foto 6.12 – Área lindeira ao parque, às margens do Eixo Monumental.....	173
Foto 6.13 – Saco de 200 l, cheio de folhagens e restos de poda de plantas	174
Foto 6.14 – Valão aberto para dificultar o acesso de veículos à mata	174
Foto 6.15 – Detalhes do lixo residencial e de oficinas mecânicas	175
Foto 6.16 – Vista parcial da área replantada com mudas nativas.....	176
Foto 6.17 – Vista parcial da área de cerrado limitado pela rede elétrica.....	176
Foto 6.18– Pequizeiro do lado norte do parque	178
Foto 6.19 – Uma das poucas placas educativas existentes no entorno.....	178
Foto 6.20 – Grupo de escoteiros se preparando para o dia de limpeza.....	178
Foto 6.21 – Voluntários reunidos sob a sucupira símbolo do parque.....	178
Foto 6.22 – Escoteiro limpam área próxima ao Eixo Monumental	179
Foto 6.23 – Mutirão de aniversário.....	179
Foto 6.24 – Detalhes da floração de arbustos ainda não catalogados (1)	179

Foto 6.25 – Detalhes da floração de arbustos ainda não catalogados (2)	179
Foto 6.26 – Detalhes da floração de arbustos ainda não catalogados (3)	179
Foto 6.27 – Detalhes da floração de arbustos ainda não catalogados (4)	180
Foto 6.28 – Beleza cênica da área. Ao fundo, associados da APES	180
Foto 6.29 – Árvores que sofreram a ação de queimadas	180
Foto 8.1 – Torre de Telefonia Celular instalada às margens da área do parque	196

FIGURAS

Figura 5.1 – Logotipo da APES-DF, criado por Fernando Lopes	101
---	-----

1.INTRODUÇÃO

1.1 - O PROBLEMA

“Entre as principais fontes de informações sobre a qualidade ambiental estão os sentidos humanos. Aplicada ao ambiente, a percepção sensorial permite fruição estética e alerta sobre problemas de degradação”, Maurício Andrés Ribeiro, Diretor do CONAMA, in F. O. FONSECA. (org.), Olhares sobre o Lago Paranoá, Brasília, SEMARH, 2001.

Essa síntese, da qual se tomou conhecimento tempos depois das primeiras percepções, ainda de senso comum, acerca do objeto de estudo¹, posteriormente mesmo à fase de pré-conceituação teórica da pesquisa, parece encerrar² as premissas que norteariam todo o trabalho posterior ao juntar num mesmo enunciado, qualidade ambiental, sentidos e sentimento humano, fruição estética e degradação.

Dentro dessas perspectivas, torna-se inconcebível que, no mundo informatizado de hoje onde as questões ambientais ocupam espaço importante nos noticiários veiculados pelos vários meios de comunicação, a população periférica ao “futuro” parque, caracterizada como de alto padrão socioeconômico (CODEPLAN-PISEF/DF, 1997)³, permita e, parte dela, até contribua deliberadamente para a degradação do meio ambiente local.

¹ Área nativa de cerrado, localizada em zona urbana da Região Administrativa Sudoeste/Octogonal (RA XXII), ora reivindicada para transformação em parque ecológico pela comunidade, sob forte ação antrópica e de fisionomia vegetativa bastante alterada.

² De certa forma, contrariando Laville e Dionne, quando afirmam que “o senso comum é, com frequência, enganador”, in A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas, Belo Horizonte, Editora UFMG, 1999, p.18.

³ Pesquisa de Informações Sócio-Econômicas das Famílias (PISEF) do Distrito Federal, realizada pela Codeplan – Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central em convênio com a CEB, Caesb e BrB, e que foi publicada na primeira edição da série "Temas Codeplan", disponível em <http://www.codeplan.df.gov.br>, acessado em 12/11/2003.

A princípio, pressupunha-se que esse padrão de vida, inferior apenas às regiões de Brasília, Lago Norte e Lago Sul⁴, concentrasse potencial suficiente para transformar os padrões de comportamento desses moradores, que por sua vez, pudessem se verter em benefícios para a coletividade com a melhoria da qualidade ambiental da região como um todo e particularmente da área nativa do parque. Porém não é o que se tem observado no local dada à existência de inúmeras zonas degradadas por ação antrópica.

Outros aspectos merecem ser considerados na defesa do local como o fato de que todo o aglomerado urbano formado pelo Cruzeiro Velho e Novo, Sudoeste e Octogonal pertencer à área de preservação ambiental da Bacia do Paranoá e à área de Patrimônio Cultural da Humanidade⁵ sujeitas à legislação específica e às restrições impostas pelo tombamento (UNESCO, 1987). Além do que, a mata está situada próxima a monumentos arquitetônicos e históricos de Brasília, como o Memorial JK e a Praça do Cruzeiro que constituem pontos do roteiro turístico oficial da cidade elaborado pela Secretaria de Turismo do DF e deveria, portanto, receber atenção especial das autoridades quanto à preservação de seu patrimônio natural, como também das populações desses núcleos habitacionais. Se preservada, de certa forma se prestaria também à fruição estética dos observadores, sejam moradores locais ou turistas que visitam aqueles pontos.

Em vez disso, a área vem sendo utilizada para o descarte de variados tipos de resíduos sólidos por parte de moradores e comerciantes locais, e como morada para desocupados de toda sorte e grupos de catadores e carroceiros que a invadiram e lá desenvolvem atividades de seleção do lixo que recolhem nas zonas residenciais próximas, sem nenhum critério que pudesse minimizar os

⁴ A renda média mensal familiar em salários mínimos da época dessa regiões era: do Lago Sul era de 65,76; Lago Norte de 52,7; Brasília 32,53; e Cruzeiro 24,04, segundo dados da Pesquisa de Informações Sócio-Econômicas das Famílias (PISEF) do Distrito Federal, realizada pela Codeplan (1997), disponíveis em <http://www.codeplan.df.gov.br>, acessado em 12/11/2003.

⁵ Brasília foi reconhecida como Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO, em 7 de dezembro de 1987. Além disso, a cidade está protegida pelo Governo do Distrito Federal (Decreto nº 10.829/87) e pelo Governo Federal (Portaria nº 314/92, do IBPC). A área de proteção (Unesco) atinge o Plano Piloto de Brasília escolhida por ser um marco da arquitetura e urbanismo modernos, abrangendo 112,25 Km², sendo considerada a maior área urbana tombada do mundo, segundo folheto informativo publicado pela Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico do DF - Secretaria de Cultura do GDF, recente, sem registro de data.

efeitos nocivos que essas práticas vem trazendo para a vegetação original. Tudo isso, agravado pelo fato daquela se constituir numa das últimas áreas de cerrado da região que, juntamente com as áreas circunvizinhas da Marinha do Brasil e do INEMET hoje cercadas e aparentemente protegidas dessas ações, mantêm a representatividade da fisionomia vegetativa característica do altiplano central da Capital.

Isso é apenas um dos problemas, pois já foi constatada e relatada a coleta indiscriminada de cascas e sementes de árvores tidas como medicinais pela população, como é o caso de pequizeiros e das sucupiras que dão nome ao parque. Há de se considerar ainda, a retirada de solo para ajardinamento de áreas particulares; a degradação do solo provocada pela atividade de usinagem de asfalto ocorrida no local nos idos da década de 70; arruamentos paralelos ao Eixo Monumental (Via S1) utilizados como desvios pelos motoristas para evitarem congestionamentos provocados pelo excesso de veículos nas vias de acesso do Sudoeste e no próprio Eixo nos dias e horários de tráfego mais intensos e, mais recentemente, como estacionamento improvisado dos fiéis da Igreja Rainha da Paz; além do problema crônico de incêndios da vegetação, provocados ou espontâneos, comuns na época da seca que atinge toda a região de cerrado, de março a setembro de cada ano.

Conforme observado, a cada dia que passa aumentam as zonas impactadas, tornando mais difícil a recomposição da paisagem natural dado os efeitos multiplicadores das práticas degradantes. Urge, portanto, a necessidade de regulamentação da destinação da área como unidade de conservação legalmente constituída para ordenar as ações do poder público no sentido de inibir os atos poluidores, implementar fiscalização sistemática da área e recuperar os danos já instalados. Por outro lado, a criação do parque ecológico propiciará uma participação mais efetiva da comunidade na revitalização e manutenção do acervo natural da área por meio do desenvolvimento de atividades culturais e de lazer de baixo impacto, voltados para o bem estar da coletividade.

1.2 - JUSTIFICATIVA

Segundo Fonseca (2001), as Unidades de Conservação constitui-se em uma das principais estratégias utilizadas mundialmente para se atingir a sustentabilidade dos recursos vivos. Paralelamente a essa primeira destinação, as UCs no Brasil, especificamente as pertencentes ao Grupo das Unidades de Uso Sustentável na forma regulamentada pela lei do SNUC⁶, objetivam compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais que incluem tanto a pesquisa científica, como a visitação pública, desde de que compatíveis com a caracterização particular de cada uma delas.

É o caso do Parque Nacional de Brasília, uma das unidades de conservação mais visitadas do Brasil (Horowitz, 2001, pág. 12) que, apesar de estar qualificada pela lei como de “uso indireto”, permite e incentiva o acesso de visitantes para a prática de recreação e lazer em suas piscinas de água mineral e participação em programas de interpretação educação ambiental desenvolvido em sistemas de trilhas dentro de zonas controláveis de sua área, muito apreciadas pela população da capital.

O seguimento do turismo que mais tem se beneficiado dessa destinação dos parques é o turismo ecológico⁷ que se caracteriza por atividades desenvolvidas em ambientes naturais. Dentro de uma perspectiva mundial, segundo dados do recente relatório do *World Resources Institute (WRI)*, o ecoturismo é o segmento do mercado que mais tem crescido nos últimos tempos. Isso evidencia a grande

⁶ A Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC que “regulam as complexas relações entre o Estado, os cidadãos e o meio ambiente, propiciando adequada preservação de significativos e importantes remanescentes dos biomas brasileiros, considerando seus aspectos naturais e culturais”. O Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002 regulamentou os artigos da Lei do SNUC. (Ministério do Meio Ambiente MMA, 3ª ed., Brasília: MMA/SBF, 2003. 52p).

⁷ Segundo Selva e Coutinho (2000, pág. 26), o turismo ecológico é considerado o segmento no qual turistas e promotores de viagens procuram o contato direto com os mais diferentes ambientes naturais, entretanto sem a preocupação com o equilíbrio ecológico, ou mesmo, com a compreensão dos fluxos e dinâmica que são estabelecidos no ambiente, conforme citado em Dóris Santos Faria in “Instrumento de Avaliação Final” da disciplina Planejamento do Turismo Sustentável, do Curso de Especialização Lato Sensu de Ecoturismo II, CET/UnB, Brasília-DF, em abril de 2004.

demanda por atividades desenvolvidas em espaços naturais, como é o caso da procura crescente por lazer em unidades de conservação, que se constituem em espaços propícios a essas práticas.

O ecoturismo é muito procurado pelos habitantes urbanos para se recuperarem do dia-a-dia estressante das grandes cidades. Por essa razão, constitui-se em um dos mais dinâmicos mercados emergentes, também em nosso país. A ele, estão associados idéias de conservação ambiental, participação comunitária, benefícios econômicos locais e educação ambiental.

A população, de maneira geral, tem ocorrido a esses espaços numa espécie de fuga dos grandes centros urbanos, à procura do lazer proporcionado pelo contato direto com a natureza “selvagem”, com culturas diferentes e práticas de esportes radicais, tanto em viagens longas nos períodos de férias, como nas atividades do dia-a-dia. Basta ver a quantidade de caminhantes, corredores e ciclistas que todos os dias, principalmente nos finais de semana e feriados, enchem os “calçadões”, ciclovias e parques das cidades para a prática desses esportes.

Sendo assim, a preservação de áreas naturais assume papel relevante não só para a sobrevivência do Planeta, como também para o bem estar das populações que a delas se valem.

Dentro desse contexto, foi fundada em abril de 2003 a Associação Parque Ecológico das Sucupiras (APES-DF) com o intuito de propor a criação de um parque ecológico urbano na área de vegetação nativa localizado na Região Administrativa do Sudoeste/Octogonal, cujo projeto de constituição tramita na Câmara Legislativa, por ser esta, a última mancha de cerrado na área urbana da região sem destinação específica. Nesse ínterim, a associação vem trabalhando em sistema de mutirão comunitário no sentido de minimizar os impactos ambientais já instalados e coordenando ações de recuperação e revitalização da área, destinada à educação ambiental, recreação, lazer e cultura dos moradores locais.

O parque abrange uma área de aproximadamente 22 hectares, bastante alterada, com grupo de árvores do cerrado ainda não inventariadas cientificamente e exóticas, essas últimas localizadas nas zonas limítrofes da área. Podem ser encontradas representantes das espécies popularmente conhecidas como o pau-terra, gomeira, pau-doce, sucupira-branca, jatobá-do-cerrado, pequi, mangaba, canela-de-ema, cajuzinho-do-mato, entre outras.

Como parte desse processo o trabalho de pesquisa ora proposto, objetiva relatar as ações dos moradores e demais atores sociais em prol da criação do parque, avaliar os impactos ambientais ocorridos na área e propor mecanismos de proteção e revitalização da área de cerrado para fruição dos atuais moradores, visitantes e de futuras gerações.

Espera-se com esse conjunto de ações que se estabeleçam condições para a prática de caminhadas contemplativas da fauna e flora local, que o parque se constitua em fonte de pesquisas para especialistas e comunidade escolar da região, como também, para o desenvolvimento de trabalhos específicos de educação ambiental, direcionados a coletividade em geral.



Foto 1.2: “O ponto mais alto da Nova Capital, 1.175 metros de altitude, é visto na foto central, com o toldo armado onde se oficiou a primeira missa, em 3 de maio de 1957”. No local foi edificada a Praça do Cruzeiro, próxima ao Memorial JK. Em primeiro plano (derrubada) e ao fundo aparecem espécies representativas do cerrado que constituíam a paisagem natural da época da construção, das quais as últimas representantes se encontram na área reivindicada para instalação do Parque das Sucupiras. (Revista “Brasília da Arquitetura e Engenharia”, 1961)

Uma vez revitalizada, a área pode se transformar, futuramente, em produto

turístico a ser integrado ao roteiro de visitantes direcionados ao Memorial JK e à Praça do Cruzeiro, local histórico onde foi celebrada a primeira missa de Brasília⁸, propiciando ao turista a oportunidade de contatar com a vegetação nativa do bioma cerrado e seus atributos dentro do espaço urbano ou mesmo vê-la à distância como moldura natural do pôr-do-sol contemplado a partir da praça que se constitui num dos pontos mais elevados do Planalto Central e permite a visada de todo o horizonte da cidade.

Ao final da pesquisa, os relatos sobre as atividades comunitárias empreendidas no projeto de criação do parque e os procedimentos utilizados para identificação e recuperação das áreas degradadas, poderão servir de base de estudo para aplicação em áreas com problemas semelhantes, de outras cidades do DF e entorno, onde o cerrado ainda resiste às agressões do homem.

1.3 – AS HIPÓTESES

Considerando-se todo o exposto, surgem algumas questões a serem consideradas no transcorrer do processo de pesquisa, tais como:

- A simples transformação da área em parque de proteção ambiental, via decreto governamental será suficiente para inibir as ações predatórias da população contra o ecossistema local e promover a recuperação dos impactos já instalados?
- O que fazer, caso a proposição de projeto de lei para sua criação que tramita na CLDF não seja aprovada antes do que sua recuperação já não mais se justifique diante de critérios subjetivos de viabilidade?
- Quais as ações indicadas para a recuperação das zonas degradadas? Existem experiências bem sucedidas nesse campo?

Dentro dessas perspectivas, podemos levantar algumas hipóteses, como a

⁸ Foto veiculada na edição especial da Revista “Brasília” da “Arquitetura e Engenharia”, que agrupou os nºs 61-63, de julho a dezembro de 1961, na reportagem de Nonato Silva sobre “A criação de Brasília”. Impressão: Estabelecimentos Gráficos Santa Maria S.A – Rua dos Goitacazes, 1887, Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais. As fotos não estão identificadas individualmente, mas os fotógrafos da revista são: Marcel Gautherot, José Humberto Franceschi, M. Fontenelle e Roberto Furst. Foram mantidas na legenda da foto, o texto original impresso na revista.

de que as áreas naturais protegidas por decreto, têm mais chances de se manterem imunes à ação predatória do homem comparadas com as que não possuem mecanismos de proteção regulares, por serem, as primeiras, amparadas por legislação específica com previsão de penas para a prática dos chamados crimes ambientais.

É de se supor ainda que, uma vez eliminadas as principais fontes causadoras de impactos, as áreas degradadas podem se recuperar mais celeremente pelo fenômeno da resiliência dado o número de brotações observadas durante a coleta de dados. Evidencia-se ainda que a falta de fiscalização sistemática por parte do poder público, aliada ao baixo nível de consciência ambiental de parcela expressiva da população local são fatores agravantes da degradação instalada naquela área específica. De mesmo modo que sua proximidade com a zona urbana facilita o uso como depósito de lixo, apesar de, em compensação, também facilitar as ações voluntárias de fiscalização e recuperação por parte da comunidade.

1.4 – OS OBJETIVOS

Em suma, o que se busca nesse trabalho, de maneira geral é:

- Relatar as etapas de criação do parque ecológico, identificar os impactos ambientais instalados na área, analisar as inter-relações dos atores sociais envolvidos com a questão e propor ações para revitalizar as zonas degradadas.

Para tanto, pretende-se cumprir etapas e adotar estratégias que possibilitem o alcance desses objetivos, por meios específicos, como:

- Catalogar publicações e fotografias veiculadas na mídia relativas à criação do parque, bem como as demais produzidas a partir do movimento voluntário de moradores, coordenado pela Associação Parque Ecológico das Sucupiras, APES-DF;
- Eliminar as fontes controláveis que causam os problemas de degradação;
- Eliminar ou mesmo minimizar os efeitos danosos já instalados na área

como o lixo, ocupação irregular por desempregados, catadores e carroceiros, retirada de solo, sementes e cascas de árvores, zonas sem cobertura vegetal, arruamentos impróprios, estação de telefonia celular, rede elétrica de alta-tensão;

- Propor a criação de grupos responsáveis pela recuperação dessas áreas sob orientação de especialistas por meio de técnicas apropriadas de limpeza, recomposição do solo e repovoamento com espécies nativas;
- Propor o desenvolvimento de atividades de educação ambiental na área do parque para sensibilizar moradores circunvizinhos e visitantes;
- Inventariar e catalogar espécies da fauna e flora características da área com vistas à adoção de futuro plano de manejo⁹, sob orientação de pessoal técnico especializado;
- Desenvolver atividades culturais para fortalecimento das relações sociais dos grupos envolvidos com a causa;
- Capacitar a comunidade em educação ambiental para formar multiplicadores das idéias de uso sustentável de áreas naturais;
- Propagar as ações voluntárias na comunidade (moradores, lideranças, estudantes, outros) para engajamento nos projetos de revitalização e manutenção da área a serem elaborados, e finalmente;
- Implantar trilha ecológica interpretativa da fauna e flora local, aproveitando os arruamentos já existentes na área, de acordo com normas específicas.

Eis a missão a que se propõe a pesquisa a partir desse momento, “sem jamais pensar no que ainda não se tem, mas no que já foi conquistado”¹⁰.

⁹ Plano de Manejo - "Conjunto de metas, normas, critérios e diretrizes, e a aplicação prática desses princípios, que tem por fim a administração ou o manejo dos recursos de uma dada área (...)"(Condurú & Santos, 1995), disponível em <http://www.ecolnews.com.br/dicionarioambiental/>, acessado em 12/07/2004.

¹⁰ Kátia Marsicano em “O ano da virada para o cerrado”, artigo divulgado pelo moderador do grupo de discussão virtual ecoturismo-cet, em 03/01/2004. Marsicano é Assessora de Imprensa da Funatura e Editora do Jornal Cerrado Vivo, mestre em Planejamento e Gestão Ambiental.

CAPÍTULO 2 – REFERENCIAL TEÓRICO: O ESTADO DA ARTE

Conforme consta da introdução, um dos objetivos principais desse trabalho é relatar as etapas de criação de parque ecológico em área remanescente de cerrado, localizada na Região Administrativa XXII, às margens do Eixo Monumental Sul. A idéia é transformá-la em área de proteção ambiental legalmente constituída. Para tanto foram realizadas observações sistemáticas no local durante o período de pesquisa, compreendido entre novembro de 2003 e maio de 2004, no afã de identificar a dinâmica das relações homem/natureza ali ocorridas e determinar o grau de influência que ainda exercem no atual estado da área, caracterizado, proporcionalmente, por grandes espaços físicos degradados.

Os impactos instalados em si parecem encerrar um conflito de interações entre elementos de um mesmo sistema ecológico, na forma descrita por B. Ward e R. Dubos em “Uma terra somente” (pág. 47/48), quando afirmam que “os dois mundos do Homem: a biosfera, que herdou, e a tecnosfera, que criou, estão desequilibrados e de fato potencialmente em profundo conflito. E o Homem está no meio”, citados em Pellegrini (1993, pág. 20).

Pretendeu-se com as observações ainda, analisar as inter-relações dos atores sociais envolvidos com a questão, dentro de um contexto que levou em consideração, tanto a localização eminentemente urbana da área a ser preservada, como as ações mútuas entre homem e o meio natural em que vive, com o propósito de identificar possíveis conseqüências que possam ter produzido para a qualidade de vida do planeta.

A respeito dessa condição, documentos da *Managing Protected Áreas in the Tropics - UICN* (1996) já revelavam preocupações com essas questões ao formular uma primeira vinculação entre a “manutenção da diversidade biológica (entendida como diversidade de espécies e de ecossistemas) e a diversidade cultural”. No documento, citado em Diegues (1996, pág. 150), está dito que “a destruição da vida selvagem e florestas hoje tem relativamente pouco a ver com

as espécies em si, mas é decorrência das relações entre a população e a natureza e das relações entre pessoas”. (*From Strategy to Action*, 1988).

Identificado como um dos principais atores sociais envolvidos nesse processo, a Associação Parque Ecológico das Sucupiras (APES-DF), entidade civil que abriga moradores locais e voluntários ambientalistas, fundada com o objetivo específico de criar o parque teve suas atividades pontuadas por meio de entrevistas de seus membros concedidas ao pesquisador e de informações colhidas nas correspondências eletrônicas, tipo *e-mail*, veiculadas no grupo de discussão especialmente criado para esse fim. Desse material foram pinçados pensamentos e atitudes que nortearam e ainda norteiam as ações empreendidas pela entidade para alcançar seus objetivos.

Compõem a narrativa ainda, as opiniões dos associados a respeito de aspectos variados da temática ambiental relacionados ou não à área, colhidos em conversas informais durante as atividades de lazer e trabalho desenvolvidas no local por meio de mutirões. Um outro acervo consultado que, ao longo da pesquisa, se tornou elemento-chave na mobilização da comunidade em torno da proposta refere-se ao conjunto de reportagens veiculadas na mídia¹¹ que, não só ajudaram a dar visibilidade ao movimento, como também a formar compêndio histórico das atividades ali desenvolvidas, por meio de registros temporais dos fatos.

A motivação pessoal em desenvolver essa pesquisa e registrar seus resultados se prendeu inicialmente às questões de fundo sentimental por ter presenciado a evolução da ocupação urbana do antigo Bairro do Cruzeiro¹² e, por conseguinte, a involução das áreas de vegetação nativa de cerrado que cobriam toda essa região das quais, a pequena área reivindicada para parque representa sua última fração ainda sem destinação regulamentada. Por todo o dito, a área

¹¹ Telejornais, jornais impressos de grande circulação, jornais de bairro e Informativos de associações e órgãos ambientais do governo e não governamentais, em meio impresso e virtual.

¹² Primeiro e única morada em Brasília, desde a transferência da família do Rio de Janeiro, em junho de 1961, quando ocupou uma das primeiras casas do bairro em construção, na antiga Quadra 45 Casa 11, acompanhando o pai Sylvio Machado da Cunha, então funcionário público civil do Ministério da Aeronáutica que já trabalhava na Capital desde 1959.

tornou-se um símbolo da luta pela preservação de áreas naturais representativas do cerrado como elemento de composição da paisagem urbana de Brasília, em contraponto aos jardins criados por imaginação e mãos humanas.

Essa proposta vem tendo boa repercussão dentre o grupo de discussão e se mostra capaz de romper as fronteiras locais para ganhar visibilidade nacional dada à fundamentação lógica e emocional que envolve o tema. Poderia-se dizer que surge dessa pesquisa, uma nova bandeira a ser empunhada por ambientalistas, novos paisagistas e antigos e novos amantes desta cidade-capital em prol da preservação de ilhas de cerrados ainda existentes no meio urbano.

A dinâmica temporal de ocupação do solo ocorrida localmente quando da implantação das áreas residenciais que compreendem o Cruzeiro Velho, Cruzeiro Novo, Áreas Octogonais e o Sudoeste tiveram, de modo geral, a mesma configuração da ocupação territorial ocorrida na área do Distrito Federal, na forma relatada em "Vegetação no Distrito Federal - tempo espaço" (Unesco, 2001). O estudo, baseado em mapas constituídos a partir de fotos aéreas do território ocupado pelo DF, revela, de forma abrangente, a evolução dessa ocupação a cada 10 anos, a partir de 1954, período anterior ao início das obras de construção de Brasília. Por oportuno, apropriou-se desses estudos na tentativa de melhor explicar os fenômenos observados nesses, mais de, quarenta anos tanto no DF como nas RA, correlacionando a ocupação do solo nas áreas urbanas circunvizinhas ao parque com o que ocorreu no Distrito Federal, tentando identificar, inclusive, as motivações que concorreram para que assim acontecessem.

Para pontuar a narrativa dos fatos que culminaram com a expansão dessa região administrativa, hoje dividida em duas com a criação da RA Sudoeste/Octogonal, recorreremos às informações disponibilizadas nos sítios das Administrações do Cruzeiro e Sudoeste, na internet, que registram os detalhes históricos de implantação das cidades, enriquecidas por relatos de moradores pioneiros dos "bairros" que são parte viva dessa história.

Ao analisar a atuação da Associação evidencia-se como parte de suas ações de mobilização, a denúncia de irregularidades cometidas contra a área, como é o caso dos impactos ambientais¹³ atribuídos às ações humanas que geram perturbações no meio tecnicamente denominadas de degradação ambiental¹⁴, assim como as atividades ilegais ainda hoje desenvolvidas por catadores de lixo que ali se instalaram em condições subumanas, caracterizando, por analogia, uma situação de degradação social.

Os objetivos do movimento pró-criação do parque não se resumem a promover ações práticas de recuperação ambiental da área e adequá-la à visitação pública com a implantação de equipamentos facilitadores e a promoção de atividades educativas e de lazer direcionadas aos moradores e visitantes, mas também e principalmente, a trabalhar pela inclusão social dessa população de desvalidos. Esta é a visão mais abrangente da ecologia compartilhada por Pellegrini (1993, pág. 32), quando a vincula à qualidade de vida do homem, passando a denominá-la de ecologia humana, assim descrita:

A ecologia constitui um ângulo de 360 graus, abrangendo não apenas o superficial de plantas, animais, poluição, o lixo que pode ser reciclado, os ruídos urbanos que contribuem para as tensões no trabalhador, não apenas a necessidade de ampliar redes de abastecimento de água e de coleta de esgoto, abrangendo ainda o direito humano a dispor de moradia decente porque isso está ligado à qualidade de vida – um dos objetivos finais da ecologia humana – o direito de minorias populacionais poderem dispor de suas terras e poderem manter sua cultura, e assim por diante.

¹³ Impacto Ambiental - "Qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetem: (I) a saúde, a segurança e o bem-estar da população; (II) as atividades sociais e econômicas; (III) a biota; (IV) as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; (V) a qualidade dos recursos ambientais" (Resolução nº 001, de 23.01.86, do CONAMA).

¹⁴ Degradação Ambiental - Termo usado para qualificar os processos resultantes dos danos ao meio ambiente, pelos quais se perdem ou se reduzem algumas de suas propriedades, tais como a qualidade ou a capacidade produtiva dos recursos ambientais, disponível em <http://www.ecolnews.com.br/dicionarioambiental/>, acessado em 12/07/2004.

A questão se mostra mais abrangente na medida em que envolve não apenas a preservação de áreas naturais, mas também a presença de indivíduos em precárias condições de vida o que se constitui num agravante fenomenal do problema. Obriga-se a sociedade a encontrar mecanismos factíveis que possam ser oferecidos a essa pequena população local, como a tantas outras espalhadas por essa capital e regiões do Brasil, com objetivo de resgatar-lhes a dignidade. Se não por questões de princípio éticos e morais, que seja por direito constitucional de todo cidadão brasileiro¹⁵, filho de uma das maiores economias mundiais¹⁶. Há de se ter sensibilidade e responsabilidade para tratar da situação ali instalada e ofertar aos “invasores” possibilidades reais de sobrevivência digna capaz de convencê-los a deixarem pacificamente o local, o que torna a tarefa dos agentes sociais envolvidos com o problema, muito mais delicada.

Para Pellegrini (1993, pág. 19), o conceito de ecologia evoluiu tornando-se multidisciplinar no que tange às relações ecossistêmicas onde se inserem, dentre outros, problemas socioeconômicos como o caracterizado acima. Ele diz:

Mais contemporaneamente, o conceito de ecologia passou a ter enorme ampliação, deixando longe os horizontes biológicos para abranger aspectos legais, morais, socioeconômicos, políticos etc, caracterizando a multidisciplinaridade das relações que ocorrem em todo e qualquer ecossistema, entre seres bióticos e aspectos abióticos.

Dentro desse contexto, destaca-se a observação de Carolina Pompeu de Souza Campos¹⁷ (2003, pág. 2), ao afirmar que “foi-se o tempo em que preservar

¹⁵ Art. 6º - São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988, Redação dada pela Emenda Constitucional nº 26, de 14/02/2000, disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao, acessado em 12/11/2003.

¹⁶ Valor Online – São Paulo - O Brasil caiu da 12ª para a 15ª colocação na lista das maiores economias do mundo, de acordo com cálculo realizado pela consultoria Global Invest. A conta tem por base o valor do PIB brasileiro divulgado hoje pelo IBGE (de R\$ 1,514 trilhão em 2003) e os PIBs das demais economias do mundo divulgados pela OCDE. Em 1998, segundo os técnicos, o Brasil era a oitava maior economia mundial, disponível em <http://noticias.uol.com.br/economia/ultnot/valor/2004/03/31/ult1913u5170.jhtm>.

¹⁷ Carolina Pompeu de Souza Campos, em Monografia “Comunicação e ONGs ambientalistas” apresentada no curso de Comunicação Social – Jornalismo da Faculdade de Comunicação da UnB, para obtenção de título de Bacharel, 2003.

o meio ambiente era lidar somente com bichos e plantas. É preciso lidar com gente – e fazê-lo entender que também são partes do meio ambiente, que afetam e são afetados pelo equilíbrio do planeta”.

Diante do que se apresentava na inicial, buscou-se na literatura especializada e outras publicações, registros de casos envolvendo a criação e implantação de áreas de preservação natural tanto no DF, como no Brasil e no mundo, na tentativa de identificar motivações que envolveram suas proposições, trajetórias percorridas até a efetivação, bem como a importância que essas áreas representam para os ecossistemas locais e lazer das populações, com o objetivo de identificar procedimentos-padrão utilizados em suas constituições que pudessem ser correlacionados à área sob estudo.

Em meados do século passado, a humanidade começou a tomar consciência de que os recursos naturais não eram inesgotáveis e que o nível de degradação ambiental provocado inicialmente pela Revolução Industrial¹⁸ (1.780), somado à velocidade em que ela ocorria tornou-se insustentável por atingir um patamar acima da capacidade da natureza de se auto-regenerar. Ao discorrer sobre o assunto em Ecologia, Cultura e Turismo, Américo Pellegrini (1993), registra que a humanidade tomou consciência dos abusos cometidos contra a natureza em nome do crescimento econômico já no final da década de 60, depois da própria natureza ter emitido alguns alertas diante dos desequilíbrios causados no meio ambiente.

Na percepção de Ada de Freitas Dencker (1996, pág. 48), citada em Campos (2003) “o final do século passado marcou uma época em que o mundo percebeu a sua interdependência e começou a se unir para combater os problemas ambientais globais”. Adiante, a autora afirma que a década de 1990 “marca o fim da guerra fria e a formação de uma nova ordem que aponta para o

¹⁸ A revolução industrial caracterizou-se pela produção industrial em grande escala voltada para o mercado mundial, com uso intensivo de máquinas. A Inglaterra foi o primeiro país a realizá-la. A economia inglesa começa a crescer em 1780, e, em 1840, a indústria já está mecanizada, há uma rede nacional de estradas de ferro, começa a construir ferrovias em outros países, exporta locomotivas, vagões, navios e máquinas industriais. Disponível em www.conhecimentosgerais.com.br/tecnologia/revolucao-industrial.htm, acessado em 26/04/2004.

consenso de que a questão ambiental extrapola fronteiras nacionais e requer um esforço globalizante para a preservação do meio ambiente”.

Essa nova ordem que evocava esforços globais para a preservação do meio ambiente iniciada na segunda metade do século passado, culminou na propagação de unidades de conservação por todo o mundo, desde a criação de *Yellowstones*, em 1872, nos E.U.A, primeiro parque nacional do mundo voltado para “benefício e apreciação dos povos”¹⁹. Os parques nacionais foram criados inicialmente, para o lazer das populações urbanas e somente mais tarde (1960) a manutenção da biodiversidade apareceu nesse cenário, conforme afirma Diegues, (1996, pág. 149):

O estabelecimento de áreas protegidas para a conservação da biodiversidade é, no entanto, um objetivo relativamente recente, uma vez que, como já foi visto, os parques foram criados fundamentalmente para a recreação e enlevo das populações urbanas, educação ambiental e pesquisa. A manutenção da biodiversidade apareceu como objetivo da conservação como resultado rápido do desaparecimento de espécies e ecossistemas, particularmente a partir da década de 60.

Essa impressão do autor se harmoniza com o exposto no manual da *UICN* (1996) sobre o assunto ao afirmar que “é interessante observar que o turismo e recreação, objetivos principais das primeiras unidades de conservação, passam a ser objetivos secundários” no que o manual define como “conceitos modernos de áreas protegidas”. (Diegues, 1996, pág. 150).

Porém, é na primeira premissa de criação de áreas protegidas - lazer da população - que parece repousar a fundamentação do movimento pró-Parque das Sucupiras, apesar do patrimônio natural da área, pela representatividade de espécies observadas e denominadas informalmente por especialistas que lá

¹⁹ Em 1º de março de 1872, o presidente *Ulysses S. Grant* assinou a lei que declara que a área estaria preservada para sempre protegendo aproximadamente dois milhão acres da terra "que se encontra perto das cabeceiras do rio de *Yellowstone*", com características de um parque público ou uma terra preservada para o “benefício e a apreciação dos povos”. O primeiro parque nacional do mundo estava criado, segundo informações disponíveis no sítio oficial do parque, no endereço <http://www.nps.gov/yell/press>, acessado em 26/06/2004.

estiveram, não poder ser desprezado quanto à potencialidade para desenvolvimento de estudos e pesquisas do bioma cerrado. A cada dia, como bem observado no período de coleta de dados, aumenta o número de moradores da região que acorrem às suas cercanias para contemplarem a natureza ou praticarem caminhadas nos calçadões que o margeiam, gozando da paisagem natural e dos benefícios diretos que a prática de esportes ao ar livre representam para o bem estar e a qualidade de vida das pessoas. Essa percepção é global e tem na qualidade ambiental das áreas naturais, principalmente as localizadas em espaço urbano o fundamento para o desenvolvimento dessas atividades ao ar livre. Novaes (2000) observa que “no universo, conviver com a Natureza, tornou-se um privilégio, e o esporte ao ar livre ganhou um papel de destaque, pois se abriu a possibilidade de práticas diversas, usando meios e ambientes naturais”.

O estabelecimento de áreas de proteção ecológica, via de regra, envolve vários atores sociais: moradores, especialistas, governos e associações do terceiro setor. As iniciativas partem principalmente do Legislativo, a quem compete sua proposição em seus vários níveis de jurisdição, como também do Executivo a quem compete a homologação, ou mesmo a proposição direta como já ocorreu algumas vezes no Distrito Federal onde parques ecológicos de uso múltiplo têm sido criados por decretos de iniciativa do Governo. Ultimamente, mais precisamente após promulgação da Constituição de 1988, associações sociais e ambientalistas com atuação independente do poder formal como as ONGs e OSCIPs têm encampado movimentos específicos com esse fim, trazendo a reboque o poder público constituído. Isso ocorreu no caso do Parque das Sucupiras, cujo projeto de criação foi proposto à Câmara Legislativa pelo deputado Fábio Barcelos depois de iniciados os movimentos reivindicatórios da comunidade local. Nesse caso específico, em função da repercussão que o trabalho da APES e o envolvimento dos moradores e da mídia com a questão, não se pode descartar a possibilidade de sua decretação direta por parte do GDF.

Essas organizações têm agido como verdadeiras alavancas da sociedade, ora mobilizando, ora denunciando ações de degradação do ambiente, ora propondo embargos ou ajuizando ações junto ao Ministério Público denunciando desvios de destinação e ocupação irregular de áreas públicas. Nesse particular o

trabalho desenvolvido pela APES-DF objetivando a transformação daquela mata em área de proteção ambiental, representa, simbolicamente, a luta global pela sobrevivência do planeta empreendida no dia-a-dia por tantos grupos de ambientalistas espalhados pelo mundo. É pensamento dominante entre os membros dessa Associação que a legalização da área é passo fundamental para sua conservação dentro do conceito de sustentabilidade ecológica²⁰, ao tempo em que sua efetivação servirá para dar publicidade e legitimidade às ações de vigilância, limpeza e recomposição da paisagem, que vem sendo desenvolvidas no local por meio de mutirões. Essa é uma das principais hipóteses a serem analisadas nesse trabalho.

A criação de unidades de conservação constitui-se em uma das principais estratégias utilizadas mundialmente para se atingir a sustentabilidade dos recursos vivos. Dentro dessa conjuntura, a APES trabalha com a expectativa de que seja criado um parque ecológico nos moldes de outros 44 existentes em todo o DF, em função das características intrínsecas à área. Segundo dados coletados no estudo “Olhares sobre o Lago Paranoá” (2001)²¹, os Parques Ecológicos e de Uso Múltiplo do Distrito Federal se caracterizam como áreas protegidas criadas para conservar os atributos naturais junto às áreas urbanas, com finalidades educacionais, recreativas e científicas.

O brado das populações contra a poluição e depredação irresponsável de áreas naturais do planeta produzidas pelo processo de industrialização e “desenvolvimento” de grupo de países altamente industrializados só começou a

²⁰ O conceito de sustentabilidade ecológica, passa pela generalidade de que seja possível de ser mantida ou atingida mediante adoção de procedimentos viáveis de combate à exploração descontrolada dos recursos naturais. Para Voinov (1999), a sustentabilidade pode ser alcançada por função natural do sistema, ancorada em mecanismos próprios de autocontrole ou por função artificial externa ao sistema, através de processo ativo de manejo, dependendo do acordo social sobre os níveis de degradação ambiental aceitáveis para cada situação; se haverá altas prioridades ambientais ou não, citado pela professora Dra. Dóris Faria, em “Instrumento de Avaliação Final” do módulo “Planejamento Sustentável do Turismo”, do Curso de Especialização em Ecoturismo – CET/UnB, 2004.

²¹ Publicação da SERMARH - Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do GDF, 2001. Informações disponíveis no Capítulo IV, seção que trata da “Vegetação, Flora e Unidades de Conservação na Bacia do Paranoá” de autoria de Alba Evangelista Ramos, Maria Goreth Gonçalves Nóbrega e Eriel Sinval Cardoso, 2001, p.100.

ecoar em meados do século passado, quando as nações, pressionadas pela sociedade organizada, perceberam que as fontes de recursos naturais disponíveis davam sinais de esgotamento e o preço a ser pago pelo processamento desses recursos, deixavam seqüelas graves no meio ambiente. Para Dubos (pág. 181), “o rápido crescimento tecnológico dos últimos dois séculos só foi possível (...) porque o homem se mostrou impiedoso na exploração de recursos naturais incapazes de renovação e na criação de condições que degradam o meio ambiente”, citado em Pellegrini (1993, pág.18).

As grandes potências econômicas que emergiram desse processo, hoje abrigadas no chamado G-7²², se valeram dessa condição mista de irresponsabilidade e falta de visão global sobre o equilíbrio do planeta para construírem seu poderio industrial e tecnológico. Hoje se valem dessa supremacia (relativa) para pressionar e intimidar econômica, política e ambientalmente o bloco de países pobres e em desenvolvimento, cobrando destes, responsabilidades crescentes sobre o que resta das suas reservas naturais sob o argumento da manutenção da qualidade ambiental de um certo planeta que ajudaram a depredar. Segundo informações correntes, esse grupo de nações tem nos Estados Unidos seu maior representante que são também os maiores consumidores dos recursos naturais disponíveis no globo. Sozinhos, respondem por 36% da poluição provocada pelo CO₂ e continuam a boicotar o Protocolo de Quioto – um acordo de redução de emissões de dióxido de carbono (CO₂) protagonizado pela ONU que, apesar de ter integrado a pauta de negociações da última conferência mundial para o meio ambiente Rio+10 (Johanesburgo, África do Sul, 2002)²³, não avançou frustrando países e organizações ambientalistas participantes do encontro.

²² Integração do Brasil ao G-7 pode ser debatida em julho- 24/06/2004 LONDRES - A inclusão de países em desenvolvimento como Brasil e China no G-7, grupo que reúne as sete nações mais ricas do mundo (EUA, Japão, Alemanha, França, Itália, Grã-Bretanha, Espanha e Canadá), poderá fazer parte da agenda do encontro que a entidade vai promover no início de julho, em Palo Alto, na Califórnia (EUA). A informação é da agência de notícias Reuters, com base em informações de fontes do próprio G-7, disponível em http://www.amcham.com.br/update/update2004-06-24a_dtml.

²³ Informações produzidas por Antonio Martins, Daniel Merli e Rita Freire, jornalistas e colaboradores na cobertura da Rio+10 com a Agência Carta Maior, disponível em <http://agenciacartamaior.uol.com.br/riomaisdez/>, acessado em 26/06/2004.

Dentro dessa nova conjuntura, a consciência mundial começava a considerar a responsabilidade coletiva sobre a qualidade ambiental do planeta e passaria a exigir ações governamentais de controle da degradação já instalada, como também dos mecanismos que a provocam por meio de legislações específicas de controle de poluentes e responsabilização sobre danos causados à natureza. Segundo Pellegrini (1993, pág. 18), já “nos primeiros anos da década de 1970 se observou um esforço internacional em defesa da ecologia”²⁴.

A pressão dos países industrializados sobre a gestão dos recursos naturais do Brasil, principalmente os relacionados às reservas florestais da região amazônica, tidas na época como o “pulmão do mundo”²⁵, se intensifica e revela equívocos cometidos por ambos os lados ao tratarem de questão tão relevante, facilmente percebidos nas observações de Pellegrini (1993, pág. 30):

Nessa década, começaram também as pressões internacionais pela preservação, ao que o Governo Federal replicou com o argumento de que a pobreza é a maior poluição, e que a orientação oficial era acabar com essa chaga, ainda que a custa do meio ambiente.

Esse intento foi levado a cabo pelos governos do golpe militar (1964) tendo como símbolo a implantação da Transamazônica, rodovia ao longo da qual se implantariam assentamentos de agricultores vindos de todas as partes do Brasil. O projeto gerou sérios prejuízos ambientais àquele bioma pela prática indiscriminada de queimadas e extração de madeiras que propiciariam a abertura da estrada e a instalação de assentamento de colonos atraídos pela promessa de novas perspectivas de vida, sem que os objetivos propostos – integração nacional

²⁴ Ecologia, do grego oikos, “casa”, significando planeta que serve de moradia a bilhões de seres humanos. Tem-se que o primeiro estudioso a formalizar uma definição de ecologia foi o alemão Ernest Haeckel, em 1866 (Pellegrini, 1993, pág.18).

²⁵ Florestas Tropicais e a mentira propagada - Durante muito tempo repetiu-se à exaustão que “a Amazônia é o pulmão do mundo”. Com isso queria-se dizer que nossa atmosfera dependia fortemente dos processos de trocas gasosas que ocorriam nas imensas árvores das florestas tropicais. Isto não é verdade. A maior parte do oxigênio que forma a nossa atmosfera não é produzido por plantas e sim pelos oceanos que cobrem mais de 70% do nosso planeta, disponível em http://www.on.br/site_edu_dist_ss/modulos - Projeto de “Ensino a Distância”, Módulo de “Astrofísica do Sistema Solar”. Observatório Nacional - Ministério da Ciência e Tecnologia.

e erradicação da pobreza - fossem alcançados.²⁶

Em “Empreendedores sociais em ação”, Roure e Pádua (2001)²⁷, ressaltam que “por ironia do destino, muitos dos países em desenvolvimento que enfrentam o empobrecimento”, como é o caso do Brasil, “comportam a mais rica concentração de biodiversidade”. E comentam o surgimento de modelos alternativos de desenvolvimento e conservação nesse cenário. Como já observado, é crescente a conscientização em nível mundial sobre as questões ambientais a ponto de surgirem alternativas viáveis para os setores produtivos por meio da adoção de novas tecnologias que implicam em economia dos recursos e menor impacto para o meio ambiente. Tal fato é registrado por Pellegrini (1993, pág. 22), ao observar que a procura por tecnologias inovadoras marcou a segunda metade dos anos 80 e o início da década de 1990: “aspira-se por uma tecnologia limpa que não degrade o meio ambiente e conserve as condições ideais da casa de todos, para as futuras gerações”, conclui.

O princípio da sustentabilidade dos sistemas, incluindo-se aí os ecológicos de que trata o autor, começa a se firmar nos meios acadêmicos e já integra discursos do governo brasileiro, a ponto de hoje formarem base de conceituação da maioria dos projetos de desenvolvimento em nível mundial, assim como no Brasil. Em nível local, os esforços empreendidos pela APES pró-criação do parque traduzem essa preocupação com a perenidade dos atributos naturais e fisionômicos do lugar, a ponto de mobilizar pessoas e recursos para a busca desse fim, tendo como foco tão somente o bem estar da coletividade. Para trazer entendimento sobre os fatores que interferem na decisão de voluntários em participarem de ações voltadas para a manutenção dos ambientes

²⁶ Ainda hoje, se acumulam os problemas gerados pela rodovia inacabada e de difícil manutenção que, em épocas de chuvas intensas fica intransitável, gerando grandes prejuízos aos caminhoneiros que vêem suas cargas se perderem nos atoleiros, privando as populações das cidades que se formaram ao longo da rodovia das condições mínimas de vida. Trechos que poderiam ser vencidos em poucas horas levam quase um mês para serem percorridos, segundo recente reportagem veiculada no Jornal da Globo, da Rede Globo de Televisão no último dia 03/03/2004, frisando que seriam necessários investimentos de 1 bilhão de reais para retomada do projeto e asfaltamento definitivo enquanto o orçamento governamental prevê o desembolso de 100 milhões de reais para sua manutenção ao longo desse ano de 2004.

²⁷ Mônica de Roure e Suzana Machado Pádua, organizadoras do livro “Empreendedores sociais em ação” – Texto do Capítulo II: “Ecoturismo e Conservação da Natureza”, de Suzana Machado Pádua, Jadwiga Lopata S.L.N. Swamy e Venkatesh Ravendra, São Paulo, Ipê, 2001, p.27.

ecologicamente equilibrados (incluindo-se aí, planta, bicho, gente), sem benefícios pessoais aparentes e imediatos, torna-se necessário refletir-se sobre as relações que cada indivíduo mantêm com a natureza, na forma proposta por Godelier (1984), citado em Diegues (1996):

O coração das relações materiais do homem com a natureza aparece uma parte ideal não-material, onde se exercem e se entrelaçam as três funções do conhecimento: *representar, organizar e legitimar* as relações dos homens entre si e deles com a natureza. Torna-se, assim, necessário analisar o sistema de representações que indivíduos e grupos fazem de seu ambiente, pois é com base nelas que eles agem sobre o meio ambiente.

Para exemplificar essa condição descrita por Goldelier, Diegues descreve como a relação entre os pigmeus (coletores-caçadores) e os bantus (agricultores itinerantes) com a floresta é distinta, na análise daquele autor. Para os primeiros, ressalta que “a floresta é um ambiente amigo, onde se sentem em segurança ao passo que para os bantus ela é habitada por espíritos maus e representa somente um obstáculo a derrubar para se poder plantar”. Segundo Diegues (1996, pág. 63), para Godelier, essas representações diferenciadas significam, na verdade, dois tipos de organização social e econômica diferentes.

Por analogia, a área de cerrado do Sudoeste representaria para os “pigmeus” da APES um lugar sagrado de beleza cênica singela, capaz de despertar os mais nobres sentimentos e reverência e que deveria, portanto, ser preservado a qualquer custo, inclusive para deleite das futuras gerações, mesmo que sejam necessários embates freqüentes contra “invasores maus”. Por outro lado, para os “bantus-catadores-carroceiros”, a mesma área representaria apenas mais uma fração de mata em área urbana, estrategicamente localizada que lhes serve de refúgio temporário para o desenvolvimento de suas atividades específicas até que sejam obrigados a deixá-la, sem que tenham demonstrado, no período de permanência, quaisquer vínculos afetivos com o lugar ou mesmo compromissos com sua preservação, mesmo que para uso posterior.

Segundo Diegues (1996, pág. 64), o mesmo fenômeno acontece na Amazônia onde a floresta tropical representa para as tribos indígenas o seu *habitat* conhecido e acolhedor onde viveram seus antepassados, enquanto para o colono vindo do sul do Brasil, ela representa um obstáculo a ser vencido para se implantar a agricultura e a pecuária moderna, fonte potencial de lucro, e explica:

Na realidade, eles participam de sistemas econômicos diferentes e cada um desses sistemas determina um modo específico de exploração dos recursos naturais e do uso do trabalho humano, assim como o “bom” e o “mau-uso” dos recursos naturais, segundo uma racionalidade intencional específica.

Ao discutir as representações que envolvem o “Espaço Público, o Espaço dos Comunitários, nas áreas Naturais Protegidas”, o autor alerta para a impropriedade em se criar áreas de proteção ambiental sem levar em conta as populações tradicionais que com elas têm relações ancestrais que caracterizam aspectos significativos de sua própria cultura. Para ele “a criação de parques nacionais, com o conseqüente afastamento forçado das populações tradicionais em benefício de uma conservação ambiental que beneficia os “visitantes urbanos”, é eticamente questionável”. Ressalta que “na maioria das vezes, é usurpação de espaços coletivos (...) em benefício de um neomito que favorece as populações urbanas que usam o parque para passear, se divertir” (Diegues, 1996, pág. 68).

Apesar da existência de moradores na área do parque que lá estão a mais de 20 anos, esse grupo não se caracteriza como população tradicional²⁸, já que o conceito não se resume ao fato de se habitar uma área por longo tempo. Numa analogia entre os saberes e o poder, na conservação da natureza, Diegues (1996) identifica confronto de dois saberes, o tradicional e o científico-moderno:

²⁸ População ou Comunidade tradicional, por definição, é o grupo de pessoas que apresentam um modelo de ocupação do espaço e uso dos recursos naturais voltado principalmente para a subsistência, com fraca articulação com o mercado, baseado em uso intensivo de mão de obra familiar, tecnologias de baixo impacto, derivadas de conhecimentos patrimoniais e, via de regra, de base sustentável. (Arruda, 1997), citado em Manual de Ecoturismo de Base Comunitária: ferramentas para um planejamento responsável, WWF Brasil, 2003, p.428.

Como toda mitologia antiga tem seus guardiões (os mais velhos, os pajés etc.), os neomitos da conservação também possuem os seus – entidades preservacionistas, instituições públicas ambientais; além de seus sacerdotes – os administradores dos parques, e seus auxiliares iluminados pelo conhecimento empírico-racional, os cientistas naturais que definem o que é biodiversidade, como a natureza deve ser preservada etc. (Diegues, 1996, pág. 69).

Em lugar da “etonociência” representada pelo saber acumulado das populações tradicionais, sobrepõe-se o poder da “ciência moderna” e a noção de capacidade de suporte baseada em informações científicas “na maioria das vezes, insuficiente”, conclui Diegues (1996, pág. 70). “Não é para menos”, comenta o autor, “que em todas as áreas naturais protegidas, a pesquisa científica seja permitida, mas não o etnoconhecimento”, sob o argumento de que “esse exige presença das comunidades tradicionais, do saber, de técnicas patrimoniais e, sobretudo, de uma relação simbiótica entre o homem e a natureza”.

As iniciativas voltadas para a conservação dos ecossistemas, principalmente de UCs, deixaram de se concentrar apenas nos aspectos bióticos do sistema para se expandirem em direção aos aspectos políticos e sociais mais abrangentes que envolvem estruturas mais flexíveis, participativas, sustentáveis e nas decisões sobre procedimentos e gestão cada vez mais ajustadas às necessidades que se apresentam no dia a dia, o que parece se constituir numa mudança de paradigma evidente.

Segundo registros do manual *UICN* (1986), o movimento conservacionista foi liderado por naturalistas, que embora tenham dado sua contribuição ao processo, foram incapazes de resolver os problemas básicos da conservação porque os fatores limitantes não são de ordem ecológica, mas de ordem políticos, econômicos e sociais. “As opiniões para a conservação têm que ser procuradas entre os políticos, sociólogos rurais, agrônomos e economistas”, afirma o documento. “Em última análise, os usuários dos recursos naturais locais são aqueles que tomam a decisão”, conclui. (*UICN* 1986, pág. 33).

Quando a situação do parque é analisada sob esse prisma, se mostra grave na medida em que se trata de famílias inteiras vivendo em condições subumanas em meio a animais domésticos com a presença, inclusive de crianças. A coleta e seleção de lixo nas condições em que se apresenta, vem trazendo conseqüências danosas tanto para a saúde pessoal dos catadores, como para a saúde ambiental da área. Este parece ser um “problema agudo” de que fala Pellegrini (1993), pois o fato de envolver pessoas carentes em atividades insalubres torna o problema potencialmente delicado e de solução difícil, pois já não depende da simples intenção manifesta dos integrantes da APES em removê-los dessas atividades, mas envolve todo o *staf* do governo local e demais instituições, considerando a quantidade de indivíduos envolvidos com a prática e a necessidade urgente de removê-los para local adequado.

O movimento ambientalista, (...) apresenta um profundo alcance na medida em que serve à conscientização de problemas agudos, tal qual o da pobreza que acompanha o acelerado processo de aumento populacional e de concentração humana em cidades (...), tal qual o da necessidade de se elevar a qualidade de vida de muitos estratos populacionais. (Pellegrini, 1993, pág. 26).

Não há como falar de qualidade de vida nas precárias condições em que se encontra essa população. O problema por que passam essas famílias revela um anacronismo social que se espalha por toda a cidade e de maneira mais ampla, por todo o Distrito Federal, desde os primeiros tempos de Brasília, representado por correntes migratórias direcionados à Capital do país. São grupos constituídos, em sua maioria, por hordas de desempregados e desvalidos oriundos de cidades do entorno, como de todo o interior dos estados vizinhos, que aqui tentam sobreviver e fixar residência. Há um outro grupo de ocorrência sazonal que invade a cidade ao final de cada ano, geralmente com retorno às sua cidade de origem após acumularem alguns pertences (vestuário, utensílios, eletrodomésticos), conseguidos com a mendigação ou ajuda de instituições de caridade da cidade, igrejas e movimentos solidários. Acumulam bens ainda com o fruto de trabalhos alternativos típicos da rua, como lavagem e guarda de veículos em

estacionamentos e, alternativamente, coleta de materiais recicláveis que possuam valor venal. Porém, muitos desses migrantes não retornam às cidades de origem e ocupam-se desses afazeres com mais constância por se constituírem nas únicas possibilidades de sobrevivência que se apresentam, nessa conjuntura. Essa condição acaba por conduzi-los às matas e bosques próximos das áreas urbanas onde se encontram as fontes de matéria-prima. Nelas conseguem ficar abrigados dos olhos curiosos da população ao mesmo tempo em que driblam a fiscalização pública que tem se mostrado impotente diante da constância das ocorrências e a gravidade dos problemas acumulados nesses locais em função das características agressivas da prática de manuseio do lixo para o meio ambiente. Eles vêm de Brazlândia, Luziânia e outras cidades do entorno, conforme confirmaram alguns “moradores locais”, quando entrevistados pelo pesquisador.

Elegendo o ecoturismo como alternativa de geração de renda e empregos, capaz de se opor à migração motivada pela busca de vida mais digna, Pádua e Outros (2001, pág. 31), afirmam que “numa perspectiva mais ampla, (...) o ecoturismo deve sempre utilizar os recursos de modo sustentável, promover a conservação e buscar o equilíbrio social, contribuindo para prevenir a migração e a desigualdade”. Não está sendo levada em conta aqui, a possibilidade de transformação do parque, ainda hoje ocupado por grupo de catadores e carroceiros nômades, em área de ecoturismo capaz de gerar renda e resgatar a dignidade dessas populações, até porque este não preenche a maioria dos atributos²⁹ necessários para viabilizar a implantação de um projeto tão específico. O interesse sobre o parque está baseado na visão dos moradores locais, movida por sentimentos pessoais e espírito preservacionista, de que é necessário lutar pela conservação daquela fisionomia de cerrado, para a fruição das paisagens, promoção de educação ambiental e lazer, parâmetros inerentes à qualidade de vida. A possibilidade admitida nessa condição refere-se à exploração de potenciais ecoturísticos nas cidades de origem desses migrantes, que

²⁹ Os chamados atributos ecoturísticos estão relacionados aos aspectos qualitativos e/ou quantitativos que distinguem um destino de exuberância sob o ponto de vista natural e/ou cultural, capaz de, por si só, atrair visitantes e proporcionar ganhos de qualidade de vida da população local dentro de certos parâmetros que conjuguem a sustentabilidade dos bens visitados para sua perenidade como atrativo e do próprio negócio turístico.

apresentem possibilidades de geração de empregos e renda nos próprios locais e possam desestimular os fluxos migratórios em direção à Capital. Numa visão macro do problema, esse componente pode se constituir numa das alternativas de solução a serem propostas nos fóruns de discussão de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento regional. Pequena parte dessa imensa lacuna no DF e cidades circunvizinhas foi preenchida com a publicação da pesquisa sobre as atividades de turismo realizadas no espaço rural do Distrito Federal, e em algumas áreas do entorno (CET/UnB, 2003), cujo conteúdo pode nortear a implantação de novos empreendimentos ecoturístico e de turismo ecológico em nichos ainda pouco explorados na área abrangida, e incentivar novas pesquisas sobre esse mercado recente.

Pellegrini (1993) já alertava para a insipiência de informações sobre a potencialidade de áreas propícias a implantação desses empreendimentos que envolvem turismo e ecologia, ao comentar:

Com tantas atividades do movimento pró-meio ambiente, incluindo-se providências empíricas de associar ecologia e turismo, falta, porém, um levantamento preliminar da potencialidade de recursos naturais que possam servir de atrativos para visitantes, bem como indicações iniciais de seu uso. (Pellegrini, 1993, pág. 32).

Enquadra-se nesse objeto, as iniciativas levadas a cabo por algumas organizações não governamentais a respeito do papel que devem desempenhar na mobilização e divulgação das questões ambientais em nível local, nacional e até, internacional. Para Campos (2003):

As pessoas que trabalham nas organizações (ONGs) devem ter em mente a importância dessas relações profissionais para a própria causa. Não como simples divulgadores de uma instituição ou agentes de propaganda, mas como instrumentos ativos de mobilização e promoção de uma agenda pública. (Campos, 2003, pág. 2).

Nesse aspecto, James Brascher (2001)³⁰, alerta para que a causa que motivou a criação das ONGs e faz com que profissionais e voluntários se agreguem a elas, não se perca em vaidades de seus mentores sob pena de caírem em descrédito perante a opinião pública e científica, com prejuízos diretos para as instituições congêneres. Para ele:

Ao se promover mais do que a causa que defende, ela (uma ONG) está sendo ineficiente na solução das questões sociais. Algumas vezes a organização está tão focada em divulgar os resultados de seus projetos que esquece de mostrar a causa maior na qual ela está engajada. E isso não faz com que a sociedade fique atenta ao problema e se mobilize contra ele. Autopromoção não fortalece o trabalho de resolução dos problemas sociais.

A atuação da APES, instituição civil sem fins lucrativos, não difere, em sua essência, da atuação de associações ambientalistas mais estruturadas (ONGs, OSCPs), cujos trabalhos, via de regra, se mostram preponderantes na mobilização e conscientização da sociedade a respeito das questões sociais e ambientais e hoje assumem papel de vanguarda na proposição e discussão desses temas. Segundo Pellegrini (1993) já na década de 80, desempenhavam esse papel de voluntariado de vanguarda, ao comentar que:

Naqueles anos, as primeiras entidades particulares sem fins lucrativos, e dedicadas à defesa do meio ambiente com suas primeiras campanhas começam a surgir (...), incluindo-se as pequenas associações existentes em tantas cidades, congregando desde especialistas até jovens entusiastas, todos muito ativos nos anos 80. (Pellegrini, 1993, pág. 30).

Uma das estratégias utilizadas pela Associação para o significativo sucesso de suas atividades foi dar publicidade a seus atos (denúncias, ações de limpeza,

³⁰ Entrevista veiculada na rede GIFE ONLINE, página virtual de GIFE – Grupo de Institutos Fundações e Empresas/Brasil, em 02/04/2001, sob o título “Comunicação é fundamental para mobilização da sociedade” de autoria de James Brascher durante sua participação na edição brasileira do *University for a Night*. Brascher é diretor de programas e gerente de comunicação do Instituto Synergos, e defendeu na oportunidade a comunicação como uma importante ferramenta de mobilização da sociedade para a urgência das causas sociais.

recomposição da área por meio de seus mutirões) na mídia de grande penetração do DF, segundo relato de seu presidente, Fernando Lopes. A tática se baseia em pinçar um assunto local de relevância que seja capaz de extrapolar esses limites e tornar-se objeto de interesse do público em geral, o bastante para induzir os editores dos meios de comunicação a incluí-los na pauta de seus veículos. De encontro a essa estratégia de conquista da mídia, escreve Campos (2003):

Qualquer que seja o trabalho de uma ONG, ela deve considerar a importância das instituições de comunicação para tornar o seu trabalho legitimado. A idéia é difundir um problema e uma idéia, para que seja coletivizada e participe das preocupações de um grupo cada vez maior e mais diverso de pessoas e, assim, ganhe forma e visão diferentes, cada vez mais ricas e mais mobilizadoras. (Campos, 2003, pág. 28).

Esse modo de agir está baseado no consenso do quanto é relevante o papel da imprensa no processo de formação da consciência ecológica da população em geral, principalmente a TV, por proporcionar aos telespectadores, acesso direto e rápido à informação. Porém, seria desejável que essa temática ocupasse maior espaço nos chamados horários nobres de audiência. Pellegrini (1993) já reconhecia o papel relevante desempenhado pelos órgãos de comunicação na propagação dessas idéias e sua capacidade em torná-las alvo de discussões generalizadas em busca de boas soluções para os graves problemas ambientais instalados no planeta, ao afirmar que:

O debate de assuntos relacionados à ecologia provocou uma considerável conscientização dos problemas ambientais, no que os órgãos de comunicação social exerceram importante papel, chegando a reservar grandes espaços e tempos para notícias, entrevistas, mesas-redondas e semelhantes, além de programas importados sobre ecologia. (Pellegrini, 1993, pág.30/31).

Ainda dentro dessa relação Imprensa x ONGs é pertinente citar Carolina Pompeu de Souza Campos quando afirma que “as instituições de comunicação e as ONGs ambientalistas representam, hoje em dia e de certa forma, papéis

complementares”. Para ela, cabe a essas organizações perceberem o poder de mobilização das instituições de comunicação em favor das causas ambientalistas. (Campos, 2003, pág. 5).

Essa sensibilização globalizada sobre as questões ambientais ecoou em nível nacional, culminando com a criação das primeiras áreas de preservação ambiental legalmente constituídas pelo poder público. Sobre o fato, Pellegrini (1993) registra que:

Resultados começaram a surgir: (...) criação de vários parques nacionais, reservas biológicas, estações ecológicas, áreas de proteção ambiental, e outras formas de preservação ecológica em nível federal, estadual e municipal; término da publicação do Projeto Floram (para preservação e recuperação de coberturas vegetais...); tentativas (embora tímidas) de ações pró-educação ambiental, etc. (Pellegrini, 1993, pág.31).

Prossegue o autor: “falta experiência, faltam pesquisas, falta até a suficiente compreensão e a necessária conscientização a respeito da problemática ambiental, no Brasil”. (Pellegrini, 1993, pág. 31/32). Dentro da hipótese de que as áreas naturais protegidas por decreto, têm mais chances de se manterem imunes à ação predatória do homem do que as desprovidas de diploma legal, defendida por membros da APES-DF, torna-se relevante destacar aspectos analisados por Diegues (1996) na obra “O mito moderno da natureza intocada”, que trata das formas mais adequadas de proteger a diversidade biológica e a sócio-cultural ao condenar a prática de sociedades ocidentais em estabelecerem “ilhas intocadas de florestas representadas por parques e reservas naturais onde a natureza pudesse ser admirada e reverenciada”.

A busca por lugares exóticos e minimamente tocados é meta dos adeptos do turismo ecológico e ecoturismo que crescem em nível mundial à taxas que variam de 10% a 30% ao ano, segundo recente relatório do *World Resources Institute (WRI)*, comentado em “Ecoturismo e Conservação da Natureza” (Pádua e Outros, 2001). Ao traçar um perfil desses visitantes, Pellegrini afirma:

O turista, entretanto, procura atrativos que não estão integrados no seu trivial: procura o exótico, numa situação que em antropologia cultural se denomina a alteridade – a busca de assuntos no “outro” – desde a paisagem verde que não é possível fruir da cotidiana janela do escritório de um prédio rodeado de concreto, até uma coreografia de Congada, Boi-Bumbá, Maracatu, que também não é comum no meio ambiente artificial da cidade. (Pellegrini, 1993, pág.125/126).

Um das principais motivações dos moradores locais em lutar pelo parque vêm, justamente, da possibilidade de fruir do “exótico” a partir da janela de seus próprios apartamentos de onde se tem uma visão panorâmica da vegetação nativa de cerrado. Hoje, uma condição incomum no meio ambiente artificial da cidade. Esse é um privilégio desfrutado por Fernando, presidente da APES e outros tantos moradores dos prédios vizinhos da área. Essa condição por si só é o bastante para valorizar os imóveis daquela região, distinguindo-os dos demais que não usufruem desse diferencial, tal como o que ocorreu com os apartamentos próximos ao Parque Olhos d'água que experimentaram uma valorização dada a importância crescente atribuída ao “verde” pela sociedade moderna. Fato semelhante e mais recente ocorreu por ocasião da venda dos apartamentos construídos no próprio Setor Sudoeste, principalmente os que dão frente para o Parque da Cidade. Esses imóveis eram anunciados como “raridades” em função de suas localizações junto àquele espaço de lazer extraordinário, agregando valor venal ao imóvel em função da presumível qualidade de vida que se poderia usufruir.

Essas são as bases teóricas sobre as quais repousam todos os demais procedimentos adotados para a coleta de informações e formulação de opinião sobre os fenômenos que ocorrem na área do futuro Parque das Sucupiras.

2.1- DESORGANIZAÇÃO URBANA NO DF

2.1.1– Localização e Limitação da área

A área definida para criação do parque compreende uma faixa de cerrado nativo, cuja poligonal imaginária³¹ está delimitada da seguinte forma:

- À leste, pela 4ª Avenida do Setor Sudoeste (acesso à Via S1 do Eixo Monumental, próxima ao Reservatório nº 1 da Caesb);
- À oeste, pela EPCB Estrada Parque Contorno do Bosque (divisa entre o Cruzeiro e Setor Sudoeste nas imediações do acesso à Via S1 do Eixo Monumental, próximo ao viaduto de ligação com o Setor Militar Urbano - SMU);
- Ao norte, pela Via S1 do Eixo Monumental (sentido Rodoferroviária / Memorial JK);
- Ao sul, pela via interna da QRSW 8 até o balão da Rua 6 (onde é interrompido por essa rua), seguindo até a 4ª Avenida, numa faixa contígua à cerca da área da Marinha do Brasil.

Como se pode observar nas fotografias abaixo, a área tem localização privilegiada em zona nobre da capital e está encravada às margens do Eixo Monumental, próxima a marcos históricos e equipamentos turísticos da cidade, e inserida nas zonas de proteção ambiental da Bacia do Paranoá e de tombamento do Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco (1987). Na imagem à direita, de *zoom* acentuado, os limites da área se mostram mais nítidos, entrecortados por caminhos abertos na mata, e separada em duas seções pela Rua 6 do Setor Sudoeste. Ao norte, limita-se pelo Eixo e ao sul, pela área cercada da Marinha do Brasil (próxima da forma retangular), que por sua vez faz divisa com a área do Instituto Nacional de Meteorologia – INMET (circular). Juntas formam a última mancha de cerrado preservado daquele conglomerado urbano.

³¹ Não há registros de que as coordenadas geográficas da poligonal do parque tenham sido sugeridas por quaisquer dos agentes interessados na sua criação. Não consta dos estatutos da APES-DF e nem no Projeto de Lei Complementar nº 29/2003 que dispõe sobre sua criação e tramita na Câmara Legislativa do DF - CLDF, de autoria do Deputado Fábio Barcellos.

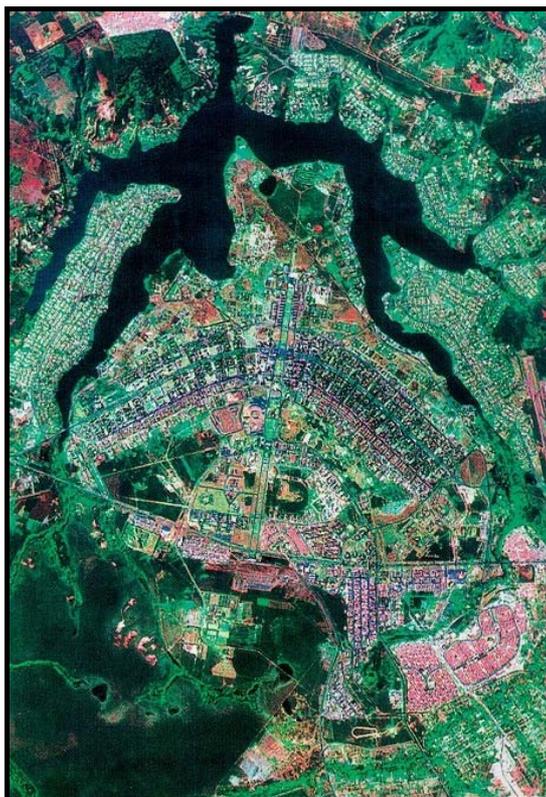


Foto 2.1: Vista geral da área do Plano Piloto e algumas cidades satélites. No centro da figura, sob a asa sul aparece a área circular do INMET e áreas vizinhas da Marinha e Parque das Sucupiras, junto às margens do Eixo Monumental.



Foto 2.2: Vista local das três áreas de cerrado nativo. À direita, INMET (circular), ao centro Marinha (retangular), cercadas, e à esquerda, o futuro parque às margens do Eixo Monumental. Detalhes da RA Cruzeiro e Sudoeste.

Em função das três áreas estarem inseridas nas zonas de proteção ambiental e de tombamento de Brasília, deveriam, por conseguinte, permanecerem livres de agressões e ameaças especulativas. Porém, não raro, aparecem notícias na mídia³² anunciando tentativas de mudança de destinação da área do INMET para zona de adensamento residencial. Quanto a área do futuro parque: vem sendo utilizada para o despejo de entulhos, além de servir de abrigo para populações de desocupados, carroceiros e catadores de lixo que insistem em desenvolver suas atividades degradantes no local. A área cercada da Marinha, aparentemente, está livre dessas mazelas.

³² “Pressão por terrenos leva governo do Distrito Federal a propor transferência do Instituto Nacional de Meteorologia para abrir espaço para mais edifícios residenciais no setor. Moradores temem inchaço”, manchete de reportagem de Andréa Cordeiro e Ana Maria Campos – Correio Braziliense – 05/04/2004.

2.1.2– Histórico da Ocupação Urbana do Cruzeiro e Conseqüências

A faixa remanescente de vegetação nativa abrangida pelo projeto de constituição do parque é parte da grande área de cerrado dos tempos da construção de Brasília que, paulatinamente, foi dando lugar às primeiras moradias do antigo Bairro do Gavião, hoje Cruzeiro Velho. Segundo registros colhidos na página eletrônica da Administração Regional do Cruzeiro (RA XI), a história da região onde se instalou esse aglomerado urbano é quase tão antiga quanto as primeiras iniciativas para a mudança da capital federal para o interior do país. Ela se confunde com a trajetória cumprida pela “Missão Cruls”³³, que veio a instalar acampamento às margens do córrego do Brejo - hoje Córrego do Acampamento - em área de cerrado próxima à Rodoferroviária de Brasília que faz limite com a esta RA. Vestígios desse acampamento existiam até antes da construção da capital, nas proximidades daquele córrego.

Consta que o engenheiro e astrônomo Luiz Cruls, chefe daquela missão, deixou montado um observatório meteorológico neste local, por um ano, para registro das condições climáticas da região. Por sua vez, A. Glaziou, botânico que na oportunidade acompanhava a expedição e viveu no acampamento durante todo o ano de 1895, deixou registrada uma das impressões mais significativas sobre aquela região ao afirmar que do ponto mais alto onde estava acampado era possível observar um "vastíssimo vale banhado pelos rios Torto, Gama, Vicente Pires e Riacho Fundo". Esse vale o "impressionou profundamente pela calma severa e majestosa", nada a que "fosse comparável, quer pela fertilidade do solo, quer pelas vantagens das águas, quer pelo clima, quer pelo conjunto da paisagem".

Com a retomada das idéias de mudança da Capital Federal, num período posterior compreendido entre 1946 e 1948, foi constituída a Comissão de Estudos de Localização da Nova Capital, denominada Comissão Polli Coelho que, entre

³³ Comissão Exploradora do Planalto Central criada com a Primeira Constituição Republicana, em 1892, que tinha como finalidade, demarcar a área do futuro Distrito Federal;

outras atribuições, estava o estudo realizado pela firma de Donald Belcher³⁴, que recomendavam cinco sítios para escolha do local de instalação da capital do país. Em 15 de abril em 1955, foi escolhido o Sítio Castanho para o assentamento da Capital, exatamente no local onde esteve por muito tempo acampada a comitiva de Luiz Cruls.

O início da ocupação urbana da área onde se localiza a RA XI deu-se nessa mesma época, nas terras que formavam a então Fazenda Bananal (área desapropriada para a Construção de Brasília), a fim de abrigar os funcionários públicos federais que chegavam do Rio de Janeiro para trabalharem na nova capital. Em 1958, parte da vegetação original da área começou a ser retirada para dar lugar às primeiras moradias do futuro Núcleo Urbano do Cruzeiro, que consistiam de alguns poucos blocos de dez casas geminadas, caiadas de branco, todas iguais, lançadas sobre o “barro vermelho” (característica do solo da região) que lhe valeu o codinome de “Cemitério” dado pelos primeiros moradores³⁵. Consta da história registrada no sítio da RA, na internet, que:

Em 1960, um grupo de moradores procurou o Jornal Correio Braziliense para manifestar sua insatisfação com o nome do local em que moravam. O batismo de Cruzeiro tinha então dois fundamentos lógicos: primeiro, o bairro ficava próximo à Cruz (estrategicamente, colocada no Eixo Monumental - logo atrás o Memorial JK) do Cruzeiro onde foi celebrada a primeira Missa de Brasília; segundo, havia uma linha de ônibus de Transportes Coletivos de Brasília - TCB, que fazia o trajeto do local da Cruz até o Gavião. A partir daí, como era de se esperar, a Região ficou conhecida pelo nome de Cruzeiro”. (Historia da RA XII, 2004).

³⁴ A interpretação do ano de 1954 foi feita com base no “Relatório Belcher – Relatório Técnico sobre a Nova Capital da República”.

³⁵ Segundo consta na página da RA, na internet, os primeiros moradores do então SRE/S – Setor de Residências Econômicas Sul não se acostumaram com essa sigla (característica do endereçamento utilizado na nova capital; registro nosso) e outras denominações para o local foram surgindo: primeiro chamaram de “Cemitério”, devido ao isolamento do bairro e a impressão que se tinha daquele aglomerado de casinhas brancas, quando avistado de longe. Depois, numa homenagem bem humorada dos cariocas residentes, o local passou a ser reconhecido como “Bairro do Gavião”, devido ao grande número de gaviões vermelhos que apareciam no local. A mudança do nome para “Cruzeiro” partiu da própria comunidade.

A equipe do urbanista Lúcio Costa foi responsável pelo projeto e pelo nome oficial do bairro - Setor de Residências Econômicas Sul – SRE/S que depois, mais precisamente na década de 1960, foi renomeado como Cruzeiro Velho num movimento popular de iniciativa de seus moradores mantendo, porém, o endereçamento original. O dia 30 de novembro de 1959 foi declarado data oficial de fundação do “Núcleo Urbano do Cruzeiro” por ato do então Governador José Aparecido de Oliveira através do Decreto nº 10.972, de 30 de dezembro de 1959, Art. 1º, vinte e oito anos depois da chegada dos seus primeiros habitantes.

Com o desenvolvimento do programa de transferência de funcionários do Rio de Janeiro para Brasília³⁶, mais casas foram sendo construídas no bairro e as áreas de vegetação nativa, por conseguinte, foram sendo retiradas gradativamente para darem lugar às novas edificações e arruamentos. Posteriormente, na década de 70, ocorreu a primeira expansão urbana da região, com a construção de um conjunto de edifícios de apartamentos com gabarito de 4 andares e áreas de comércio local, na faixa contígua a EPIA – Estrada Parque Indústria e Abastecimento formando o Setor de Habitações Coletivas Econômicas Sul - SHCE/S, popularmente conhecido como Cruzeiro Novo³⁷. Com essa primeira expansão, se deu uma nova e significativa perda de cobertura vegetativa na região.

Numa etapa seguinte, por volta de 1985, a Terracap, empresa estatal da Administração do GDF que cuida dos assuntos fundiários, abriu licitação para a venda de lotes residenciais localizados principalmente nas Quadras 10 e 12 do Cruzeiro Velho, na faixa mais próxima ao Eixo Monumental (Via S1), que veio a receber grande contingente de moradores de classe média, alguns oriundos das próprias casas geminadas e dos muitos apartamentos já existentes na RA. A nova zona residencial edificada com outro padrão de construção (casas e lotes individualizados) para atender demanda da classe média, ficou conhecida como

³⁶ Ação coordenada pelo antigo DASP - Departamento Administrativo do Serviço Público, atual Secretaria de Recursos Humanos, do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão.

³⁷ A denominação popular de Cruzeiro Novo para o núcleo urbano que surgia se deu em contraposição ao já instalado Cruzeiro Velho e numa alusão direta à nova moeda implantada no Brasil. Cruzeiro Novo (NCr\$), vigência de 13/02/1967 a 14/05/1970, instituído pelo Decreto-lei nº 1 de 13 de novembro de 1965.

Cruzeiro Nobre. Essa nova expansão urbana significou também mais perdas da cobertura de cerrado natural, justamente na faixa contígua ao Eixo, que se inicia no limite da EPIA, próxima à Rodoferroviária, e se estende até a EPCB, próxima ao viaduto do Setor Militar Urbano – SMU, que poderia constituir, se ali permanecesse intacta, uma sessão significativa do polígono imaginário do futuro parque.

Na década de 80 foram inauguradas as Áreas Octogonais, oficialmente denominadas de Setor de Habitações Coletivas Área Octogonal Sul - SHCAOS, caracterizado por 8 células de condomínios fechados, amplo comércio local e mais equipamentos comunitários, com edificações de 6 pavimentos, situados ao lado do Cruzeiro Novo tendo por limite as vias EPIG – Estrada Parque Indústrias Gráficas e EPIA, construídas com o objetivo de absorver demanda de toda a cidade por moradias para classe média.

Segundo dados históricos da RA XI, numa etapa posterior, por volta de 1987, o arquiteto Lúcio Costa, preocupado com o crescimento desordenado de Brasília traçou um plano de expansão para a capital federal chamado de “Brasília Revisitada”. Desse plano faziam parte seis pontos para onde ela poderia crescer sem a “selvageria de outras cidades brasileiras, preservando seu projeto urbanístico original”. Um desses pontos seria a criação do Setor Sudoeste³⁸, previsto para ocupar justamente a última grande área de cerrado, inserida na área de abrangência da Regional do Cruzeiro. Com capacidade para mais de 50 mil habitantes, o conglomerado começava a ser efetivamente implantado em julho de 1989 como parte integrante desse projeto.

38

ÁREA TERRITORIAL	UNIDADE RESIDENCIAL	ÁREA APROXIMADA (m²)	Nº CASAS/APARTAMENTOS
8,99 Km2	CRUZEIRO VELHO	1.386.251	1.889
	CRUZEIRO NOVO	1.193.031	7.300
	ÁREA OCTOGONAL	761.693	3.300
	SETOR SUDOESTE	5.649.023	6.837

Disponível em <http://www.setorsudoeste.com.br/asp/historia.asp>

As informações colhidas em página eletrônica específica da Administração Regional - RAXXII, na internet, registram que o novo setor está situado numa faixa próximo ao Parque da Cidade e dispõe de variado comércio e amplas áreas de lazer, proporcionando um alto padrão de vida para os seus moradores. Até o mês de maio de 2003, o Setor Sudoeste e as Áreas Octogonais, juntamente com o Cruzeiro Velho e Cruzeiro Novo, faziam parte de uma única unidade administrativa que correspondia a 8,99 Km² da área total do DF. Dois desses núcleos habitacionais, o Setor Sudoeste e as Áreas Octogonais foram desmembradas para formar uma nova região administrativa³⁹ denominada RA XXII, através da Lei n° 3.153, de 06 de maio de 2003, sancionado pelo Governador Joaquim Roriz. Até o ano de 1991, onde está atualmente localizado esse setor residencial havia um extenso bosque de vegetação nativa típica do cerrado, à época, já bastante alterado em função de sua ocupação por “invasores” que lá passaram a morar em barracos improvisados. Quatorze anos passados, a área está quase que totalmente ocupada por edificações de alto padrão, vias e equipamentos urbanos. São mais de 300 edifícios residenciais e muitos outros comerciais ali instalados.

“Cada um dos setores habitacionais dessa região reflete em suas características o momento político, social e econômico de suas implantações” (História da RA XI, 2004). Da cobertura original, restou livre sem destinação, apenas a faixa de cerrado hoje reivindicada para ser transformada em parque ecológico.

2. 2 – DEGRADAÇÃO AMBIENTAL NO DF

O termo degradação ambiental é utilizado para qualificar os processos resultantes dos danos ao meio ambiente, pelos quais se perdem ou se reduzem algumas de suas propriedades, tais como a qualidade ou a capacidade produtiva dos recursos ambientais. Nos termos da Lei N° 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos

³⁹ As Administrações Regionais são órgãos da administração direta regionalizada, supervisionada pela Secretaria de Governo do DF e coordenada pela Superintendência das Administrações Regionais. As Administrações Regionais tem por competência representar o Governo do Distrito Federal na execução das atividades e serviços de interesse público em suas jurisdições.

de formulação e aplicação, "Degradação da qualidade ambiental", seria a alteração adversa das características do meio ambiente⁴⁰.

2.2.1 – Visão Histórica das Áreas Verdes de Brasília

Ao contar "a história verde de Brasília"⁴¹, a jornalista Ana Helena Paixão publica que a memória da cidade está guardada nas frondosas árvores que ornamentam a cidade. No princípio, conta ela, era o cerrado fechado. Os quase 6 mil km² que formam o Distrito Federal limitavam-se à beleza das árvores retorcidas. A partir de outubro de 1956 então, com a chegada de Juscelino Kubitschek, a paisagem mudou para sempre. As máquinas que por aqui chegaram foram implacáveis, afirma.

A autora se mostrou enfática ao dizer que "o solo candango foi devastado para dar lugar à cidade-sonho" e de certa forma o foi também na visão da arquiteta Simone Cruz, autora de tese que mostra a história verde da capital. Para ela "ninguém pensou duas vezes antes de destruir um bosque inteiro de pequizeiro se ele estivesse no lugar destinado ao Congresso".

Sobre o fato, Kátia Marsicano⁴², relata que quando Brasília foi construída, a ordem era "arrancar o mato e replantar depois". Segundo a articulista, "importante era ter o descampado vermelho livre para o trânsito de máquinas e operários". Em certa altura, comenta que "apesar de tantas espécies exóticas, há espaços que bem poderiam ser um museu do cerrado a céu aberto pela preocupação em preservar um ecossistema, prestes a acabar". Finalizando, ela induz o leitor a

⁴⁰ Definição colhida no Dicionário Ecológico Ambiental, disponível em <http://www.ecolnews.com.br/direitoambiental.htm>, acessado em 29/06/2004.

⁴¹ Reportagem da jornalista Ana Maria Paixão publicada na coluna Distrito Federal do Correio Braziliense de 16/05/2004, divulgando duas teses de mestrado em Arquitetura e Urbanismo, elaboradas, uma pela arquiteta Simone Cruz e, outra, pelo engenheiro agrônomo Alexandre Sampaio da Universidade de Brasília (UnB), mostram a história verde da capital. Os trabalhos acadêmicos reconstituem o processo de arborização da cidade e revelam as diferenças entre a proposta original do urbanista Lucio Costa e a realidade imposta pela natureza.

⁴² Kátia Marsicano, em artigo veiculado no sítio WebDaqui, em 05/11/2003.

uma reflexão ao constatar, através de fotografias aéreas⁴³, que “a cidade esverdeada camufla a ausência de áreas verdadeiramente preservadas”, e diz: “reconhecer a importância do ambiente em que se vive é ter noção do que representa eliminar o natural e colocar em seu lugar o superficialmente adequado e confortável aos olhos da estética paisagística, como se o cerrado não merecesse o respeito à integridade de suas espécies”.

Segundo relata a repórter Ana Paixão, no início da construção de Brasília qualquer árvore podia se integrar à paisagem local desde que crescesse rápido e produzisse belas flores e sombra farta. Porém a estratégia de substituir a vegetação nativa mostrou-se equivocada, apenas uma década depois da inauguração da capital. Registros históricos dão conta de que no início dos anos 70, as árvores exóticas, que ainda constituem 90% das árvores de Brasília, começaram a morrer por inadequação ou devido a ataques de pragas. “As pessoas diziam que essa terra era amaldiçoada porque nem as árvores sobreviviam aqui”, lembra Ozanan Coelho, diretor do Departamento de Parques e Jardins da Novacap e pioneiro da arborização no DF. “Além do desgaste político, perdemos dinheiro e tempo. Com a crise de 76, tivemos que recomeçar do zero.”

A notícia era de que para pôr fim ao deserto que se formou na W3 Sul os pesquisadores voltaram sua atenção para a vegetação nativa. “O lado bom foi que buscamos reintroduzir as espécies do cerrado. Percebemos que a longevidade das árvores exóticas era menor fora do ambiente natural delas”, ponderava Ozanan. “Na arborização da Asa Norte, priorizamos espécies locais.”

Esse relato é emblemático na medida em que demonstra os acertos e equívocos das políticas de arborização desta cidade que oscilou entre o que recomendava o projeto Lúcio Costa e a realidade de se buscar um equilíbrio entre a manutenção das fisionomias originais e a introdução de algumas espécies estrangeiras que melhor se adaptassem às condições críticas do clima e solo do

⁴³ Nas Asas de Brasília - Fotografias aéreas de João Facó, Incrível Comunicação Visual (livrofoto@ig.com.br), Brasília, 2003.

ambiente cerrado. O projeto original previa a substituição das espécies nativas por grupos de exóticas com o objetivo de dar identidade paisagística diferenciada a cada uma das superquadras que surgiam, todas muito parecidas nas suas configurações e fisionomias. “Se o plano do urbanista tivesse sido concretizado”, registra o engenheiro agrônomo Alexandre Sampaio (UnB), autor de uma das teses citadas na reportagem, “teríamos a Rua dos Ipês, a das Copaíbas, a das Aroeiras e assim por diante”.

A experiência vivida pelos arquitetos e paisagistas pioneiros da arborização de Brasília deve servir de parâmetro na hora de se buscar soluções estéticas e ambientais para projetos de ocupação do solo urbano na região de cerrado. Deve-se analisar a conveniência de se retirar a cobertura vegetativa original ou permanecer com ela ajustada à planta a ser edificada. O preço que se paga para a recomposição posterior dos locais perturbados é grande em função do crescimento lento das espécies nativas e do fato que muitas das exóticas utilizadas para esse fim, não se adaptam ao processo.

Alguns especialistas pregam, pela economia de recursos e coerência paisagística, a manutenção das poucas ilhas remanescentes de cerrado em áreas urbanas da capital. A intenção seria a de preservar a fisionomia original dos lugares como legado às gerações futuras, em contraposição às intervenções radicais de retirada de vegetação e solo, ocorridas desde os tempos da construção de Brasília, muitas das quais, sem necessidade de serem executadas em tanta profusão.

Com relação à área do parque e dos núcleos urbanos daquela região, mesmo diante da necessidade de destinação das áreas já ocupadas para a implantação de moradias, comércios e vias, muitas faixas da vegetação original poderiam ter sido preservadas se essa intervenção tivesse sido planejada dentro da visão de manutenção dessas fisionomias originais.

2.2.2– Diagnóstico: Abordagens Macro (Bioma) e Micro (Parque)

A presente análise sobre o processo de desmatamento cíclico e gradativo do cerrado ocorrido na região da grande Cruzeiro (Cruzeiro Velho, Cruzeiro Novo, Áreas Octogonais e Setor Sudoeste) onde se insere a área remanescente do parque, está baseada numa avaliação multitemporal da perda de cobertura vegetativa do Distrito Federal e da diversidade florística da Reserva da Biosfera do Cerrado⁴⁴ – Fase 1, desenvolvida pela UNESCO e recentemente publicada sob o título “Vegetação do Distrito Federal: tempo e espaço” (UNESCO, 2002).

Utilizando-se de técnicas de geoprocessamento, o estudo possibilitou o desenvolvimento de uma base de dados geográficos abrangendo vários períodos a partir de meados da década de 50, o que possibilitou o acompanhamento da dinâmica da ocupação do solo em todo o DF e suas conseqüências para a cobertura vegetativa da região. Conforme dados do estudo:

O bioma do cerrado abrange 200 milhões de hectares compreendendo uma larga variedade de fisionomias savânicas que dominam a paisagem do Brasil central. Matas de galeria se desenvolvem ao longo dos rios e córregos, matas secas medram sobre solos mais ricos, bem como vegetação de transição nas bordas com outros biomas. Sua flora é rica, com mais de 6.000 espécies de plantas vasculares com um grande número de espécies endêmicas. (UNESCO, 2002).

A área do parque sob estudo, de aproximadamente 22 ha⁴⁵, é constituída de

⁴⁴ A Reserva da Biosfera do Cerrado – Fase I foi criada pela Lei n° 742, aprovada em 28 de julho de 1994, definindo os limites, as funções e o sistema de gestão dessa Reserva da Biosfera. É uma área ou um conjunto de áreas de conservação, reconhecidas internacionalmente pela UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura por meio do Programa MAB (*Man and Biosphere* - O Homem e a Biosfera), onde são desenvolvidas as seguintes atividades: Proteção do ecossistema; Intercâmbio e divulgação científica; Desenvolvimento Sustentável, por intermédio de projetos pilotos envolvendo as comunidades locais; Educação e Monitoramento Ambiental. A RBC, criada em uma área limítrofe à cidade de Brasília e a bolsões urbanos de pobreza, tem como desafio conciliar a proteção da natureza com o bem estar da população, em seus abrangentes sentidos. (SERMARH/GDF).

⁴⁵ De acordo com os dados disponibilizados na página eletrônica da Associação Parque Ecológico das Sucupiras (APES-DF), na internet, abrigado no provedor yahoo/grupos, acessado em 05/12/2003.

vegetação típica do cerrado (não há inventário de espécies)⁴⁶, com a presença de várias espécies, muitas das quais reconhecidas por moradores por seus nomes populares tais como o jatobá, o pequiizeiro, a canela-de-ema e a própria sucupira a quem empresta o nome. Dessa pequena porção, mais de um terço, especificamente a seção mais a leste da poligonal, próxima ao Reservatório de Água nº 1 da Caesb, se encontra sem cobertura vegetativa original sendo ocupada por espécies invasoras constituída de arbustos e capins e por algumas poucas árvores exóticas plantados por órgãos do GDF.

Outras zonas, localizadas no interior e às margens da mata remanescente, apresentam arruamentos e clareiras abertas pelo tráfego de pedestres, veículos automotores e de tração animal e humana. Esses caminhos são utilizados para acessar o interior da mata, geralmente com o objetivo de descarregar resíduos sólidos colhidos nas residências e estabelecimentos comerciais próximos ao parque, bem como de entulhos de construção produzidos por pequenas reformas dos imóveis da região. A área é invadida ainda para práticas pouco recomendáveis sob o ponto de vista da moral e dos bons costumes, identificadas a partir de análise visual do lixo descartado no seu interior, como seringas, cartelas de medicamentos controlados, preservativos, roupas íntimas, entre outros.

Conforme consta do estudo, a capital federal foi planejada no centro do país com o propósito estratégico de promover o desenvolvimento do interior. A constatação é de que a cidade está se expandindo rapidamente sobre os 5.814 Km² do Distrito Federal. Isso significa um intenso fluxo migratório que, somado ao crescimento da agricultura⁴⁷, têm colocado pressão sobre o ambiente e ameaçam desfigurar o planejamento original da cidade, considerada patrimônio da

⁴⁶ Entende-se por Inventário de espécies, o censo da flora ou da fauna que habita determinada área. O nível de resolução de tal censo depende dos objetivos do estudo, desde uma lista das espécies predominantes a outra completa" (Diccionario de la Naturaleza, 1987), disponível em Dicionário Ecológico Ambiental, no endereço <http://www.ecolnews.com.br/dicionarioambiental/index.htm>, acessado em 29/06/2004.

⁴⁷ "A agricultura mecanizada em larga escala tem substituído a paisagem natural no Brasil Central, especialmente a partir da década de 70. Contudo, não há um sistema planejado de unidades de conservação e seu número é baixo, inferior a 2% da área do bioma". (UNESCO, 2002).

humanidade pela UNESCO⁴⁸, conclui. A inexistência de um sistema planejado de unidades de conservação e o baixo número delas proporcionalmente à dimensão do bioma cerrado é um dos problemas apontados pelo estudo, pois em maior número possibilitaria um controle sistemático sobre essas áreas “protegidas” e supostamente, inibiria a ocupação ilegal do solo no DF que vem ocorrendo em ritmo acentuado nos últimos anos, agravando a desordem urbana já instalada.

Por sua vez, o conglomerado urbano de 8,99 Km² de extensão formado pelos quatro núcleos habitacionais: Cruzeiro Velho, Cruzeiro Novo, Sudoeste e Octogonal recentemente dividido em duas RA's se encontra num estágio de estabilização urbana não havendo possibilidades ou indícios de futuras expansões, apesar de especulações temporais sobre as três áreas de mata nativa (INMET, Marinha e Sucupiras). Poderia-se depreender desse fato que a área remanescente do parque estaria livre de novas pressões, principalmente as originadas por demandas imobiliárias, e que este, com seus poucos 22 ha, estaria protegido pelo tempo necessário à tramitação do projeto de lei que trata de sua constituição na Câmara Legislativa do Distrito Federal - CLDF. Porém não é o que se tem observado.

Dado a quantidade e constância das ocorrências de degradação ambiental provocadas por parcelas representativas da população regional e por grupos “nômades” de carroceiros que vivem do lixo, o que significa perdas importantes de vegetação nativa, a justificativa principal para sua criação pode ser desconfigurada e perder força junto aos atores sociais envolvidos com a questão. A situação que se apresenta requer demanda diária por ações coercitivas do poder constituído no sentido de eliminá-las e minimizar seus efeitos nocivos para o meio ambiente local. São necessárias fiscalizações sistemáticas que encontrariam justificativas na legislação vigente, mesmo não se tratando de unidade de conservação legalmente constituída. Esses fatos em si denotam a falta de sensibilização dessas populações, principalmente a de moradores que, presumivelmente, seriam mais esclarecidas do que as de carroceiros e catadores.

⁴⁸ Brasília foi reconhecida como “Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade” pela Unesco, em 7 de dezembro de 1987, por ser um marco da arquitetura e urbanismo modernos. (Folheto da DePHA – Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico do DF - Secretaria de Cultura/GDF).

Porém, apenas uma pequena parcela desses moradores e o conjunto de associados da APES-DF, pelo que se tem acompanhado, vem fazendo o que lhes é possível para restringir essas práticas, ora promovendo vistorias inopinadas na área, ora realizando mutirões de limpeza e plantio de mudas nativas nas zonas de solo exposto. Essas iniciativas, além de minimizarem os impactos já instalados, se caracterizam como estratégias de convencimento dessas populações pouco engajadas, na tentativa de angariar número maior de adeptos para o movimento. Todavia, as ações têm se mostrado pouco efetivas quanto à mobilização de novos voluntários. Em compensação, têm tido boa repercussão junto à mídia, tantas são as publicações nos periódicos da região e jornais de grande circulação da cidade e do país, bem como em matérias veiculadas na TV. Esses artigos e reportagens vem sendo catalogados tanto por membros da Associação como pelo pesquisador com o objetivo comum de constituir acervo de notícias a ser preservado num futuro espaço dedicado à memória do parque, ora utilizados como fonte de dados para a elaboração dessa monografia.

Sobre o conjunto de unidades de conservação implantadas no Distrito Federal, o estudo UNESCO manifesta preocupação quanto a constante e crescente pressão sofrida por essas áreas em função da proliferação de núcleos urbanos não previstos no plano original da cidade e nem contemplados no estudo posterior de sua expansão realizado também pelo urbanista Lúcio Costa.

A desorganização urbana nos níveis em que se encontra atualmente corresponde a uma desorganização ambiental proporcional ao nível em que a primeira ocorre, com visível comprometimento do equilíbrio ecológico, social e econômico de toda a região. Essas desordens acarretam graves conseqüências para a qualidade de vida das populações em geral e, permitir a degeneração da qualidade de vida nessa cidade significa ferir de morte uma das principais premissas sob as quais ela se ergueu, construídas como marcos conceituais por seus idealizadores e buscada dia-a-dia por seus habitantes esclarecidos.

As reservas ecológicas sob constantes ameaças, são constituídas por três principais unidades, distantes uma da outra em no máximo 50 Km: o Parque

Nacional de Brasília que conta com 30.000 ha e segundo publicação na imprensa, com perspectivas de ter sua área dobrada⁴⁹, e as APA (Área de Proteção Ambiental) Gama e Cabeça de Veado, com cerca de 10.000 ha em cada. Essas últimas compreendem uma zona residencial e três reservas ecológicas e reservas científicas contíguas que pertencem à Universidade de Brasília, ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e ao Jardim Botânico. Juntas, protegem importantes nascentes e córregos e abrigam a maioria das pesquisas de longo prazo sobre o cerrado⁵⁰. O Parque Nacional, além das nascentes, protege também variadas paisagens e recebe grande número de visitantes. Segundo o estudo, “todas as reservas estão circundadas pela malha urbana e sob pressão intensa pelo crescimento da mesma” (UNESCO, 2002).

A RA XI (Cruzeiro Velho/Cruzeiro Novo), como também a RA XXII (Sudoeste/Octogonal) estão inseridas na bacia do Lago Paranoá e, portanto, sujeitas à legislação de proteção específica, porém não dispõe de nenhum curso d'água. O rio mais próximo desses núcleos é o Torto. Nas imediações da Rodoferroviária fica o córrego Acampamento - antigo córrego do Brejo - que durante os primeiros anos do Cruzeiro serviu de espaço de lazer para os adolescentes que se aventuravam no Cerrado, conforme informações colhidas na página eletrônica da RA, na internet.

Esse fato, contudo, não diminui a importância da preservação das matas do Parque das Sucupiras, da Marinha e do INMET que, por suas localizações estratégicas, situadas entre as grandes reservas já implantadas da bacia, podem se constituir em ilhas de refúgio temporário de aves que migram diariamente entre essas grandes áreas. Não há registros ou estudos realizados que comprovem essa premissa, porém já foram observadas algumas espécies de aves, não

⁴⁹ O Parque Nacional de Brasília vai aumentar sua área em quase 50%. Os 30 mil hectares de cerrado nativo transformados em unidade de conservação pelo Decreto nº 241, de 1961, ganharão mais 14 mil hectares. A ampliação está sendo definida em uma parceria do Ibama, Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh), Terracap e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), conforme reportagem de Aline Fonseca e Paola Lima, veiculada no CorreioWeb, em 31/05/2004.

⁵⁰ “A maior parte do conhecimento atual sobre biodiversidade, dinâmica, efeitos de fogo, mudanças climáticas e balanço de carbono no cerrado é derivada de teses e projetos ali desenvolvidos”. (UNESCO, 2002).

necessariamente migratórias, nessas matas nativas como corujas-buraqueiras, andorinhas, beija-flores, anus, bem-te-vis, tesourinhas, periquitos e papagaios, variadas espécies de gaviões e até tucanos, o que denotam haverem nos locais, condições básicas para que se tornem refúgios permanentes ou temporários dessas espécies.

Cabe registrar nessa oportunidade, as impressões de Kátia Marsicano⁵¹, relatadas a partir de observações pessoais do “verde da Capital, flores de ipê e pássaros” que, na opinião dela, são sinais vivos da primavera na cidade. “Nossas quadras estão cheias deles (...) da varanda do sexto andar (Bloco G, 216 Norte, registro nosso), acompanhava a refeição da manhã, religiosamente pontual dos tucanos, vindos do Parque Nacional de Brasília para se refestelar nas embaúbas”, escreve a colunista. Para ela, é motivo de regozijo admirar a presença cosmopolita de espécies de origens longínquas como pardais europeus, pombos asiáticos, bicos-de-lacre da África que dividem espaço com corujinhas-buraqueiras, quero-queros, martins, anus, sabiás-do-campo, bem-te-vis, joões-de-barro, rolinhas, juritis, macuquinhos, gralhas-do-cerrado, periquitos, urubus-caçadores, gaviões. Fala ainda das tesourinhas que, segundo ela, na primavera passam por Brasília para se reproduzirem, indo embora em fevereiro. Finalizando, a colunista lembra que “especialistas em aves dizem que a presença de pássaros indica qualidade de vida em um lugar”.

Antes que essa hipótese de tornar-se um refúgio de aves, insetos, pequenos répteis e mamíferos, seja descartada torna-se necessária a sua conservação e proteção regulamentar (como UC) para estudos em futuro próximo, sob pena de se perder mais uma área nativa por falta de agilidade e vontade política da máquina pública.

Assim como citado no documento da UNESCO (2002), relativamente à condição de pressão urbana sofrida pelas reservas já constituídas em todo o DF, também o Parque das Sucupiras está pressionado pelas ações degradantes de moradores daquelas RA's, dada a proximidade com a área habitacional. Essa

⁵¹ Coluna do Meio Ambiente, do sítio WebDaqui, de 21/10/2003.

condição, por si só, facilita o descarte de toda sorte de materiais inutilizáveis no local (lixo e utensílios domésticos), enquanto a distância da sede da Administração Regional aliada à carência de recursos e estrutura logística nesta fase de implantação do órgão, dificultam uma fiscalização mais efetiva.

Sobre esses fatos, constatou-se ao longo das observações que a faixa de cerrado em frente aos blocos de apartamentos sofrem menor ação de degradação antrópica do que a área mais distante próxima ao Reservatório da Caesb, principalmente as referentes ao depósito de resíduos urbanos. Isso evidencia o efeito benéfico exercido pela “fiscalização branca”⁵² realizada por grupos de moradores das proximidades, no dia-a-dia.

Outros fatores de inibição à degradação nesta zona são os marcos físicos, e porque não dizer, também os sentimentais deixados pelos mutirões ali desenvolvidos tais como: sinais evidentes de limpeza, lixo e entulhos recolhidos, covas e mudas plantadas e demarcadas por estacas; passeios freqüentes de pessoas por entre a mata, interessadas na fruição da paisagem cênica e contato com o meio físico natural e; constância de praticantes de caminhadas nos calçadões que margeiam algumas das faixas da área que, de certa forma, ajudam a desestimular a ação predatória de vândalos.

Para corroborar com os anseios de preservação da mata manifestados pelo grupo de ambientalistas da APES e para que essa venha a se constituir num dos fragmentos dos pretendidos corredores ecológicos, tidos, pelas pesquisas científicas, como necessários à preservação das espécies em geral, o relatório destaca a importância desses corredores também “como tamponamento aos impactos no entorno das mesmas, assim como orientações para a recuperação de áreas degradadas”. O estudo UNESCO (2002) ressalta que “algumas áreas de cerrado deveriam ser mantidas intactas, ou recuperadas para formar um conjunto de fragmentos remanescentes entre as três unidades de conservação”. É o que

⁵² Já existem relatos dessas ações voluntárias da APES-DF publicadas em jornais, constatando a inibição da prática de ilícitos contra o meio ambiente em função da presença constante de moradores realizando fiscalização sistemática no local.

se pretende para o conjunto de áreas do Sudoeste que assim “permitiriam o fluxo gênico, além de oferecer abrigo e alimento para a fauna”.

Com relação as principais causas do desaparecimento da cobertura vegetativa original do DF os estudos dão conta que as perdas estão diretamente relacionadas aos “intensivos processos de adensamento da malha urbana e ao crescimento da ocupação agrícola”, mais centrado na área correspondente ao “Plano Piloto de Brasília e no eixo formado pelas cidades de Taguatinga, Ceilândia e Samambaia, constituindo exemplos típicos de conglomerados urbanos”.

A constatação do relatório UNESCO (2002) sobre a perda vegetativa no DF vem de encontro ao que ocorreu quando da implantação dos núcleos habitacionais do Cruzeiro, onde a perda vegetativa original se deu em função das cíclicas expansões urbanas ocorridas desde que se iniciou sua construção (1959), hoje estabilizada em função da falta de áreas destinadas oficialmente a essa destinação. Como consequência desse adensamento restou a pequena faixa de cerrado, hoje objeto da luta empreendida por parte da comunidade organizada para sua preservação. Quanto ao outro fator de diminuição da área verde nativa no DF relatada no estudo - ocupação agrícola - não se aplica para essas RA's em função dos perfis eminentemente urbanos desses núcleos. Sem a ocorrência de cursos d'água ou áreas específicas de cultivo, essas áreas foram ocupadas desde sua criação, na maioria, por grupos de servidores públicos vindos do Rio de Janeiro, lhe valendo a designação de “cidade dormitório” do Plano Piloto.

O estudo permite ainda, a visualização de todo esse processo de adensamento urbano e perda vegetativa por meio de mapas produzidos com técnicas apropriadas relativos às diferentes épocas em que foram produzidos, dando a idéia precisa dessas modificações ao longo dos anos. A avaliação multitemporal indicou que, no período estudado, o Distrito Federal perdeu 57% da sua cobertura original, sendo a maior perda para o ambiente de cerrado que atingiu 73%. Com base no conhecimento atual sobre a diversidade florística desses ambientes, estima-se uma perda de 600 espécies vasculares.

Segundo dados revelados, no Distrito Federal estão reunidas excelentes condições para implantação de um programa desse tipo, uma vez que, estão presentes importantes instituições de pesquisa; um acervo representativo da biodiversidade do cerrado; uma área urbana tombada como patrimônio cultural da humanidade; nascentes das principais bacias hidrográficas brasileiras e situações críticas em função do acelerado processo de ocupação das terras.

Num exercício que correlaciona os adensamentos urbanos ocorridos no DF com o acontecido na região do Cruzeiro, dentro da visão temporal construída a partir dos mapas produzidos pelo estudo, pode-se perceber as variáveis que geraram as semelhanças e diferenças entre os dois processos. A análise se inicia no ano de 1954 por este ser considerado o “ano testemunha” da situação original de cobertura vegetal das regiões. Nesta época, “a ocupação antrópica é considerada mínima caracterizando-se pela presença de algumas áreas construídas” em Planaltina e Brazlândia, cidades que já existiam antes da construção de Brasília, “além da presença de algumas áreas ocupadas por atividades agrícolas tradicionais e de subsistência, praticadas mais notadamente ao longo de alguns cursos de água”.

À época, as áreas hoje ocupadas pela RA XI e RA XXII não registravam atividades antrópicas e a cobertura vegetativa se mostrava intacta. As primeiras edificações do Cruzeiro datam de 1958 e, naquela oportunidade, o pequeno aglomerado urbano que surgia não possuía autonomia administrativa por ser considerado uma espécie de bairro do Plano Piloto, sob jurisdição de Brasília. Portanto, fazia parte dos levantamentos estatísticos dessa cidade. Na avaliação seguinte, já em 1964, ocorreram as primeiras alterações da cobertura vegetal original da região. Assim o período é descrito no estudo:

O ano de 1964 é caracterizado pela intensificação do processo de urbanização do DF. São encontradas áreas urbanas consolidadas e em consolidação, correspondendo às cidades de Brasília, Sobradinho, Gama e Taguatinga. Nota-se também grandes manchas de solo expostas, utilizadas como áreas de empréstimo para construção da nova Capital. Neste momento, já se encontra construída

a barragem do rio Paranoá, inundando uma grande área de mata localizada ao longo deste curso d'água. (Unesco, 2002).

Passados nove anos (1973), o relatório dava conta de que havia um “adensamento da malha urbana, mais notadamente em Brasília, Guará, Gama, Taguatinga, Ceilândia e Planaltina”. Quanto à ocupação agrícola, se mostra acentuada em áreas de campo e cerrado, principalmente para uso como pastagens. “Neste momento, encontra-se construída a barragem de Santa Maria, localizada na área do Parque Nacional de Brasília, inundando uma grande área de mata e provocando um processo de degradação ambiental (cascalheira), até hoje não recuperada”, registra o relato. (Unesco, 2002).

Nessa época, surgia ao sul do Cruzeiro Velho já bastante edificado, um novo núcleo habitacional denominado Cruzeiro Novo, com alta densidade de ocupação populacional e significativa retirada de cobertura vegetativa para dar lugar a uma grande quantidade de blocos de apartamentos.

Passados mais dez anos (1984), era o seguinte o panorama da ocupação territorial do DF, segundo o relatório:

O ano de 1984 é caracterizado pelo processo de conurbação entre as áreas de Taguatinga e Ceilândia, assim como, Brasília, Guará e Cruzeiro. O desenvolvimento tecnológico na área agrícola (...) possibilitou o avanço da fronteira de grãos sobre o cerrado, intensificando-se a utilização da agricultura extensiva e mecanizada. Vale ressaltar que, neste momento, se encontram consolidadas pela PROFLOTA, extensas áreas de reflorestamento, mais notadamente monoculturas de pínus e eucaliptos, que contribuíram significativamente na modificação da paisagem natural de cerrado. Neste período, com o aumento da demanda de água, fruto do crescimento populacional foi construída a barragem do rio Descoberto, que inundou uma vasta área de mata de galeria. (Unesco, 2002).

Como se pode observar pelo relato, a região do Cruzeiro já aparece no relatório como área de adensamento urbano ao lado de Brasília e Guará, com a expansão representada pela implantação das Áreas Octogonais Sul, dessa vez

ao sul do Cruzeiro Novo. Registra-se novamente uma significativa perda vegetativa na região.

Conforme já mencionado, as principais unidades de conservação existentes no DF, dentre elas: o Parque Nacional de Brasília, Estação Ecológica de Águas Emendadas e APA do Gama e Cabeça de Veado, encontram-se extremamente pressionadas pelo processo de ocupação do solo e isoladas de outras áreas naturais de cerrado, denotando o fato de que possuir diploma legal de constituição, não é condição bastante para se manterem íntegras e imunes aos ataques especulativos de ocupação. O estudo registra que "no período de 1998-2001 houve perda de 165 ha de matas, que em grande parte, deveriam ser de preservação permanente totalizando 47% de perda da cobertura original no período 1954-2001".

Constata-se uma tendência para desaceleração no ritmo de perda de cobertura das matas nos últimos três anos. Esta tendência é também observada para o cerrado que já está extremamente devastado no Distrito Federal; perdeu 74% da sua cobertura original de 1954 a 2001. Os fragmentos existentes deveriam ser preservados, no entanto, 573 ha foram desmatados no período entre 1998 e 2001. (Unesco, 2002).

Essa época coincide com a implantação do Setor Sudoeste que daria números finais ao projeto de ocupação urbana da Região do Cruzeiro, tanto pelo projeto urbanístico original como pelo seguinte, denominado "Brasília Revisitada". Porém, com relação às áreas verdes nativas dessas RA's, os números são evidentemente parciais já que as últimas reservas (Parque das Sucupiras, INMET e Marinha) se encontram sobre grande pressão antrópica e política. A área do pretense parque, sob domínio da administração do GDF, que não possui quaisquer tipos de destinação formal⁵³ ou cercadura é a mais vulnerável por todas as razões já descritas anteriormente, contando como indicativo de proteção apenas umas poucas placas de advertência com mensagens educativas

⁵³ Exceto algumas poucas projeções previstas para pequenos comércios margeando a pista de acesso ao interior da QRSW 8 do Sudoeste, defronte aos blocos de apartamentos, cuja efetivação não foi cogitada por nenhum dos segmentos interessados.

instaladas no seu entorno pelo poder público e a própria força do movimento comunitário por sua legalização.

As outras duas áreas, sob administração federal do Ministério da Marinha e do INMET/Ministério da Agricultura, encontram-se cercadas e “protegidas”, e constituem alvos potenciais de especulação imobiliária por parte de lobistas da construção cível por suas localizações nobres sob o ponto de vista do mercado imobiliário do DF. Os últimos ataques têm se concentrado sobre a área do INMET, chegando a provocar reações temporais dos seguimentos organizados da sociedade. O mais recente deles surgiu por iniciativa da própria administração daquele instituto que resolveu organizar mutirões de plantio de mudas nativas nas zonas de solo descoberto da área com boa repercussão na mídia, que contaram com as presenças, entre outros, do Ministro da Agricultura a quem o órgão está subordinado. Participaram ainda do movimento, os associados da APES gentilmente convidados para a solenidade de lançamento do programa em função da afinidade de objetivos e estratégias convergentes das partes.

A outra iniciativa partiu do deputado Distrital Chico Floresta que enviou projeto à CLDF criando um área de proteção ambiental abrangendo a poligonal daquele instituto, cujo efeito imediato seria a inibição de quaisquer movimentos especulativos para transformar o local em área residencial. O terreno da Marinha, até onde se sabe, tem destinação imobiliária já prevista em sua constituição, passível, pois, de campanha institucional pela mudança uma vez que não foi contemplada pelo projeto do deputado Floresta. Essa se constitui numa área nobre sob o ponto de vista de sua fisionomia vegetativa e seria uma perda sensível para o pretense e propalado “movimento pela preservação de ilhas de cerrado em áreas urbanas” aqui lançado.

Voltando ao estudo UNESCO (2002), temos que o campo apresentou um acréscimo de 557 ha (0,43%) em 3 anos, o que pode ser devido a revegetação de solo anteriormente exposto, por meios naturais ou antrópicos, por propágulos nativos ou espécies invasoras. Manteve-se a tendência de crescimento das ocupações urbanas, com uma taxa de crescimento em relação a 1998 de 12,5% representando 4.806 ha. Por outro lado, as áreas reflorestadas decresceram

29,31% em relação a 1998, ou seja, 2.707 ha de reflorestamento foram retirados sem reposição. E justifica informando que:

Os baixos percentuais de desmatamento de áreas de cerrado devem-se principalmente a sua escassez, uma vez que os fragmentos remanescentes estão associados às áreas de difícil acesso e aquelas legalmente protegidas, em geral relacionadas à zona nuclear da Reserva da Biosfera do Cerrado – Fase I. (Unesco, 2002).

A área do “nosso cerradinho”, como se refere ao parque “Maria do Cerrado”, uma das fundadoras do movimento e moradoras locais mais engajadas na causa, não se enquadra em nenhuma das duas hipóteses acima expostas, pois é de muito fácil acesso por estar inserida na área urbana, e tão pouco possui diploma legal de sua constituição como APA. Dessa condição atual, supõe-se, advém a maioria dos impactos negativos ali instalados e a crescente ansiedade daqueles que querem transformá-la em parque.

2.2.3 – Identificação dos Problemas

Em suma o estudo Unesco 2002 conclui, numa “visão macro” desse universo, que a maioria das reservas apresenta tamanho insuficiente para proteger populações de organismos e sua distribuição geográfica é deficiente, deixando amplas unidades ecológicas do bioma desprotegidas. E ainda, que a eficácia do sistema de unidades de conservação para proteger a paisagem, os recursos hídricos, e a biodiversidade regional depende de um manejo adequado que inclua ações de proteção, visitação, monitoramento e recuperação. Essas, por sua vez, prossegue o estudo, dependem da capacidade operacional das instituições que as administram. Entretanto, os órgãos federais e estaduais apresentam extrema carência de quadro técnico, de diretrizes claras e de infraestrutura para efetivar o manejo e fiscalização adequada das unidades sob sua responsabilidade. Com isso, criam-se espaços para o estabelecimento de parcerias com as organizações da sociedade civil constituídas que atuam no espaço público não estatal, conforme previsto na Lei das OSCIPs e como pretende a APES-DF com relação ao futuro parque.

Numa “visão micro” desse mesmo universo, constituído por diagnóstico superficial dos problemas instalados na área do parque, sob aspectos essencialmente ecológicos, abandonados os de ordem administrativas e sociais são, via de regra, os relacionados em reportagem⁵⁴ veiculada no CorreioWeb na mesma época em que foi produzido o estudo “macro” da UNESCO, descrito acima. Já os problemas de ordem ambiental mais recentes são os relatados e ilustrados no Capítulo 5 dessa monografia, que trata da análise e interpretação dos dados colhidos quando da realização das observações sistemáticas do local e referem-se mais detidamente ao lixo e entulhos jogadas na área.

Estavam relacionados como problemas da época, o acesso à área de cerrado, dita aberta e que “qualquer pessoa pode depositar entulho”. A reportagem ressaltava que “no Sudoeste, entre o Eixo Monumental e uma área de reserva da Marinha do Brasil há um pedaço de terra que guarda resquícios de cerrado”. “Resquícios mesmo”, afirma, e justifica a repórter: “porque nas margens de quase dois quilômetros de estradinha de chão batido entre a reserva e a área em questão é fácil ver a mata perder cada vez mais espaço para lixo doméstico, entulho e buracos”. Outro grande e recorrente problema, que ainda hoje ameaça a preservação da vegetação são as queimadas. “Também não são poucos os pontos de queimada”, registrava como memória recente da área, a reportagem.

O mesmo sentimento de apreensão diante das agressões, que hoje toma os associados da APES, já se fazia registrar há três anos passados: “A área não é (ainda) de proteção ambiental”, no entanto, prossegue “se não for preservada a tempo, não haverá mais o que ser protegido”. Segundo o relato, já existiam na época dois pontos de entrada para clareiras feitas no meio do mato, partindo-se dessa estrada de barro batido, e dentro delas, mais lixo, mais buraco, mais abandono. “É uma pena que isso esteja acontecendo. Essa área precisa ser cuidada”, comentava Fernando Lopes que mais tarde viria a ser o presidente da

⁵⁴ Reportagem “Área de cerrado sofre agressões no Sudoeste”, de Sheila Raposo, veiculada no CorreioWeb em 30/08/2001, disponível no sítio da Assessoria de Comunicação da Unb, http://www.unb.br/acs/acswb/clipping/agressão_cerrado, acessado em 03/12/2003;

Associação, mas que na reportagem (2001) foi identificado como morador da QRSW 8 do Sudoeste e defensor da pequena área de cerrado.

Fernando há cinco anos, desde que mora no local, luta pela preservação daquela área. Conforme registros, cansou de denunciar o acúmulo de lixo colocado por carroceiros e de parar tratores e caminhões que entravam no cerrado para apanhar (ou “jogar mais”, conforme observado pela reportagem) entulho. “Alguns caminhoneiros”, conta, “aproveitavam a área abandonada para despejar toda sorte de lixo” e outros, “da Administração Regional do Cruzeiro, entram no local para fazer limpeza”. Na observação do morador, “a retirada de lixo devasta ainda mais a área. Cada vez que o caminhão entra e faz a limpeza, destrói um pedaço da flora nativa”. Isso ocorre porque o lixo é retirado com pás mecânicas, e não manualmente como seria indicado. Sem esse cuidado, “as pás vão tangendo terra e plantas até esticar o espaço devastado em mais alguns metros”. Além desse problema, observa Fernando, “em muitos pontos pode-se ver cinzas e árvores queimadas”.

Sobre a questão da limpeza, o diretor de fiscalização da administração do Cruzeiro à época, José Braga, contestava dizendo que “o nosso caminhão vai apenas na área reservada para os entulhos dos carroceiros, que já estava desmatada há muito tempo”. Para ele as marcas de pneus deixadas no cerrado podem ser ainda da equipe de manutenção da Companhia Energética de Brasília – CEB. “No local, há uma rede de alta tensão”, explicava o diretor na matéria.

Desde então, os problemas identificados nessa primeira reportagem se agravaram com o adensamento urbano crescente da região e a presença de carroceiros e catadores que ali desenvolvem atividades de seleção do lixo coletada nas áreas residenciais das RAs. Todavia, registram-se alguns avanços em comparação ao período de coleta de dados inicial, como: a diminuição do lixo oriundo de oficinas mecânicas e de informática, as limpezas pesadas realizadas com máquinas e caminhões se apresentam mais criteriosas denotando a preocupação em preservar as zonas não impactadas, roçagens controladas das áreas de contorno da mata original, fruto de sensibilização do pessoal da RA que orienta essas intervenções e, com destaque, os mutirões organizados pela

Associação que, além da limpeza “cirúrgica” e o replantio revegetação, vem angariando adeptos para a criação do parque, revertendo tendência entre moradores locais que defendiam a limpeza radical da área, com a retirada da vegetação por questões de segurança.

2.2.4– Ações indicadas para Recuperação de Áreas perturbadas

As análises de composição florística levadas a cabo no estudo (Unesco, 2002), mostraram que as três unidades de conservação que formam o núcleo da Reserva da Biosfera são “hot spots”⁵⁵ para conservação da biodiversidade. Elas contêm a maioria das fisionomias encontradas no Brasil central e uma rica flora com mais de 2.000 plantas vasculares, representando 33% do número listado para o bioma. São também importantes centros de pesquisa; contêm organizações públicas de natureza diversa no seu manejo e diferentes comunidades urbanas e rurais no seu entorno, que compreendem a zona de transição da Reserva da Biosfera.

Como recomendação, o estudo propõe a recomposição das matas que ocorrem ao longo dos cursos d’água no sentido de possibilitar a conectividade entre estas ilhas de vegetação natural formando possíveis corredores ecológicos, uma vez que essa conectividade está comprometida em função dessas matas já apresentarem um percentual de 47% de desmatamento.

As manchas de cerrado ainda existentes devem ser preservadas, para reduzir a distância para o fluxo de pólen e propágulos reprodutivos das plantas entre as unidades de conservação que compõe a zona nuclear da Reserva da Biosfera. O conjunto de manchas de cerrado protegido deve também permitir que a fauna que circula pelas matas de galeria, mas tem o cerrado como seu ambiente preferencial tenha alguma possibilidade, por via terrestre de movimentar-se entre essas unidades. A restauração de corredores que permitam

⁵⁵ Norman Myers foi o primeiro conservacionista a introduzir o termo *Hot Spots* no mundo científico. Em 1988, o pesquisador publicou um trabalho no qual afirmava que 13% de todas as espécies de plantas vasculares estavam restritas a apenas 0,2% da superfície terrestre, fazendo inferências sobre a importância da conservação dessas áreas. As 10 localidades identificadas por MYERS *et al.* (1988) eram compostas por florestas tropicais úmidas e foram batizadas de *Hot Spots*, disponível em <http://www.icb.ufmg.br/~franc/conservacao/historico.htm>.

o fluxo gênico de plantas e animais entre as unidades de conservação do DF é especialmente importante devido ao porte relativamente pequeno das mesmas que, sem conectividade, não ofereceriam sustentabilidade para manutenção de populações de espécies que requeiram amplas áreas para se reproduzir sem perda genética.

A garantia de sobrevivência dos territórios preservados, incluídos aí não somente as Áreas Nucleares da Reserva da Biosfera – Fase I, acima mencionadas, mas também, os espaços de floresta plantada (pínus e eucaliptos) pulverizados no DF vai continuar dependendo da implementação efetiva de um monitoramento sistemático do processo de ocupação da terra, estruturado para apontar as incompatibilidades de uso e suas conseqüências ambientais, sociais e econômicas.

Neste contexto, tornam-se de suma importância que os empreendimentos projetados e implantados no DF atendam as restrições ambientais, os requisitos estabelecidos no processo de licenciamento ambiental (Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação) e os princípios estabelecidos dentro do Sistema de Gestão Ambiental – SGA.

2.2.5- Subsídios para Recuperação da Vegetação degradada

Ao tratar dos processos de recuperação da vegetação o estudo (UNESCO, 2002) parte do conceito de que reabilitação de um ambiente degradado ou perturbado consiste na restauração das suas características originais diferindo de um reflorestamento onde o objetivo é obter uma cobertura florestal. Para tanto, deve-se adotar plantios mistos de espécies nativas já adaptadas às condições naturais do ambiente, que possam vir a criar um microclima e uma oferta de recursos similar à condição encontrada antes da degradação. A importância da recuperação advém da necessidade de retenção de solo, contenção de erosão, manutenção da biodiversidade e da beleza cênica.

É o que tem procurado fazer, em caráter emergencial, o grupo de voluntários da APES nos mutirões de repovoamento da área, principalmente as de solo

descoberto que corta a seção oeste da poligonal, de frente aos blocos de apartamentos. Essas ações, além da recomposição da paisagem, visam barrar o tráfego de veículos, inclusive os de tração animal e tração humana - muito comuns também entre os carroceiros - que utilizavam a faixa como atalho e acesso à mata para descarte de lixo e entulhos. O trabalho de plantio de mudas se intensificou no período chuvoso, entre setembro e maio. Estão sendo plantadas espécies nativas do cerrado, adquiridas pelos voluntários nas unidades de revenda do GDF e particulares ou recebidas como doação.

O estudo prossegue pontuando que no diagnóstico prévio à elaboração do projeto de recuperação, deve-se avaliar o grau de perturbação no ambiente. Deve-se considerar como vegetação degradada aquela, onde, além da cobertura vegetal, foram também eliminados os seus meios de regeneração, como o banco de sementes, de plântulas, chuva de sementes e possibilidades de rebrota. Nesta situação, conclui o estudo, a vegetação apresenta baixa resiliência, e a sua regeneração sem intervenção seria muito lenta. Já a vegetação perturbada é aquela que sofreu distúrbios, mas manteve seu potencial de regeneração.

O conceito de vegetação degradada poderia ser aplicado à zona superior da poligonal, mais próxima ao Reservatório da Caesb, onde há raríssimos indivíduos adultos e ocorrências de brotamentos de espécies nativas tantas foram as intervenções de raspagem do solo realizadas por máquinas de terraplanagem e pás mecânicas utilizadas na remoção de escombros ali depositados ao longo dos anos. Tal fato tem dificultado, se não inviabilizado, sua regeneração natural, até porque o processo de degradação nunca foi interrompido e ainda hoje persiste com certa intensidade. Carece, portanto, de uma avaliação técnica a ser buscada dentre pessoal especializado da área florestal, vinculados a instituições de ensino e pesquisa da cidade para que se tenha uma intervenção mais qualificada na área, desde que dispostos a prestarem serviços à comunidade em regime de mutirão. Há lacunas ainda na área de educação ambiental a serem preenchidas por projetos que envolvam a comunidade escolar da região que é uma das vertentes desse trabalho de pesquisa.

Já, algumas clareiras abertas no interior das zonas menos impactadas podem ser caracterizadas como de vegetação perturbada por manter as condições básicas para sua regeneração, com sinais evidentes de rebrota e novos indivíduos. Ressalta-se que nas bordas da mata, foram notadas incidências significativas de rebrotas de espécies nativas por entre o capim seco comum nessas épocas de estiagem que ora atingem seu auge (última observação realizada em 17 de julho de 2004), na oportunidade em que membros do grupo avaliavam as condições do cerrado buscando, no conhecimento científico e nas práticas de manejo do dia-a-dia, alternativas para minimizarem os riscos de incêndios, tão comuns nessa época.

Porém nas áreas ocupadas pelos carroceiros e catadores de lixo, fica difícil avaliar as condições de recuperação vegetativa pela própria presença dos grupos nos locais. Por questões de segurança, evitou-se durante o período de observação, manter contatos individuais diretos com essa população. Nas raras vezes em que isso foi possível, se pôde observar grandes áreas destruídas na mata da zona superior (solo nu), representada por clareiras de até 20m de diâmetro, com grande quantidade de lixo formando uma espécie de pátio circundado por algumas barracas toscas de lona plástica preta.

Para a recuperação da vegetação pode-se adotar os sistemas de regeneração natural, de regeneração artificial ou um sistema misto. Segundo o estudo Unesco (2002), o sistema de regeneração natural depende do aporte de sementes, dispersão, dormência, formação de bancos de sementes e plântulas e de reprodução vegetativa. Neste sistema devem existir fontes de propágulos⁵⁶. Por sua vez o sistema de regeneração artificial depende do plantio de mudas ou de propágulos, sementes ou material vegetativo.

Já, no sistema misto, os dois processos são empregados. Este sistema é adotado para acelerar o processo de regeneração natural quando o número de propágulos advindos de áreas vizinhas é baixo e a regeneração por brotação é

⁵⁶ “Áreas vizinhas cobertas por vegetação natural que produzam sementes que sejam dispersas pelo vento ou outro meio físico e por animais na área a ser recuperada ou, alternativamente, pela brotação de raízes ou troncos de plantas cortadas ou queimadas”. (Unesco, 2002).

escassa. Estimula-se a regeneração natural, mas também se planta mudas, podendo-se também espalhar sementes pela área e plantar outros propágulos como estacas e gemas na estação chuvosa. Esse sistema misto é o que vem sendo adotado pelos voluntários da Associação na prática, até porque o plantio de mudas se deu em caráter emergencial, apartado do rigor da técnica recomendada e sem a orientação de especialistas. Tem-se que as espécies a serem introduzidas devem ser escolhidas com base em avaliações florísticas e ecológicas da vegetação remanescente nas proximidades, e de estudos realizados nessa e em outras áreas próximas.

Segundo a teoria descrita no estudo, no cerrado, observa-se também algumas espécies que se propagam rapidamente em ambientes perturbados e podem ser consideradas como as primeiras colonizadoras. A camada herbácea, com predomínio de gramíneas, é um componente importante do cerrado e deve ser considerada na recomposição. Ervas e arbustos nativos como gramíneas, bambus, samambaias, cipós, trepadeiras podem ser iniciadores naturais de sucessão, mas devem ser manejados de modo que as mudas de espécies arbóreas não fiquem abafadas, pois nesta situação o seu crescimento fica inibido.

Em casos extremos de degradação do solo, quando se torna necessária a rápida recomposição da vegetação para conter erosões, pode-se optar por utilizar espécies exóticas de rápido crescimento como uma primeira cobertura do solo, para em seguida proceder-se ao plantio de espécies nativas que devem sucedê-las. Esta prática só deve ser adotada quando o projeto é de longo prazo e existe segurança na execução dos desbastes ou remoções, que eliminarão as espécies exóticas, e na condução do plantio das nativas.

Recomenda-se observar uma densidade máxima de espécies arbóreas maduras nas matas nativas e no cerrado por meio de plantios mistos em espaçamento aproximado de 3 x 3 m, ou seja, de 1100 mudas por hectare. Em um plantio de recuperação, onde se procura restaurar as condições originais, sugere-se escolher 10 espécies para serem plantadas com densidade maior e, pelo menos, outras trinta que podem ser plantadas em pequeno número. A mortalidade é elevada nos estágios iniciais de estabelecimento, devido a ataques

de formigas e cupins.

O estudo alerta para a condição de existência de vegetação remanescente, os plantios devem circundá-las, mas deve-se evitar introduzir espécies nesses locais para evitar interferências no processo natural de sucessão. A limpeza de ervas daninhas pode ser feita por coroamento em volta de espécies desejáveis se estas não forem muito densas, mas, em caso de cipós e samambaiões (*Pteridium aquilinum*) altos e densos, recomenda-se roçá-los no final das chuvas. Todos os galhos finos e folhas cortadas devem ser mantidos sobre o solo para incorporar matéria orgânica e recobrir o solo mantendo a umidade.

Quando da formalização do parque e estudos quanto a diversidade florística da área, se poderia implantar programas de educação ambiental tendo como público-alvo os estudantes da regional de ensino das RA's, bem como para a população em geral, voltados para o aproveitamento potencial do cerrado por meio do uso responsável de seus recursos, diferentemente do que ocorre com a retirada indiscriminada das cascas de variadas espécies de árvores, levando algumas à morte. Um dos seguimentos a serem estudados poderia se concentrar nas plantas medicinais que nele existirem: pau-de-óleo (copaíba) e jatobá que podem ser plantadas e proveriam um fluxo contínuo de seivas e óleos essenciais para extrativismo sustentável, conforme descrito no estudo. Plantas aromáticas como almécega ou breu (*Protium* spp.) fornecem resinas para fabricação de incensos e perfumarias. Frutíferas como baru (*Dypterix alata*), genipapo (*Jenipa americana*), jatobá (*Hymenaea* spp.), araçás (*Psidium* spp.), marmeladas (*Alibertia* spp.) produzem alimento para homens e animais, assim como podem ser industrializadas como doces, licores, e nozes. Muitas espécies nativas são frutíferas, fornecendo alimento mais apropriado para a fauna silvestre do que qualquer frutífera domesticada.

Outras possibilidades de uso descritas no estudo referem-se às espécies lenhosas com valor econômico, destacando-se novamente o jatobá (*Hymenaea courbaril*), que produz frutos comestíveis, seiva fortificante rica em ferro e madeira de lei e a copaíba ou pau-de-óleo (*Copaifera langsdorffii*), que produz um óleo de grande valor medicinal, além de uma boa madeira. Ambas crescem bem em

plantios a pleno sol e podem atingir 3 a 5 cm em diâmetro e 2 a 3 m de altura aos três anos, após o plantio em solo de cerrado. Algumas outras espécies são produtoras de madeira de boa qualidade.

Várias das espécies do cerrado reproduzem-se vegetativamente pela brotação de raiz. Algumas se desenvolvem bem em áreas perturbadas. Em volta de estradas e terrenos desmatados por lâminas, verifica-se que as lobeiras (*Solanum* spp.), os carvoeiros (*Sclerolobium paniculatum*) e as mimosas (*Mimosa* spp.) são as primeiras a surgirem dentre as árvores e crescem rapidamente em relação às outras. Estas espécies iniciadoras de sucessão devem ser introduzidas em maior número na fase inicial de um processo de recuperação. O estrato herbáceo deve ser recomposto com plantas nativas que podem ser semeadas no início da estação chuvosa. Placas de gramíneas nativas e outros propágulos podem ser também transplantados principalmente na forma de salvamento, ou seja, provenientes de áreas a serem desmatadas.

Espécies de palmeiras (*Attalea* spp., *Butia* spp., *Syagrus* spp.), canelas-de-ema (*Vellozia* spp., *Barbacenia* spp.), além de gramíneas nativas e herbáceas, em geral, podem ser introduzidas por semeadura, transplantes de salvamento com remoção de espécies de áreas a serem desmatadas e plantios de mudas e partes vegetativas com potencial de enraizamento. A adubação favorece o desenvolvimento de algumas espécies, mas não é uma prática essencial. Deve-se lembrar que as plantas do cerrado são adaptadas ao solo pobre, registra o estudo. Muitas das recomendações originadas pelo estudo, aqui condensadas, poderão servir de base para o plano de manejo a ser proposto para o parque assim que decretado sua criação.

Ainda, numa visão macro do problema a pesquisa UNESCO (2002) propõem as seguintes recomendações finais: dar continuidade no processo de monitoramento ambiental a fim de acompanhar a evolução da dinâmica da paisagem no DF; estabelecer uma estratégia voltada para a recuperação ambiental por meio do plantio de espécies nativas do cerrado em áreas consideradas prioritárias; propor um zoneamento ambiental para o DF, a fim de compatibilizar as diretrizes definidas pelo Plano Diretor de Ordenamento

Territorial do DF – PDOT e as necessidades conservacionistas, garantindo a presença de corredores ecológicos e a conectividade entre os fragmentos de áreas naturais; estabelecer um projeto de conservação das áreas de preservação permanente e recuperação de áreas degradadas com participação efetiva da sociedade e apoiar o sistema de fiscalização e educação ambiental.

Se observado, o conjunto de providencias proposto pelo estudo seria bastante para reverter o processo de desorganização ambiental em curso em toda a zona de abrangência do DF, como de resto da pequena área nativa do parque.

CAPÍTULO 3 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O caminho imaginado para alcançar o objetivo inicial dessa monografia⁵⁷ – que por definição é o escrito de um só assunto - era o da observação dos fenômenos naturais que ocorriam no local somadas aos depoimentos de indivíduos da comunidade que de certa forma mantivessem alguma espécie de vínculo com a causa, inicialmente encampada por poucos.

Porém, já na primeira visão lançada sobre o objeto de estudo ainda sem o caráter investigativo, encontrou-se uma variante tão ou mais significativa que aquela primeira – configurada num enfoque eminentemente ambiental sobre o objeto - representada pela presença velada de populações de desempregados, catadores e carroceiros que insistem em habitar e utilizar a área para selecionar lixo e depositar resíduos e entulhos de construção. A condição ora revelada se constitui em um problema social de difícil enfrentamento pelo poder constituído que, via de regra, age de forma reativa às demandas que se apresentam, geralmente guiados por indução e desprovidos de estratégias que pudessem se antecipar aos problemas, típicas das ações pró-ativas.

Como buscar caminhos adequados para relatar tais fenômenos que, ao mesmo tempo e no mesmo espaço, envolvem questões de ordem social e ambiental em tão significativos graus? Que método se aplicaria a estudar esse caso que mesmo numa primeira visão se mostra intenso nas suas complexidades?

O saber acadêmico diz que para coletar informações a propósito de fenômenos humanos, o pesquisador pode, segundo a natureza do fenômeno e a questão, consultar documentos pertinentes, ou encontrar essa informação observando o próprio fenômeno, ou ainda interrogar pessoas que o conhecem (Laville e Dionne, 1999, pág.175/176). Essa seria então a premissa básica para a coleta e produção de dados que pudessem trazer compreensão sobre algo que se

⁵⁷ Qual seja: relatar (apenas) a saga empreendida por um grupo organizado de voluntários constituído com o propósito de transformar uma área de cerrado, localizada em zona urbana da RA XXII/DF, em parque ecológico para uso-fruto da comunidade.

desconhece ou de que se tem um conhecimento apenas delineado, e que a partir dessa convicção, embasaria a pesquisa desses fenômenos.

A técnica que melhor se aplica à compreensão do objeto descrito parece ser o estudo de caso, pois nele “o pesquisador pode mostrar-se mais criativo, mais imaginativo; tem mais tempo de adaptar seus instrumentos, modificar sua abordagem para explorar elementos imprevistos, precisar alguns detalhes e construir uma compreensão do caso que leve em conta tudo isso”, como os que se apresentaram após uma primeira vista sobre a área, “pois ele não mais está atrelado a um protocolo de pesquisa que deveria permanecer o mais imutável possível”, conforme observado por Laville e Dionne (1999, pág.156).

Segundo os mesmos autores (1999, pág. 155), no estudo de caso, o pesquisador pode usar diversas técnicas de observação para compreender os conteúdos e os limites como também, entrevistas em profundidade com alguns protagonistas da cena e outras tantas, mais curtas e estruturadas, para conhecer os recursos. Da mesma forma, pode estudar diversos documentos e acompanhar o dia a dia do desenrolar dos acontecimentos, anotando as decisões tomadas, as iniciativas promovidas por cada uma das partes, a partir das quais, analisa as informações assim acumuladas que lhes permitiria tirar uma série de conclusões.

Apesar do estudo de caso não se prestar à verificação de um fenômeno natural que se pode reproduzir repetindo-se as mesmas experiências que o provou, aplica-se sem maiores restrições ao estudo de um fenômeno social que envolve indivíduos nas suas complexidades e imprevisibilidades de reações. No pensar dos autores, “não há ganho inútil, concernente aos conhecimentos sobre as pessoas ou os fenômenos humanos, estes como aqueles conservam sempre características pessoais ou particulares cujo destaque aumenta a compreensão. (Laville e Dionne, 1999, pág.155/156).

Para eles, “a vantagem mais marcante dessa estratégia de pesquisa repousa, é claro, na possibilidade de aprofundamento que oferece, pois os recursos se vêm concentrados no caso visado, não estando o estudo submetido

às restrições ligadas à comparação do caso com outros casos”.(Laville e Dionne, 1999, pág. 156).

“Se o estudo de caso incide sempre sobre um caso particular, examinado em profundidade, toda forma de generalização não é por isso excluída. Com efeito, um pesquisador seleciona um caso na medida em que este lhe pareça típico, representativo de outros casos análogos. As conclusões gerais que ele tirará deverão, contudo, ser marcadas pela prudência, devendo o pesquisador fazer prova de rigor e transparência no momento de anunciá-las”. (Laville e Dionne, 1999, pág.156).

Posto isso, passa-se a descrever os métodos utilizados para a coleta e produção dos dados que, uma vez analisados, estarão postos à consideração no momento final do presente trabalho.

Para tanto, considerou-se como base inicial os atores sociais que operam na área, identificados a partir das primeiras observações do local. Esses, por sua vez, foram separados por grupos temáticos de acordo com o pensamento original da pesquisa que previa o levantamento do perfil de comportamento desses grupos com vistas a identificar, em linhas gerais, o grau de interesse de cada seguimento teria com a criação do parque, o nível de consciência ecológica dessas populações e a participação nas atividades poluidoras ou preservadoras da área, a saber:

Grupo 1

- População nômade de carroceiros - quantos houverem, dispostos a falar - que ora se abrigam no local, com o objetivo de colher informações acerca das atividades ali desenvolvidas, dos aspectos econômicos sociais relativos à atividade e perspectivas futuras, com o intuito final de removê-los pacificamente da área e por fim à atividade de seleção de lixo coletados na Região que se constitui na causa principal do acúmulo de resíduos no local e, por conseguinte, de depredação da cobertura vegetativa original;
- Associações de carroceiros no DF e RAs (ACCS), para identificar práticas e nível de organização do seguimento;

Grupo 2

- Fundadores e associados da APES-DF, cujos depoimentos poderão ser coletados por entrevistas estruturadas, informais e opiniões manifestadas no grupo virtual de discussão, com o objetivo de aferir o grau de envolvimento com a causa, em quais áreas técnicas atuam e poderão atuar a partir da aprovação do projeto de constituição do parque, e qual a visão pessoal de futuro do parque;

Grupo 3

- Representantes do poder executivo regional (RA Cruzeiro e RA Sudoeste) e organismos subordinados, envolvidos com a criação do parque e com programas sociais e ambientais relacionados, de certa forma, com a área e gestão e conservação dela;

- Representantes do poder executivo distrital (GDF) e organismos subordinados (Sermarh, Comparques, Novacap, Terracap) envolvidos com a criação e gestão de parques ecológicos e, em particular, com as áreas remanescentes de cerrado da Região para aferir envolvimento;

- Representantes do poder legislativo distrital (CLDF), estadual e nacional (Congressistas) manifestadamente envolvidos com a causa;

- Administradores, diretores e representantes das áreas vizinhas ao parque sob jurisdição da Marinha do Brasil e do Instituto Nacional de Meteorologia - Inmet, nas ocasiões julgadas necessárias no decorrer da pesquisa;

- Representantes do Iphan em função da área requerida para o parque estar inserida na poligonal de proteção do patrimônio cultural da humanidade (Unesco), para identificar as conseqüências advindas dessa condição;

Grupo 4

- Moradores vizinhos ao parque, nas oportunidades que se apresentarem, para aferição da relação pessoal que mantêm com a área de cerrado, reivindicada para parque ecológico;

- Associações de Moradores, Conselhos e Comitês sociais e ambientais das RA, para determinação do grau de envolvimento com as questões do parque;

Por ocasião da elaboração do projeto de pesquisa que daria origem a essa dissertação, faziam parte desse grupo ainda:

- Representantes de comerciantes estabelecidos localmente, próximo ao parque e do seguimento de Pequenas Oficinas do Sudoeste;
- Empreiteiros da construção civil com obras próximas ao parque e que estivessem em atividade;
- Professores e alunos de escolas públicas e particulares mais próximas do parque que manifestassem, por sondagem do pesquisador, interesse em participar do movimento e de programas de educação ambiental relacionadas ao futuro parque. Tinha-se por meta, a formação de grupos de alunos e professores de 8ª série do ensino fundamental (público) do Centro de Ensino nº 01 (Diretora: Alexandra Regina Oliveira Matos), localizado no SRE/S Setor Escolar Bloco "D", Lote 06, Cruzeiro Velho; Grupos de alunos e professores do ensino médio (público) do Centro Educacional nº 01 do Cruzeiro (Diretora: Marcilene Araújo de Castro) localizado no SRE/S Área Especial Bloco "F", Lote 06, Cruzeiro Velho; Grupos de alunos e professores do ensino médio (particular) do Centro Educacional CIMAN (Diretora: Neuza Papa Miranda), localizado no SHCE/S Quadra 501, Lote 02, Cruzeiro Novo;
- Praticantes de caminhadas, corridas e ciclismo nas imediações do parque, que não incluídos nos demais grupos, para o desenvolvimento de atividades voltadas para as práticas desportivas nas áreas periféricas, sondagem de opinião visando a instalação de facilidades e equipamentos de infra-estrutura voltados para esse seguimento, e organização de movimento específico que pudesse participar das propostas de constituição e futura gestão do parque levadas a cabo pela APES-DF;

Porém, por razões de estratégia e tempo exíguo para a pesquisa, o

envolvimento direto dessas populações com o objeto não fará parte dessa etapa do trabalho na forma planejada, podendo aparecer de maneira pontual quando se fizer oportuno. Essa possibilidade ficaria adiada para uma etapa seguinte, possivelmente quando os problemas de invasão da área forem vencidos de forma definitiva, até por questões de prioridade de ações, quando então deverão ser retomados pelo pesquisador. O propósito de envolvimento dessas populações se prestaria a ampliar a abrangência do movimento por meio de programas complementares de educação ambiental e práticas desportivas, juntamente com a comunidade escolar e grupos de esportistas descritos. Previa-se uma experiência piloto que pudesse se aperfeiçoar e multiplicar ao longo do tempo, aumentando o engajamento dessas populações com a causa.

Quanto aos moradores, cuja proposta se baseava em consultas sobre as relações que pudessem manter com a área e qual o tipo de parque poderiam querer (se é que queriam), parece estar superada com a definição do modelo proposto no projeto de lei apresentado na Câmara Legislativa, a não ser que surja fato novo que motive a apresentação de um substitutivo do projeto original por iniciativa de quaisquer seguimentos envolvidos com a questão: O GDF (Sermarsh/Comparques), parlamentares com assento na CLDF e comunidade organizada envolvida com a área (APES-DF).

Na prática, a coleta e produção dos dados que fundamentarão a pesquisa ocorreram conforme descritos a seguir.

3.1 – LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO: QUESTÃO AMBIENTAL X DESORGANIZAÇÃO URBANA

Conforme previsto no enunciado do capítulo, foram realizadas pesquisas bibliográficas e documentais que consistiram do levantamento das notícias publicadas em periódicos ou veiculadas em outras mídias sobre o movimento de criação do parque. Selecionou-se para citação, as que relatavam contatos estabelecidos com autoridades e demais atores sociais envolvidos, bem como as que divulgavam atividades comunitárias desenvolvidas pela APES-DF no parque e áreas vizinhas, tais como os mutirões de limpeza, plantio de mudas, encontros

culturais, confraternizações do grupo e exposições de fotos e reportagens, entre outras.

Para fundamentação teórica da pesquisa sobre aspectos que envolvem a ocupação regular e desorganizada do solo no Distrito Federal, bem como a perda vegetativa de áreas representativas do bioma cerrado dela decorrente, tomou-se por base o estudo UNESCO “Vegetação do Distrito Federal: tempo e espaço. 2002”. Por outro lado, a fundamentação sobre o sistema de Unidades de Conservação conforme descrito no SNUC (MMA, 2003) e a política de implantação, conservação e administração das unidades já existentes no DF, se baseou nos estudos organizados por Fernando Oliveira Fonseca “Olhares sobre o Lago Paranoá”, Brasília: Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. (Fonseca, 2001).

As demais fontes de consulta utilizadas na conceituação temática dessa pesquisa, bem como na formação da percepção do estado da arte nesse seguimento, circunstancialmente ampliadas em seu nível de abrangência após observações iniciais dos fenômenos que lá ocorrem, se encontram relacionadas nas referências bibliográficas ao final desse trabalho.

3.2. – OBSERVAÇÕES SISTEMÁTICAS COM USO DE FOTOGRAFIAS

Foram produzidas documentações por meio das observações diretas, sistemáticas, que utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade (relatos, registros fotográficos). A técnica consiste em ver, ouvir, examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar na forma descrita por Lakatos e Marconi em “Metodologia do Trabalho científico” (1983, pág 107), de maneira sistemática, participante, na vida real. Além do acervo de fotos e relatos disponíveis sobre o movimento de criação do parque, seriam produzidos registros semanais por meio de fotografias e relatórios circunstanciados dos fatos e aspectos observados, tais como remoção ou depósito de entulhos e lixo na área, presença ou remoção de grupos de catadores e carroceiros que lá habitam, coleta indiscriminada de cascas e sementes de árvores nativas que, por sua vez, formariam um histórico da evolução ou involução dos problemas inicialmente

observados.

As notas descritivas do observador, constituídas por indicações registradas ao vivo, outras acrescentadas ao tempo, e relatos mais exaustivos devem ser neutros e factuais para melhor corresponder à situação observada. As reflexões do observador também fazem parte desse processo, representadas pelas chamadas notas analíticas que, juntas as primeiras, formam a base teórica sólida da argumentação do pesquisador. (Laville e Dionne, 1999, pág.180).

Na prática, os dados para diagnóstico dos problemas foram coletados, primeiramente, a partir da observação dos fenômenos que ocorrem no local, indo das constatações mais particulares a planos mais abrangentes de contextualização, no período de seis meses compreendido entre novembro de 2003 a maio de 2004, geralmente realizadas às terças-feiras de cada semana, sempre no período da manhã, geralmente entre 9:00h e 11:00h, por conveniência do pesquisador e para atender ao critério de regularidade exigida nesse tipo de produção de dados.

A periodicidade e o horário adotados se mostraram apropriados ao propósito da pesquisa na medida em que permitiram balizar as diferenças ocorridas com relação aos fatos observados a cada semana, de mesma forma, que permitiram a formação de juízo sobre as atividades ali desenvolvidas, numa radiografia instantânea da realidade de cada dia.

As observações foram feitas a pé e mais freqüentemente, de bicicleta, por serem os modos mais convenientes ao propósito da atividade e às condições de circulação no local. O circuito percorrido, bem como seu sentido eram sempre os mesmos e compreendia um trajeto margeando o parque, partindo-se do calçamento paralelo às vias internas dos blocos de apartamento, lado sul da área, subindo-se de oeste para o leste, voltando em sentido contrário pela margem norte da área, sem calçadas, paralela ao eixo monumental, completando o circuito da poligonal. Nesse trajeto, parava-se diante da zona replantada para avaliação do crescimento das mudas, nos arruamentos abertos no interior da mata para observação das condições das vias e zonas degradadas e sempre, a cada

ocorrência de nova depredação da vegetação, focos de lixo e entulhos para análise de seus conteúdos, definição de origem e registros fotográficos. Parava-se para anotar e fotografar ainda, veículos públicos e particulares, máquinas roçadeiras e tratores da Administração, carroceiros, animais domésticos, transeuntes, caminhantes e corredores dos calçadões, catadores em atividade na área sem, no entanto, abordá-los por questões de segurança e para não intervir deliberadamente em suas ações, apesar de que em algumas dessas oportunidades, a simples presença de “intrusos” (do pesquisador, por exemplo) era o bastante para a interrupção temporária dessas atividades. Das abordagens relatadas na pesquisa, apenas duas tiveram a presença do pesquisador. Ocorreram por ocasião de visitas de comitivas (poder público/associados) à área para avaliações específicas da situação, na oportunidade em que se colheu depoimentos de alguns catadores nômades que ocupavam o local.

Portava-se a cada exercício semanal, bloco de anotações e caneta para o pronto registro dos fenômenos observados, para que se mantivesse uma relação de fidelidade ao que se estava observando. Analisava-se, nessas oportunidades, as ocorrências do dia e confrontava-se com as informações anteriores para definição *in loco* da evolução e involução dos fenômenos. Levava-se ainda, uma câmera fotográfica simples, de poucos recursos, marca Kyocera, para registros dos fenômenos e ocorrências típicas. Todavia não há registros fotográficos das cenas que envolvem as práticas ilegais em si, por parte desses personagens por motivos éticos. No entanto, o material produzido a partir dos fenômenos naturais e das ações antrópicas locais está distribuído nas páginas seguintes, ilustrando os vários capítulos temáticos que compõem o presente trabalho. Utilizou-se ainda, de acervo fotográfico disponibilizado nos arquivos do grupo de discussão virtual da APES (sucupira@yahoogrupos.com.br) e de matérias de jornais eletrônicos, “baixados” da internet.

Constataram-se a cada dia de observação, a presença de pássaros, pequenos répteis e roedores, a ocorrência de flores e frutos nativos do cerrado, bem como de espécies da vegetação nativa, atacadas por vândalos para a retirada de cascas e sementes. Fotografaram-se aspectos da periferia do parque para mostrar localização de edificações e equipamentos que a margeiam como a

torre de telefonia celular, a igreja Rainha da Paz, a rede de energia elétrica que percorre a margem sul, os blocos de apartamentos e a área verde cercada da Marinha.

3.3 – ENTREVISTAS: PERSONAGENS DA CENA

Os pesquisadores completam às vezes suas observações com entrevistas, quando tratam de questões antropológicas. Para Laville e Dionne (1999, pág. 182/183), o pesquisador deve estar atento a tudo que diz respeito a sua hipótese e não apenas ao que poderá confirmá-la. Podem-se imaginar tantas modalidades de observação quantas se quiser, sendo que o essencial é escolher uma que convenha ao objeto da pesquisa.

Dentro dessa perspectiva, seriam colhidos depoimentos dos atores sociais que atuam na área por meio de entrevistas, quando possíveis pré-marcadas, entre novembro de 2003 a maio de 2004, caracterizadas por conversações efetuadas face a face, preferencialmente gravadas, se consentidas pelos entrevistados ou ainda estruturadas, quando isso não ocorrer, enfocando os aspectos sociais e conjunturais que interferem na conservação da área e afetam o movimento para a criação do parque. Para Elizabeth de Pádua⁵⁸, as entrevistas devem ser gravadas e depois transcritas, conferindo maior segurança e fidelidade às informações coletadas.

Fez parte dos equipamentos utilizados na coleta de dados nessa modalidade, um mini-gravador portátil, tipo repórter, marca Panasonic, utilizado para registro de depoimentos dos atores, quando possível, a cada observação, para a produção de dados documentais. O aparelho foi utilizado por ocasião da visita dos deputados Fábio Barcelos e Eliana Pedrosa à área, no início de 2004. Naquela oportunidade foram gravadas entrevistas com um dos assessores do autor do projeto do parque para buscar informações sobre a tramitação do processo na CLDF; colheram-se depoimentos do próprio deputado sobre a conjuntura do parque; da deputada Eliana quando concedia entrevista a equipe

⁵⁸ Elizabeth Matallo Marchesini de Pádua, in “Construindo o Saber”, Carvalho (1994, pág. 155).

de reportagem do Correio; de “invasores” que ocupavam a área da mata. Nesse mesmo dia registraram-se depoimentos estanques do secretário da Comparques, Enio Dutra, do presidente da APES, Fernando Lopes, também em entrevista ao repórter do Correio; da representante da RA Sudoeste e de jornalistas e associados da APES presentes ao evento: Maria, Elber e Ronaldo Sobral. Por ocasião da reportagem da torre realizada pela equipe do DFTV em 02/12/2003, gravou-se o depoimento do Fernando, Elber, Maria e um morador local sobre o assunto, devidamente registrados no capítulo 7 dessa monografia. Usou-se o equipamento ainda, em algumas das reuniões da APES, todas elas com trechos transcritos nessa dissertação.

Há inúmeros registros de depoimentos de associados inseridos no texto, ora pinçados das mensagens trocadas pelo grupo no espaço virtual de discussão ou colhidos em debates e conversas informais nas atividades ao ar livre desenvolvidas na área (mutirões, confraternizações, visitas, etc).

Utilizou-se o modelo de questionário com perguntas estruturadas para a coleta de dados a respeito das atividades dos carroceiros desenvolvidas nas áreas sob jurisdição da RA Cruzeiro. As indagações, encaminhadas por e-mail depois de contato telefônico com servidor de nome Waltony daquela Administração, foram prontamente respondidas, de próprio punho, pela funcionária da Assistência Social responsável pela área (não assinou o manuscrito), transcrita no Capítulo 4 dessa monografia, que trata dos protagonistas da cena.

O mesmo se deu com relação à coleta de informações a respeito do projeto que dispõe sobre a criação de área de proteção ambiental abrangendo a poligonal do INMET, localizada na RA Sudoeste, apresentado à CLDF pelo deputado distrital Chico Floresta. O pedido de informações sobre a proposição e o inteiro teor do projeto de lei foi direcionado ao deputado via e-mail e prontamente respondido pelo parlamentar. Seu teor foi transcrito no que se mostrou pertinente à abordagem do tema, no mesmo Capítulo 4.

3.4 – PROJETOS DE LEI, E-MAIL E MATERIAL E MEMÓRIA DOCUMENTAL DA ASSOCIAÇÃO

Foram selecionadas ainda, para análise de conteúdo, as mensagens trocadas pelos membros do grupo de discussão, via correio eletrônico, sobre as atividades desenvolvidas desde a criação da Associação. Foram consultadas mais de 260 mensagens veiculadas nesse espaço por membros do grupo, que apresentaram conteúdos variados da temática ambiental, de caráter convocatório, mobilizador e de balanço de atividades, que proporcionaram uma visão do que pensam e como agem esses personagens. O uso do acervo teve concordância por parte do mediador do grupo e presidente da APES, Fernando Lopes e demais membros, conforme acertado verbalmente e corroborado por correspondências trocadas no mesmo espaço. Ao termo dessa pesquisa, o conteúdo dessa fonte se mostrou fundamental na formatação do “espírito” desse trabalho por permitir coletar e captar de forma rápida e precisa, o pensamento de toda um seguimento de atores. São pouco mais de 26 participantes missivistas cadastrados no grupo. A aplicação dessa sistemática está consagrada no presente trabalho e poderá se prestar à outras pesquisas como importante veículo de coleta de dados qualitativos de populações específicas, não presencial, realizado de maneira ágil e consistente, desde que obedecidos os critérios éticos e legais que envolvem a privacidade da informação, vencidas as etapas formais das autorizações dos envolvidos para publicação de suas manifestações.

Serviram de base documental os originais e cópias das leis, normas, programas e projetos inerentes ao tema tratado, descritos a seguir:

- Da Lei Nº 1.553, de 15 de julho de 1997 (Do Deputado Distrital Renato Rainha) que dispõe sobre o trânsito de veículos de tração animal nas vias públicas urbanas e nas faixas de domínio das rodovias no Distrito Federal;
- Do Decreto Nº 19.804, de 20 de novembro de 1998, que regulamenta a Lei nº 1.553, descrita acima;
- Da Lei Complementar Nº 265, de 14 de dezembro de 1999, que dispõe sobre a criação dos Parques Ecológicos e de Uso Múltiplo do

Distrito Federal, estabelecendo também as possibilidades de maior preservação ou de uso mais intenso;

- Do Projeto de Lei Complementar Nº 29, de 2003 (Do Deputado Distrital Fábio Barcellos) que dispõe sobre a criação do “Parque Ecológico das Sucupiras” e dá outras providências;
- Da Lei Nº 3.234, de 3 de dezembro de 2003 (Da Deputada Distrital Eliana Pedrosa), que institui a Política de Gestão de Reciclagem de Resíduos Sólidos da Construção Civil e dá outras providências;
- Do Projeto de lei Nº 1.339, de 2004 (Do Deputado Distrital Chico Floresta) que institui o Programa Adote um Parque, no âmbito do Distrito Federal;
- Do Projeto de Lei Nº 1.365, de 2004 (Do Deputado Distrital Chico Floresta) que dispõe sobre a criação do Parque de Uso Múltiplo do Sudoeste, na Região Administrativa do Sudoeste/Octogonal – RA XXII, na área situada entre a 4ª Avenida do Setor Sudoeste, a Rua da QRSW 4 e o Eixo Monumental – Via S1, compreendendo a área ocupada pelo Instituto Nacional de Meteorologia – INMET;
- Do Estatuto de constituição da Associação Parque Ecológico das Sucupiras – APES-DF, fundada em 27 de abril de 2003;
- Outras tantas legislações e regulamentos consultados em publicações institucionais públicas como a Lei do SNUC (Lei 9.985, de 18 de julho de 2000 e Decreto Nº 4.340, de 22 de agosto de 2002), das OSCIP (Lei 9.79, de 23 de março de 1999) ou nos portais de organismos das administrações públicas regionais, estaduais e federal e organizações não governamentais, órgãos da imprensa, disponíveis na internet.

3.5 – NOTÍCIAS EM IMPRENSA E OUTRAS MÍDIAS

As publicações colecionadas tiveram origem em jornais de grande circulação no Distrito Federal como o Correio Braziliense (edições de 06/06/2003, 16/05/2004, 05/04/2004, 26/04/2004, 05/06/2004), Jornal de Brasília (assunto: Resíduos sólidos), Jornal do Brasil/Brasília como também em jornais regionais e locais distribuídos gratuitamente nas residências, apartamentos e comércio das

RA, tais como o Jornal da Verdade (edições de maio de 2003, março de 2004 em dois exemplares), Jornal Regional (edição de junho de 2003) e A Folha do Meio Ambiente (edição de outubro de 2003). Os jornais de grande circulação citados tiveram muitas de suas reportagens colhidas nas suas versões virtuais, disponíveis na Internet por meio dos endereços CoirreioWeb (edições com acesso em 09/09/2003, 21/09/2003, 22/09/2003, 19/11/2003, 03/12/2003, 02/02/2004, 03/02/2004, 05/02/2004, 31/05/2004, 14/06/2004) e JbrOnline, por ser a forma mais simples e barata que se apresenta para esse fim e por serem versões igualmente confiáveis, comparativamente às suas edições impressas.

As notícias veiculadas na TV, quando possíveis, tiveram suas transcrições citados nessa dissertação, muitas das quais publicadas no sítio do grupo de discussão da APES, geralmente por seu presidente. Foram reportagens veiculadas nos telejornais DFTV (edições em 02/09/2003, 02/12/2003, 26/04/2004), da TV Globo, Jornal da cidade da Tv Brasília, Jornal da Band: edição local, da Tv Bandeirantes.

Foram utilizadas ainda, duas reportagens específicas veiculadas no programa Repórter CBN, a primeira (31/12/2003) divulgando o mutirão de encerramento do ano realizado no parque e a segunda (15/06/2004) sobre reciclagem e coleta seletiva de lixo no DF produzida a partir de denúncias formuladas por morador do Sudoeste a respeito de coleta seletiva nos condomínios não respeitada pelos caminhões da empresa concessionária. Na oportunidade, falaram o então Secretário do Meio Ambiente, Jorge Pinheiro e Luiz Mourão do Fórum das ONGs Ambientistas, traçando um perfil da problemática no DF.

Fizeram parte dessa fundamentação também, artigos científicos e reportagens veiculadas em endereços que abrigam organizações e associações que tratam da temática social e ambiental, na internet, que ajudaram a balizar a argumentação da pesquisa e trouxeram a tônica do pensamento “arejado” expresso de modo menos formal nesses espaços, porém, sem abrir mão com o compromisso de se manter a coerência da argumentação e a verdade dos fatos abordados. São exemplos desses artigos: o de Lucyana Ribeiro (Universidade

Católica de Brasília, acessado em 06/06/2004), Por dentro da UnB (fevereiro de 2003) e Unb Agência (acessado em 06/06/2004), página virtual da Secretaria de Comunicação Social do GDF (acessada em 07/06/2004), do INMET (acessada em 07/06/2004), Jornal dos Condomínios (acessado em 07/06/2004).

Expostos os métodos e os caminhos trilhados para alcançar os objetivos, partamos para a exposição do material coletado e sua análise crítica.

CAPÍTULO 4 – HISTÓRIA DE MOBILIZAÇÃO DO GRUPO

O que é mobilização social?

Para Toro (1997), citado em Montoro (2003, pág. 23)⁵⁹, “mobilizar é convocar vontades para atuar em busca de um propósito comum, sob uma interpretação e um sentido também compartilhados”. Por sua vez, convocar vontades significa convocar discursos, decisões e ações no sentido de objetivo comum, para um ato de paixão, para uma escolha que contamina todo o cotidiano. “Considerando que toda mobilização é uma convocação de vontades, a comunicação que lhe é própria deve ser de natureza convocatória” (Montoro, 2003, pág. 26).

Segundo anotações de sala de aula⁶⁰, participar ou não de um processo de mobilização social é um ato de escolha. Por isso se diz que mobilizar é provocar, porque a participação é um ato de liberdade e é uma decisão de cada pessoa, necessária ao livre exercício da cidadania. No dizer de Toro (1997), “pressupõe uma convicção coletiva de relevância, um sentido de público daquilo que convém a todos”. Para que esse processo seja útil para a sociedade ele deve estar voltado para a “construção de um projeto de futuro”, diz o autor. Se, por outro lado, o seu propósito é passageiro, converte-se numa campanha e não em um processo de mobilização.

Esse processo tem um horizonte ético baseado na Constituição, nos fundamentos da soberania, cidadania, na dignidade da pessoa humana, nos valores do trabalho e da livre iniciativa, e no pluralismo político. Por outro lado, no pensar de Toro (1997), o processo de mobilização, ao compartilhar sentidos e interpretações, é um ato de comunicação.

⁵⁹ Em Agenda 21 do turismo: a construção do imaginário convocante. Capítulo de abertura do livro Cultura do turismo: desafios e práticas socioambientais de Tânia Siqueira Montoro, do qual também é organizadora – Brasília:Thesaurus, 2003. 208p.

⁶⁰ Notas de aula ministrada em 24/01/2004, como parte do módulo “Projeto de Pesquisa em Ecoturismo”, do Curso de Especialização em Ecoturismo – ECO II, CET/UnB, ministrado pela professora Dra.Tânia Siqueira Montoro.

Quando as pessoas assumem, por convicção, que tem nas mãos o seu destino e descobrem que a construção da sociedade depende de suas vontades e escolhas, aí a democracia torna-se uma realidade a ser vivida. (notas de aula, 2004).

Ainda segundo as notas, a mobilização social poderia ser pensada como um compartilhamento de responsabilidades frente uma exigência da realidade. O propósito fundamental é mobilizar para valorizar a busca de alternativas sustentáveis de produção, que compartilhem a geração de riquezas e melhoria da qualidade de vida dos cidadãos com a conservação dos recursos naturais e respeito aos direitos humanos. Para que esse projeto de futuro se realize ele depende essencialmente das convicções das pessoas e de seus compromissos com essas convicções.

Diante dessas breves considerações a respeito dos fenômenos que envolvem a mobilização, podemos identificar alguns elementos representativos desses conceitos nas ações empreendidas pelo grupo de associados da APES, adiante expostas, e mensurar, a partir de suas análises, a importância que esses elementos exercem na sustentação dos propósitos do grupo.

Estão relatadas na seqüência em que se deram, fragmentos das correspondências trocados pelos associados, via *e-mail*, no período compreendido entre a institucionalização do grupo de discussão virtual (sucupira@yahoogrupos.com.br) até os dias de hoje, quando a Associação comemora um ano de fundação (abril/2004).

Antes, porém, seguindo este mesmo raciocínio, passamos a descrever um episódio que envolve em si conceitos de cidadania, de voluntariado e de consciência ecológica, em grande parte construída durante o processo de sensibilização dos moradores pelo movimento pró-Parque. O fato se deu no domingo, dia 14/03/2004, por volta das 18h. Era dia da reunião convocada para organizar o mutirão de comemoração do primeiro aniversário da Associação. Estavam presentes o presidente da APES-DF, Fernando Lopes, e os associados, Maria, Deize, o Ronaldo e este pesquisador. O grupo se reuniu na “sede da

Associação”, que fica na pérgula do Bloco B3 da QRSW 8, onde mora o Presidente.

Antes da pauta da reunião ser discutida, o grupo esteve na zona replantada para verificar o serviço de capina realizado durante o dia pelos serventes contratados. Foram retiradas as touceiras de capim invasor que cresciam na área e estavam sufocando as mudas. Essas apresentavam na ocasião 80 cm de altura, em média. Nesse instante, chegou até ao grupo um morador querendo plantar uma muda de “Jatobá da Mata” na área do parque. Foi-lhe destinada uma cova fechada que já estava preparada com adubo fora do limite do cerrado, mas próxima àquela área. Ele resolveu executar a tarefa naquele instante (18:22h), já que a muda estava no carro fazia algum tempo. Apesar de não morar nos blocos do Sudoeste próximos ao parque (é morador do Cruzeiro Velho), disse adorar aquela mata e que estava preocupado com a possibilidade dela ser transformada em área residencial. Disse-se, ainda, feliz com o movimento para torná-la área de proteção permanente e informou que, sempre que pode, faz caminhada nos calçadões que margeiam a área.

Enquanto os associados deixavam o local “Maria do Cerrado”, que havia se incorporado ao grupo, disse conhecer o morador e que ele se chamava Eustáquio. Este, acompanhado da esposa se dirigiu ao carro, pegou a cavadeira e a muda e a plantou no local determinado, exercendo sua vontade de cidadão. Esse fato demonstra não só a consciência pessoal do indivíduo, como a influência das ações empreendidas pelo grupo na sensibilização de parcelas da população local.

Margarida Kunsch (1996), citada em Carolina Pompeu de Sousa Campos em “Comunicação e ONG’s ambientalistas”, acredita que a maior sensibilização das pessoas pelas questões ambientais está diretamente relacionada “à penetração e ao poder da mídia, que, apesar de seu pouco engajamento com a causa ambiental, populariza o assunto” (Campos, 2003, pág. 50).

4.1 – PROCESSO DE CONQUISTA DOS OBJETIVOS

Para alcançar os objetivos para os quais foi fundada, a Associação, por meio de seus colaboradores, vêm desenvolvendo estratégia lógica⁶¹ voltada para a criação do parque em si, que demandam contatos políticos, econômicos e sociais com os vários atores que orbitam em torno dessa questão. Por outro lado, a tática empregada também se aplica à necessidade premente de serem mantidas as características físicas naturais da área e, paulatinamente, à recuperação das zonas degradadas⁶² sem o que, a primeira proposição perderia o sentido.

Dentro dessa perspectiva, esses colaboradores têm trabalhado em sistema de mutirões com bons resultados práticos no que se refere à limpeza das áreas, à fiscalização das ilicitudes praticadas contra o cerrado, à recomposição vegetativa do solo e à motivação que as atividades ao livre potencialmente exercem nos voluntários.

Nesse estágio do processo de constituição do parque, é pertinente apresentar alguns relatos dos associados da APES que refletem o grau de sensibilização demonstrado no desenrolar das atividades, percebidas pelo teor das informações trocados no canal de discussão especialmente criado com esse propósito, como os que se seguem, pinçados dentre mais de 250 mensagens:

“Pessoal, o mutirão vai coincidir com o *Clean Up The World Day*⁶³, um movimento que começou na Austrália”, informa Jean Marconi. Essa é uma data dedicada à limpeza do nosso planeta. A mensagem *Clean Up the World* é

⁶¹ Nos parece que essas estratégias ocorrem de maneira espontânea, não elaborada, mas compartilhadas pelos membros do grupo na medida em que se observa identidade nas ações e pensamentos de cada um dos membros respeitando-se, porém as particularidades individuais.

⁶² Entende-se por degradação da qualidade ambiental, a alteração adversa das características do meio ambiente (Lei nº 6.938, de 31.08.81). Esse parece ser o grande desafio para o grupo de voluntários dado as recorrentes invasões da área por carroceiros que trabalham com o lixo na região, ao lado dos problemas recorrentes de alguns moradores insistirem em fazer do local um depósito de entulhos e equipamentos domésticos irrecuperáveis e de oficinairos que, não raro usam a área para descartar seu lixo específico.

⁶³ O Clean Up The World foi fundado por Ian Kierman, um mergulhador australiano que, preocupado com a poluição acumulada na Baía de Sidney, começou ele próprio a limpar os fundos marinhos australianos. Um dia resolveu propor à O.N.Ua marcação de uma data dedicada à limpeza do nosso planeta. Vejam em <http://terravista.pt/Guincho?1061/cuw.html>.

direcionada a todos os cidadãos do mundo. É uma campanha ambiental única, sendo a maior de teor cívico-ecológica de toda a história da humanidade, chegando a mobilizar milhões de pessoas em cada ano para trabalhar na restauração do meio ambiente, segundo informa o sítio do grupo ecológico na internet. “Seria interessante enviar fotos depois para o *site* oficial e, quem sabe, até tornar-se parceiro do Programa. Veja em <http://www.cleanup.com.au/>. Abraços”. (Jean Marconi, Set 9, 2003).

Esse tipo de informação por si só, é capaz de motivar o voluntariado para as causas ambientais na medida em que as atividades desenvolvidas localmente – coincidentemente, no mesmo dia e também com o propósito de limpeza de áreas naturais - assumem dimensões globais e estabelecem entre si uma relação direta e complementar para a qualidade de vida do planeta. Esses movimentos de defesa do meio ambiente de repercussão mundial em função do marketing empregado e da velocidade de propagação da notícia no mundo globalizado acabam chegando ao conhecimento de populações pouco sensibilizadas para essa temática. Porém, aos poucos, vão conquistando novos adeptos para a causa, chegando a repercutir até mesmo entre os moradores do entorno do parque com benefícios diretos para sua conservação.

Nessa direção caminha Maria Marques, a “Maria do Cerrado”, uma das fundadoras e principais incentivadoras do movimento, quando propõe uma espécie de peça de marketing, despojada dos recursos tecnológicos da modernidade como a internet, por exemplo, para garimpar adeptos junto à população periférica do parque que se constitui, por questões óbvias, no público-alvo de seu projeto particular. Diz ela: “Minha idéia era que, em cada prédio (pelo menos da Quadra 8) uma pessoa ficasse encarregada de reproduzir o convite para seus vizinhos” e cita algumas datas possíveis para o desenvolvimento das atividades: 15/10 - Dia do Educador/Ambiental, 27/10 - Dia mundial de Oração pela Paz, 30/11 Dia do Estatuto da Terra. Prossegue com a sugestão de carta a ser distribuída com o intuito de aumentar a adesão dos moradores, à causa: “Caro vizinho, Você já imaginou se de repente essa área verde em frente à quadra oito for tomada por um comércio barulhento, que concorrerá para aumentar o trânsito, ocupar nossos estacionamentos, tirar nossa privacidade, ainda de quebra, invadir

e sujar o nosso pequeno cerrado?”. Lembra aos moradores que se está em estação chuvosa e pergunta: “Que tal aproveitarmos para encher toda essa faixa gramada até próximo ao balão, com espécies do cerrado? De preferência, com aquelas que se desenvolvem rapidamente e que dêem flores? (...) seria bom que tivéssemos alguma coisa para defender nesse espaço quando tivermos que lutar por ele”.

Como professora experiente, de índole sensível, convoca: “Faça um passeio com a família, sinta a natureza ao pôr do sol. Se tiver criança, leve-a para participar do plantio. Além de pedagógico, é um momento de interação afetiva e demonstração de ternura e cuidado que ficará para sempre. Se você gosta de natureza, canto de pássaros, de paz, plante uma árvore! É uma higiene mental, custa pouco para cada um; traz felicidade a todos, faz bem aos olhos. Dá enorme orgulho contribuir com a natureza e, além disso, valoriza nosso setor”. Concluiu sua peça com um “Ah! Plante com amor e um pouquinho de adubo. Legal?” (Maria Marques, mariadocerrado, Dom, Out 5, 2003).

Deize, outra batalhadora das primeiras horas, lamenta não ter comparecido ao último encontro, mas não pára: “Oi Maria, preciso de um favor seu: o quadro que sempre levo para nossas atividades, com as fotos necessita de um pequeno histórico do grupo para informar mais às pessoas. Você poderia elaborar uma pequena história do movimento (como, com quem e quando começou, sócios fundadores, o nome do deputado que encaminhou o projeto, nomes de alguns colaboradores, mutirões já realizados). Creio que seria bastante elucidativo para quem queira conhecer melhor a APES. Que tal?”. Dá o recado e prossegue: “Outra coisa, ainda mais prática: o senador Paulo Otávio ofereceu apoio; algumas coisas que para nós são extremamente necessárias poderiam ser doadas por ele, sem muito esforço, pois se trata de coisas que, como construtor ele provavelmente possui, quais sejam: pás, carrinhos-de-mão, alavanca, picareta, luvas para serviço pesado (coisas que podem, até, ser de segunda mão, desde que usáveis); outras coisas que precisamos são: abafadores para incêndio e rastelo, que eu me lembre. Há mais alguma coisa? Aguardo notícias. Abraços. (Deize Lucid Gaspar Menezes, Ter Out 7, 2003).

Domingo, cuidar do parque! “Eu e minha filhinha Camilla estaremos lá para participar. Abraços, Tuty. (Tosorio, Qui Out 9, 2003 5:52 pm).

“Oi para todos”, escreve o presidente da APES-DF ao notificar ao grupo as próximas atividades, e informar as providências necessárias para tal: “Começamos neste domingo, 12 de outubro, as 9:00h, em frente ao Bloco B3 da QRSW 8, nosso grupo de trabalho. Temos enxadões e luvas e iremos ao Ceasa no sábado de manhã, com Cristina e quem mais se interessar, comprar um carrinho de mão e pás para recolher o entulho. Também continuaremos a fazer as covas, pois esta chegando a época do plantio. Precisamos de orientação técnica sobre as atividades e estamos convocando os especialistas. Participem: Domingo, cuidar do Parque! Saludos, Fernando”.

Passadas duas semanas. O incansável Fernando volta à carga: “Vamos continuar nosso trabalho de “Cuidar do Parque” neste domingo 26, as 9:00h. Nos encontramos em frente aos blocos da Quadra 8. Continuaremos a limpar aquela área onde estão as covas, e podemos cavar outras. Desculpem o aviso em cima da hora. Espero vocês! Saludos, Fernando”. (fclope, Sex Out 24, 2003).

“Aproveitando as mensagens, gostaria de sugerir duas coisas: Uma mobilização, um abaixo-assinado solicitando a quem é de direito que cerque a área, pq (porque escrito de maneira abreviada, registro nosso) não adianta nada a gente ir lá limpar se na semana seguinte outros vão e despejam entulho novamente” a outra, “Uma boa gincana de limpeza com bons prêmios (isso implica bom patrocínio) para os 3 primeiros colocados”. (Jean Marconi, Sex Out 31, 2003). “Concordo Jean, entretanto me parece que há empecilho legal para esse cercamento. Quanto à gincana, poderíamos combiná-la para o próximo grande mutirão. Abraços”. (Deize Lucid Gaspar Menezes, Sex Out 31, 2003). Essa questão do cercamento da área é emblemática e será retomada em outra oportunidade, com mais profundidade, pois envolvem questões legais e políticas em função da área pertencer à poligonal do tombamento Unesco (1987).

Tertúlia! Nem só de enxadas, ancinhos e carrinhos-de-mão vivem os

voluntários. “Hoje estive pensando em fazer uma proposta para o grupo. É o seguinte: penso que aqueles que se preocupam com a natureza sejam pessoas sensíveis e que gostam de poesia ou um bom texto para apreciar ou para reflexão. Assim, proponho que criemos uma "Tertúlia do Cerrado" podíamos, por exemplo, nos reunirmos aos 1ºs domingos de cada mês, em lugar e hora a ser acertado. Podia, ainda, rolar algumas guloseimas e chazinhos. Que tal? Bolinhos de chuva, por exemplo. Se de acordo, está criada a "Tertúlia do Cerrado", propõe a Maria.

“Achei muito interessante a idéia! Maria. Podemos discutir! As pessoas aqui em Brasília estão se reunindo para realizar encontros desse tipo. Particpei de um no sábado passado. Foi muito bom. Vamos amadurecer a idéia! Um grande abraço e boa viagem”. Ronaldo Ferreira. Percebe-se pelos relatos que a idéia da tertúlia vai vingar, como têm vingado as mudas plantadas no cerrado nos últimos mutirões, e todas as iniciativas voltadas para o conagraçamento de idéias e atitudes para o bem comum. É esperar a primeira edição!

Para fechar o ano, o presidente avisa que “Estamos marcando para domingo um "Cuidar do Parque", com dois zeladores de edifícios da área para ajudar no trabalho pesado”. Avisa que conseguiu uma matéria com o Correio Braziliense, que seria feita também no domingo, às 10 horas, com o propósito de mostrar as invasões, e documentar o estado geral do processo de criação do Parque, com seus avanços e problemas. E prossegue: “Assim, estaremos na área a partir das 9h, e quem aparecer dará uma força na matéria jornalística. Mais tarde, às 19h, estamos planejando uma reunião com comes e bebes, no bloco B3, para avaliar um informe que apresentarei sobre as atividades do ano e planejar o ano que vem. Assim, quem quiser leve algo gostoso, e estaremos bem”. Fernando (fclope, Sex Dez 5, 2003).

Percebe-se pelos registros, a existência informal, não planejada, de uma rede de voluntários ambientalistas espalhados por todos os lugares do mundo, solitários ou abrigados em organizações não governamentais que ajudam a dar unidade e visibilidade às ações desenvolvidas em prol da conservação dos

recursos naturais do planeta em nível local, nacional e até mundial, que se ajudam e se confraternizam num mesmo ideal.

Os amigos do Parque das Garças convidam para um evento de plantio de mudas neste sábado. O idealizador do encontro convoca grupos ecológicos locais “O Grupo Escoteiro Liz do Lago é uma presença de grande importância, bem como o MEL – Movimento Ecológico do Lago e os Amigos da Ciclovia e Pequi” e solicita a quem tiver cabos de vassouras ou pedaços de madeira com aproximadamente 1 metro de altura, para demarcação das mudas, que os traga como doação. “Recebi este convite do Nelson, do Parque das Garças, no final da Península Norte”, informa Fernando ao grupo do Parque das Sucupiras. “Tentarei ir!”, e aproveita para dizer do prazer de ter realizado, no domingo, “o nosso primeiro luau, com direito à fogueira e violão, comidas e vinhos. A reunião que marcamos transformou-se em celebração. Espero que mantenhamos o hábito e que ele se transforme em tradição. Foi muito bom. Um abraço”.

Porém as preocupações quanto à manutenção da integridade no nosso Parque não cessam, e, via de regra é fruto de propostas recorrentes dos membros do grupo de discussão: “Fernando e demais companheiros, estive em Cavalcante no final de semana, por conta das aulas do curso, e não pude participar das atividades programadas. Fez parte das atividades desenvolvidas algum acordo com o "poder público" para retirada dos carroceiros da área? Na última quarta estive visitando o local e havia um caminhão de grande porte embrenhado no cerrado com motorista e ajudante, ao que parecia retirando sacos de lixo "reciclado" produzido pelo grupo de carroceiros (umas 4 pessoas, com carroça trabalhavam no local) e, a área em que eles estão instalados parecia ter sofrido uma "limpeza" por máquinas. Não tive segurança para abordá-los. Há vários focos novos de lixo, muitos originados por descarte de material de oficinas mecânicas na parte superior do cerrado! Sugiro, para as próximas atividades, um trabalho de informação e sensibilização junto aos "oficineiros" daquele setor para minimizar o problema de descarte desse lixo específico na área do cerrado. Saudações!” (Ivan.machado, Sex Dez 12, 2003).

“É isso aí Ivan! Também acredito que o desenvolvimento de uma estratégia de sensibilização para toda a comunidade (sw, oct, crz e smu) possa trazer alguns resultados. Como já mencionando com algumas pessoas, o carro de som do Super Maia e Pão de Açúcar são bons recursos para a sensibilização. Creio que isso seja fácil de conseguir, mas precisamos nos mobilizar para elaborar tal estratégia de forma abrangente com conteúdo simples e direto por meio de um texto resumido”, sugere Ronaldo Sobral.

Por oportuno, é pertinente informar que, a partir de uma conversa informal da direção da APES com o presidente da “Associação dos Oficineiros do Sudoeste” que abriga comerciantes instalados às margens da Rua 6 daquele núcleo habitacional que também faz divisa com o parque, a ocorrência de lixo de oficinas na área foram minimizadas consideravelmente. Isso evidencia a propriedade da negociação e educação ambiental, mesmo que essa se dê por meio de informações simples e diretas ao público-alvo, como instrumento de conscientização capaz de trazer mudanças de comportamento da população para com a estabilidade ecológica do ambiente, pelo qual toda a sociedade é responsável e ao mesmo tempo, usuária de seus benefícios. Voltaremos a tratar desse assunto com mais profundidade na parte que envolve as ações dos agentes sociais envolvidos nessa problemática, descritas no Capítulo 4 – Os Protagonistas da Cena, adiante.

4.2 – RELATOS DO GRUPO DE DISCUSSÃO VIRTUAL

Nesta parte do relato, se concentram algumas das notícias e reportagens produzidas a respeito do parque que revelam nas suas entrelinhas, os caminhos trilhados pelo movimento até o presente. Ao mesmo tempo, identificam temáticas de cunho ambiental, discutidas no espaço virtual que servem não só para balizar o comportamento ético e de consciência ecológica do grupo, como para avaliar o grau de envolvimento da imprensa com as questões ambientais de maneira geral, assim como as particulares, que envolvem o movimento pró-parque, na cronologia direta em que ocorreram.

O primeiro dos exemplos, veicula denúncia de agressões praticadas contra o cerrado por moradores e invasores, sob a manchete: “Área do cerrado, prevista para virar parque ambiental está sendo destruída” (12h 40min.) – “Integrantes da Associação dos Amigos do Parque reclamam da predação da área ambiental onde deverá ser criado o Parque Sucupira. A área fica próxima ao Eixo Monumental, na altura da igreja Rainha da Paz. O local está cheio de entulho e invasores estão morando na área. Estão sendo retiradas lascas dos troncos das árvores para fazer chá. Já existe um projeto de Lei na Câmara Legislativa para a criação do parque ambiental, mas ele ainda não foi votado. O Siv-Solo já foi informado e deve retirar os invasores em breve. Com informações do DFTV 1ª edição”. Notícia divulgada no sítio do grupo por Jean Marconi, (Ter Set 2, 2003).

Lembrete: Dia do Cerrado - Dois dos biomas mais ameaçados do Brasil, a Caatinga e o Cerrado, passam a ter um dia especial dedicado à reflexão, mobilização social e à sua defesa. O objetivo do decreto assinado pelo presidente é estimular sociedade e governo a realizarem uma discussão nacional sobre a situação de cada um desses biomas, que estão entre os mais ricos em diversidade biológica e social, e recursos naturais. O Dia do Cerrado foi fixado em 11 de setembro, data de nascimento do ambientalista, ator, diretor de teatro e árduo defensor dos direitos humanos e do meio ambiente Ary José de Oliveira, o Ary Pára-Raios, informa Jean Marconi, em 22/09/2003.

Os objetivos do programa de Conservação e Recuperação dos Biomas/MMA, que será meta de um grupo de trabalho formado pelo governo e a sociedade civil é desenvolver ações de monitoramento da ação humana sobre os biomas, apoiar planos de uso sustentável e permitir a recuperação de áreas e ecossistemas degradados, na linha do que já vem sendo tentado na área do parque pelos voluntários da APES. A notícia dá conta de que a formação vegetal do Cerrado, rica em endemismo, é considerada a mais especializada do território brasileiro, apresentando espécies vegetais extremamente adaptadas aos solos ácidos e com alto teor de alumínio livre, além de grande resistência ao fogo. O problema é que essas espécies não apresentam vantagens competitivas em ambientes menos hostis, tornando de extrema importância a conservação de seus remanescentes. Essa informação técnica foi aqui incluída para que sirva de base

teórica a ser utilizada como argumentação nas trocas de informação do grupo com o poder público a respeito da melhor definição do perfil de parque a ser adotado para a área, que atenda principalmente os anseios da comunidade e possa barrar, por tese comprovada e isenta de paixões, tendências que pregam sua descaracterização por meio de limpeza radical do “mato”, deixando apenas algumas árvores maiores.

Dia da Árvore motiva protestos!, registra reportagem de Jefferson Rudy no Correio Braziliense, de 22/09/2003, também veiculada no “CorreioWeb”, na internet.



Foto 4.1: Voluntários e associados da APES juntos no mutirão de limpeza do futuro Parque das Sucupiras.

Segundo a reportagem, vários grupos ambientalistas promoveram mutirão de limpeza em áreas verdes do Gama e do Sudoeste para comemorar o Dia da Árvore. Teve aniversário do Parque Ecológico de Uso Múltiplo Olhos D'Água, na Asa Norte, lançamento do projeto “Viva o Parque”, em Taguatinga, e até um ato de protesto de ambientalistas no

Bosque dos Constituintes fizeram parte das comemorações. “Em todos os eventos houve plantio de mudas de árvores nativas do Cerrado”, escreve o repórter. “No Sudoeste, 50 integrantes da Associação do Parque Ecológico das Sucupiras (APES) e voluntários fizeram um mutirão de limpeza na área verde de 22 hectares, localizada ao lado da catedral Rainha da Paz”, registra a reportagem ilustrada pela foto acima onde duas voluntárias, uma delas com a camiseta da Associação, carregam saco com lixo retirado da mata, que aparece ao fundo.

Choveu!

O cerrado é verde, a terra macia e dócil.

Uma família de pica-paus apareceu.

Um tinha o ramo do amor, um outro, a voz do perigo.

Cantaram, bateram os bicos e sumira.

Assim se manifesta Maria Costa Marques, amenizando o espaço de discussão com suas observações e reflexões sempre pertinentes. (maria marques, Sex Out 24, 2003).

O presidente vai falar: “Em primeiro lugar, contar a vocês que plantamos umas cinqüenta mudas no domingo, no pequeno mutirão - Cuidar do Parque”, fazendo um balanço prático das atividades. “Estamos com um pequeno e fiel grupo, com a Deize, o Ivan, o Ronaldo e eu. Maria não pode ir e estamos sentindo falta da Cristina. Eh uma atividade muito gratificante”, observa Fernando, convencido que se deva continuar fazendo novas covas e aproveitando o período de chuva para plantar, convocando os “fiéis” e buscando novos voluntários dentre o grupo. “Os problemas se avolumam e são necessárias outras ações”, informa. Além de mais um grande mutirão, anuncia como próximas tarefas, a realização de contatos na Câmara; com a Marinha e o INMET; definição da poligonal; IPHAN; placas de sinalização; novos vasos da área. “E por ai vai. Assim: vamos nos reunir neste domingo as 15:30, no Bloco B3, e dividir tarefas. aguardo alguma sugestão, e agradeço aos amigos que tem estado lá, vamos continuar plantando e Cuidando do Parque! Saludos, Fernando”, conclui, em 06/11/2003.

O presidente volta à carga: “Caros amigos, são vários assuntos. Semana passada tivemos uma boa conversa, Deize e eu, com a Mônica, da Fundação SD e do Fórum. A Mônica propôs nos ajudar a escrever um documento para apresentar ao Iphan, com uma argumentação legal adequada. A conversa avançou, e várias questões sobre estratégia e política foram colocadas”. Informou ainda, ter conversado com a Dolores, também do Fórum, e ter uma visão mais clara das necessidades das tarefas decorrentes do movimento da Associação. “O que está em jogo” diz, “é mantermos nossa independência, tomando a iniciativa de procurar os órgãos de governo e os deputados da Câmara Distrital, não deixando estas articulações na mão de outros. Precisamos ampliar a base de apoio ao projeto de lei, informando a outros deputados, e buscando apressar e melhorar o projeto apresentado pelo Fábio Barcellos. Vamos procurá-lo, também. Nosso objetivo é suprapartidário e devemos usar todos os nossos recursos para

levá-lo adiante”. Fala ainda de outras iniciativas sugeridas: ”Estamos elaborando um relatório das realizações deste ano, e um calendário de atividades para o ano que vêm. Temos que conversar sobre este planejamento, que inclui contato com colégios, apoio do comércio local, etc. ”O informe deverá ser enviado aos colaboradores como uma mensagem de natal e agradecimento, esperando que todos continuem juntos nas próximas atividades. “A Mônica está elaborando igualmente documentos para apresentarmos ao INMET e à Marinha, e fazendo os respectivos contatos. Parece que temos uma nova aliada trabalhando”. Sobre as sugestões do grupo para o desenvolvimento de alguma atividade de fim de ano, disse ter intenção de fazer uma festa, que poderia ser próximo ao Parque, lembrando que “na segunda, dia 8 é noite de lua cheia” e a confraternização poderia acontecer no sábado ou no domingo. “Comemorar as conquistas deste ano, festejar. Aguardo sugestões”. “Neste último domingo conversamos com a Cristina sobre a contratação de mão-de-obra braçal para nos ajudar a abrir as covas e roçar certas áreas. Ela comprou 6 camisetas, e o dinheiro pode ser usado para isso. Podemos marcar no próximo domingo continuar com Cuidar do Parque, com este apoio profissional. Falem”, intima o presidente. “Minha filha está fazendo no seu curso de Projeto gráfico, uma pequena revista sobre o parque. Quer fazer uma página com textos pequenos, notas e poesias. Quem quiser participar, prepare sua colaboração e mande até o fim-de-semana. Ficando bom o projeto, tentaremos um patrocínio para imprimir”. “As placas continuam encantadas. A Comparques finalmente disse que não pode ser daquele jeito, está agendando uma reunião para ver como pode”. A APES havia apresentado um projeto de sinalização do local para suprir a carência desse tipo de informação que contribuiria sobremaneira para inibir as ações degradantes praticadas contra a área já comentadas, porém o assunto vem sendo protelado pelo poder público que detêm as prerrogativas para implantá-las.

“Mais uma luta, contra a torre da Americel na Quadra 8. Estamos recolhendo documentos e informações, e de repente teremos que nos mobilizar, quando for a hora da imprensa mostrar o problema”, anuncia Fernando. “Nestes dias tenho pensado muito sobre as diferentes tarefas que se vão configurando, e conversado sobre certa incerteza que anda me perturbando. Por mim, ficaria limpando a plantando com os amigos (que andam meio sumidos), e um mutirão de vez em

quando. Mas as tarefas são em nível institucional, político, educativo, e tantas coisas mais. Precisamos dar um salto na nossa capacidade no ano que vêm, assumir o crescimento das responsabilidades, e DIVIDIR o trabalho”. “Eu não sei bem fazer isso. Espero que os amigos continuem por perto. Saludos, Fernando”, em 18/11/2003.

Muitas das preocupações relatadas nesse balanço do presidente, e demais associados, tiveram encadeamentos favoráveis, demonstrando o esforço e a persistência do grupo em atingir seus objetivos comuns, dentro da disponibilidade e especialidade de cada um de seus membros. Os documentos produzidos por ativistas do “Fórum” foram encaminhados como passos programados de uma estratégia traçada para alcançar a meta final de criação do parque. Os mutirões de limpeza e o plantio de mudas, ora com o trabalho dos serventes contratados para a abertura de covas, também têm caminhado a contento. A revista do Parque foi concluída com esmero e aguarda a oportunidade de patrocínio para sua edição e distribuição à população-alvo. As placas educativas a serem afixadas na área sugeridas pela Associação não foram aprovadas por questões legais e ainda não tiveram solução por envolver questões maiores afetas à área de proteção do patrimônio histórico, mas o assunto está caminhando nas esferas competentes e terá uma resposta alternativa positiva para o parque; voltaremos a esse assunto mais detidamente quando discutirmos as questões que envolvem o “patrimônio cultural da humanidade, Unesco”. Quanto à torre Americel, o desfecho sugerido formalmente pela APES foi atendido pelos órgãos competentes na medida em que as atividades de ampliação foram interrompidas, pouco depois da veiculação do assunto na mídia, tanto que mereceu um capítulo à parte nessa dissertação. Ver Capítulo 7: A Estação Rádio Base Celular e suas implicações.

Temos ainda muitas mudas para plantar! Sinta o drama...

Remissão:

Chuva choveu, a árvore caiu.

O vento, que era brisa, gritou e partiu.

No leito, quase morta, a que só era torta,

Espera remição,
E definindo pergunta:
Qual é a porta? (Maria do Cerrado).

“Fernando aí estão os nomes das empresas que fizeram doações para APES: Farol – Material de construção (luvas de couro), Mercado Primavera (gelo e suco), Panificadora Essência do Trigo (suco), Caiçara Sanduíches Naturais (sacos de plásticos para lixo), Central Flores (mudas de árvores do cerrado), Self Service Mineirinho (filipeta). Até mais ver, abraços Maria”.

“Caros amigos”, escreve o presidente: “Estamos cuidando, plantando, limpando. Bons verbos, que quero continuar conjugando por muito tempo. Cultivando os amigos, a melhor parte desta aventura. Acho que vamos conciliando o prazer de simplesmente andar no cerrado, estar ali e fazer parte da boa terra, com as ações necessárias à criação do Parque. O prazer nos leva ao compromisso”. Fernando lembra ao grupo que “hoje, por volta das 17h sai na CBN matéria sobre as invasões no Parque. Amanhã durante o dia será repetida”. Segundo informa falarão o administrador, ele, os invasores e talvez o Enio da Comparques. “Não sei como será a edição final. Tenho fé que no próximo ano o Parque será uma realidade! Um abraço para todos, obrigado por tudo, feliz 2004!” Fernando (fclope, Qua Dez 31, 2003).

“Posse do Enio”, anuncia Maria: “Fernando, vi no Correio que o Professor Enio Dutra Fernandes foi empossado no cargo de Secretário de Administração de Parques. Não seria bom enviar e-mail de cumprimentos em nome da APES? Abraços Maria”. (maria marques, Dom Jan 11, 2004).

“Caros amigos, chegou a hora de recomeçar as atividades da Associação. Apesar das poucas notícias, não paramos de trabalhar neste tempo, destacando a visita de um representante do IPHAN, juntamente com COMPARQUES, NOVACAP, TERRACAP e Administração do Sudoeste”. O presidente informa que a visita foi noticiada no Jornal do Brasil, capa do caderno Brasília e em consequência os invasores foram removidos do local – “já voltaram”, e uma limpeza que não teve coragem de ir ver: “não foi possível evitar a entrada do

trator”. Prossegue: “Infelizmente é assim, ainda não conseguimos resolver o problema dos catadores. Mas o interesse pelo Parque vai se ampliando. Neste domingo teremos dois peões trabalhando, desde as 9:00. Estaremos na área, e quem quiser participar terá o prazer de capinar, limpar e embelezar nosso Parque, fazendo um saudável exercício ao ar livre”, conclui.

“Ola pessoal! Segue resultado da reunião de organização do mutirão em comemoração a um ano de existência da Associação dos Amigos do Parque Ecológico das Sucupiras - APES. O primeiro item da pauta foi a data do mutirão definida para dia 25 de abril 2004”, informa Ronaldo Sobral. Constam das atividades a coleta de resíduos (lixo, entulhos e capim invasor) nos locais definidos no mapa da área baseado em imagem do satélite ikonos 2002, distribuídos aos monitores; a sensibilização da comunidade por meio de visita orientada em trilha interpretativa para estudantes e comunidade interessada, abordando aspectos da fauna e flora predominante no parque e resíduos sólidos. As atividades de preparação, segundo o informativo, envolvem providenciar ofícios e cartas; patrocínio para o informativo já pronto, contato com comerciantes, escolas públicas e particulares do Cruzeiro e Sudoeste, procura de apoio e parceria junto ao comércio local, elaborar projeto para apresentação aos parceiros e patrocinadores e contato com grupos de escoteiros.

Nesse íterim, aparecem novos adeptos: “Caros colegas, meu nome é Leonardo Eustáquio e sou professor do Colégio CIMAN, no último mutirão do ano passado estivemos juntos. Eu gostaria de que o CIMAN também pudesse participar das trilhas interpretativas e de uma sensibilização diante do problema do lixo que é depositado no Parque. Aguardo retorno”.

“Gente, Eu só acho que limpar para no dia seguinte estar tudo de novo lá acaba sendo um esforço inútil. Isso desmotiva os voluntários!, escreve Jean Marconi. “Eles vão lá, limpam, suam a camisa, e no dia seguinte lá vem carroceiro, pedreiro, MORADOR, e joga tudo de novo: lixo, entulho” e sugere como alternativa uma campanha de conscientização com panfletagem no dia do mutirão ou mesmo, a colocação de cartazes proibitivos, ou algo tipo "área

protegida pela comunidade", ou até mesmo aquela fita de segurança. (Jean Marconi, Seg Mar 15, 2004).

"Salve!", responde Ronaldo não deixando que as preocupações do Jean desanimem a "tropa". E observa: "mas na parte de baixo, onde estamos trabalhando, depois que tiramos alguns lixos e entulhos e a Novacap plantou algumas mudas, não há mais esforço inútil. Estou indo com frequência visitar o parque e não vejo retorno do lixo".

"Olá Pessoal, não pude participar da última reunião, mas estou acompanhando o processo", escreve Ronaldo Neves concordando com a idéia de mais um mutirão, pois em sua opinião a mobilização, a conscientização da comunidade é um processo, e processo leva tempo. "Mesmo que tenha 7, 8, 9 ou 10 pessoas, elas estarão fazendo uma diferença e isso é importante. As pessoas passam, vêm, enfim, acredito que é um trabalho de formiguinha e com o passar do tempo assume uma dimensão grande e atinge uma parcela significativa da comunidade", conclui e conclama: "Todos ao mutirão. Estarei presente! Fernando vou te ligar pra agente dividir algumas tarefas, ok? Um grande abraço a todos". Ronaldo Ferreira (Ronaldo Neves Ferreira, Seg Mar 15, 2004).

"Caro Jean, a área que tem sido limpa em nossos mutirões não é mais usada como depósito de lixo ou entulho. Muito raramente algum carroceiro insiste em sujar, sendo reprimido imediatamente por moradores sempre atentos" se manifesta o presidente mantendo a mobilização dos voluntários. Relata que o grupo vem trabalhando constantemente na limpeza e no plantio. "Convido vocês a visitarem nosso querido cerrado, e ver como está bonito". Prossegue, informando que a luta contra os incêndios, levada a cabo pelos moradores e porteiros dos blocos próximos, também tem ajudado a recuperar a vitalidade do cerrado e que a sugestão das placas educativas já foi apresentada a mais de um ano à Administração e se encontra emperrada até o momento, por motivos burocráticos. "Cobrei hoje do secretário de parques, Professor Ênio, a liberação da colocação das placas, cujo *lay-out* foi apresentado ao IPHAN há vários meses. Ficamos de conversar sobre isso amanhã, na visita dos deputados". Por observação, informa que a área acima do Sudoeste, paralela à Marinha, continua sendo degradada

apesar dos esforços. Lembra que a visita de representantes do IPHAN, COMPARQUES, NOVACAP, Administrador do Sudoeste entre outros, por proposição da APES, resultou na retirada dos invasores, que “infelizmente já voltaram”. “A deputada Eliana Pedrosa foi chamada para a visita de amanhã para avançarmos na conversa sobre o problema do lixo, da coleta seletiva que precisa ser implementada, e da organização dos catadores. O problema, como sempre reconhecemos, é social. Temos que equacionar a questão do lixo!”, conclui o presidente. (fclope, Seg Mar 15, 2004).

“Caros amigos, ontem nos reunimos para avaliar o andamento da organização do próximo mutirão. Dividimos algumas tarefas, Eu, Maria e Deize. A boa notícia é que o Pão de Açúcar estará novamente oferecendo o lanche comunitário. Precisamos nos encontrar mais, pois restam 3 fins de semana até o mutirão, e um deles é Semana Santa”. O presidente solicitou uma reunião com o Cláudio Queiroz, presidente do IPHAN regional para tratar das placas que até hoje não foram autorizadas, e da questão do cercamento da área. “Avisaremos, para os que quiserem nos acompanhar”. Outra iniciativa necessária segundo relato do presidente é a criação das Brigadas de incêndio. “O Prevfogo”, informa, “está disposto a dar um treinamento básico, e abafadores. Estou colocando nas caixas de correio, dos blocos de frente ao parque, avisos para quem quiser participar. Veremos. Com 5 pessoas armamos o grupo”.

“Caros amigos, estou mandando fotos do lançamento do programa ecológico do INMET, com a Maria e a Deize abraçadas com o Ministro da Agricultura e o Diretor do INMET. Com as novas notícias sobre a intenção do GDF de ocupar e construir na área deles; precisamos mais do que nunca trabalhar essa parceria! Preciso do apoio dos que moram em frente ao Parque para formarmos a Brigada de incêndio. Vamos nos ligar”. Saludos, Fernando (fclope, Qua Abr 14, 2004 12:38).

“Nosso mutirão, mais uma vez, cumpriu seus objetivos, escreve o presidente. “Hoje saiu no DFTV uma bela matéria, com um alto astral. Crianças dando seu recado, e vários moradores elogiando a limpeza mantida; nosso

trabalho. Terminou com um toque preciso da Cristina. Valeu. Deve ter saído também na TV Brasília, mas não vi. E ainda tivemos a matéria no Correio. Ainda vou conferir no Jornal do Brasil”. O presidente destaca ainda a presença do Administrador, da Comparques, representantes do deputado Chico Floresta e do INMET no mutirão. “Sabemos que isto não representa necessariamente que as coisas caminharão melhor, mas sempre serão os interlocutores que precisaremos usar”. Conclui dizendo da boa parceria com o Grupo Escoteiro Caio Martins, “significativa e essencial para o êxito do movimento”. “É uma soma de objetivos que está dando muito certo”. Finalizando: “E o Pão de Açúcar, como sempre, resolvendo a fome do pessoal. Vamos tocando nosso trabalho. O próximo e urgente passo é a Brigada de incêndio”. Um abraço, Fernando (fclope, Seg Abr 26, 2004).

“Amigos, gostei muito do trabalho ontem. Embora não houvesse muita gente, valeu o entusiasmo e dedicação dos que foram, principalmente os escoteiros, a quem desde já presto minha homenagem” escreve Deize. Outro fator importante destacado por ela foi a demarcação dos locais e a divisão das tarefas o que tornou, na opinião dela que coordenava as atividades dos voluntários, o trabalho mais organizado e produtivo. Agradece ao Pão de Açúcar pelo apoio, que não perdeu a oportunidade de demonstrar seu compromisso com a comunidade e as boas causas. “Foi muito bom vê-los e trabalharmos juntos! Temos que amadurecer a idéia da brigada de incêndio, a seca já está aí. Aguardo a próxima reunião. Abraço em todos”. Deize (Deize Lucid Gaspar Menezes, Seg Abr 26, 2004).

“Ola Fernando, também achei muito legal nosso encontro de ontem, não vi a matéria, mas o importante mesmo foi a presença dos escoteiros, dando mais uma vez um belo exemplo de participação e comprometimento com o nosso trabalho que é em benefício de todos!”, escreve Cristina, (anima.operadora, Seg Abr 26, 2004).

“Cris, depois quero a receita de ontem. Beijis! Deize”. Não sei receita de que é, mas se é boa, todo o grupo merece conhecer. “Cris: mande a receita para

todos”. Elber, líder comunitário e pioneiro da APES que também marcou presença no mutirão.

“Fernando, as fotos ficaram ótimas. Estes escoteiros são umas gracinhas. E a paisagem também ficou linda. Abraços!”. Maria. (maria marques, Qui Abr 29, 2004).

Max Weber, citado EM Montoro em sala de aula (CET/UnB, 2004), ao escrever sobre “Cidadão”, o definiria como sendo “a pessoa capaz de criar e transformar, com os outros, a ordem social” acrescentando que a ele caberia “cumprir e proteger as leis que ele mesmo ajudou a criar”. Dentro dessa perspectiva, são esses os novos cidadãos que conduzirão o planeta – em nível amplo, engajados na luta pela manutenção de um ambiente equilibrado para todos e, em nível restrito, mobilizados para o enfrentamento dos problemas que se apresentam na caminhada, rumo à constituição do parque. Unidos, criando e transformando a ordem social que se apresenta. Esse espírito de comunhão de ideais e confraternização se mostra renovado nos contatos estabelecidos com os vários seguimentos de atores sociais envolvidos com a causa, global e localmente, mais detidamente expostos no capítulo a seguir.

CAPÍTULO 5 – OS PROTAGONISTAS DA CENA

5.1 – ASSOCIAÇÃO PARQUE ECOLÓGICO DAS SUCUPIRAS

5.1.1– Histórico, Objetivos, Classificação Legal, Atuação e Parcerias



Figura 5.1: Logotipo da APES-DF, criado por Fernando Lopes, jornalista, cartunista e seu atual Presidente.

Constituída em 27 de abril de 2003, a Associação Parque Ecológico das Sucupiras – APES-DF é uma entidade civil que tem por objetivo principal a criação do Parque Ecológico das Sucupiras. Segundo informações do sítio da instituição na internet, a associação foi criada para defender a preservação de uma área de aproximadamente 22 hectares, remanescente de cerrado nativo, localizada no lado sul do Eixo Monumental, próxima à Capela

Rainha da Paz e do Setor Sudoeste. E buscam com este fim, o desenvolvimento comunitário de atividades ligadas à educação ambiental, recreação e cultura, colaborando com órgãos governamentais ou não governamentais.

Pelos termos de sua constituição e pensamento presente de seus membros é tempo de se pensar em enquadrá-la no espírito da lei que rege esses tipos de instituições até em função da dimensão que vem tomando o movimento. Objetiva-se com essa análise, fornecer subsídios para que seus membros e a própria Associação possam abrir o leque de opções que se apresentam em função das possibilidades de captação de investimentos externos para financiamento de projetos voltados para a educação ambiental e preservação do patrimônio natural e cultural na área, embutidos desde sua configuração primeira, e indispensáveis após a constituição legal do parque.

Para essa breve reflexão, tomou-se por base o estudo⁶⁴ da legislação pertinente em vigor, relativas a essa perspectiva de futuro da APES de se enquadrar como OSCIP - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.

Nos termos de sua promulgação, a Lei 9.790, de 23 de março de 1999, dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos como OSCIP, e institui e disciplina o Termo de Parceria. O estudo (MJ) registra que a legislação anterior - que não foi revogada - se preocupa excessivamente com documentos e registros contábeis o que torna excessivamente burocrático o acesso a determinados incentivos fiscais e o estabelecimento de convênios com o governo. A nova lei simplificou os procedimentos e com isso os custos operacionais para o reconhecimento institucional. Potencializou a realização de parcerias com os governos, com base em critérios de eficácia e eficiência, além de mecanismos mais adequados de responsabilização. Desse modo, concluindo o raciocínio, está estabelecido pela análise que “a qualificação de OSCIP acolhe e reconhece legalmente as organizações da sociedade civil cuja atuação se dá no espaço público não estatal”.

A mesma lei criou também o chamado “Termo de Parceria” que se constitui em novo instrumento jurídico de fomento e gestão das relações entre as OSCIPs e o Estado. Segundo interpretação do Ministério da Justiça disponível em seu sítio na internet, o termo tem como objetivo, imprimir maior agilidade gerencial aos projetos e realizar o controle a partir dos resultados, com garantias de que os recursos estatais sejam utilizados de acordo com os fins públicos. O instrumento possibilita a escolha do parceiro mais adequado, sob o ponto de vista técnico, social e econômico, além de favorecer a publicidade e a transparência dos atos.

Registra-se por oportuno, que a presente Lei 9.790/99 foi regulamentada pelo Decreto 3.100, de 30 de junho de 1999 e que os procedimentos para a obtenção da qualificação das entidades como OSCIP foram disciplinados por

⁶⁴ Disponível em http://www.mj.gov.br/snj/oscip_termo.htm.

aquele ministério por meio da Portaria 361, de 27 de julho de 1999, que são, preliminarmente, os compêndios a serem consultados pela Associação para sua melhor classificação como entidade civil. Importante ressaltar que, conforme registra aquele estudo, “pela primeira vez, o Estado reconhece a existência de uma esfera pública em emersão, que é pública não pela sua origem, mas pela sua finalidade, ou seja, é pública mesmo não sendo estatal”.

Essa lei tem como principal objetivo, fortalecer o Terceiro Setor⁶⁵ que constitui hoje uma orientação estratégica em virtude da sua capacidade de gerar projetos, assumir responsabilidades, empreender iniciativas e mobilizar pessoas e recursos necessários ao desenvolvimento social do País, como bem tem feito a APES, dentro de suas possibilidades e abrangências, no caso do Parque. Conforme relatado, e divulgado na imprensa, a associação tem atuado na defesa dos direitos de grupos específicos da população, se dedicado ao trabalho voluntário e à proteção do meio ambiente assumindo perfil característico de instituições do chamado Terceiro Setor.

A Associação, neste pouco mais de um ano de fundação, tem caminhado no sentido de conseguir realizar seu principal objetivo, qual seja a criação do parque na área de cerrado do Sudoeste. Mesmo que até a presente data o intento não tenha sido concretizado, a entidade tem mantido o assunto em foco por meio da realização de mutirões regulares de limpeza do local, e denunciado irregularidades praticadas por catadores de lixo que continuam a ocupar parte da área de cerrado. Também os “oficineiros” são alvo de vigilância, por terem sido constatados descartes de lixo característico desse tipo de comércio naquela área em função da proximidade com o Setor de Oficinas do Sudoeste. Porém o principal foco de denúncias e vigilância é constituído pelo conjunto de moradores e carroceiros que insistem em fazer da área um depósito de entulhos de construção e utensílios domésticos descartados. Essas ações de mobilização têm conseguido relativo destaque junto à mídia, com a divulgação do movimento em jornais locais,

⁶⁵ O Terceiro Setor corresponde às instituições com preocupações e práticas sociais, sem fins lucrativos, que geram bens e serviços de caráter público, tais como: ONGs, instituições religiosas, clubes de serviços, entidades beneficentes, centros sociais, organizações de voluntariado etc. Disponível em <http://www.terceirosetor.org.br/quemsomos/index.cfm?page=terceiro>, acessado em 03/07/2004.

regionais e até nacionais, bem como em rádios e TVs em função das estratégias utilizadas para alcançar seus intuitos.

O movimento tem concentrado esforços no sentido de manter um canal ativo e permanente com autoridades das várias esferas do poder público envolvidas com a questão do parque para apoio às iniciativas voltadas para a preservação da área enquanto não se efetiva sua criação. O mesmo se dá com relação às populações locais, onde têm trabalhado para a sensibilização de parcelas importantes dessa comunidade ainda pouco interessada no movimento, e têm conseguido ajuda de poucos mais importantes e fiéis patrocinadores da causa. Exemplos dessa adesão por parte desses seguimentos estão relacionados abaixo, como é o caso da reportagem do Jornal de Verdade⁶⁶, publicada em março de 2004.

A notícia dá conta de que o presidente interino do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), professor Pedrosa, em conjunto com o administrador da Administração da Octogonal/Sudoeste e líderes comunitários do Sudoeste, ao visitarem o local do futuro Bosque das Sucupiras⁶⁷, encamparam a idéia de sua criação. Segundo informações do tesoureiro da Associação Parque Ecológico das Sucupiras, Elber Barbosa, na reportagem, formou-se um grupo composto pelos vários órgãos envolvidos para formulação de um projeto definitivo. Em fotos que ilustraram a reportagem, aparecem o Administrador Nilo Cerqueira acompanhado do professor Pedrosa, e o secretário de parques do GDF Enio Dutra quando da visita à área do futuro parque.

Três meses depois, o Correio Braziliense de 6 de junho de 2003, destacava a seguinte manchete: “Sudoeste, Moradores Querem Parque”.

⁶⁶ Publicação regional mensal, com 30 mil exemplares/mês, em sua edição de março de 2004, sob o título “Mais Apoios para o Bosque”, ressaltou-se aqui que o movimento pró-parque tem restrições quanto a chamar a área de bosque, para que não seja confundida com o “Parque Urbano Bosque do Sudoeste” que já existe na RA.

⁶⁷ Na verdade onde se lê “Bosque das Sucupiras” deveria estar escrito “Parque das Sucupiras” para que não se faça confusão com o “Parque Urbano Bosque do Sudoeste” situada na mesma RA, criado pela Lei n.º 2.360, de 30/04/1999. Segundo informações do livro “Olhares sobre o Lago Paranoá” (2001, p. 104), seus objetivos são o desenvolvimento da educação ambiental e das atividades de recreação, lazer e cultura; tem área de aproximadamente 7,88 hectares bastante alterada, com um pequeno grupo de árvores do cerrado, e exóticas.

Dizia a reportagem que os moradores do Sudoeste organizariam festa “no próximo domingo” para pedir a criação de um parque ecológico perto do bairro por iniciativa da Associação Parque Ecológico Sucupira. “O grupo fará mutirão para limpeza da área de vegetação na faixa de Cerrado, ao longo do Eixo Monumental, na altura da capela Rainha da Paz. A concentração está marcada para às 9h, na Quadra 8 do chamado setor econômico, em frente ao bloco B3”. Depois do mutirão serão oferecidos lanches comunitários e apresentações para crianças, com palhaços e contadores de estórias, conclui a reportagem.

Sob mesma motivação, o Jornal Regional (1ª Quinzena/Junho/2003) em sua coluna “Lado Ecológico” destacava a manchete: “Sudoeste quer que cerrado próximo vire parque”. A reportagem anunciava que a Associação Parque Ecológico das Sucupiras, organizada pelos moradores, quer proteger o que ainda resta da vegetação nativa. “A área de dois hectares de cerrado⁶⁸ situado na tangente do Setor Sudoeste (entre a reserva da Marinha e o Eixo Monumental) pode virar parque de preservação ambiental”. Moradores da QRSW 8 do bairro criaram a Associação Parque Ecológico das Sucupiras com o propósito de proteger a fatia de terra que ainda conserva a vegetação original do local.

Nessa publicação, o mutirão já havia acontecido e as notícias tinham o caráter de fazer uma espécie de balanço das atividades programadas e anunciadas na primeira reportagem: “O grupo de condôminos realizou na manhã de domingo, dia 7, um mutirão de limpeza do entulho e lixo orgânico despejado nessa área verde”. Segundo o presidente da associação, Fernando Lopes, a sujeira não pode ser retirada com tratores. “As máquinas podem fazer um estrago muito grande na vegetação quando recolhem o lixo”, esclarece. Há seis anos, desde quando se mudou para o Sudoeste, Fernando luta pela transformação do local numa reserva ambiental para uso múltiplo. Neste ano, conseguiu encaminhar a proposta à Câmara Legislativa – onde o deputado distrital Fábio Barcelos apresentou projeto de lei para a criação do Parque Ecológico das Sucupiras.

⁶⁸ Na verdade a área reivindicada para o parque é de 22 hectares, constituída de parte de cerrado nativo e parte sem cobertura vegetativa original, com ocorrência de invasoras e algumas espécies exóticas plantadas pelo DPJ/Novacap.

Conseguiu ainda o apoio da Administração Regional do Cruzeiro e da Secretaria do Meio Ambiente, para o desenvolvimento dessas ações.

Segundo palavras do deputado, na reportagem, essa será uma área para a comunidade e uma forma de zelar por uma qualidade ambiental maior. “Ela deve proporcionar lazer e um contato oportuno com a natureza”, diz. “Será um espaço também para desenvolver programas, projetos e pesquisas ecológicas”, conclui. Para ser transformada em parque ecológico de uso múltiplo, a área precisa ser constituída por, pelo menos 30% de vegetação nativa ou exótica e estar situado dentro de um centro urbano. Deve dispor ainda de fácil acesso para a população. A reserva das Sucupiras (antes batizada de Rainha da Paz, em referência à capela situada próxima ao local) obedece todos os requisitos. Futuramente, com a aprovação do projeto, o parque vai ganhar iluminação. Uma trilha para caminhadas e *Cooper*, prossegue a reportagem. A área não será cercada. Será acrescentada apenas uma guarita para a guarda florestal primar pela segurança na região, que hoje mais parece um terreno baldio com o constante despejo de lixo. Enquanto aguardam a decisão da lei, os moradores farão o mutirão de limpeza, concluí a reportagem.

Muitas dessas idéias iniciais não poderão se concretizar por falta de amparo legal considerando-se que a área está inserida no polígono de proteção do patrimônio histórico e outras, por não serem consenso entre o grupo de moradores e associados e carecem, portanto, de discussões posteriores à concretização do Parque, quando da formalização do plano de manejo onde deverão estar explicitadas as características de destinação, levando-se em conta a vocação de lazer e de educação ambiental voltada para as comunidades escolares e moradores da região, sem abandonar a premissa da preservação da mata original de cerrado.

Na seqüência, destacamos notícia publicada em A Folha do Meio Ambiente (Ano 14, nº 142, Brasília-DF) de outubro de 2003, na coluna “Ecovoluntários”, com a seguinte manchete: “Parque das Sucupiras - A preservação ecológica e histórica bem ao lado do Eixo Monumental de Brasília”. A reportagem traçava um paralelo entre ações empreendidas por grupos de voluntários (moradores e ambientalistas)

com o intuito de criarem áreas de proteção natural em zonas urbanas do Distrito Federal, ao longo do tempo. “A luta ambiental e pela qualidade de vida aflorou na consciência dos brasilienses”, registrava a reportagem. “Depois de conquistarem o Parque do Rasgado, no Lago Sul, de conseguirem o Parque na Asa Sul e de outras áreas nas cidades satélites, um grupo de moradores do Sudoeste fundou a Associação Parque Ecológico das Sucupiras (APES) com o objetivo de preservar e transformar em parque uma área remanescente de Cerrado”. Situando a área, dizia ter aproximadamente 22 hectares, começando em frente à Quadra 8 do Sudoeste, próxima à Capela Rainha da Paz, prolongando-se até o terreno da Caesb, margeando a pista sul do Eixo Monumental de Brasília. Prossegue dando conta de que a “Associação Parque Ecológico das Sucupiras (APES), mobilizando moradores, e autoridades, tem promovido mutirões de limpeza e outras ações no sentido de conscientizar a população do valor deste insubstituível patrimônio natural”. Segundo a reportagem, o movimento também conseguiu que fosse apresentado um projeto de lei, que já tramita na Câmara Distrital, propondo a criação do Parque Ecológico. Alguns políticos visitaram a área, quase sempre acompanhados do próprio presidente do Comparques, Enio Dutra, do diretor de Parques e Jardins da Novacap, professor Ozanan Coelho e do administrador do Sudoeste, Nilo Cerqueira, que são assíduos representantes do poder público contatados pela APES. Seu presidente é o jornalista e chargista Fernando Lopes que ajudado pela fundadora da associação, Maria da Costa, tem promovido visitas de autoridades e mutirão de limpeza pelos moradores da área. “Apesar de nossos esforços e da articulação com a Administração do Cruzeiro e com a recém-criada Administração do Sudoeste, a área do futuro parque está bem abandonada e sujeita a um intenso processo de destruição, pois é usada por carroceiros, como depósito de lixo e entulho, e por jardineiros para coleta de terra para vasos de plantas e jardins”, explica Fernando Lopes na reportagem. Evidente que para coroar todos estes problemas, existe a questão da segurança, “pois muitos moradores preferem retirar a vegetação nativa para terem mais visibilidade e evitar os roubos que acontecem com certa freqüência”, continua o presidente.

Fernando, contrário a idéia de eliminar o cerrado, enumera as vantagens de se preservá-lo para criação de um parque ecológico: o significado histórico desta área de vegetação nativa, que ainda conserva características observadas nas

imagens da primeira missa rezada no Cruzeiro, próximo ao memorial JK; manutenção de corredores ecológicos para as aves que vivem nas áreas de proteção ambiental; promover a educação ambiental e a valorização do Cerrado pela rede de ensino local; promover atividades turísticas, facilitadas pela localização privilegiada da área; preservação e melhoria da qualidade de vida. A reportagem era ilustrada por foto com a seguinte legenda: “O lugar é nobre de onde se vê a igreja Nossa Senhora da Paz”.

A última matéria destacada vem do Jornal de Verdade (Ano V, nº 52-E) de março de 2004, que apresentava a seguinte manchete: “Cuide para ter futuro”. Inicia dizendo que a Associação Parque Ecológico das Sucupiras não descansa. Em 25 de abril, domingo, a partir das 9 horas, os membros da Associação e os moradores do Sudoeste sensíveis a destruição do local onde será o futuro Parque se reúnem em frente à QRSW 8 para fazer um mutirão de limpeza. O evento contará com o apoio do supermercado Pão de Açúcar. Segundo declaração do presidente da Associação, para sensibilizar cada vez mais as autoridades sobre a importância da criação do Parque, em março, a deputada Eliana Pedrosa foi convidada para conhecer o local. Também foi convidado o deputado Fábio Barcelos, autor do Projeto de Lei 29/2003, que cria o Parque das Sucupiras. A reportagem registra que os problemas causados tanto pelos catadores que usam a área para separar o lixo recolhido, quanto pelas máquinas e caminhões que vêm limpar o local e também aumentam a destruição, foram mostrados aos deputados. “A deputada Eliana ficou impressionada com a degradação do local”, comenta Fernando, informando que a APES continua a negociação com os vários órgãos do poder público envolvidos com a questão como o IPHAN, Administração, Comparques, Novacap, INMET, Marinha. Quanto mais os moradores cuidarem e usarem o local, menos lixo e destruição o meio ambiente terá, conclui Fernando. Registrou-se na reportagem, duas fotos ilustrativas que tinham a seguinte legenda comum: “Maria do Cerrado, Elber, deputada Eliana, deputado Fábio, Fernando, Virgínia e moradores do Sudoeste visitam Parque”.

5.2- ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E O PARQUE

São várias as organizações sociais existentes nas duas Regiões Administrativas. Dentre as que se enquadrariam na denominação de Associação de Moradores, estão as comumente denominadas de prefeituras de quadra, constituídas com o objetivo comum de cuidarem dos interesses específicos dessas células comunitárias. De modo geral, tratam dos assuntos diretamente com essas administrações e até mesmo com órgãos do próprio GDF, sem que haja subordinação a uma associação maior que pudesse coordenar essas ações junto ao poder público. Essas prefeituras assim se configuraram pelas próprias constituições urbanísticas dessas cidades, formadas que são por quadras, superquadras e condomínios fechados.

Informações disponíveis no sítio “setorsudoeste.com”, na internet revelam a existência de seis dessas prefeituras no Setor Sudoeste (SQSW 100, 101, 102, 103, 105, e 304), inclusive com páginas virtuais individualizadas onde vinculam fotos panorâmicas das edificações, confraternizações, suas conquistas e realizações e planos futuros das micro-administrações. No sítio da Administração do Cruzeiro, estão registradas a Associação de Moradores e Inquilinos do Cruzeiro Novo e a Associação dos Moradores da Quadra 12 - Cruzeiro Velho, com nomes dos presidentes, endereços e telefones das sedes. Há o registro ainda de alguns conselhos comunitários, comitês especializados e outros tipos de organismos sociais sem que, no entanto, nenhuma desses, nas duas RA, tenham interesses revelados pelo Parque das Sucupiras ou mesmo pelo Parque Urbano Bosque do Sudoeste, criado em 1999.

Miriam Langenbach⁶⁹, com pertinência discorreu sobre as lutas empreendidas nos bairros e ressaltou o distanciamento das associações de moradores em relação a outros seguimentos da comunidade, como ocorre na região da grande Cruzeiro, onde cada uma desses grupos age de forma individualizada, tratando exclusivamente de seus próprios problemas:

⁶⁹ Miriam Langenbach, Psicóloga, professora da PUC/Rio e Coordenadora do PVE, em artigo “O Bairro: Um território de Luta”, do livro “A rede Ecológica: Um Guia de Educação Ambiental”.

O próprio espaço da Associação de Moradores acaba tendo esta conotação pesada, de paciente negociação com as estâncias públicas, pouco atraentes para a maioria. Geralmente ali, acaba atuando algumas pessoas mais persistentes, que têm disponibilidade de tempo, disposição, ou interesse. As associações de moradores acabam ficando distantes das escolas, dos jovens, como se fossem esferas que têm pouco ou nada a ver entre si. (Langenbach, 1997, pág. 68).

Vasculhou-se o acervo de mensagens trocadas pelos associados, reportagens, entrevistas e conversas informais do grupo, para identificar possíveis manifestações de representantes dessas associações com relação ao parque. Apurou-se, na oportunidade, a possível presença e atuação dessas representações nas reuniões, visitas e mutirões desenvolvidos pela APES no local. Pode-se afirmar que são raras as ocorrências, porém qualitativamente importantes quando se trata da atuação do Conselho Comunitário do Sudoeste, mais precisamente de seu presidente, Elber Barbosa.

Cita-se como exemplo seu engajamento na luta contra o adensamento populacional do Setor Sudoeste travada com setores do mercado imobiliário da Capital, que pleiteiam junto ao GDF a mudança de destinação da área do INMET para abrigar 20 blocos residenciais. Notícias veiculadas no Correio Braziliense de 05/04/2004, dão conta de que existe uma movimentação nesse sentido e os primeiros passos já foram dados. “Oficialmente, o GDF não confirma a intenção”, mas técnicos da Terracap e membros da Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento se reuniram para tratar da permuta das áreas que viabilizaria o projeto. A direção do Instituto indignada argumenta que o INMET faz parte do projeto de Lúcio Costa e que cerca de 40% da área é de cerrado nativo que vem sendo ampliada com o replantio de mais de mil árvores em parceria com a Embrapa.

Elber protesta, “Não cabe mais ninguém. Estamos com uma população que cresce com cada ampliação e que vai sofrer com falta de estacionamentos e com trânsito engarrafado”, reclama. Segundo a reportagem, Elber estaria trabalhando

em duas frentes para evitar a transferência do INMET. Uma delas é a criação do Parque Ecológico das Sucupiras, entre o Instituto e o eixo monumental. “A área preservaria um pedaço do Cerrado ainda intocado, evitando a construção de novos prédios”. A outra, envolvem gestões junto ao IPHAN, para impedir a construção de residências na poligonal do instituto.

O presidente do Conselho tem prestado apoio à Fernando Lopes, presidente da APES, principalmente nas questões que envolvem assuntos jurídicos, sua especialidade. Inúmeras vezes, ele tomou a iniciativa de defender interesses dos moradores nas discussões travadas com os atores-governo em defesa do parque. Foi assim no caso da torre de telefonia celular, quando seus argumentos embasaram a representação protocolada pela APES junto à Administração, questionando seu funcionamento. A reclamação tomou vulto, culminando com o embargo das obras de ampliação daquelas instalações.

Por ocasião de reportagem realizada no local pela equipe do DFTV (02/12/2003), colhendo denúncias sobre o funcionamento irregular daquela estação, compareceu ao ato a representante da Prefeitura Comunitária (local), assim apresentada pelo presidente da APES aos presentes, que não quis se pronunciar na reportagem. Por sua vez, Fernando foi um dos entrevistados pela equipe. Seu depoimento sobre o assunto, bem como o de Elber Barbosa, também presente à manifestação, estão descritos no capítulo 7 dessa monografia, que trata da Estação Rádio Base Celular.

Quando seus conhecimentos jurídicos não são requisitados, lá está Elber participando dos mutirões e das reuniões de discussão e planejamento do movimento.

5.3 – OS CARROCEIROS

“Os carroceiros estavam entre as categorias mais organizadas no movimento operário do início do século 20, em Portugal. Na Brasília do século 21, os carroceiros mantêm associações incipientes, porém ilustradas”. É o que comenta a jornalista Conceição Freitas em reportagem veiculada no Correio Braziliense do

último dia 05 de junho de 2004. A repórter registra o discurso do presidente da Associação dos Carroceiros de Samambaia, Eduílson Barros da Silva que cita um filósofo árabe, do qual lhe escapou o nome, para falar da ontologia do carroceiro: “O cavalo tem a força e a agilidade. O homem tem o cérebro. Juntando-se os dois fica-se rei”.

Ao discorrer sobre o assunto em artigo veiculado na página da Universidade Católica de Brasília, sob o título “Amigos Carroceiros, cidadãos brasileiros”, Lucyana Ribeiro mostra a Ceilândia, maior cidade do DF em população, como exemplo de desigualdade social, o que de certa forma revela, de maneira geral, as várias faces da sociedade brasileira tomando como elemento dessa desigualdade, as condições dos cidadãos brasileiros que sobrevivem da profissão informal de carroceiro, “muitos na mais completa exclusão social sem ter onde morar ou de comer, encontram no lixo o meio para sua sobrevivência”. Discursando no III Seminário Internacional de Direito Ambiental (Brasília, 2002), Saint-Clair⁷⁰ já lembrava que “o Brasil se julga a oitava economia do mundo e está em 74º lugar pelo índice de qualidade de vida, isso significa que não transfere para a sua população a riqueza que produz”.

Em seu artigo, Lucyana Ribeiro identifica algumas ações positivas por parte do poder público para amenizar essa situação, como a implantação do projeto “Cidade limpa, amigos carroceiros” com o objetivo de incentivar a preservação do meio ambiente e assegurar o sustento destes trabalhadores, promovendo o bem estar social. Diagnosticou no estudo, que a grande maioria da população daquela cidade é formada por imigrantes nordestinos e de outros estados brasileiros, muitos sem formação escolar alguma e vivem do mercado informal da profissão de carroceiro. Sem educação e a falta de informação, faz com que muitos se sintam excluídos, à margem da sociedade, conclui.

A tentativa de estabelecimento de parcerias entre o poder público e essa população visa modificar essa realidade por meio da conscientização sobre o meio

⁷⁰ Saint_Clair Honorato dos Santos: Procurador de Justiça do Estado do Paraná e Coordenador do Meio Ambiente, Curitiba – PR.

ambiente bem como suprir a deficiência na limpeza pública. O projeto prevê a regulamentação da situação dos carroceiros e a limpeza da cidade, iniciando pelo registro e emplacamento das carroças e a distribuição de cestas de alimentos para um número de “carroçadas” levadas aos depósitos de entulho.

Voltando à reportagem de Conceição Freitas, tem-se a visão da “fragrante desigualdade social presente no dia-a-dia das ruas da capital”, assim como ocorre também na Ceilândia. Escreve a repórter: “É no asfalto que as duas Brasília se encontram, e nesse trânsito de desiguais, uma se acha mais dona do pedaço que a outra. Na arena longa e tensa, ocorre a disputa entre motoristas e carroceiros”. A repórter revela a profunda irritação que toma conta dos motoristas diante do trotar lerdo dos cavalos. “Na capital que até hoje exhibe traços de ilha da fantasia, onde, supostamente, ricos e pobres se mantêm à distância, 25 mil carroceiros avançam sobre o asfalto”. Conceição conclui que “motoristas e carroceiros estão enredados pela teia da desigualdade social, os primeiros com largas chances de se safar no primeiro arrancão e os outros sempre sujeitos à proibição de trafegar pelas vias da cidade, o que já ocorre no Plano Piloto”.

Segundo estimativa de Francisco Luiz Rodrigues⁷¹ ao discorrer sobre o tema “Limpeza Pública” no III Seminário Internacional de Direito Ambiental realizado no auditório do Superior Tribunal de Justiça - Brasília, em maio de 2001, a cidade de Curitiba convive com cerca de três mil *carrinheiros* informais nas ruas, alguns com envolvimento em acidentes, inclusive atropelamento e muitos deles vinculados de uma forma meio escrava ao dono de depósito de material reciclável, “o que é muito sério”. Para ele, esse “é um trabalho que envolve uma série de questões, como da exploração da atividade do *carrinheiro* e os ganhos possíveis dos intermediários, além do maior beneficiário, a indústria consumidora dos produtos coletados”.

Tomando por base também a cidade de Curitiba, que para ele é “um exemplo de reciclagem, mas só pratica coleta na área bonita da cidade; não coleta

⁷¹ Francisco Luiz Rodrigues: Engenheiro Civil e Sanitarista, Responsável Técnico da Intranscol S/A – Coleta e Remoção de Resíduos, São Paulo/SP.

na favela”, Saint-Clair (pág. 169) afirma que os catadores de lixo são cidadãos brasileiros e trabalhadores, pois “chegam a ganhar até dois salários mínimos em alguns casos, mas são proibidos de entrar nas cidades fora de determinados horários”. Acrescenta que o transporte de material no âmbito informal também enfeia a cidade e por isso “temos de esconder essa população”, conclui.

Em Brasília, conforme diagnóstico presente na reportagem de Conceição Freitas, a área patrimônio da humanidade é território proibido para carroceiros. Uma vez expulsos do centro, eles ocupam os arredores, mais especialmente o Sudoeste, onde o lixo rico da classe média e média-alta atrai comboios de carroças e cavalos, homens, mulheres e crianças amontoados sobre papelão, plástico e ferro recolhido para reciclagem, observa a jornalista; fatos esses, amplamente comprovados pelos relatos produzidos a partir das observações sistemáticas do local, durante a pesquisa. “Eles, os carroceiros, fazem o que podem fazer, sobrevivem” finaliza a repórter e, infelizmente para associados da APES e moradores da região, uma das “estações de parada” estabelecida pelo grupo é a área de cerrado do pretense parque.

5.3.1– Associação dos Carroceiros do Cruzeiro

Ao abordar um carroceiro em atividade, ou seja “tocando” seu “veículo de tração animal” identificado com a placa da Associação dos Carroceiros do Cruzeiro e Sudoeste – ACCS, no meio da rua, próxima ao prédio da antiga COBAL, perguntou-se, de dentro de veículo, como era possível entrar em contato com a associação, se tinham sede, telefone, um contato que fosse; se faziam reunião de que se pudesse participar, no intuito de levantar dados necessários à compreensão da atividade realizada por eles no âmbito das RA.

Foi informado, de maneira rápida que não dispunham de sede, quando necessário se reuniam em área próxima à Feira Permanente do Cruzeiro, que o “líder” era uma pessoa (disse o nome, mas na pressa, não foi anotado) que morava na “Estrutural” e que estavam num estágio de recadastramento pela Administração, e organização, inclusive com previsão de aulas de trânsito a ser ministrada por pessoal do Detran. Diante das breves, mas importantes

informações, procurou-se a Administração do Cruzeiro que, até onde se sabia, era a unidade que detinha as informações acerca daquela atividade.

Num primeiro procedimento, manteve-se contato com o funcionário Waltony⁷² (por telefone) que não detinha as informações solicitadas, porém se colocou à disposição em ajudar dizendo, porém que a ACCS não estava mais sob a jurisdição daquela RA, passando a atribuição para a Administração do Sudoeste depois de sua constituição. Propôs que fosse enviado àquela unidade um pedido por escrito (por e-mail, mesmo), sensibilizado com o exíguo tempo restante para concluir a pesquisa, que seria respondida pela Assistente Social daquela unidade que estaria cuidando do assunto. Foi encaminhada uma carta de intenções apresentando o propósito da pesquisa e seu enfoque principal, bem como os problemas causados pela população de catadores e carroceiros na área de cerrado, objeto de estudo.

Diante da informação de que a associação existente não mais estaria sob a gerência daquela RA encaminhou-se alguns questionamentos dentro dessa nova realidade, a saber:

- Como é conhecida a associação existente, suas atividades, se servirá de modelo para a constituição da nova associação do Cruzeiro e se existia outras associações daquele tipo em outras RA's;
- Qual a motivação que levou a RA a tentar constituir uma nova associação, qual será o papel dela na condução do movimento e qual a perspectiva do governo local com a criação da associação;
- O que será permitido a seus membros, onde poderão jogar entulhos, reciclar o lixo e comercializá-lo;
- Se já existe cadastro desses novos carroceiros, quantos são, onde moram, e onde deixam carroças e animais;
- Se há previsão de algum treinamento e suporte técnico para o exercício da atividade; educação ambiental direcionada à atividade;
- Se vão poder trafegar nas vias públicas concorrendo com outros veículos ou se haverá restrições de horários e áreas para a atividade;

⁷² Endereço virtual Waltony@hotmail.com.br , em 24/06/2004.

- Onde e como a comunidade poderia se inserir nesse programa e, se será alvo de informação educativa sobre a coleta seletiva de lixo;
- E, tudo o mais que considerasse importante e que possa ser divulgado pela pesquisa.

Como resposta, a Assistente Social produziu as seguintes informações, em forma de relato manuscrito: A Associação dos carroceiros iniciou-se no Cruzeiro em 1999, num trabalho realizado em parceria com o Detran e Fundação Zoobotânica. Houve muita dificuldade para a adaptação dos veículos, pois na realidade o que temos são carroções e caixotes circulando e não carroças nos moldes exigidos pelo Decreto nº 19.804, de 20 de novembro de 1998. Desse período, todas as carroças foram identificadas e os carroceiros receberam sua carteira de identificação. Hoje a associação criada está no Sudoeste por força da criação da Administração Sudoeste/Octogonal e ainda, pelo fato do presidente da associação trabalhar naquele local. No momento, estamos iniciando a criação de uma nova associação do Cruzeiro. Temos 17 carroceiros cadastrados e vamos integrar o Projeto “A Galope” da Secretaria de Coordenação das Administrações Regionais. Os carroceiros cadastrados são oriundos da Estrutural, Pelezão, Invasão do SIA, SAAN e Recanto das Emas e trabalham na Região do Cruzeiro. Os currais são nas próprias invasões e o depósito no SIA, próximo à Itambé. Ressaltamos que os condutores de veículos de tração animal recebem orientação e treinamento do Detran, Fundação Zoobotânica e Administração do Cruzeiro. Sugerimos entrar em contato com a Administração do Sudoeste para verificar o que está sendo feito para a preservação da área invadida pelos carroceiros naquela região. Consultada, a RA Sudoeste não confirmou essas informações, demandando novas consultas.

Quando esse relato foi recebido por ocasião de visita à Administração do Cruzeiro, também foi fornecida cópia da Lei Nº 1553, de 15 de julho de 1997 (Do Deputado Distrital Renato Rainha) que dispõe sobre o trânsito de veículos de tração animal nas vias públicas urbanas e nas faixas de domínio das rodovias no Distrito Federal, que em suma estabelecem os procedimentos descritos acima com referência à habilitação do condutor, registro do veículo e animal e caracterização desses veículos (dimensões, equipamentos de segurança, tipo de

condução e destinação, etc.), na maioria das vezes não obedecidas, conforme se observa dos veículos que circulam tanto na RA, como nas demais áreas do DF. A lei foi regulamentada pelo Decreto Nº 19.804, de 20 de novembro de 1998, que dispõe sobre o trânsito de veículos de tração animal nas vias públicas urbanas e faixa de domínio das rodovias do Distrito Federal, e dá outras providências.

Quando da visita dos deputados distritais Fábio Barcelos e Eliana Pedrosa à área, juntamente com o Secretário da Comparques, professor Enio Dutra, jornalistas, assessores legislativos e associados da APES, a representante da Administração do Sudoeste (o administrador Nilo não pode comparecer) que havia se juntado à comitiva naquela oportunidade, se referindo aos “invasores” que ocupavam o cerrado, disse aos presentes e principalmente à deputada que a convocara para a reunião, que todos poderiam contar com a Administração e que já estavam começando um trabalho em conjunto com a RA de Santa Maria para organizar esses carroceiros e destinar uma área de transbordo e administração. Pretendem fazer uma parceria com eles, para recolher o resto do lixo que não se presta à reciclagem e ajudá-los a vender o que serve. “Nós vamos fazer o trabalho que está sendo feito em Santa Maria que é perfeito”, diz a representante, se comprometendo a retirar a sujeira do local, bem como ajudar aquelas pessoas para que não perdessem o sustento. “A coleta seletiva é um tanto quanto complexa porque ela precisaria de caminhões de coleta” observa. Diz que o administrador está sensível ao problema e que vão conseguir resolvê-lo. “O primeiro passo é organizar os carroceiros para que pare esse trânsito de lixo aqui no cerrado” prioriza. Desde a última retirada, voltaram poucos, percebe-se. “É, aos poucos a gente vai conseguindo, mais eles procuram muito a Administração pela necessidade que tem de viver dessa atividade. A gente quer ajudar as duas partes”, conclui a representante da RA.

5.3.2 – Os Nômades do Lixo

Ronaldo Sobral, ao fazer o balanço do dia de atividades de mutirão, revela importante dado sobre os atuais “moradores” do cerrado conseguido em contato com o grupo no último dia 11 de dezembro (2003), por revelar a nova motivação

que leva alguns deles a se submeterem às agruras que essa condição de nômades lhes impõe.

O relato dá conta que no domingo houve o plantio e limpeza na área das covas com mudas recém plantadas, realizada por contratado (o zelador do bloco da Deize), juntamente com Fernando que o ajudou no período da manhã. Conta que por volta de 12:30h uma equipe do Correio Brasiliense chegou ao local e seguiram para a área onde ficam os catadores e carroceiros. Tiraram-se algumas fotos e formularam-se algumas perguntas para eles: Quantas famílias existem no local? Porque estão ali? Algumas foram respondidas por um dos “invasores” (catador de latas) recém chegado ao local com sua esposa. Disse que veio passar o final de ano em Brasília, pois a Igreja (Rainha da Paz), nesse período, distribui alimentos e roupas. “Mais um motivo que está atraindo pessoas para viver no local”, observa Ronaldo, que conclui o relato informando a realização de um “luau” à noite para confraternização dos associados.

Outra rica impressão sobre a presença dessa comunidade na área vem de Maria do Cerrado, nossa poeta de plantão. Sob o título *Let it be*, revela aos associados sua visão de moradora ativa para com as causas da comunidade comentando as condições precárias de vida enfrentadas pelos “moradores” do cerrado que coabitam a mesma Região. “Alô pessoal, tudo bem? E aí, como estão com este tempo tão chuvoso? Embolorados? Parece que o tempo agora vai firmar um pouquinho, janeiro já está indo embora, hora de recomeçarmos nossas atividades”, e inicia o impressionante relato: “Os moradores do setor Sudoeste estão entregues à própria sorte. Acontecem assaltos e crescem os números de arrombamentos em carros, de pichações nos prédios e aumentam os desrespeitos com o verde remanescente nesta área”. Relata que numa clareira aberta no pequeno trecho de cerrado (cerrado patrimônio histórico afeto ao IPHAN) no qual a comunidade pretende ver transformado em parque vivencial, vivem seres humanos indigentes entregues também à própria sorte. “Com esses vizinhos, parece que, realmente, a sorte foi madrasta. Nasceram homens e mulheres. Características próprias dos seres humanos. Mas vivem em situação de animais. Ou melhor, de animais abandonados, rejeitados, enxotados. Tal como animais provocam até medo e asco nos que têm uma vida bem estruturada.

Escondidos no verde exuberante do cerrado do período chuvoso e envolvidos por rejeitos de: plásticos, metais, vidros, madeiras, papéis, restos de comidas, trapos, restos de construção; exibem um cenário cataclísmico, cuja trilha sonora está entregue a uma variedade impressionante de moscas. Uns já curtidos pelo álcool e outras drogas, escornados sobre pedaços imundos do que um dia foi um cobertor, sequer percebem a presença de estranhos na área. Outros assustados com a presença de intrusos bisbilhoteiros expressam, em pareceres mal articulados, a preocupação de serem expulsos dali”.

Conta Maria que no meio desses invasores vive um caboclinho atarracado, de dentes inteiros, lisos, de nariz bem amassado, bem falante, mineiro, vinte e dois anos, que embora não sendo de Governador Valadares, demonstra inclinada preferência pelo idioma inglês. Ao ser perguntado qual era o seu nome e se tinha documentos, espertamente declarou que não, porque tinham sido roubados, mas que se chamava Richard. Traduzindo logo a seguir: “Ricardo, em Português”. “Richard”, prossegue Maria, “coloca-se assim como que uma espécie de porta-voz da desafortunada trupe. Queixa-se do descaso da sociedade para com eles, da falta de moradia, do serviço médico, da desigualdade social, reclama das viagens do presidente Lula, de sua família que mora no entorno de Brasília e ameaça processar quem o fotografar nos trajés em que se apresenta”.

“Para o nosso apreço”, revela Maria, “não é que uns dias depois dessa primeira visita”, lembrando reportagem de um jornal da cidade que mostrava as condições em que se encontrava o espaço do futuro parque, “uma potente voz entoava a plenos pulmões, uma canção dos saudosos *Beatles: Let it beeeeeee! Let it beeeeeee!*” E, com os demais versos, num inglês que só o cantor saberia explicar. “Diante da situação, confesso que fiquei tentada a fazer coro com ele: *There will be an answer...* Fazer o quê quando estamos todos abandonados? Melhor cantar. Mesmo que num inglês do *“The book is on the table”*, conclui o comovido relato, Maria do Cerrado.

Numa dessas oportunidades, quando da visita dos Deputados ao local, comentou-se: “Estamos numa imensa clareira no meio do cerrado com cerca de 20 m de raio, com duas grandes barracas de lona, de onde foram removidos os

antigos invasores. A área continua cheia de lixo até porque a atividade de seleção continua. Há queima constante dos resíduos não aproveitados que, entre outras consequências, atingiu uma colônia de canelas-de-ema existente no local”⁷³.

Saindo da clareira aberta dentro da mata, chega-se à área em que se instalou, em épocas passadas, uma usina de asfalto. Ali, ainda ocorre o descarte de lixo e entulho, porém de forma mais espaçada se comparado com observações realizadas no início da pesquisa. Podem-se observar ainda, áreas impactadas pela ação dos tratores quando da última limpeza do local logo após a retirada dos invasores, o que sempre acarreta movimentação e remoção de solo também. Hoje aquela que é conhecida como a “Trilha do lixo”, futuramente pode ser transformada numa trilha interpretativa das belezas do cerrado nativo, mostrando inclusive aspectos de sua regeneração, a ser implantada quando da formulação do plano de manejo do futuro parque.

Segundo os poucos catadores que se encontravam no local nessa oportunidade, a mesma da visita da deputada Eliana Pedrosa, eles mesmos não faturam quase nada. Vem um “cara” que é dono da carroça para recolher o produto da seleção, como uma espécie de arrendatário da posse, revelam. Elber lembra que é um erro da Administração dizer que essas carroças são do Rei Pelé⁷⁴: “Essas carroças são arrendadas ali em cima, na Estrutural. Tem um cidadão que arrenda diariamente e este é o grande lucro do negócio”. Por ocasião de uma das observações sistemáticas do local foi visto um caminhão de grande capacidade de carga recolhendo o produto na seleção, na época em que o número de invasores na área era significativo. Fernando, durante a visita, comentou que até a linha de alta tensão que acompanha a margem sul do parque vai sumir. A poligonal poderá avançar até a cerca da área da Marinha.

⁷³ Observação Sistemática nº 8, realizada pelo autor, em 16/03/2004 no período de 09:00h às 10:50h, para coleta de dados utilizados na fundamentação dessa pesquisa.

⁷⁴ Antigo estádio de futebol da Federação Metropolitana de Futebol, localizado junto ao setor de oficinas sul, próximo ao Supermercado Carrefour sul, a muito abandonado e tomado por população de sem-tetos da Capital.

O roteiro percorrido pela comitiva a levou à área mais degradada onde ainda se vê entulhos, lixo e catadores que insistem em permanecer no local. Fernando, com o auxílio do mapa da região, mostra à deputada a parte de baixo da área do parque, as margens da zona residencial. “Nós estamos entrando aqui; essa trilha já é nova! Essa foto (mapa) é de dois anos atrás! Aqui vamos ter muito mais invasão”. Aponta algumas trilhas no cerrado que não aparecem no mapa, mostrando muitas áreas degradadas, principalmente na parte de cima onde havia uma grande comunidade de catadores: “Aqui havia famílias que moravam no local a mais de 20 anos, já conhecidas de todos; umas outras novas de catadores e “malandros” que vamos ver logo ali”, comenta o presidente com a deputada. “Ali já tem barracos”, mostra. “Nossa proposta para o Administrador, o Nilo”, diz, “é fazer coleta seletiva e trazer esses catadores para trabalharem; organizar em cooperativa... Todo mundo acha errado, mas é uma idéia que me vem... Que na própria área lindeira ao Parque houvesse, talvez uma área de reciclagem...”

A comitiva agora chega à área sem vegetação de cerrado, mais próxima ao reservatório da Caesb e ao Setor de Oficinas do Sudoeste. “Essa área tem uma vocação pra lixão, sempre teve!”, afirma Fernando. “Aqui é lixão desde 2000, quando a Administração do Cruzeiro, antes da Sudoeste, permitia”. Observa que atualmente a prática está em extinção, “realmente aqui já não se joga tanto entulho como havia antes, mas permanece o problema dos catadores”.

Após uma parada nessa “estação”, seguiu-se pela orla da mata em direção a área mais degrada, onde se abrigam os coletores de lixo. Então essa é a questão: “Como lidar com esse problema dos catadores?” Alguém observou que o Sudoeste tem um lixo rico e farto e que essa é uma das causas para a permanência dessa população na área, se mantendo próxima a essas fontes. A Deputada pergunta aos presentes se tem ali algum representante da Administração. “Foram chamados”, diz Fernando. “Vamos fazer uma ponte primeiro com o Nilo Cerqueira, pra trazer o Administrador aqui”, retruca a Deputada.

“Vamos andando?” Nesse momento a gravação fica prejudicada pelos latidos de cachorros que protegiam a primeira barraca de lona plástica preta. “O Ênio

está fazendo um trabalho maravilhoso”, diz Fernando, “mas chega a acontecer ameaças de morte nas retiradas”; mas não de modo velado, segundo o professor Enio. “É pessoal que vive na rua, né”. “O problema aqui, está contido”, observa Fernando. Aparece o primeiro morador. “A senhora está com tempo?”, pergunta Fernando à deputada: “O meu tempo é pra isso mesmo, sabia. Esse é meu trabalho. Realmente o problema aqui é o lixo... Mas é um belo parque, essa trilha... É, e no coração de Brasília, né!”, observa a Deputada Eliana. “A gente precisava fazer daqui tipo um Olhos d’água, porque, na medida em que você insere a comunidade através de caminhadas, você termina motivando as pessoas e inibe a entrada de novos ocupantes”. Fernando observa que na área próxima às residências, até pela vigilância dos moradores e pela presença dos associados no local, a invasão fica inibida e a ocorrência de lixo e entulhos é muito pouca em comparação com a parte superior. “Aqui, eles usam o mato para camuflarem as atividades, esse é o problema”, conclui o presidente, mostrando no mapa a área verde de ligação da área com o Memorial, até a Catedral Rainha da Paz, que está sendo trabalhada na revitalização do eixo monumental.

Na clareira aberta no cerrado, Fernando conversa com uma “invasora”: “Bom dia, João Batista taí?” Ta não ele não mora aqui mais não, responde ela. Ah! o Batista saiu, ele me falou, mas o Deudec, pai dele, taí né?”. Também não! “Como é que está a situação?”, pergunta o presidente. “Lá pra cima tem mais gente, como é que está?” A mulher responde que Ricardo saiu com pessoal pra tomar banho. Ao ser perguntada se a comunidade de catadores que havia lá em cima voltara, respondeu negativamente. “Parece que não voltou... então tem menos gente né?” Tem, quer subir lá?, dizendo não ter muita certeza. “Eu esqueci seu nome... ah, Indiana. Você está morando sozinha aí Indiana, não né?”. “Não eu só vim vê os meninos trabalhar...”, responde. “Parece que deu uma filtrada aqui! Tem gente que não voltou...” observa, Fernando.

“Bom dia!”, para um invasor em outra tenda de plástico. Maria, falando do “personagem” que encontrou da outra vez, “ele é dá aqui oh!”. Diz que ele é muito integrado no ambiente e que “ele não está aqui hoje não. Você tem que reparar! Ele tem assim o que falar”, observa. “No meio daquele papo e tal... ele questionou se eu gostaria de ser fotografada daquele jeito”. Nessa mesma oportunidade

entrevistou-se um outro “morador”. Negro, maltrapilho, cabelo por fazer, de uns 25 anos, com aspecto doentio abrigado em uma barraca tosca de lona preta, armada sobre galhos de árvore caídos. Havia um cobertor forrado no chão da cabana. Parecia estar acordando naquela hora. Já passavam das dez:

- Você trabalha com lixo também? Perguntou-se.
- Não, trabalho não. Só latinha...
- Só ta morando... Há, só latinha?
- Você está usando a área só para morar mesmo!
- Só pra catar latinha...
- Você cata lata aonde? Aí no Cruzeiro mesmo?
- Sudoeste...
- E dá jeito isso (dá), tem muita... dá pra tirar um “troquinho”?
- Dá...
- Você não tem família em Brasília, não? Tem! Você mora aqui porque então? É mais próximo do local de coleta, o que é?
- Porque é mais próximo! Eu moro em Luziânia...
- Luziânia? Lá não tem mercado de lata... pra você viver disso, não? É só você sozinho aí ou tem mais gente? Você tem família, sua mesmo... mulher, filhos?
- Tem não...
- Você aí é com quem (Em?) sozinho aí, você? É né... “Um abraço”, se despediu o entrevistador, sentindo que o interlocutor estava para pouca conversa. Saindo, ainda lhe foi perguntado o nome, até por simpatia. Não falou e questionou o motivo de ter perguntado, se mostrando desconfiado...
- Nada, só estamos fazendo um trabalho de pesquisa... você ficou preocupado? Não... não..., relaxa, não precisa dizer, não... era só pra gente manter um contato posterior com você.

Prosseguiu-se na trilha do lixo. Já passamos por duas barracas e estamos indo para uma terceira, maior, que parece abrigar mais gente. Chegou-se a grande clareira aberta na mata onde os invasores desenvolvem suas atividades de “reciclagem”... Sofás..., “a área está bem degradada aqui em cima”... A Deputada falando de uma possível reunião... “A professora Raquel, a Secretária de Parques podia mandar também (a Novacap), para gente definir as áreas de cada um...

numa mesa redonda, para definir quais as ações a partir da publicação da lei. É muito ruim ver a área numa situação dessas”. Fernando: “Aqui entrou o trator, aqui tinha uma comunidade maior... Se não entrar mais, a gente consegue cuidar do resto”.

Aparece um outro morador, que abraçando o anterior, pede para se tire uma foto “para mandar lá pro IBAMA! Minha e dele aqui, junto!” Você quer trabalhar no IBAMA? Perguntou-se. “Não, pra mandar pro IBAMA, que eles largaram a jaula aberta e nos fugimos, nós dois”, gargalhando! Juntos preparavam uma porção de arroz numa lata que lhes servia de panela, sobre um fogareiro improvisado no chão. “E aí tio, faz um intera pra nós comprar uma dúzia de ovos! Nós tamos precisando mesmo”, implora ele.

- Você também cata lixo aqui no Cruzeiro? Com é que ta aí? O que você faz, cata lixo ou só ta morando aí?

- Nós cata e trabalha com a reciclagem também... Mas nós precisava aqui sabe o que era, um tratorzinho, porque pra gente fazer a limpeza, rastelo... Pra gente fazer uma limpeza aqui, pra não deixar o lixo amontado, responde.

Foi dito a eles que a deputada Eliana Pedrosa estava estudando a possibilidade junto à Administração de criar uma área mais acima, próxima ao setor de oficina para que pudessem trabalhar (se for viável manter a atividade na região), pois no cerrado não daria para continuar até pelo fato da existência do projeto de transformar a área em parque. Perguntaram se seria uma cooperativa, mas as negociações só estão começando. O certo é que as atividades não vão poder ser desenvolvidas no meio do cerrado por causar grande destruição da área verde.

- “Nós precisa mesmo... mesmo assim é de uma cooperativa”, insistem.

- “Vocês não tem ligação com nenhuma associação de carroceiros? Vocês não têm carroça também não?” (Tem).

- “Existe uma associação que cata entulho aí... o pessoal vive melhor do que vocês!”. Respondem que “eles (os carroceiros) tiram tudo do Cruzeiro; nós só trabalha com reciclagem mesmo... entulho não pode tirar mais não, saca... entulho é muito pesado aí se o animal... o papel é mais leve!”. E explicam o motivo, “aí, se for catar entulho, o animal “manha” no meio do trânsito aí é perigoso até causar um acidente... Nós cata só papel, plástico, latinha”, informa.

- “E você, consegue vender? Você mesmo... ou tem alguém que busca? Pergunta-se em função de se ter visto um caminhão naquela área, em outra oportunidade.

- “Vem buscar aqui, na porta. O cara do papel, vem buscar aqui! Responde.

- “Dá pra vocês se virarem em grana então, ou é ruim?”, perguntou-se. “Eu trabalho pros outros... aí ele tem família, eu também tem família, tem que levar dinheiro” responde desanimado. “Nós só ganha dez por cento porque a carroça é dele e...”.

- “O cara é dono da carroça e você é um empregado dele?”, voltou-se a perguntar. “É, porque nós só trabalha aqui”, completa dizendo que o carroceiro vai buscar o papel para eles separar ali. “Você separa e ele é dono da carroça; você é como se fosse arrendatário dele e aí faz o serviço, ele lhe dá uma parte do dinheiro e... ele mesmo vem buscar aqui”. “É, aí ele já vende pra outro” responde, “nos somos só funcionário dele”. “Agora dá para entender”, pensava-se que cada um fazia o seu e saia pra vender. Os catadores observam que se houvesse a cooperativa, cada um trabalharia no seu ramo e poderia-se faturar mais.

Recentes notícias veiculadas na imprensa nesse começo do ano (Correio Braziliense de 05/02/2004), davam conta que aproximadamente 80 catadores de material reciclado haviam promovido um protesto no SIA, trecho 4, contra o SIV-solo⁷⁵ em função da derrubada da estrutura montada pelos catadores de lixo naquele local, coordenados pela Copativa – Cooperativa Popular de Coleta Seletiva de Produto Reciclável, e queimada de todo o material, sem dar explicações. Segundo seu presidente, Marcelo Ricardo, o prejuízo chegou a 20 mil reais, justamente na época em que venderiam o material reciclado (papel, papelão, garrafas de plástico e metal). A organização conta com outras duas unidades: uma no estádio Pelezão, próximo ao *Park Shopping*, e outra no Guará II. Já, segundo informações da direção do órgão fiscalizador à reportagem, a cooperativa ocupava área pública sem autorização e “largavam o lixo do lixo no local”. A fonte confirma que empresas vizinhas lá no SIA sempre denunciaram as atividades, de onde foram retirados por várias vezes. A solução para esse

⁷⁵ Programa denominado Sistema Integrado de Vigilância do Uso do Solo no Distrito Federal – SIV-Solo com a finalidade de prevenir, controlar e erradicar invasões no território do Distrito Federal, criado pelo Decreto Nº 21.283, de 26 de Julho de 2000, do GDF.

“problema crônico”, segundo opinião do agente do SIV-solo, seria a destinação de local apropriado para que os catadores desenvolvessem seu trabalho, conclui a reportagem.

Outro pólo de concentração de catadores no DF é o lixão da Estrutural. A respeito do seu esgotamento, fechamento e a abertura de novas áreas para aterros sanitários no DF, anunciadas pela Comissão de Meio Ambiente da Câmara Legislativa⁷⁶, os catadores que trabalham no local se mostraram totalmente contrários à idéia. De acordo com um deles, há pessoas que chegam a ganhar R\$ 2 mil por mês. “Prefiro continuar aqui, aonde já cheguei a tirar R\$ 2 mil em um mês do que ir para a usina e tirar R\$ 200”, disse à reportagem. Para ele, os trabalhadores deviam ter uma organização própria para garantir uma melhor remuneração. O repórter colheu, naquela oportunidade, depoimentos de outros catadores: Edinamar Braga, grávida de seis meses e mãe de outras quatro crianças, trabalha há oito meses no Lixão e disse que ganha em média R\$ 20,00 por semana. “Eu consigo pouco, mas não dá para sair daqui, porque está difícil arrumar emprego”; a também catadora e moradora da Vila Estrutural, Aline Rodrigues, trabalha há cinco meses no local. “Tem dia que a gente sai daqui com dor de cabeça, dor na coluna, mas não pode desistir, senão o filho morre de fome”, afirma.

Dentro dessa perspectiva de organização vislumbrada por grupos de catadores e carroceiros existentes na maioria das RA é que a Administração de Santa Maria, cidade próxima de Brasília, resolver organizar o grupo local e promover o emplacamento das carroças. Segundo reportagem do CorreioWeb, edição de 03/02/2004, “o emplacamento começa nessa terça-feira. A cidade será a primeira a colocar em prática a Lei nº 1.553 que prevê o registro, o licenciamento e emplacamento das carroças”. O objetivo da Lei é melhorar o trânsito nas vias públicas, fiscalizar onde os carroceiros estão jogando os entulhos e lixos e oferecer mais seguranças aos usuários. Haverá distribuição de jalecos de identificação e número de registro de graça. Na semana passada, segundo a

⁷⁶ Conforme reportagem veiculada no CorreioWeb, oportunidade em que a Comissão de Meio Ambiente da Câmara Legislativa do DF visitava o local no último dia 14 de junho (2004), liderada por seu presidente o deputado Chico Floresta, acompanhado de seus membros, a deputada Eliana Pedrosa e o deputado Gim Argelo.

reportagem, a administração realizou em parceria com o departamento de trânsito (Detran) um curso para os carroceiros sobre legislação específica e as principais regras que deverão obedecer nas vias públicas para não atrapalhar o trânsito. “Com a lei em vigor os carroceiros não poderão jogar entulhos e lixos nas áreas verdes, conduzirem as carroças embriagados, transitarem na contramão e maltratarem os animais. Se insistirem em desobedecer às novas ordens, a multa será de R\$20”, explica o coordenador do projeto.

Com relação aos animais, é pertinente citar a reportagem “Cavalos Sadios”, veiculada pela UnB Agência que a Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária da UnB vem desenvolvendo. Trata-se de um projeto de extensão com os carroceiros do Distrito Federal, que dependem dos animais para o sustento de suas famílias. O projeto, que existe há três anos, consiste de visitas periódicas aos 30 currais comunitários das cidades do DF realizadas por veterinários e estudantes da universidade. Segundo a reportagem, nesses locais, os profissionais examinam os animais, dão medicamentos (especialmente contra verminose) e orientam os carroceiros sobre alimentação e cuidados com os bichos. E o mais importante, de graça. O atendimento se dá também para os animais apreendidos nas ruas pelos fiscais da Secretaria de Agricultura e Pecuária do DF. Eles podem ser levados ainda ao hospital na Granja do Torto. A veterinária Diana Mota destaca, na reportagem, que a maioria dos carroceiros procura cuidar bem de seus animais, mas muitos não têm conhecimento ou dinheiro para tanto. Entre os problemas mais constantes estão a desnutrição, fraturas por acidentes e maus tratos.

5.4 – APES-DF: AÇÕES, FUNDADORES E ASSOCIADOS

A história de fundação da APES-DF remonta às ações empreendidas pelos primeiros moradores das quadras econômicas do novo setor Sudoeste em prol da transformação da área de cerrado próximo em parque ecológico, não escrita formalmente pelos pioneiros, mas através de reportagens de jornais. Como foi o caso de matéria veiculada no CorreioWeb de autoria de Sheila Raposo, já citada no Capítulo 1 desse estudo, que trazia informações sobre as primeiras movimentações desses moradores. Dizia; “Em novembro do ano passado”, a

reportagem é de 30/08/2001, “foi divulgado que um grupo de moradores do Sudoeste, se reuniu e criou projeto para transformar a área em parque ecológico e de uso múltiplo”, projeto esse apresentado à SEMARH que, por sua vez, teria manifestado interesse de concretizá-lo. “Em janeiro passado”, revela, “técnicos da Gerência de Parques e Unidades de Conservação da SEMARH analisaram o local e deram parecer favorável à criação do parque”. Esse era o papel que cabia àquela Secretaria, ficando as outras providências para a administração regional, na época, do Cruzeiro, para onde foi mandado o processo. Segundo a assessoria do órgão em depoimento registrado na reportagem, o projeto aguardaria estudos topográficos do local, e “isso só poderá ser feito depois que a equipe da administração, souber qual a faixa do domínio do Eixo Monumental”. Segundo informações levantadas no Departamento de Estradas de Rodagem – DER, na época, a faixa mediria 65 metros, do meio do canteiro, pegando as pistas para os lados. De acordo com a assessoria da administração, a previsão para o processo ser concluído, depois de percorrer todo o trâmite burocrático, era para aquele ano (2001) e que a construção do parque passaria a depender apenas de vontade política.

Na época, Fernando afirmara à reportagem que era preciso correr contra o tempo, que o local era ermo e perigoso, mas que destruí-lo não era o caminho para diminuir o perigo, sendo necessário brigar pela sua conservação. No período que antecedeu a criação da APES, o grupo pioneiro de moradores locais já promovia atividades educativas na área na tentativa de mobilizar um número maior de adeptos que pudessem dar sustentação aos objetivos de transformá-la em parque.

A memória recente do movimento está descrita nas peças de propaganda do movimento eram produzidas no formato de “filipetas” distribuídas entre os moradores da região. Uma das primeiras, de 22 de setembro de 2001, convocava a população para “dar uma força para a criação do parque ecológico do Sudoeste” e previa a realização de mutirão ecológico, plantio de árvores nativas, lanche comunitário, animação cultural com o Esquadrão da Vida do Ary Pára-Rayos e trilha ecológica com Nicolas Behr, relacionando um patrocinador local.

Uma segunda convocação, já em março do ano seguinte (2002), chamava a comunidade: “Vamos preservar o cerrado do Sudoeste”. No seu texto, anunciava um mutirão de limpeza na área, dessa vez promovido pela COMPARQUES. Constava da informação que além daquela companhia, também a Administração do Cruzeiro estaria ao lado do “grupo de vizinhos da Quadra 8” na luta pela preservação da vegetação nativa. Descrevia as intenções do grupo relativas à destinação da área para atividades educativas e de lazer em benefício de toda a comunidade e, para tanto, propunha a criação de uma associação.

A terceira convocação, sem registro de data, também se utilizou daquele expediente de propaganda, dessa vez já com a logomarca do futuro parque, que anunciava: “O parque ecológico do Sudoeste está nascendo, venha e traga sua família”. Constava do programa do evento, um mutirão de limpeza do cerrado com lanche comunitário e animação cultural com palhaços e contador de histórias para crianças. Alertava para que os voluntários comparecessem bem calçados, com chapéu e protetor solar. Também apresentava um único patrocinador local diferente do anterior.

Uma última “filipeta” nos chegou ao conhecimento e conclamava os moradores: “Ajude a criar o Parque Ecológico das Sucupiras”, aqui já batizado com o nome oficial. Anunciava a criação da associação acontecida na última assembléia, dia 27 de abril (2003), e o “apoio imediato da rádio CBN, da TV Brasília e de vários jornais”. O texto registrava que a partir daquela divulgação teriam sido procurados por assessores do deputado Fábio Barcelos, o qual elaborou a minuta do projeto de lei que cria o Parque. Os promotores anunciavam uma próxima reunião dos, agora, associados da APES-DF para o dia 18 de maio e convocava a comunidade a se unir em torno desta causa para “combater as ameaças à vegetação da área, lutar pela preservação da vida e a defesa de nossa cidade”.

Cabe registrar o momento em que, ao que parece, surgiu a idéia para o nome do parque. Trata-se de uma manifestação poética de Fernando (disponível em www.ronantes.net), datada de 15 de maio de 2003, que diz: “Este é um pedaço da visão que tenho aqui de casa”, mostra em fotografia, uma vista

panorâmica do parque a partir da janela de seu apartamento, no terceiro andar do Bloco B3, da QRSW 8 do Sudoeste. E continua, “Com um medo mais do que justificável que essa mata nativa vire posto de gasolina, comércio ou um tribunal qualquer, alguns moradores estão se mobilizando para torná-la um parque ecológico. A princípio, não teríamos com que nos preocupar: o fato da cidade ser Patrimônio Histórico, e pelos projetos originais da cidade, ela deveria ser preservada. Deveria. Que o DF virou terra de ninguém, por aqui, todo mundo já sabe”. Finaliza num anúncio inusitado, “Well, well, tanta embromação só para dizer o seguinte: o nome sugerido de parque é... *Parque ecológico das Sucupiras!*” e termina, “Juro, eu não tenho nada a ver com isso”.

5.5 – REPRESENTANTES DO EXECUTIVO

5.5.1– O GDF e a Criação do Parque

O Governo tem anunciado alguns programas voltados para a melhoria do meio ambiente de maneira global que, se levados a cabo, podem refletir localmente em benefício da preservação da área do parque. Notícias dão conta de que em breve catadores de lixo vão ter áreas para instalarem cooperativas. Segundo informação coletada no sítio da Secretaria de Comunicação Social do GDF serão estabelecidos convênios para que cada entidade tenha um local onde poderá instalar a sede da cooperativa. Lá poderão armazenar, reciclar e vender o lixo coletado, por reconhecerem a importância do trabalho dos catadores para a cidade e a disposição de ajudá-los no que for possível.

Segundo a fonte governamental, hoje existem 1.776 catadores cadastrados nas nove cooperativas. Parte do projeto “Lixo e Cidadania” visa atender as reivindicações dos catadores em relação às áreas, à qualificação profissional e a melhoria das condições de trabalho para cada um deles. “Queremos mostrar que Brasília é uma cidade limpa e que os catadores estão envolvidos nesse processo. Estamos comprometidos com esta causa”, informou a mesma fonte.

A eficácia dessas ações anunciadas só poderá ser verificada em maior ou menor escala ao longo do tempo, dependendo das articulações entre os vários

organismos do governo, e organizações não governamentais, envolvidos com a questão, alguns deles citados adiante.

Ressalta-se aqui, a tentativa de mudança de destinação da área do INMET para zona residencial por iniciativa do Governo para atender às especulações do mercado imobiliário da cidade, já mencionada anteriormente, totalmente contrária às pretensões dos moradores locais e associados da APES, que querem as últimas três manchas de cerrado nativo daquele setor conservadas, da qual a área do Instituto concentra a maior parte. As outras duas são as áreas da Marinha e a do próprio parque. Em qual “governo” deve-se acreditar: no que limpa, cuida, atende a Associação, ou no que quer lotear a área verde do INMET, cedendo às pressões do mercado imobiliário?

5.4.2 - COMPARQUES e as Ações no Parque

As ações da Comparques voltadas especificamente para a criação do Parque das Sucupiras podem ser avaliadas a partir da presença da instituição nos vários eventos promovidos pela APES e pela postura de seus representantes diante dos objetivos dos moradores em transformar aquela área de cerrado em zona de proteção ambiental legalmente constituída. Uma dessas oportunidades foi noticiada em reportagem de Rodrigo Rangel⁷⁷ que fala da mobilização de “moradores do Sudoeste para limpar área de cerrado entre a Rodoferroviária e o Setor Gráfico que guarda espécies nativas”. A reportagem dá conta que o local se tornou depósito de lixo e que a Comissão de Implantação de Parques Ecológicos (Comparques) vai contar com a ajuda dos moradores para limpá-la. “O mutirão começará às 8 horas”, informa.

Consta da reportagem que um grupo de moradores da QRSW 8 (Sudoeste) aproveitará a oportunidade para pedir que o local seja transformado em área permanente de preservação. Há informações de que o trecho, que guarda espécies nativas do cerrado, tem sido degradado ao longo dos anos, que alguns

⁷⁷ Reportagem veiculada em http://www2.correioweb.com.br//EDIÇÃO_20030315/print.htm, em 15/03/2003, acessado em 19/11/2003 que tinha como título: “PRESERVAÇÃO, Um mutirão pelo cerrado” e fala do movimento comunitário de criação do Parque das Sucupiras.

pontos foram transformados em depósito de lixo doméstico e entulhos e que em 2002, ocorreram dois incêndios na vegetação seca e retorcida, mas que essa vem resistindo às agressões. A reportagem revela ainda que para evitar que a “faixa de cerrado, suma de vez do mapa”, um grupo de moradores tenta mobilizar a comunidade, distribuindo panfletos convidando os vizinhos para o mutirão. “A idéia é transformar a área num parque de preservação, como o Parque Olhos D’água”, observa a engenheira florestal Ana Paula Rodrigues, na matéria, uma das integrantes do grupo pró-conservação. Mas o coordenador da Comparques tem um plano alternativo. Enio Dutra Fernandes antecipa que não há como transformar a área num parque, por estar dentro da faixa do Eixo Monumental tombada como Patrimônio da Humanidade. “Na área, não pode, por exemplo, haver cercas”, diz.

Essa primeira avaliação do professor Enio, não arrefeceu o movimento que desde então tem buscado alternativas para viabilizar o projeto, mobilizando outros setores do poder público, parlamentares e a sociedade civil organizada para um debate amplo que passa pela preservação de ilhas nativas de cerrado ainda existentes em meio urbano, para que permaneçam como memória viva da fisionomia vegetativa da cidade, dos tempos anteriores à sua construção.

Faz parte do “plano alternativo” da Comparques, espalhar placas pela região alertando para a importância da preservação, além de destacar guardas florestais para fazer rondas no local, com a ajuda das associações de moradores do Cruzeiro e do Sudoeste. “O primordial ali é evitar que joguem lixo”, diz Dutra. Passado um ano da reportagem, supõe-se, pelo observado na área, que as proposições daquela Comissão ou não foram efetivamente implementadas ou não surtiram o efeito que delas se esperava.

A criação da COMPARQUES (Comissão Permanente de Implantação de Parques Ecológicos e de Uso Múltiplo) se deu para que, em conjunto com a SEMARH, atuasse visando à implementação dessas unidades. Estudos de um passado recente avaliaram o estado de vulnerabilidade das áreas já implantadas e concluíram que essas carecem de maiores esforços institucionais. Segundo avaliação, alguns desses parques começam a atingir um patamar de implantação razoável, como são os casos do Parque D. Sarah Kubitschek (Parque da Cidade),

recentemente revitalizado, e o Parque Olhos D'água, Asa Norte. Porém não é o que se observa nas demais unidades, que vem sofrendo toda sorte de agressões. O estudo previa para o ano 2001 a instalação da infra-estrutura e definição das poligonais com a possibilidade de registro em cartório de 20 dessas unidades, sendo que oito localizadas na Bacia do Lago Paranoá.

O movimento que tomou a cidade para a criação de áreas de preservação ecológica tinha, à época, o caso do Parque Olhos D'água, como símbolo. Estava previsto naquela área de nascentes, a construção de 32 projeções residenciais e um posto de gasolina. Depois de muita negociação foram ultrapassados os interesses para venda daqueles lotes e, posteriormente, deveria ocorrer a doação da área e o correspondente registro em cartório.⁷⁸

Posteriormente, caso idêntico se deu com o Parque da Asa Sul, onde o movimento de moradores provocou o Ministério Público a mover ação de impugnação contra a destinação da área de nascentes existentes no final da L-2 para a construção de uma universidade, proposição acatado, na ocasião, pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - TJDF. A ação movimentou moradores, políticos e o próprio GDF, conforme amplamente noticiado pela imprensa (CorreioWeb, 09/09/2003), culminando com a publicação do decreto criando o Parque⁷⁹. Segundo justificativas do projeto, trata-se de uma área de valor ambiental considerável, sendo que a criação proporcionará condições para a proteção e recuperação do local, em função do desmatamento já realizado e pelo acúmulo de lixo e entulho, o qual, além de contribuir para o empobrecimento do solo, pode agravar a evolução do assoreamento do Lago Paranoá.

⁷⁸“O parque foi criado por meio do Decreto nº 15.900, de 12/09/94, como resultado da mobilização de moradores das SQN 415/416 e entorno, devido ao seu grande potencial de lazer e relevante características ambientais, (...) com “a presença de nascentes, um talvegue que o atravessa de Oeste para Leste e a existência de uma lagoa, abastecida por um olho d’água”. (Olhares sobre o Lago Paranoá, 2001, p. 106).

⁷⁹ O Projeto de Lei nº 0203, de 02/03/2003 de criação do Parque Ecológico e de Uso Múltiplo da Asa Sul é de autoria dos deputados distritais Chico Leite, Augusto Carvalho e Peniel Pacheco. Segundo o projeto, o parque está localizado na Região Administrativa I, Setor de Grandes Áreas Sul – SGAS e Setor de Embaixadas Sul - SES, entre as quadras 613 e 614 Sul e tem por objetivo, dentre outros, a conservação de áreas verdes de grande beleza cênica existentes na região. Na justificação, os autores registram que a proposta de criação do Parque Asa Sul é reivindicação antiga da comunidade e foi apresentada na legislatura passada pelo deputado Rodrigo Rollemberg, tendo sido aprovada na Casa e, lamentavelmente, vetado pelo Poder Executivo da época.

Segundo artigo de Kátia Marsicano (WebDaqui, 17/09/2003), “caso o decreto de criação do parque não tivesse sido assinado pelo governador (...) a estratégia de mobilização já estava pronta para continuar (...). Juntos, Ministério Público, ambientalistas, comunidade e políticos venceram naquilo que sequer precisariam ter reivindicado se o poder público cumprisse o seu papel e não precisasse ser pressionado para agir de acordo com o que é sua obrigação”.

Desde então, a Comparques foi transformada na mais nova secretaria do governo - Secretaria de Administração de Parques e Unidades de Conservação do DF tendo sob sua responsabilidade dois outros órgãos vinculados, o Jardim Botânico de Brasília (JBB) e a Fundação Pólo-Ecológico (Funpeb), e vem desenvolvendo projetos voltados para a conservação dos parques ecológicos e de uso múltiplos já implantados e coordenando as ações para a criação de novas áreas. Por tudo, é o principal interlocutor da APES, nas esferas do GDF.

Segundo fontes do governo, a Secretaria tem como meta para esse ano, a implantação definitiva de 20 unidades de conservação das 44 existentes, num trabalho conjunto com a SEMARH - Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do GDF e RA envolvidas. O programa conta com 6 milhões de reais para serem investidos nessas áreas em obras como definição das poligonais dos parques, registro em cartórios das terras e cercadura com alambrados. "A questão fundiária que é a mais trabalhosa e difícil ocorrerá na 2ª etapa, uma vez que os parques têm problemas com invasões que deverão ser desafetadas, envolvendo o SIV-Solo e a Justiça", frisa o coordenador do programa, Enio Dutra.

Constam das informações que a maioria dos parques ecológicos estão nas cidades satélites e tem sido alvo de invasões, grilagens, lixo, poluição de mananciais, e as administrações regionais tem se mostrado incapazes de deter estas agressões ao meio ambiente. E ainda, que o esforço visa implantar uma política de parques ecológicos, deixando os gabinetes burocráticos e direcionando-se para o campo.

Por outro lado, segundo informações colhidas no jornal virtual “Condomínios”, a Secretaria vem promovendo programa de mobilização das populações vizinhas aos parques para o uso sustentável das áreas e a prática saudável de esportes nesses locais, chamado de “Circuito Ecológico dos Parques”. “Cada etapa do circuito terá sua característica específica de acordo com cada parque”, afirma o secretário da Comparques quando do desenvolvimento da 2ª etapa do programa realizada no Parque do Lago Norte. Quanto ao futuro Parque das Sucupiras não se beneficiaria do programa no presente momento por este estar destinado às unidades já constituídas, apesar da significativa mobilização dos moradores em preservar a integridade da área e ser constante a presença de caminhantes nos calçadões que a margeiam.

Ao fazer um balanço do mutirão do último dia 25 de abril (2004) em comemoração ao primeiro aniversário da APES já, registrado no Capítulo 3 dessa monografia, Fernando Lopes falava dos objetivos mais uma vez cumpridos e registrava a presença e colaboração, dentre outras, da Comparques. Naquela oportunidade, alertava que: “Sabemos que isto não representa necessariamente que as coisas caminharão melhor, mas sempre serão os interlocutores que precisaremos usar”.

5.5.3 – NOVACAP e a Limpeza de Área Verdes no DF

A Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, é uma empresa pública de Sociedade de Economia Mista, subordinada à Secretaria de Infra-Estrutura e Obras e integrante da Administração Indireta do Governo do Distrito Federal. A Empresa tem por responsabilidade administrar a execução de obras e serviços de urbanização e construção civil de interesse do Distrito Federal, diretamente ou por contratos e/ou convênios com entidades públicas e privadas.

A Novacap, dentro do possível tem atendido às demandas manifestadas pelos moradores do Sudoeste, por intermédio da APES, com relação à preservação e limpeza da área reivindicada para parque. Prova disso é o contato estabelecido com o órgão no dia 29/10/2003 e anunciado por Deize no grupo de discussão da Associação. Ela e o presidente estiveram com o Senhor Ozanan, da

Terracap (na verdade queria dizer Novacap) na oportunidade em que entregaram uma carta com algumas reivindicações (mudas, limpeza, roçagem, etc). A limpeza, segundo lhes foi informado, poderia ser tratada com outra pessoa, de quem já fornecera o telefone e no caso da roçagem, o responsável iria, na próxima sexta, verificar o local. O diretor disse ainda que não haveria, por enquanto, como fazer as covas para plantio, pois o serviço estaria esperando verba. Quanto ao mutirão (limpeza e plantio) poderia ser marcado para o dia 16. “Até lá poderemos fazer mais buracos e, talvez, ganhar mais mudas. Haverá ainda, tempo para fazermos a divulgação”, conclui Deize. E assim aconteceu.

A Novacap cuida da urbanização de Brasília. Em seu sítio na internet, encontram-se informações da história da arborização da cidade, desde os primeiros tempos da construção e de sua importância para a qualidade de vida dos moradores da cidade:

As árvores purificam o ar, proporcionam sombra, abrigam a fauna, atenuam a luminosidade excessiva da Capital, melhoram a umidade do ar, atenuam a ação dos ventos, reduzem ruídos e impactos sonoros e proporcionam conforto ambiental. Essas árvores, cultivadas e preservadas, ainda oferecem à população beleza e alimentos. É ter na vegetação a presença de aves e pássaros como sabiá, bem-te-vi, rolinha, beija-flor, anu branco e preto. (Histórico da Novacap, 2004)

Quanto à manutenção dos gramados, utilizam os mesmos procedimentos adotados nas atividades de limpeza das áreas periféricas do nosso parque. Ela “consiste, basicamente, na roçagem e no controle de doenças e pragas, principalmente cupins e formigas”. Utilizam equipamentos providos de sistema de reciclagem do material cortado que é triturado e distribuído sobre os gramados, eliminando a necessidade de rastelamento e transporte da massa verde resultante. Segundo o sítio, esse serviço é feito durante o período chuvoso.

Importante saber que o corte e a poda de árvores na área urbana, como é o caso da Parque das Sucupiras, obedece a uma lei específica e que doze das espécies de árvores nativas do Cerrado são tombadas como patrimônio ecológico

do DF: copaíba, sucupira-branca, pequi, cagaita, buriti, gomeira, pau-doce, aroeira, embiruçu, perobas, jacarandás e ipês, são imunes ao corte. Só podem ser retiradas em casos de extrema necessidade, mediante compensação ambiental. E ainda que, por meio do seu Departamento de Parques e Jardins (DPJ), a companhia tem conseguido grande êxito no transplante de árvores adultas, fato que pode ser útil caso a área de cerrado do Ministério da Marinha, vizinha ao parque, venha a ser desmatada para a construção de residências. Essas árvores adultas poderiam ser transplantadas para a área leste do parque mais degradada, de solo exposto e, desprovida da vegetação original. Segundo as informações disponíveis no sítio daquela Companhia, esse método vem sendo utilizado desde a década de 60 em situações tombadas por Lei e no plantio de espécies de relevante interesse paisagístico, como é o caso do nosso parque.

Outro fato relevante e de interesse da APES a respeito das atividades do órgão refere-se a pesquisa e implantação de viveiros próprios onde se produz muita espécie nativa do Cerrado: ipês-amarelos, roxos e brancos, quaresmeiras, sucupiras, aroeiras, copaíbas, que são espécies importantes por fazerem parte do ecossistema primitivo ou bioma cerrado. Deve, portanto, se constituir em fonte de consulta e fornecimento de mudas a serem utilizadas no repovoamento das áreas impactadas do parque, nos mutirões desenvolvidos no local pelos moradores.

Em função da confusão da Deize, é pertinente informar que a Terracap - Companhia Imobiliária de Brasília foi criada em 12 de dezembro de 1972 de um desmembramento da NOVACAP, empresa responsável pela transferência e desenvolvimento da nova capital para o Centro-Oeste do país. A cidade ganhava assim uma instituição só para tratar de seus assuntos fundiários. Em agosto de 1973, com a missão de administrar o patrimônio imobiliário do GDF, a TERRACAP iniciou suas atividades. Segundo dados coletados no sítio dessa Companhia, competia à nova empresa, basicamente, executar as atividades imobiliárias de interesse do Distrito Federal. Começava uma história de realização de obras e serviços de urbanização, infra-estrutura, obras viárias e outras, em todo o Distrito Federal. O órgão foi consultado por ocasião de levantamento realizado por moradores sobre frações de terrenos destinados à construção de pequenos comércios na área limdeira ao parque, defronte aos blocos de apartamentos.

Buscou-se informação sobre a destinação daquela faixa próxima à torre de telefonia celular ali instalada quando essa foi alvo de contestação pelos moradores vizinhos sobre a adequação de sua presença naquele local, fato denunciado pelo “assessor jurídico” da APES e presidente do Conselho Comunitário do Sudoeste, Elber Barbosa, em reportagem gravada para o DFTV, já mencionada anteriormente nesse trabalho.

5.5.4 – SERMARH e as APAs do DF

Segundo regimento próprio, a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal - SEMARH é um órgão de administração superior, diretamente subordinada ao Governador do Distrito Federal, reestruturada pelo Decreto n.º 21.410, de 02 de agosto de 2000, que tem por finalidade, dentre outras, formular, coordenar e executar a política ambiental e de recursos hídricos do DF que envolvem as ações para preservação, proteção, recuperação e fiscalização do meio ambiente; de promoção educativas e de conscientização voltadas para preservação do meio ambiente e; de administração dos parques, reservas, hortos, criados e/ou mantidos pelo GDF, que lhe forem designados.

Dentro dessas prerrogativas, a Secretaria realizou estudos a respeito da implementação e vulnerabilidade dos parques ecológicos e de uso múltiplo do Distrito Federal⁸⁰ até então, sob sua jurisdição. Dos grupos avaliados, o mais vulnerável é o grupo dos Parques Ecológicos e de Uso Múltiplo. Em média, apenas 24% dos parques estão implementados. Os principais problemas levantados são a inexistência de Conselhos Gestores, de Plano Diretor, e de Programa de Educação Ambiental permanente, além de situação fundiária indefinida, assim como recursos materiais e humanos insuficientes. A questão fundiária dos parques, constituídos e propostos, foi uma das principais preocupações manifestadas pela Deputada Eliana Pedrosa ao secretário da Comparques, Enio Dutra, quando em visita ao Parque das Sucupiras, no último dia 16 de março (2004).

⁸⁰ Disponível em <http://www.sermarh.gov.br>, sítio da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do GDF.

O estudo (Sermarsh) dá conta de que já existe regulamentação para a constituição dos Conselhos de Gestores para esses tipos de UCs, por meio do Decreto nº 21.693, de 09/11/2000, com perspectivas futuras de que a participação da sociedade organizada se concretize, fortalecendo a implementação dessas áreas. Sobre essa possibilidade o estudo menciona a Lei Complementar nº 265, de 14/12/1999, que estabelece no seu artigo 17º, que as organizações não governamentais podem ter acesso aos recursos do Fundo Único de Meio Ambiente do Distrito Federal (FUNAM) por meio da apresentação de projetos que visem à implantação e manutenção dos Parques Ecológicos e de Uso Múltiplo. Todavia, até aquele momento nenhum projeto havia sido encaminhado ao Fundo.

A avaliação revela ainda que, a exemplo do que acontece na área de cerrado do Sudoeste, o alto índice de ocupações incompatíveis nos parques tem forçado a realização de seguidas operações de retiradas de invasores. O estudo dá conta de que apenas no Parque Burle Marx, nos anos de 1999 e 2000, foram realizadas 18 operações, ocorrendo sempre a volta dos invasores, concluindo que, enquanto os parques não estiverem implantados e apropriados pela sociedade, essas atividades serão necessárias, porém insuficientes.

Ao se referir ao problema de áreas degradadas no interior das unidades o estudo revela que essa situação é recorrente na maioria das áreas, principalmente nas que ainda não dispõem de infra-estrutura mínima. Diz que tais degradações têm causas múltiplas, que vão desde a negligência do Poder Legislativo no que tange a criação das unidades sem o devido aporte orçamentário para suas implantações; do Poder Executivo que falha na fiscalização; passando pela própria sociedade que, via de regra, tem promovido tais degradações por motivos diversos, ao invés de fiscalizá-las e denunciá-las.

O mesmo estudo (Sermarsh) ressalta a importância da apropriação das unidades de conservação que permitem o uso direto pela sociedade como fator decisivo no processo de implementação dessas áreas, opinião que vai de encontro à atuação da APES em relação ao Parque das Sucupiras.

5.5.5 – INMET e Marinha: Áreas Vizinhas

O Instituto Nacional de Meteorologia - INMET é um órgão pertencente ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, responsável pela meteorologia no Brasil, representando o País junto à Organização Meteorológica Mundial - OMM, entidade das Nações Unidas para meteorologia e hidrologia. Sua sede nacional está localizada em Brasília - DF, no Eixo Monumental Via S-1, Setor Sudoeste, numa área de forma circular vizinha à área da Marinha e próximo ao futuro Parque das Sucupiras.

Essa proximidade física e de ideais fez com que o diretor do instituto, Antonio Divino Moura, convidasse a APES para participar de encontro ecológico na entidade. No último dia 31 de março (2004), o presidente da Associação dava a notícia aos associados: “Fomos convidados para participar amanhã de manhã, quinta, de um encontro no Inmet. Estarão plantando 500 mudas com a presença do Ministro da Agricultura. Estaremos lá, com uma carta apresentando nosso trabalho e convidando-os para o mutirão e o trabalho conjunto”.

No dia marcado o Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues, plantou a primeira das 500 árvores que serão usadas para reflorestar o campus do INMET, conforme notícia divulgada no sítio do órgão, na internet. O plantio faz parte da parceria com a Embrapa Cerrados que é uma unidade da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, através do Projeto Conservação e Manejo de Biodiversidade do Bioma Cerrado⁸¹. O ministro parabenizou o INMET e Embrapa pela iniciativa. Afirmou nunca ter perdido a oportunidade de plantar uma árvore, ato tido quase como uma religião. Roberto Rodrigues também pediu que líderes de setores fizessem o mesmo, plantando árvores no Brasil - "uma colaboração em defesa ao meio ambiente", informava o boletim interno.

⁸¹ O Projeto *Conservação e Manejo de Biodiversidade do Bioma Cerrado* é uma cooperação da Embrapa Cerrados com a UnB e o IBAMA, financiado pelo Departamento para o Desenvolvimento Internacional (DFID), do governo Britânico, e apoiado pela Finatec. Seu objetivo é promover meios de vida sustentáveis em comunidades do nordeste do Goiás, a partir do aproveitamento de recursos naturais do Cerrado. Disponível em www.inmet.gov.br, em 07/06/2004.

A APES esteve presente ao ato, conforme relato da associada Maria no sítio do grupo: “Alô Fernando e turma, Deize e eu estivemos no evento do INMET”. Dá conta de que ouviram coisas interessantes dos técnicos da Embrapa sobre plantio e possibilidade de aquisição de mudas de pequi e outras espécies naquele órgão. A empresa cedeu ao INMET a máquina para furar as covas, “é rapidíssima e bem uniforme” comenta Maria, pensando em minimizar os esforços empreendidos pelos voluntários quando da abertura de covas na área do Parque, em solo duro, pisoteado e já impermeabilizado em algumas das zonas degradadas do cerrado. “Muito interessante!” comenta, “quem sabe poderemos também fazer esse empréstimo. O pessoal do INMET demonstrou bastante simpatia à nossa causa. Abraços”, Maria.

“Boas notícias hein, Fernando!”, escreve Ronaldo Sobral saudando as possibilidades abertas pelo intercâmbio com aquele instituto. “Não pude participar do plantio das mudas no Inmet, mas gostaria de estar presente na reunião do Iphan. Entro em contato! Um abraço”.

Segundo notícias daquele órgão, treze espécies de árvores nativas do Cerrado, entre elas o pequizeiro plantado pelo Ministro, serão utilizadas para o estabelecimento de um bosque de Cerrado no campus. Seu diretor, Antonio Divino Moura, disse que o objetivo é restaurar a concepção do urbanista Lúcio Costa de preservação da flora nativa no perímetro da sede do Instituto, que possui forma circular, com um quilômetro de diâmetro.

A última notícia que envolve o Instituto e a conservação de seu acervo vegetativo original de cerrado vem da Câmara Legislativa, com a apresentação de projeto de autoria do deputado Chico Floresta que cria uma zona de proteção ambiental legalmente constituída naquela área, com o intuito de barrar especulações acerca da transferência das unidades de pesquisa ali instaladas para dar lugar a um novo núcleo habitacional, adensando ainda mais o Setor Sudoeste. A intenção de empresários do mercado imobiliário da capital, divulgados na imprensa, além de contrariar o projeto original do urbanista Lúcio

Costa e sua posterior avaliação “Brasília Revisitada” (1987)⁸², certamente contribuirá para a queda da qualidade de vida dos atuais moradores, uma das prerrogativas para a criação daquele setor.

Sobre o projeto do deputado Floresta em tramitação na Câmara Legislativa, falaremos mais detidamente no item 5.6.4, adiante.

5.5.6 – IPHAN e a Área de Patrimônio Cultural

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, hoje vinculado ao Ministério da Cultura, foi criado em 13 de janeiro de 1937 pela Lei nº 378, no governo de Getúlio Vargas. Há mais de 60 anos, o IPHAN vem realizando um trabalho permanente e dedicado de fiscalização, proteção, identificação, restauração, preservação e revitalização dos monumentos, sítios e bens móveis do país. Hoje o Brasil conta com dezenove monumentos culturais e naturais considerados pela Unesco como Patrimônio Mundial, dentre eles o Conjunto Urbanístico, Arquitetônico e Paisagístico de Brasília/DF, do qual faz parte as RA's do Cruzeiro e Sudoeste, onde se situa a área do parque.

Em função dessa condição, a proposta inicial de criação do Parque das Sucupiras é vista com descrédito por grande parte de seus interlocutores do poder público e o pleito em si vem sofrendo postergações que podem encontrar justificativas nesse fato. Cada vez são mais evidentes essas barreiras nos contatos diretos travados com o órgão e nas notícias publicadas sobre o assunto.

Por ocasião da visita da deputada Eliana Pedrosa e deputado Fábio Barcelos, autor do projeto de criação do parque, à área, Fernando comentava que a associação continuava se reunindo com a equipe do IPHAN para conversar sobre a cercadura da área e a colocação de placas educativas em sua periferia. Segundo o presidente da APES, o Instituto proíbe a colocação de cercas alegando o tombamento da cidade, mas não leva em conta que o Parque da Cidade, que

⁸² Dentre as sugestões de expansão habitacional, contempladas no projeto Brasília Revisitada, de Lúcio Costa (1987), estava a implantação do Setor Sudoeste onde hoje se inserem as áreas de estudo dessa monografia, não fazendo parte daquele projeto, a mudança de destinação da área do INMET.

também margeia o Eixo Monumental, é cercado. “Quem faz o Parque Ecológico das Sucupiras outro parque é a comunidade”, enfatiza Fernando.

Fazendo um balanço sobre as questões do Instituto (16/03/2004), Fernando observava que as placas ainda estavam emperradas e que é preciso tocar nesse assunto. “Estamos com *layout* de algumas placas e até hoje não conseguimos aprovar isso... Há mais de um ano”. Lembra que obteve o patrocínio do Pão de Açúcar, mas já não tem certeza de sua validade depois de tanto tempo. “O IPHAN não libera a colocação dessas placas”. “Vamos marcar então uma ida lá”, propõe a deputada durante a visita à área. “Estamos precisando demais dessas placas. Podemos até eliminar o logotipo do parque se for o caso”, admite Fernando. O secretário Enio falou em marcar uma reunião; “para gente agendar ai com ele e convidar a deputada. Vamos forçar uma situação pra resolver”, propõe ao presidente.

Fernando, durante esse dia de visita voltou ao assunto em várias oportunidades. Parece que os problemas das placas, e da cerca realmente tem lhe tirado a paciência: “Logo aqui em cima” observa, “a Caesb é cercada na beira do eixo e, logo aqui o Parque da Cidade também é cercado, na beirada do ponto de ônibus e é cercado. Porque aqui não pode?”, pergunta ele a quem quiser ouvir. “Precisamos primeiro formar o parque e depois batalhar pela cerca!”, lembra Elber, informando que “alguém influente concorda com que se cerque aqui, aqui e aqui”, mostrando os limites da área no mapa, “só deixando aqui” (a parte defronte ao Eixo). “Aquele dia que nos viemos com o senador (Paulo Otávio)... “Depois agente conversa”, concluiu o conselheiro.

A batalha para a solução das questões continuaria. Fernando Lopes, em 31/03/2004, avisa no sítio da associação que “sexta, às 10:00h” estaria no Iphan. “Não conseguimos uma reunião com o diretor Cláudio Queiroz, mas seremos recebidos pelo Pedrosa, que já esteve no parque, e é outro funcionário graduado”. Informa que iriam tratar das placas, quando deveriam cobrar uma posição do Instituto e apresentar idéias da Associação sobre a questão do cercamento da área. “Quem quiser e puder ir a estes encontros, me ligue. *Saludos*”, Fernando.

De fato, o professor Pedrosa esteve visitando a área como presidente interino do IPHAN, conforme registrou o Jornal Verdade em sua edição de março de 2004. A reportagem tinha como título “Mais Apoios para o Bosque”. Na ocasião, acompanhado do Administrador Nilo Cerqueira, do Secretário de Parques, Enio Dutra e lideranças comunitárias do Sudoeste, encampou a idéia de criação do parque juntamente com os demais presentes, conforme registros do jornal. Só resta ao grupo de associados, continuar as negociações com esse interlocutor visando o consenso para a efetiva proteção física da área por cercadura ou colocação de placas, ou instrumento que o valha, respeitados os impedimentos circunscritos às áreas integrantes da poligonal de preservação do patrimônio cultural da humanidade.

5.5.7 – As Administrações Regionais e o Envolvimento com o Parque

Consta do sítio da RA Cruzeiro, que faz parte de sua organização administrativa a Comissão de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA), integrada por 13 (treze) membros escolhidos entre pessoas da Comunidade. Pelo que consta, essa comissão trabalharia em conjunto com a SEMARH do GDF e teria por finalidade, promover a participação da comunidade e, assessorar diretamente a Administração Regional, e, indiretamente, a própria SEMARH, no planejamento, controle e fiscalização do uso racional dos recursos ambientais locais, propiciando a preservação ambiental e a melhoria da qualidade de vida. Apesar de toda essa configuração, não há registros publicados ou mencionados pelos moradores circunvizinhos ao parque, contatados, e associados da APES sobre uma única participação ou intervenção desse órgão no movimento pró-criação do parque, apesar de ser um órgão comunitário voltado para a defesa do meio ambiente e estar vinculado ao poder público (SERMARH e RA Cruzeiro), mesmo antes da separação das RA. Segundo informações, o órgão se reúne sempre na última quarta-feira de cada mês.

Quanto à participação direta dos organismos da RA Cruzeiro que até o ano de 2003, quando foi criada a RA Sudoeste/Octogonal, detinha responsabilidade administrativa sobre a área do parque, concentrando atribuições e demandas relativas àquela zona, pode-se dizer presente. Um registro inicial dessa atuação

se deu em janeiro de 2001, quando moradores locais ensaiavam os primeiros movimentos para a criação do parque, conforme descrito nesse mesmo Capítulo, mais precisamente no item 4.4 que fala das “primeiras ações” da APES. A notícia registrava que a idéia do parque havia recebido parecer favorável da Sermarh e passava o processo para a Administração do Cruzeiro para as demais providências. De acordo com a assessoria da RA na época, após percorrer os trâmites normais, o processo poderia ser concluído naquele ano mesmo, registrando, todavia, que a efetiva implantação do parque dependeria apenas de vontade política, como depende até hoje, o que vem se confirmando passados três anos e meio depois da previsão.

Numa outra oportunidade, também registrado em reportagem do Correio Brasiliense de 30/08/2001, já comentado no item 1.2.3 (Identificação dos Problemas), Fernando Lopes, na categoria de morador local, reclamava dos caminhões e pás mecânicas da Administração, entravam no local para fazer a retirada do lixo e deixavam um rastro de destruição na vegetação nativa, fato contestado pelo então diretor de fiscalização da administração do Cruzeiro, José Braga, que afirmara na matéria que seu caminhão ia apenas na área reservada para os entulhos dos carroceiros, que já estava desmatada há muito tempo, imputando responsabilidade pelas marcas de pneus deixadas no cerrado aos veículos da equipe de manutenção da CEB em vistorias à rede de alta tensão ainda hoje existente à margem sul da mata. Nos registros consultados, não haviam mais ocorrências relatadas dessa convivência com aquela administração.

Com relação à recém criada Administração do Sudoeste, que assumiu as responsabilidades sobre a área a pouco mais de um ano (maio/2003), a convivência assume um caráter mais formal, em nível institucional, mais organizada, pois a mesma época era fundada a Associação Parque Ecológico das Sucupiras (abril/2003) que assumiria toda a coordenação das ações empreendidas pelos moradores para a constituição do parque, bem como para a garantia da integridade fisionômica da área enquanto tramita o projeto na Câmara. Essa convivência está amplamente pontuada nas várias sessões desse trabalho e delas pode-se aferir a eficácia, ou não, das ações conjuntas levadas a cabo por dois dos mais importantes atores dessa cena. Considera-se aqui, o agravamento

acentuado dos problemas em função do crescimento vertiginoso da população de carroceiros e catadores, e de invasões das áreas públicas nas RAs, como de sorte em todo o DF, num ritmo muito acima da capacidade demonstrada pelos governos em combatê-las.

Cabe registrar a presença constante do Administrador Nilo Cerqueira nas várias atividades realizadas na área, durante o período, bem como seu acolhimento à maioria das demandas apresentadas pela APES. Quando não compareceu, a Administração se fez presente por meio de seus representantes como na visita dos deputados, jornalistas e Comparques à área (16/03/2004), descritas em partes diversas dessa monografia, com no item 4.3.1, que trata da associação dos carroceiros do Cruzeiro. Na oportunidade, a representante se pronunciou afirmando que já estavam começando um trabalho para organizar os carroceiros locais e destinariam uma área de transbordo onde pudessem recolher o resto do lixo que não se prestasse à reciclagem e ajudariam na venda. Comprometeu-se, ainda a retirar a sujeira do local, bem como amparar aquelas pessoas a não perderem o sustento. “A gente quer ajudar as duas partes”, concluía a representante da RA, naquela oportunidade.

5.6 – REPRESENTANTES DO PODER LEGISLATIVO

5.6.1– Câmara Legislativa: Atribuições e Benefícios para o Parque

Segundo sua “história”, a Câmara Legislativa foi criada após intensa luta pela autonomia política do Distrito Federal. Durante 26 anos, os habitantes do DF não puderam eleger seus representantes locais. Em 1986 este direito básico da cidadania foi exercido pela primeira vez com a eleição dos primeiros deputados federais e senadores para representarem a cidade no Congresso Nacional. Somente em 1990, teve seu primeiro governador eleito e também seus primeiros deputados distritais. “Nossa autonomia política tornou-se realidade em 1991, com a instalação da Câmara Legislativa”, registra o sítio da Casa.

A CLDF é composta por vinte e quatro deputados distritais eleitos de quatro em quatro anos e “sua missão é transformar as aspirações do povo do DF em

normas que regulem as relações dos cidadãos entre si e com os poderes constituídos”, conclui o histórico. Sendo assim, evidencia-se a importância dessa instância no projeto de criação do parque cuja proposição oficial é de autoria de um de seus membros, o deputado Fábio Barcelos.

A imagem da Câmara perante a associação parece estar vinculada à atuação de seus membros com relação às questões do parque, que envolvem tanto a tramitação do projeto na Casa, como a conservação das áreas de cerrado das RA XI e XXII. Quanto a esses aspectos, pelos relatos, conversas, depoimentos e impressões gravadas na página virtual do grupo, parece haver contentamento relativo com o desempenho desses personagens no presente caso.

A respeito da atuação do deputado Fábio Barcelos, autor do projeto do parque, percebe-se o interesse pessoal em lograr êxito nessa empreitada. Tanto que não tem se furtado a comparecer às reuniões e visitas agendadas pela APES para tratarem de interesses comuns relativos ao parque, pessoalmente e, nos impedimentos, através de seus assessores diretos. Por outro lado, tem mantido os associados informados sobre a análise da proposição nas comissões temáticas da CLDF, inclusive tendo enviado um demonstrativo do trâmite do projeto, desde sua apresentação até o dia 20/05/04.

A deputada Eliana Pedrosa foi integrada ao tema por convite do presidente da APES para visitar a área do parque, ora ocupada por populações de catadores de lixo, em função de ser a autora da Lei Nº 3.234/2003, que institui a Política de Gestão de Reciclagem de Resíduos Sólidos da Construção Civil. A parlamentar atendeu ao convite e durante a visita se mostrou atenta à situação instalada naquela área e prometeu assumir a articulação entre os vários órgãos do poder público para que o projeto do parque seja aprovado o quanto antes e que a área seja preservada pelo período de tramitação, convocando, para isso, a Comparques, Administração regional e principalmente os moradores locais para a empreitada.

Um outro personagem só entrou em cena mais proximamente, também

quando da apresentação à Câmara do Projeto de Lei Nº 1.365, de 2004, que dispõe sobre a criação do Parque de Uso Múltiplo do Sudoeste, naquela RA XXII, compreendendo a área ocupada pelo Instituto Nacional de Meteorologia – INMET. O deputado Chico Floresta, autor dessa proposição, é hoje presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara, vindo daí o interesse da associação em manter o gabinete do parlamentar como importante interlocutor da causa. Além dessa condição, sua proposição abrange a área ocupada pelo INMET que, por sua localização, integra o conjunto das últimas áreas de cerrado nativo das RA's do Cruzeiro e Sudoeste, o que muito interessa ao movimento pró-criação do Parque das Sucupiras. Sua assessoria, por meio da Chefe de Gabinete, Lenora de Castro Barbo, esteve reunido com a direção da APES e associados para troca de impressões sobre os dois projetos, chegando-se à conclusão de que o novo projeto do deputado não interfere na tramitação do projeto de criação do Parque das Sucupiras, com o que concorda também a assessoria do deputado Barcelos que participava da reunião.

Pelo desenho que se apresentava na reunião, buscaram-se informações mais detalhadas sobre o projeto diretamente com o gabinete do deputado que, por solicitação, enviou correspondência em que justificava sua proposição, anexando cópia do inteiro teor do projeto, para análise das possíveis implicações que podem advir de sua tramitação paralela ao projeto do parque, naquela Câmara. Essa análise está mais detidamente apresentada a seguir, na parte que trata da atuação do deputado e seu projeto.

5.6.2 – Deputado Fábio Barcelos e o Projeto de Lei do Parque

Conforme sabido, um dos parlamentares que tem assento na Câmara na presente legislatura é o deputado distrital Fábio Barcelos, autor do projeto que dispõe sobre a criação do parque. A manchete “Região terá Parque Ecológico” do Jornal de Verdade de maio de 2003, anunciava a apresentação à Câmara Legislativa, do projeto de lei complementar que cria o Parque Ecológico das Sucupiras, na recém criada Região Administrativa Sudoeste/Octogonal (maio/2003). Segundo a reportagem, o Parque será localizado na área que margeia o Eixo Monumental em frente à Igreja Rainha da Paz, entre as quadras

econômicas do Sudoeste e o Departamento de Meteorologia. Pelo projeto, informa a reportagem, o Parque terá como objetivo proporcionar lazer e recreação para a população, bem como oferecer oportunidade para que as pessoas possam ter um contato harmônico com a natureza. No local também serão realizadas atividades voltadas para a educação ambiental e de desenvolvimento de programas e projetos de observação ecológica, além de pesquisas sobre ecossistemas do cerrado.

Nos termos do projeto, a poligonal está definida como a área compreendida entre a pista sul do Eixo Monumental – (Via S1), a 4ª Avenida do Setor Sudoeste, o limite de proteção da linha de transmissão de energia elétrica de alta tensão e a pista leste da Estrada Parque Contorno do Bosque – EPCB, tendo como objetivos estratégicos e fundamentais proporcionar lazer e recreação à população, bem como a oportunidade de se ter contato harmônico com a natureza; proteger o acervo genético representativo da flora e da fauna nativas naquela área do Distrito Federal; proporcionar a realização de atividades voltadas para a educação ambiental; e o desenvolvimento de programas e projetos de observação ecológica e pesquisa sobre os ecossistemas locais. Diz ainda, que a execução de todos os projetos destinados à implantação, manutenção, vigilância e administração do Parque Ecológico é competência da Administração Regional do Sudoeste / Octogonal, sob a supervisão do Instituto de Ecologia e Meio Ambiente do Distrito Federal – IEMA/DF.

Em função de sua proposição, o deputado tem sido convidado para a maioria das atividades desenvolvidas na área pela APES para tornar a idéia do parque real, como pode se observar das notícias abaixo:

Em 11 de março de 2004, o presidente da APES informava no sítio do grupo que havia “Novidades na Câmara Legislativa”. Que ligou para o gabinete do deputado Fábio Barcellos para marcar uma visita a ele e à deputada Eliana Pedrosa. “Os dois são do PFL”, observava, “que é também o partido do administrador Nilo Cerqueira e do Senador Paulo Otávio”. Informa que a deputada estaria com propostas interessantes relacionadas à questão do lixo e aos catadores. “Devemos visitar outros gabinetes também e convidar os deputados

para uma visita ao Parque. A questão do lixo é essencial para nós”, ressalta. Sobre o projeto do parque, obteve informação que já havia sido aprovado esta semana na Comissão de Assuntos Fundiários e que estaria caminhando. “Reforço o convite para a reunião de domingo”, conclui o presidente.

Hoje, 16/03/2004, é o dia da visita técnica dos deputados ao parque, registrava uma das “Observações sistemáticas” produzidas para fundamentar esse relato. O Parque das Sucupiras recebe a visita do deputado distrital Fábio Barcelos, autor do projeto; da deputada Eliana Pedrosa, da mesma casa legislativa e Assessores; do Secretário da Comparques, professor Ênio Dutra e secretária e representante do Cruzeiro junto ao Órgão; do Presidente da Associação dos Oficineiros do Cruzeiro, Roni; da representante da RA XXII; do diretor do Jornal Vanguarda (regional) e de repórteres do Correio Braziliense, todos recepcionados por membros da APES-DF, na ocasião, o presidente Fernando, o tesoureiro Elber, a sócia fundadora Maria do Cerrado, e os associados Ronaldo Sobral e o pesquisador.

A comitiva se dirigiu para a área revegetada onde, no final de semana passado, havia sido feita uma limpeza do capim em volta das mudas. Na oportunidade o Deputado fala da necessidade de unir esforços em favor da criação do Parque. Por sua vez o presidente da associação informa que tem feito contato com vários órgãos da administração pública e instituições não públicas para o alcance dos objetivos. Fala também da ajuda da Novacap, na limpeza pesada da área: “Ozanam tem nos ajudado bastante, depois da tramitação do projeto na Câmara”, reforça Fernando. “Antes era contra” confirma, “Ligava pra ele... É do Parque das Sucupiras? Sou contra...”, respondia o diretor do Departamento de Parques e Jardins (DPJ).

Chegamos à área revegetada. Nem a deputada Eliana e nem a imprensa haviam chegado para a visita. Fernando informa aos presentes que antes das ações dos moradores e da APES a área de cerrado era degradada, cheia de entulhos, com acessos de veículos para todos os lados e utilizada por toda espécie de desocupados, pelo que o deputado falou: “É a ausência do poder público. Se tivéssemos aqui a presença dos órgãos de segurança... passando,

isso não acontecia”, afirma.

Após essa primeira parada, a comitiva seguiu pela orla da mata em direção a área mais degradada, onde se abrigam os “invasores” coletores de lixo. Nessa oportunidade, conseguiu-se colher a impressão de um dos assessores do deputado sobre a tramitação do projeto na Câmara, devidamente gravada:

- Qual a perspectiva do projeto pra esse ano?

- Aprovado na CCJ, ele está no prazo de receber emendas, responde o assessor.

- Pela tramitação normal, quanto tempo isso levaria?

- Falta passar por duas outras comissões no prazo normal de 10 dias úteis para cada uma, para depois entrar na pauta do plenário para votação. Previsão de conclusão para meados de maio.

- Depois disso, precisaria algum tipo de acordo político para sua aprovação em plenário?

- Não, segue a tramitação normal.

- O Senhor acha que no Plenário há possibilidades dele ser rejeitado por alguma força contrária?

- Não, há uma tendência favorável a criação de parques para preservar... com a criação da Comparques pelo Governo, esses movimentos criaram força.

- E as votações, são públicas?

- Sim são públicas, inclusive nas Comissões.

O Assessor disse ainda que seria interessante que nessas oportunidades, a comunidade se fizesse presente para dar força ao projeto, comparecendo inclusive com faixas. Ficou de avisar os próximos passos para que comparecêssemos à Câmara.

Chegou-se à área superior trilhando o caminho do lixo. A Deputada se integrou à comitiva e o Deputado, por sua vez, se despediu para cumprir agenda. Fernando apresentou a Deputada aos presentes e disse: “Já vimos a parte bonita, agora estamos chegando no drama”. “Deputada, chegamos à parte interessante!” disse Fábio Barcelos. “Eliana é minha parceira lá. O que precisar...” Transmite à deputada, a preocupação dos associados com a presença dos coletores e

carroceiros na área e das perspectivas quanto à coleta seletiva do lixo... “E aí é totalmente sua área. O que você achar... se não tiver problemas com o parque; se puder ser dentro do parque...”, e se despede da comitiva.

Em outra oportunidade, quando da reunião marcada pelo presidente da APES com a Chefe de Gabinete do Deputado Chico Floresta, no dia 28 de maio passado, no bloco B3 da QRSW 8, o deputado Fábio Barcelos se fez presente por meio de seus assessores para a discussão de assuntos afetos às áreas vizinhas ao parque. Nessa ocasião, Fernando apresentou um mapa da área (2002), abrangendo as Regionais do Cruzeiro e Sudoeste/Octogonal produzido por fotografia aérea, onde os presentes puderam analisar cada uma das zonas de interesse dos grupos ali representados e seus respectivos estágios de conservação.

O “Núcleo dos Artistas Locais” apresentou proposta para criar um “Parque de Esculturas” na área superior da poligonal do parque, altamente impactada e caracterizada pela ausência de vegetação de cerrado. Aquela faixa poderia abrigar um espaço referencial à memória de Ary Pararrayos, como homenagem a sua ligação com o movimento, demonstrada quando da realização do primeiro mutirão de limpeza do cerrado em que se apresentou ao público presente, juntamente com sua trupe. Diante da dificuldade em se viabilizar a idéia em curto prazo o grupo analisa a possibilidade de lançar um marco no local para firmar a intenção da homenagem, que já foi tema de proposta do presidente da APES, ao pensar num show musical para o próximo 11 de setembro (2004), Dia do Cerrado e do Ary Pararrayos, “inaugurando um espaço, talvez uma praça com seu nome ali onde fizemos o primeiro mutirão, do qual ele participou com seu Esquadrão”, propunha Fernando.

Quanto à criação do Parque das Esculturas, a assessoria do deputado Fábio Barcelos informou que poderia fazer estudo técnico de viabilidade da proposta para apresentar ao Governo, que detém a prerrogativa de propor essa mudança de destinação para a área e que seria conveniente aguardar a decretação de constituição do Parque das Sucupiras para iniciar o novo procedimento. Os presentes manifestaram intenção de trocarem informações sobre o assunto e

envolverem as Secretarias de Cultura e Turismo do GDF no projeto.

A respeito da tramitação do projeto do Parque na CLDF, os Assessores deixaram com o presidente da APES um relatório detalhado das fases vencidas até então. O documento registra que já passou por duas comissões técnicas da Casa, (CAF e CEOF) e conta com despacho do Gabinete do Relator, deputado Odilon Aires, de 20/05/04, para entrar em pauta. A previsão extra-oficial é de que em meados do segundo semestre desse ano, o projeto possa estar aprovado em plenário.

5.6.3 – Deputada Eliana Pedrosa e o Projeto das Cooperativas de Lixo

Outro parlamentar que, por vias indiretas, foi envolvido no movimento pró-criação do Parque das Sucupiras é a deputada distrital Eliana Pedrosa, conforme dito anteriormente, por enfrentamento das questões do lixo no DF que hoje, de certo, é o elemento chave da problemática vivida pelos associados da APES, tanto pelo lado da preservação da fisionomia original de cerrado da área, quanto pelo humanitário que requer o resgate da cidadania da pequena população de catadores que ocupa o parque irregularmente.

A presença da deputada no local era solicitada pelo presidente desde o início de março deste ano, quando comunicou ao grupo: “Está marcada a visita dos deputados Fábio Barcellos e Eliana Pedrosa, terça-feira às 9:00h, em frente ao bloco B3”. A idéia era levá-los até a área invadida e conversar sobre a questão do lixo no local. “Reforço o convite para o domingo. Quem sabe nos reunimos ao ar livre e comemoramos um pouco? *Saludos*”, se despede Fernando.

A visita anunciada dos deputados se deu na manhã de terça-feira, dia 16. Conforme já informado, a deputada incorporou-se à comitiva no limite entre as duas zonas que compõe o parque, divididas que são pela Via R6 que liga o Sudoeste ao Eixo Monumental. A parte de baixo, próxima aos apartamentos - menos impactada, e a parte superior, próxima à área da Marinha e Reservatório da Caesb - mais impactada e invadida por coletores de lixo.

Na oportunidade a deputada falou aos presentes, e mais diretamente ao secretário Enio da Comparques que integrava a comitiva de visitantes, sobre sua preocupação com a situação fundiária do local. “Estou pedindo a situação fundiária de todos eles... e que parques já tem as poligonais definidas. E, outra coisa... como a gente sabe que alguns parques estão sendo feitos os contornos... (seria entorno, zonas de tamponamento?), fato estranhado por Enio Dutra. “É, o chamado contorno sim” confirma a deputada, “alguns parques com as poligonais definidas e essas não estão sendo observadas, tá certo?”. “É novidade pra mim!”, retruca o secretário. A deputada reafirma a condição encontrada em alguns parques: “Eu vou te dar uns três ou quatro casos... Cajarana!” “Não, dentro dos limites dos lotes... Pode olhar! (Enio). “Oh! Não confere com a poligonal aprovada em lei... Tem dúvidas? Pergunta a deputada e prossegue: “Precisamos sentar e verificar para que a gente possa “analisar” o que não corresponde à realidade. Alguma adaptação que for preciso fazer... É preciso fazer a correção da lei, se for justificável a mudança de poligonal... Existem áreas de amortecimento... só comentando... A gente recebe muitas informações”, conclui Eliana Pedrosa.

A essa altura da visita, os repórteres do Correio já haviam chegado a quem a deputada concedeu uma entrevista acompanhada e gravada pelo pesquisador, da qual extraiu-se o que de maior interesse havia para o movimento de moradores. Segundo declarações da parlamentar, aquela era uma área fantástica no coração de Brasília, ainda com o cerrado preservado e que, infelizmente, se vê invadida por comunidades que trabalham com o lixo: “o segregam e querem dar uma destinação comercial a ele; com isso começam a causar a degradação nessas áreas”. Disse que é sua intenção unir esforços da comunidade, Câmara Legislativa, Secretaria de Parques, Administração para desenvolver ações conjuntas visando à preservação da área ao mesmo tempo em que essas comunidades possam ser assistidas e passem a receber orientações para viverem do lixo sem causar degradação ambiental.

Disse ainda que foi chamada porque, a pouco foi homologada uma lei⁸³ de sua autoria destinando para cada RA uma área para que essas comunidades pudessem trabalhar o lixo e dar uma destinação nobre a ele, “é pra isso que nós estamos aqui”, confirma a deputada. “O deputado Fábio Barcelos tomou a iniciativa de criar o projeto de transformação dessa área em parque e nós estamos aqui para também contribuir para a agilização desse processo, mas mais do que tudo, o sucesso disso vem da participação da comunidade” continua a deputada. Para ela “a comunidade é quem deve integrar esse espaço, freqüentar esse espaço; mais do que qualquer fiscalização ou de qualquer lei que vá delimitar aqui uma poligonal de um parque, a presença da comunidade é que vai fazer com que seja possível a preservação dessa área”.

A certa altura fala da localização privilegiada da área: “Você vê; num eixo muito importante aqui, né... Você tem aqui próximo o Memorial JK, que é uma área de grande afluxo turístico, né... Faz parte do projeto da própria Secretaria (de Turismo) a revitalização do local...”, interrompe sua divagação e diz que gostaria que a comunidade falasse também ao repórter, porque é ela que vai tornar possível a transformação. “A senhora falou desse projeto de destinar uma área aos catadores em cada RA. Eu queria que falasse da situação dos grupos e famílias que encontrou nesses locais, retruca o repórter do Correio. “Nós encontramos no caminho algumas famílias”, começa a responder. “Agora a comunidade”, diz, apresentando Fernando ao repórter, “para dar uma radiografia melhor do problema por vir acompanhando a área há muito mais tempo, inclusive cadastrando os “moradores”, conhecendo...”

“Têm famílias que moram aqui a mais de vinte anos, quando isso aqui ainda era puro cerrado”, declara Fernando. “Nós queremos fazer nessas áreas, que já

⁸³ LEI Nº 3.234, de 3 de dezembro de 2003 de autoria da Deputada Distrital Eliana Pedrosa, que institui a Política de Gestão de Reciclagem de Resíduos Sólidos da Construção Civil e dá outras providências. Nos termos do Art. 2º, o Poder Executivo, para consecução da política de que trata esta Lei, deverá: I - Apoiar a criação de unidades de prestação de serviços e de comercialização, distribuição e armazenagem de materiais recicláveis em cada Região Administrativa, em locais a serem sugeridos pelo Gestor da Política de Resíduos Sólidos da Construção Civil do Distrito Federal, respeitado o Plano Diretor Local; disponível em <http://www.elianapedrosa.com.br/noticia.html/119>, acessado em 08/06/2004.

foram degradadas, um mutirão de limpeza como proposta da comunidade, agora em abril (2004)". A idéia é realizar um grande mutirão convocando a Novacap e fazer com que a comunidade e os agentes públicos se reúnam num só objetivo. Segundo o presidente, a Secretaria de Parques tem dado um apoio fantástico. O papel da Secretaria tem sido fundamental, "e olha que tem pouco tempo que ela foi criada. Era uma comissão", observa o secretário Enio Dutra, "e já apoiava bastante; agora com essa autonomia", completa Fernando. Ele lembra que até os entulhos que há anos não se conseguia retirar, "com o professor...". "Essa área de cerrado é a memória da cidade; é testemunha da criação de Brasília", observa. "É um patrimônio irreversível se for perdido, não tem como recuperar. E é uma área que pode servir aos colégios, roteiro turístico, reserva ambiental como corredor ecológico".

Nessa linha, observa a deputada: "Veja bem, que grande capital, metrópole hoje, pode se dar ao luxo de ter no seu coração uma área totalmente preservada! Têm algumas degradações, vamos dizer assim...". E continua observando que se Brasília quer ser uma capital turística e o cerrado é uma das "nossas maiores belezas"; se ele existe "aqui, no centro de Brasília", sem que a pessoa tenha que se deslocar para a periferia para que possa conhecer de perto sua riqueza, "eu acho que por si só, isso já é um patrimônio inestimável".

O secretário Enio opina: "É verdade... As áreas estão bastante propícias à recuperação. É bastante viável a recuperação hoje, aqui... não está difícil. Se nós fizermos um movimento de terra, só a simples rebrota já vai ser muito importante pra recuperação". E continua: "Fora o trabalho de recuperação da área degradada mesmo, que pode ser feito. Acho bastante viável", conclui.

Após a entrevista, o assunto verte para a questão da poligonal do parque. Na visão da deputada, é necessário que se tenha definição sobre o assunto para proposição à Câmara; para que publique a lei já com a poligonal definida. Pelo menos, "uma mancha proposta da poligonal para uma discussão com órgãos públicos sobre algumas interferências ou alguma coisa. Quando ela vier a ser votada, já faça parte...", observa a parlamentar. É sua opinião que, com a situação fundiária resolvida, já com as dimensões do parque pré-definidas (20 ha, 22 ha),

agora ou um pouco depois que a lei for publicada, pode-se discutir mais claramente com os outros órgãos a maneira de implantar o parque. O IPHAN, com a questão do tombamento; a CEB que tem essa linha aqui. “Vários órgãos vão ter que se pronunciar, mas em cima da política: “Brasília, cidade dos parques”, e vamos tocar isso pra frente, conclui o raciocínio a deputada.

Fernando esclarece que o IPHAN é favorável, “eles têm algumas restrições quanto ao cercamento, uma coisa ou outra que são ações...”, mas já se mostrou favorável em sua opinião. “Surpreendentemente favorável”, reforça Elber, presidente do Conselho Comunitário e membro efetivo da APES. “Depois que ele aprovou também o parque da Vila Planalto, já não me surpreende tanto, não, comenta Enio Dutra. “Achei que ia haver dificuldades... Cheio de razões... na primeira ele já disse: Adorei! Todas as idéias são boas... tragam todas...” Informam Enio e Elber sobre a receptividade da idéia pelo Instituto.

Fazendo um balanço sobre as questões do Instituto, Fernando observa que as placas ainda estão emperradas e necessita da ajuda de todos para resolver a questão. O secretário e a deputada e colocam-se à disposição e sugerem uma reunião com o Instituto para que o assunto se resolva o quanto antes. Enio falou em marcar uma reunião; “para gente agendar ai com ele e convidar a deputada. Vamos forçar uma situação pra resolver”, propõe ao presidente Fernando.

Nessa oportunidade a representante da Administração que acompanhava a comitiva informou que estaria tratando da questão dos carroceiros prontamente e que já havia um plano para implantar a experiência da RA de Santa Maria com êxito naquela área, que passou a relatar aos presentes. Essas observações, em detalhes foram expostas na parte que trata da Associação dos Carroceiros do Cruzeiro (item 4.3.1), acima. Todos ouvem as explicações e concordam, principalmente a deputada, confirmando que a solução é aquela mesma e que vem batendo na Câmara Legislativa para destinar uma área para que essas famílias possam continuar a ter a sua sobrevivência garantida, sem com isso, no entanto, prejudicar o meio ambiente.

“E mais ainda” observa, “se você delimita essa área, facilita o acesso daqueles agentes... tem várias ONGs aí dispostas a prover educação ambiental e até um melhor aproveitamento do lixo para que se transforme em artesanato... Como começou lá na *Sem dimensão*, no Recanto das Emas”, conclui a parlamentar, com o que concorda o professor Ênio: “Que beleza tá aquilo! Eu tenho acompanhado bastante”. Prossegue analisando a questão dos carroceiros lá em Santa Maria. “Maravilhosa”, observa a representante da Administração – que também tem acompanhado e estado em contato toda semana. “Praticamente agora” diz, “foram colocadas as plaquetas nas carroças, até para identificação”. O Secretário observa que fica mais fácil da comunidade olhar e ver o número da placa, assim como do carro, e apontar aqueles que não estão cumprindo com o que foi estabelecido: “Recebeu facilidade tem que ter uma contrapartida também, uma responsabilidade”, conclui. Para a representante da Administração: “É a valorização deles mesmos; se sentem respeitados e conseguem se organizar com mais facilidade”. Termina dizendo da sua certeza em também conseguir organizá-los no Sudoeste: “O primeiro passo é identificá-los”.

Fernando demonstrando conhecer alguns, fala de Indiana que estava habitando o local há um tempo atrás e que morava em Brazlândia: “Todos têm casa. Eles vêm trabalhar, na verdade. De segunda a sexta vinham trabalhar”. Um deles teria dito que vem de Luziânia e que aquilo era o emprego dele. Maria lembra de um deles, que construiu uma pequena capela no meio do mato e lá, se recolhe. Segundo se sabe, passa os dias perambulando pelas ruas da região onde consegue se alimentar; ao final do dia volta para o “mato”. Uma assessora da Administração que integrava a comitiva, disse que ele tem família estabelecida na Q. 10 e que sua história não é folclore, como muitos pensam. Em outra ocasião desenvolveu um trabalho social com os moradores de rua da região e confirmou suas condições sociais.

A deputada distribui cartões de visita aos presentes, convocando a todos para comparecerem a Comissão de Meio Ambiente da Câmara e darem sugestões, pois não consegue ver tudo. “Eu passei o dia de ontem em Brazlândia, lá tem uma área muito bonita também com muitos problemas ambientais como esta”. Num balanço da visita, disse ter esperanças de conseguir uma integração

produtiva entre a Câmara e a Comparques para trabalharem juntas e conseguir mais resultados, e muito mais rápidos: “A gente tem que procurar trabalhar integrado mesmo. Juntamos todos aqui de uma só vez e fazemos o dever de casa”, conclama a deputada.

Alguém observa que sempre existiu pressão sobre as áreas da Regional. A administração passada, precisando de dinheiro, cedeu áreas de destinação diversa para a construção de prédios residenciais no Cruzeiro Novo. O mesmo aconteceu na implantação do Sudoeste e ia acontecer com o Bosque do Sudoeste (Parque já constituído em lei). “Se não fosse por vocês ele tinha sido ocupado”, diz Fernando, se referindo a luta dos moradores, liderados por Elber, para reverter a situação. Nessa hora todos param para observar sobrevôo de um gavião sobre a área do parque a procura de alimento. Lembrou-se dos tempos em que essas aves eram abundantes na região, chegando a emprestar o “nome” ao núcleo residencial que ali surgia (Bairro do Gavião), nos tempos da construção de Brasília que depois veio a se tornar o Cruzeiro Velho de hoje.

Alguém pergunta se existe cagaita naquela área. “Cagaita dá mais em cursos d’água... tem gabirola, uma delícia; murici; pitanga; pitanguinha; mangaba; bacopari; jatobá”, responde Maria, atenta aos detalhes das espécies do cerrado. Caminhando pela área menos impactada, Fernando volta a lembrar da atuação de Companhia de Parques na área: “A gente tinha ali, entulho de lajes desde o tempo da construção do Sudoeste, e ele ajudou a retirar”.

Despedindo-se, a deputada pede que lhe avisem do próximo mutirão porque quer contribuir e que vem participar como pessoa física e como “Câmara...”. “O Nilo vem também participar, eu tenho certeza, e chegar junto dentro da organização de vocês. Se tiver alguma coisa que a gente possa contribuir”. Fernando volta a lembrar do problema das placas que precisam de liberação e renova o pedido para que tratem do assunto proximamente. Continuando a caminhada observa que no dia que estiveram visitando o local com o senador (Paulo Otávio), “não tinha essa parte ainda não” (referindo-se a área replantada). Alguém observa: “É um passeio significativo esse que a gente fez, nem precisa abrir outras trilhas”, com o que concordam todos.

O jornalista do Jornal de Verdade que havia se integrado à comitiva já no final da visita observa que “estão querendo acabar com as áreas verdes, inclusive nas que predominam a vegetação do cerrado... é preciso preservar algumas áreas próximas à Octogonal”, onde mora. Elber lembra que “foi a primeira solução que deram pra gente aqui”. “Não sei se o Fernando lembra”, comenta, “o cara chegou e falou: É, vou mandar passar o trator aqui e plantar grama”. “A gente precisa da ajuda de vocês para fazer um movimento lá, nesse sentido”, ressalta o jornalista, que se mostra preocupado com a preservação da vegetação nativa para mostrar para as “crianças e nossos netos, né!” e continua, “uma vegetação original, e não palmeiras que não tem nada a ver com o lugar”, referindo-se ainda aos condomínios das Áreas Octogonais. Observa que retiraram todas as árvores nativas dos canteiros e botaram palmeirinhas. “São bonitas, mas... os meninos estudam nos livros e não conhecem de perto a vegetação do Planalto”. Lembra que, “vocês não acompanharam”, em 1994 tentaram a todo custo transformar “isso aqui em prédios. Nós, delegados do centro participativo, tivemos que submeter a matéria... ainda bem que tinha o Governo Participativo, uma das melhores coisas que o Cristovam fez, e os delegados foram totalmente contra”. Continua, informando que o mesmo não ocorreu com áreas do Cruzeiro Novo: “não conseguimos segurar aquela área abaixo da 305/306 e 105 (quadras do Cruzeiro Novo) que era de hospital, da Fundação Hospitalar”, relembra os ataques especulativos que a região sofria em meados da década de 90.

“Depois que a comunidade se mobilizou, a obra da torre parou”, acrescenta Elber, já defronte à área próxima aos apartamentos. Verificou-se uma torre dessas que fica perto da segunda ponte do lago com o serviço já concluído. A idéia era subir uma cobertura metálica até o topo da torre para cobrir a cabeção, e sustentar as antenas, por isso fizeram aquela base tão forte.

Cumprida a estafante missão, os remanescentes da comitiva foram se dispersando, restando o diretor do Jornal de Vanguarda que ficou conversando com a Maria, após fazer um registro fotográfico do grupo para publicar na próxima edição.

5.6.4 – Deputado Chico Floresta e o Projeto INMET

O envolvimento do deputado Distrital Chico Floresta tem sido pautado pela troca de informações entre sua assessoria e a APES, em função da atuação do parlamentar nas causas ambientais e, mais ultimamente, pela condição de Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara Legislativa do DF.

O presidente da APES ao fazer um balanço do último mutirão promovido na área em comemoração ao primeiro aniversário da associação, ocorrido no último dia 25 de abril e amplamente divulgado na imprensa, dentre outras, registrava a presença e colaboração dos representantes do deputado Chico Floresta e do INMET para o movimento, destacando a importância dos novos interlocutores para o alcance dos objetivos comuns, que convergem em direção à preservação das áreas de cerrados da região.

Para fundamentar esse novos interesses, foi realizada no último dia 28 de maio de 2004, na pérgula do Bloco B3 da QRSW 8, Sudoeste, uma reunião com a assessoria do deputado na pessoa de sua Chefe de Gabinete, arquiteta Lenora de Castro Barbo, na qual compareceram: Pela APES, o presidente Fernando; Maria do Cerrado e o “secretário” do encontro, Ivan Machado; representantes do Núcleo de Artistas Locais, o professor Darlan Lima e o artista plástico Gougou e Assessores do deputado Fábio Barcelos, autor do Projeto do Parque das Sucupiras, Manoel Álvaro da Costa e outro com o objetivo principal de trocar informações sobre projeto do deputado que concede à área ocupada pelo INMET o *status* de Área de Proteção Ambiental com o fim de barrar especulações sobre a mudança de destinação para zona residencial anexa ao Sudoeste, conforme notícias que circularam em meios empresariais e publicadas na imprensa (Correio Brasiliense, 05/04/2004). Segundo a assessora, o Gabinete do Deputado recebeu informações das esferas federais, que detém o domínio da área do INMET, sobre a movimentação para transformá-la em área residencial, contrariando sua destinação original de centro de pesquisas, onde são desenvolvidos trabalhos científicos pela comunidade acadêmica (pesquisadores e estudantes), além das medições das condições climáticas e meteorológicas da região por décadas seguidas.

A Assessora explicou os objetivos do projeto já apresentado à CLDF e tem esperanças de que seja aprovado a tempo de impedir essas ações por parte do GDF. Enumerou alguns impedimentos legais em função da proposição não ter sido feita dentro dos procedimentos de praxe para esses casos, como a apresentação de plano diretor para a área com detalhamento da nova ocupação que, por sua vez, precisaria ser validado em audiência pública, fato que todos informaram desconhecer que tenha havido. Os presentes estranharam a não inclusão da área de cerrado da Marinha (já cercada) nesse projeto que, assim, ficou sem amparo legal que a proteja da “tendência” de ser transformada em zona residencial. Se assim for, é pensamento comum de que pelo menos o projeto urbanístico preserve ao máximo a vegetação nativa de cerrado, tão rara no meio urbano da cidade. Ainda, segundo informação da Chefe de Gabinete o suposto plano de edificação de residências na área do INMET deveria dispor de projeto arquitetônico, relatório de impactos para determinar sua pertinência ou não, descrição da quantidade e especificações das construções, audiência pública, etc, antes de se transformar num Plano Diretor.

Como dito anteriormente, é consenso entre as assessorias dos deputados Fábio Barcelos e Chico Floresta que a proposição do Projeto do INMET não interfere e nem atrapalha a tramitação do processo do Parque das Sucupiras, não havendo, também, relação com o Parque Bosque do Sudoeste, já constituído por lei, cuja área se encontra quase que totalmente abandonada e desprovida da vegetação original. Os projetos têm condução e tramitação diferentes, até porque, existem diferenças de domínio; enquanto a jurisdição das terras do Parque é do GDF, a do INMET e de competência do Governo Federal. A respeito da área ocupada pelo Instituto, Fernando informou que há uma preocupação do diretor do órgão em revegetar algumas áreas de solo nu com espécies do cerrado, cujo lançamento do programa contou com a presença de associados da APES e várias autoridades, inclusive do Ministro da Agricultura.

Ao final da reunião, o presidente da APES, após a despedida dos Assessores do deputado Fábio Barcelos em virtude de outros compromissos, convidou os presentes a visitarem o Parque e verificar de perto o resultado do

trabalho dos voluntários nos mutirões, bem como o outro lado da realidade, instalada na parte superior da área, profundamente impactada por entulhos e pelos catadores de lixo que insistem em permanecerem acampados no local.

Posteriormente, manteve-se contato direto com o deputado na ocasião em que foram solicitados: o inteiro teor do projeto, bem como as justificativas de sua proposição à Câmara Legislativa, para análise de seus termos. O parlamentar atendeu o pedido e encaminhou ao pesquisador também um segundo projeto de sua autoria (Projeto de Lei Nº 1339, de 2004), que institui o “Programa Adote um Parque”, no âmbito do Distrito Federal que tem como objetivos: incentivar a participação voluntária da comunidade no processo de gestão ambiental dos parques do Distrito Federal; estimular a formação de grupos organizados da sociedade civil, voltados para ações e atividades que visem à implementação, proteção, recuperação e gestão de parques; despertar o interesse da comunidade no processo de defesa dos parques, de modo a incorporar os conceitos de conscientização ambiental e desenvolvimento sustentável; garantir o cumprimento da legislação ambiental, em especial as disposições da legislação federal e local aplicáveis aos parques e ampliar e desenvolver mecanismos que permitam que as organizações não-governamentais desempenhem ações que visem à defesa dos parques. Pela configuração que se apresenta este projeto parece abrigar aspectos de interesse da APES, depois da formalização da constituição do Parque das Sucupiras.

Quanto ao Projeto de Lei Nº 1365, DE 2004, relativo a área do INMET, seus termos dispõem sobre a criação do Parque de Uso Múltiplo do Sudoeste, na Região Administrativa do Sudoeste/Octogonal – RA XXII, na área situada entre a 4ª Avenida do Setor Sudoeste, a Rua da QRSW 4 e o Eixo Monumental – Via S1, compreendendo a área ocupada pelo Instituto Nacional de Meteorologia – INMET, com os seguintes objetivos: proporcionar lazer e recreação à população do Setor Sudoeste e de áreas adjacentes, em contato harmônico com a natureza; estimular o desenvolvimento de atividades de educação ambiental; promover a recuperação de áreas degradadas e sua revegetação, com espécies nativas do Cerrado e incentivar atividades de pesquisa, estudos e monitoramento ambiental. Os demais

artigos cuidam da gestão, partilhada entre o Poder Público e sociedade civil organizada, do Plano de Manejo, autoriza o Poder Executivo a tratar da regularização da situação fundiária das áreas atingidas, permitindo as atividades atualmente existentes e poder para firmar convênios, contratos e acordos com entidades públicas e privadas para alcançar os objetivos do Parque de Uso Múltiplo do Sudoeste, o que parece, pelos relatos e reportagens, regulamenta a maioria dos procedimentos e atividades desenvolvidas no local pela atual gestão.

Ao justificar o projeto, o parlamentar se baseou no “ponto de vista ambiental e social, na medida em que o novo parque proporcionará a manutenção de uma área de essencial importância para a qualidade de vida da população do Setor Sudoeste, do Cruzeiro, da Octogonal e de áreas contíguas, que, em razão da conformação urbanística da região, muito adensada, constantemente reclama a criação de áreas verdes e de recreação”. Ressalta a importância que vem alcançando a destinação de espaços voltados à conservação de ecossistemas, próximos a áreas urbanas, o que também é argumento do Parque das Sucupiras, para que proporcione à comunidade local a possibilidade de usufruir espaço e recursos naturais ali encontráveis.

Salienta o deputado que no local, de propriedade da União, funcionam além do INMET, a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO, a Organização Mundial Meteorológica – OMM, a Observação Meteorológica de Brasília – OMBRA e a Comissão Executiva do Plano de Lavoura Cacaueira – CEPLAC, em pequenas edificações, que, pelo tipo de atividades que desenvolvem, podem, perfeitamente, permanecer na área, nos termos do projeto. A principal qualidade do projeto reside na iniciativa de “impedir a transformação do local em área urbana, destinada a edificações residenciais, adensando mais o local e contribuindo para a redução da qualidade vida dos moradores”, fato corriqueiro na recente história administrativa da Região, como também em todo o Distrito Federal.

5.6.5 - Senador Paulo Otávio e a Cooperação com os Mutirões

Para alcançar seus objetivos a APES tem ampliado seu leque de interlocutores dentro de uma lógica específica de construir base sólida de sustentação para seus projetos, inclusive pós-constituição do parque. Dentro dessa perspectiva é que os contatos com o poder legislativo, em todos os seus níveis, foram sendo estabelecidos formando uma teia consistente de apoio político às causas do grupo.

Tanto que, no início de outubro de 2003, seu presidente comunicava ao grupo (via e-mail) o convite ao senador Paulo Otávio para participar de uma reunião com o Administrador do Sudoeste, Nilo Cerqueira. “Estivemos no Senado hoje, juntamente com o pessoal do Parque do Bosque. Pela APES, Elber e Eu”, informava Fernando. Segundo o presidente, o senador quer apoiar as iniciativas de criação dos parques no Sudoeste. Eles presenciaram uma ligação para o deputado Fábio Barcelos, seu correligionário, cobrando um informe sobre o projeto de lei. Na avaliação de nossos representantes foi um ótimo contato. “Paulo Otávio quer visitar a área no sábado pela manhã com o professor Ênio da Comparques e o Administrador. Sugiro que nos encontremos no sábado para tratarmos de nossos assuntos e depois recebermos os ilustres visitantes”, concluía Fernando.

O resultado do encontro foi relatado assim pelo presidente: “Hoje, sábado, tivemos a visita de vários personagens importantes para o futuro de nosso parque. Estavam lá o Senhor Ozanan, diretor da Novacap, o Professor Enio, da Comparques, o Administrador do Sudoeste, Nilo Cerqueira e o senador Paulo Otavio. Vários moradores, membros dos conselhos de segurança, síndicos e prefeitos. Foi um prazer vê-los no meio de nosso cerradinho, a sombra de uma bela árvore nativa, concordando na beleza e na evidente necessidade de preservá-la”. O senador, segundo o relato, observou que o deputado Fábio Barcelos não havia sido convidado. “Falha nossa” reconhece Fernando. Estiveram presentes também vários associados com suas camisetas da APES fazendo campanha. “Reunião amanhã, domingo, as 16:00h, no Bloco B3. Precisamos fazer o balanço do mutirão e pensar mais adiante”, convoca o presidente. “Valeu!”.

“Oi Maria”, escreve Deize após os encontros e já pensando na ajuda que os novos contatos poderão trazer para o grupo. Lembra que o senador Paulo Otávio ofereceu apoio. Pensaram-se em pás, carrinhos-de-mão, alavanca, picareta, luvas para serviço pesado (coisas que podem até ser de segunda mão, desde que usáveis). Isso era início de outubro de 2003. Seis meses depois, em abril de 2004, as demandas foram cumpridas e as expectativas vão se confirmando. Acabávamos de realizar um grande mutirão de limpeza em comemoração ao primeiro aniversário da APES, com boa adesão e ótima repercussão junto à imprensa.

A Assessora das Organizações Paulo Otávio e membro do grupo de voluntários, Daniela Guima, não deixa passar a ocasião para ressaltar o apoio prestado por aquela organização no último mutirão: “Fernando, vale citar o apoio da PaulOOtávio também, né? Afinal, batalhei para conseguir aquelas luvas. Beijos e parabéns pelo mutirão!”. Em tempo, Deize agradece o apoio do senador em nome do grupo: “Valeu Daniela, as luvas foram de grande utilidade”. O presidente não deixou por menos e escreve ao grupo: “Prezada Daniela! Justificada sua queixa. Peço desculpas pelo esquecimento. Sem as luvas que a PaulOOtávio nos cedeu, os participantes não poderiam trabalhar”. Lembra, principalmente das crianças escoteiras. “Foram luvas suficientes, junto com as nossas, e vieram limpas e já amaciadas, prontíssimas, para o uso” observa Fernando. E anuncia: “Estou colocando no nosso sucupira@y... fotos do mutirão, com destaque para a criançada devidamente enluvada! Valeu! Contamos com sua presença nos próximos eventos! Um abraço”.

Esses são alguns dos protagonistas dessa história que envolve cidadania, engajamento, mobilização, persistência e realização, passadas em múltiplas cenas que vão do meio ambiente natural às condições de sobrevivência humana, juntas, no mesmo espaço temporal, a revelarem as nuances da plena ecologia. Conhecidas essas personagens, passemos aos problemas levantados nas observações sistemáticas levadas a cabo pelo pesquisador, para a fundamentação de parte desse estudo, abaixo apresentadas.

CAPÍTULO 6 – ANÁLISE DOS DADOS E INTERPRETAÇÕES DOS RESULTADOS

6.1 – OBSERVAÇÕES SISTEMÁTICAS DO LOCAL

Conforme informado no Capítulo 2 dessa monografia, onde se detalhou os procedimentos e estratégias metodológicas adotadas para a produção das informações utilizadas no presente estudo, os dados que serviram de base para o diagnóstico da situação foram coletados a partir de observações dos fenômenos que ocorreram no local durante o período em que transcorreu a atividade, somadas à pesquisa bibliográfica e documental descrita detalhadamente no mesmo capítulo.

Decidido a metodologia que melhor se aplicava aos objetivos propostos, as observações foram iniciadas na manhã do dia 11 de novembro de 2003. Foram escolhidas preferencialmente as manhãs das terças-feiras por conveniência de tempo do pesquisador e também por ser, supostamente, o período mais provável para o registro das atividades exercidas tanto por praticantes de caminhadas como pela população de carroceiros e catadores que se abrigam no local. Atendendo as expectativas, a suposição se confirmou como fato, dado a quantidade e significância das situações levantadas durante as atividades para a pesquisa.

Neste primeiro dia foram apontadas várias concentrações de lixo no caminho limite entre as áreas do parque e da Marinha, localizada na margem sul da secção leste da poligonal imaginária. Estavam depositados neste local, materiais descartáveis de festa, embalagens plásticas, papéis, copos e pratos descartáveis que ocupavam uma área aproximada de 5 m² junto aos acessos para veículos criados ou acentuados pelos invasores para a prática do ilícito (Foto 6.1). Foram observadas ainda nesta oportunidade, partes de microcomputadores, monitores de vídeo e placas eletrônicas espalhadas pelo local (Foto 6.2).



Foto 6.1: Vista parcial da área infestada por lixo de materiais descartáveis. Ao fundo mamoneiras invasoras.



Foto 6.2: Vista periférica da mata com ocorrência de lixo de materiais e equipamentos de informática.

Ainda nesta secção, mais acima e ao norte da poligonal, na zona próxima ao Reservatório da Caesb, se concentra uma área altamente impactada e desprovida de vegetação nativa, a mesma onde esteve instalada por muito tempo, na década de 1970, uma usina de asfalto utilizada para a pavimentação da Via N1 (Eixo Monumental) que, na época, ainda não existia. Nesse quadrante norte/leste, foram constatados montes de lixo constituído por copos descartáveis, plásticos, marmitas de alumínio tipo quentinha e garrafas *pet* de refrigerante, típico de bufê de festas (Foto 6.3). Junto a esse foco, havia também descarte de material característico de oficina mecânica como frascos de óleo de motor, borrachas de suspensão, calotas de rodas, embalagens de papelão de variadas peças, faróis, filtros de óleo e de ar (Foto 6.4), e até pára-choques e um painel completo de automóvel.



Foto 6.3: Detalhe do lixo típico de bufê descartado em um dos caminhos abertos na área.



Foto 6.4: Detalhe do lixo típico de oficinas mecânicas, descartado na área do parque.

Na área da antiga usina, parte do solo se mostrava impermeabilizado por camadas de piche e restos de misturas de asfalto de aproximadamente 20 cm de espessura. Em alguns locais, essas camadas podem atingir até 60 cm e se concentram, principalmente sobre a elevação onde esteve instalada a máquina de asfalto. Há quatro montes de despejos da usina espalhados no entorno na grande clareira ainda hoje existente no local que corresponde a uma zona degradada de, aproximadamente 50 m de raio. Os montes atingem volumes aproximados de 5 m³ cada um.



Foto 6.5: Detalhe do capim invasor. Ao fundo, monte de sobras de piche e asfalto da antiga usina.

Neste dia foram avistados na área próxima à mata, dois cavalos, um baio e outro branco, com aspectos de animais mau cuidados pastando no descampado, o que denotavam a presença de seus donos no local. No trajeto cumprido semanalmente durante o período de observação, que inclui toda a área da

poligonal, precisamente na zona paralela ao Eixo Monumental, foram observados alguns pássaros como bem-te-vis, tizis, anus-brancos (alma-de-gato) e no início da visita, neste dia realizada de bicicleta, um dos indivíduos que formam o casal de corujas-buraqueiras pousada no galho seco próximo à entrada de sua toca.

A segunda observação se deu na semana seguinte (18/11), no horário de 9h43min. às 10h12min. . Nesse dia fez uma bela manhã de sol antes das fortes chuvas que cairiam no meio da tarde. O exercício foi iniciado, de bicicleta, pela área próxima aos apartamentos que margeiam o parque, quadrante sul/oeste da poligonal, onde não havia vestígios aparentes de novas agressões ao ambiente, inclusive na passagem anteriormente utilizada por motoristas para acessar à mata para práticas ilícitas. Essa faixa altamente descaracterizada, desprovida de espécies arbóreas adultas, anteriormente tomada por capins invasores e impregnada de escombros e lixo doméstico, encontra-se razoavelmente limpa e livre de entulhos por ação dos voluntários empreendidas nos seguidos mutirões, e

repovoada por mudas de espécies nativas do cerrado que agora inibem o acesso e travessia de veículos motorizados e de tração animal (Foto 6.6).

Todavia, na parte superior da poligonal, atravessando-se a Via R6, concentram-se toda sorte de agressões. As mais impactantes continuam sendo o depósito de entulhos, restos de poda de árvores e lixo de origem residencial e comercial produzidos por moradores das Regionais. Há três novos focos de escombros de construção numa via aberta por entre a vegetação, no sentido sul/norte, dessa zona (Foto 6.7).



Foto 6.6: Área próxima aos apartamentos, limpa por mutirão e repovoada por mudas de espécies nativas. Detalhe das estacas de marcação.



Foto 6.7: Um dos acessos abertos por veículos na mata. Detalhe de sacos de entulho e lixo deixados ao longo do caminho.

Ainda nessa via interna recém aberta, há um amontoado de plásticos de embalagens, onde na ocasião foi visto um carroceiro filiado à Associação dos Carroceiros do Cruzeiro e Sudoeste cujo registro de identificação foi anotado - ACCES 0018 - não sendo possível, porém, pelas circunstâncias, identificar a verdadeira intenção de sua presença naquela área. Se, depositando lixo e escombros ou recolhendo materiais passíveis de reciclagem anteriormente existentes no local.

Numa terceira etapa de coleta de informações, que se deu em 25/11/2003, no período das 8h às 9h30min. constatou-se, *in loco*, que um dos pequizeiros próximos da torre foi vítima de retirada indiscriminada da casca, podendo não resistir ao atentado. Outras árvores da área, como é o caso de algumas

sucupiras, se encontram na mesma situação, algumas já mortas conforme denúncias dos moradores e associados da APES registradas em reportagens publicados na imprensa há tempos atrás. Esse tipo de ação vem sendo imputado aos “raizeiros”, que comercializam essas cascas nas feiras das cidades sem nenhum critério ou fiscalização da saúde pública que pudessem garantir a qualidade, propriedade e autenticidade dos produtos, muitas das vezes ludibriando a população com espécies não propícias ao consumo humano vendidas como medicinais para preparos em chá curativos.



Foto 6.8: Pequizeiro com casca retirada por “raizeiros”. No detalhe, brotação de muda natural protegida por estacas de marcação.



Foto 6.9: Outro exemplar com retirada radical de casca. Já dá sinais de perda de vitalidade. Ao fundo, Estação Celular com obras interrompidas.

Novamente, fez sol pela manhã. O dia de observação foi positivo fornecendo novas e importantes informações à pesquisa. Registraram-se algumas árvores caídas em decorrência de tempestade com chuvas e ventos muito fortes que atingiu a região na semana passada, causando estragos também em muitas das residências do Cruzeiro e Sudoeste.

Os catadores continuam acampados na área superior do parque. Esse grupo

dispõe de carroças rudimentares que utilizam na coleta de lixo nas RA. As atividades de seleção desse material desenvolvidas no local são perturbadoras do meio ambiente e oferecem riscos potenciais à saúde do grupo, por serem desprovidas de quaisquer critérios de salubridade e técnicas apropriadas para o seu manuseio. O lixo não aproveitado (lixo do lixo) é jogado à margem da área ocupada e, na maioria das vezes, queimado no próprio local com riscos iminentes de incêndios da vegetação, principalmente se a prática perdurar até a época de clima seco característico da região de cerrado, que se inicia em meados de abril, chegando até setembro com as primeiras chuvas de primavera. Parte do grupo utiliza-se de carroças tracionadas por cavalos que, normalmente, pastam na relva que circunda o parque, ampliando a área impactada tanto pelo pisoteio da vegetação, como pela introdução de parasitas e sementes de espécies invasoras transportadas nas patas.

Na Observação de nº 04, de 02/12/2003, realizada entre 9h40min. e 10h55min., o primeiro fato registrado foi a presença do casal de corujas guardando sua toca encavada no chão da área gramada limítrofe ao cerrado. Ao aproximar-se para registro fotográfico da cena, a que estava no chão, próximo ao buraco, voou para árvore próxima à rede elétrica de alta-tensão instalada na longitudinal sul da área do parque (Foto 6.11). Registrou-se a foto da que permaneceu pousada na estaca fincada próxima à entrada da toca (Foto 6.10). Preventivamente, sabia-se que o resultado do registro não seria de boa qualidade dado à distância e a falta de recursos do equipamento utilizado na ocasião. Porém não se furtou a mostrá-la, o pesquisador, por sua significância para a narrativa.

Durante o trajeto pode-se observar quatro árvores tombadas pela força do vendaval que varreu a região na semana anterior (26/11) e algumas outras com galhos quebrados também pela força dos ventos, inclusive os de uma sucupira que fica na margem norte do parque, na altura da Catedral Santa Maria dos Militares - Rainha da Paz, projetada por Oscar Niemeyer e localizada no Eixo Monumental, vizinha ao parque.



Foto 6.10: Vista panorâmica da área gramada, limítrofe à mata de cerrado ao fundo. Ao centro, curuja-buraqueira que habita o local.



Foto 6.11: Área gramada e área de cerrado. Em destaque a rede de alta-tensão que acompanha toda a margem sul do parque até a área próxima aos apartamentos.



Foto 6.12: Área lindeira ao parque, às margens do Eixo Monumental, utilizada para estacionamento de fiéis da igreja Rainha da Paz que aparece ao fundo.

Em função dessa proximidade, na última observação (25/11), verificou-se e registrou-se por fotografia (Foto 6.12), a utilização dessa margem do parque como estacionamento dos inúmeros veículos dos fiéis que, nos dias vinte e cinco de cada mês, acorrem àquele templo católico para celebrações especiais de cura.

Nesse dia de rotina, 09/12/2003, registrou-se no meio da visita, a presença de dois cães vira-latas na área superior do parque o que indicava a presença dos catadores e carroceiros nas imediações, que continuavam acampados naquela zona, trabalhando com a “reciclagem”. Os cães denunciaram por meio de latidos a presença “estranha” do pesquisador nas imediações, dominadas por eles.

Durante a andança nos deparamos ainda com um praticante de *trekking* na pista de barro batido longitudinal à cerca da Marinha, o que não é comum em função da própria presença dos invasores na área que inibe a livre circulação de transeuntes e corredores naquela parte do cerrado.

Na área superior do parque, onde funcionou a antiga usina de asfalto, foram constatados novos focos de lixo, dessa vez, de material característico de confecção de cortinas, tipo pontas de cabos de madeira para sustentação de cortinas, retalhos de tecidos e de pvc, acessórios específicos, etc. Na área central dessa zona havia restos de podas de árvores (abacateiro e ornamentais), possivelmente vindos de alguma residência do Cruzeiro Velho ou das áreas cultivadas junto aos apartamentos do Sudoeste, mantidas por moradores e zeladores de alguns blocos.

Mais abaixo, foram encontrados dois novos focos. Um junto à rampa de cascalho construída junto ao meio-fio da Via 6 para acesso de carroças e outros veículos à mata. Deixou-se no local um saco imenso (200 l) de folhas de árvores e podas de jardim (Foto 6.13) e muitos outros galhos maiores de palmeiras ornamentais e mangueiras espalhados pela área. Em contraponto, no mesmo instante foi avistado um beija-flor sobrevoando as flores de uma palmeira silvestre que desabrochava no local.



Foto 6.13: Saco de 200l, cheio de folhagens e restos de poda de plantas ornamentais, jogada num dos caminhos abertos no interior da mata. Ao fundo espécies típicas do cerrado.



Foto 6.14: Valão aberto para dificultar o acesso de veículos à mata, localizado na parte superior do parque, mais impactada. Ocorrência de lixo de oficinas mecânicas.

Mais adiante foram encontrados novos montes de escombros de construção com restos de tubo pvc, pedaços de telhas de barro e uma lona plástica amarela. Havia ainda, embalagem de porteiro eletrônico, possivelmente instalado numa das casas do Cruzeiro Velho.

O outro foco estava um pouco acima desse acesso, junto à divisa do parque com a área cercada da Marinha, onde foram depositados restos de materiais típicos de oficina mecânica (Foto 6.14), contendo vasilhames plásticos de óleo lubrificante, correias do motor, filtros de ar, juntas de motor quatro cilindros, vasilhames aerossóis de “Car 80” utilizado para limpeza de bicos injetores diesel, mangueiras de água de motor, entre outros.

Na parte de cima da poligonal, à leste, constatou-se ainda, um grande monte de escombros de piso cimentado verde jogado no local, chegando a atingir, num cálculo aproximado, 5 m³ de volume, e um aumento de lixo originário de oficinas mecânicas (Foto 6.15). Nesse dia, as observações iniciadas por volta de 09h36min. se estenderam até às 10h44min..



Foto 6.15: Detalhes de lixo residencial e de oficinas mecânicas, localizado na clareira da antiga usina de asfalto que funcionava no local.

Durante o cumprimento da sexta etapa de observações realizada em 16/12/2003, no intervalo entre 09h50min e 10h45min., se deparou com um novo panorama da área. Fazia um sol intenso nessa manhã de primavera. Percorreu-se o parque de bicicleta. A área contígua aos blocos de apartamentos havia sido roçada (Foto 6.16), possivelmente por máquinas (tratores) da Novacap a pedido da Administração do Sudoeste/Octogonal. A faixa de grama aparada ia desde o calçadão dos blocos até o limite da vegetação de cerrado (Foto 6.17), onde se destacam as estacas de demarcação das mudas plantadas no local nos vários mutirões realizados durante o segundo semestre.



Foto 6.16: Vista parcial da área replantada com mudas nativas, lindeira à mata original. Destaque para a sucupira-branca, símbolo do parque.



Foto 6.17: Vista parcial da área de cerrado limitado pela rede elétrica de alta-tensão, calçadão e via interna de acesso aos blocos de apartamentos.

São 10h e nesse início do percurso foi observado um zelador dos blocos próximos saindo do cerrado com uma enxada e um balde, possivelmente com terra retirada do local para utilizar em vasos de plantas e jardins dos prédios, fato costumeiro na área que já foi alvo de denúncia do presidente da APES em reportagem publicada na imprensa e registrada nesse trabalho. O zelador direcionou-se ao Bloco B2 e trajava um uniforme marrom e caqui caracterizando ser empregado de alguma empresa especializada em serviços gerais contratada daquele condomínio.

No instante em que se cruzava a Via R6 que separa o parque em duas seções distintas (leste e oeste), indo em direção à parte de cima, próxima ao Reservatório da Caesb, registrou-se, numa breve visada sobre o calçadão, o número de caminhantes e ciclistas que deles se utilizavam para essas práticas na área de influência do parque. Admite-se hipoteticamente que essa quantidade possa tipificar a situação do dia-a-dia, já que não fazia parte dessa etapa da pesquisa, uma avaliação mais criteriosa dessa condição. Eram duas mulheres de meia-idade caminhando juntas e conversando; duas outras empurrando carrinhos de bebê, possivelmente babás, dois homens jovens, correndo, e três ciclistas.

O casal de corujas que habitava o gramado às margens da mata não foi visto no local. Possivelmente foram espantados pelas atividades de roçagem mecânica do capim ali realizadas, ou tiveram sua toca bloqueada pelo tráfego das

máquinas, o que é lamentável sobre todos os aspectos, qualquer que tenha sido o motivo. Eram como símbolos da vigilância exercida sobre o parque, denotando também a existência de alimentos na área que faziam com que lá permanecessem por tanto tempo.

Na torre de telefonia celular instalada às margens da mata, que há duas semanas foi alvo de protestos dos moradores em função de obras de ampliação que ocorriam no local, se apresenta sem nenhuma atividade externa. Não foi constatado nenhum operário trabalhando na área cercada que protege a ERB. Alguns materiais e equipamentos de construção permanecem no local.

Já, na área superior do parque ocupada pelo “lixão”, parece que catadores e carroceiros avançaram, cerrado adentro, instalando novas barracas de lona preta, ampliando a área destruída pela atividade. Nesses caminhos, nos deparamos com um cachorro branco deitado à sombra de uma árvore, próximo à área antiga tomada pelo lixo já “processado”. Nesse momento, havia três homens na atividade, com uma carroça. Foi possível ouvir, nesse trajeto, o canto de vários pássaros: são bem-te-vis, cambaxirras e tizis. Foi avistado um par de tesourinhas pousado tranqüilamente no galho de uma árvore de frente a área da antiga usina. Não foi constatado nesta zona específica, nenhum novo foco de lixo. Às 10:24h foi apontado na caderneta de registros que, na área abaixo do acampamento antigo dos carroceiros, que fica a mais ou menos 30 m deste, surgiu uma nova barraca de lona alaranjada, do tipo utilizado por caminhoneiros para a proteção de cargas, de feitura mais estruturada que as demais, do acampamento.

Durante todo o trajeto, foram observadas outras quatro árvores tombadas pela força dos ventos ocorridos no final de novembro e outras tantas, de porte, com galhos quebrados. Uma delas, na área próxima à Igreja Rainha da Paz, dá sinais de que não resistirá em função de grande parte de suas raízes estarem expostas sobre a terra, diferentemente de um pequizeiro próximo que, pela trajetória do tronco, deve ter sofrido do mesmo mal (Foto 6.18), porém conseguiu permanecer vivo e frutificando, apesar das agressões sofridas ao longo dos anos que lhe deixaram sulcos de iniciais de nomes no tronco.

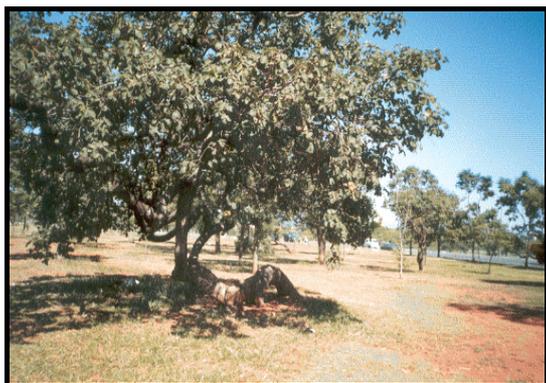


Foto 6.18: Pequizeiro do lado norte do parque, que apesar de tombado, retomou o prumo e permaneceu frutificando.



Foto 6.19: Uma das poucas placas educativas existentes no entorno do parque, caída. Ao fundo, aspectos do cerrado local.

Nesta zona, uma das poucas placas de sinalização colocadas na periferia do mata (Foto 6.19), tinha como legenda: “Não jogue lixo, não ateie fogo e preserve o cerrado”, se desprendeu ou foi arrancada do seu mastro por desocupados, porém continuava no local, tentando cumprir o papel de educar e sensibilizar a população que por ali transita, agora ao pé do mastro.

As observações do local sofreram breves hiatos durante as festas de final de ano e no início de 2004, sendo retomadas em seguida, sem prejuízos para as análises finais do trabalho. Nenhum fato novo foi anotado, diferente dos registrados anteriormente que pudessem interferir nos rumos da pesquisa. Um dos últimos registros refere-se ao mutirão realizado no dia 25 de abril em comemoração ao primeiro aniversário da Associação. As fotografias a seguir mostram cenas desse dia de trabalho duro e de confraternização.



Foto 6.19: Grupo de escoteiros se preparando para o dia de limpeza.



Foto 6.21: Voluntários reunidos sob a sucupira símbolo do parque.



Foto 6.22: Escoteiros limpam área próxima ao Eixo Monumental no dia do mutirão.



Foto 6.23: Mutirão de aniversário. Em destaque, sacos cheios de lixo recolhido na área interna do parque.

Estão expostas ainda, algumas imagens de flagrantes da beleza cênica da área que ainda resiste à gama de agressões. Elas ajudam a amenizar a narrativa e trazem alento aos voluntários que lutam pela preservação do lugar.

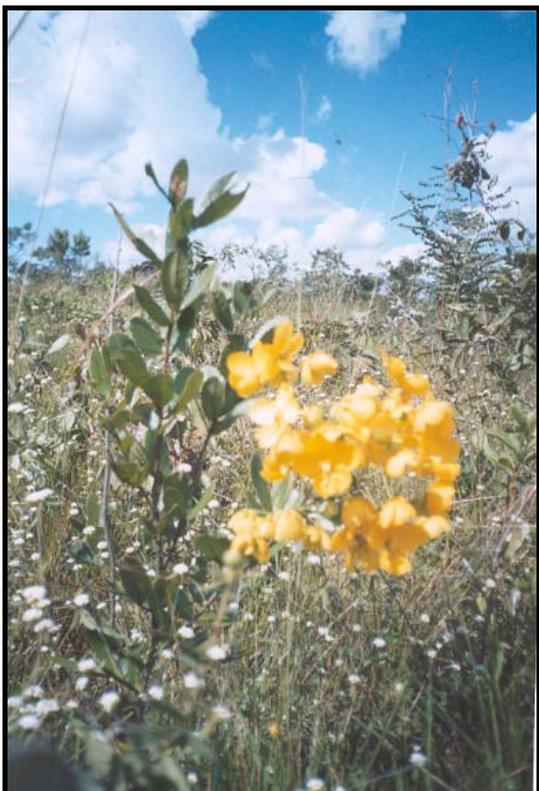


Foto 6.24: Detalhes da floração de arbustos ainda não inventariados (1).



Foto 6.25: Detalhes da floração de arbustos ainda não inventariados (2).



Foto 6.26: Detalhes da floração de arbustos ainda não inventariados (3).



Foto 6.27: Detalhes da floração de arbustos ainda não inventariados



Foto 6.28: Beleza cênica da área. Ao fundo, associados da APES no dia do mutirão.



Foto 6.29: Árvores que sofreram a ação de queimadas. No detalhe, diversidade de floração local.

CAPÍTULO 7 – CARACTERIZAÇÃO DO LIXO LOCAL

Dentre os vários problemas, levantados por ocasião das observações realizadas na área devidamente relatadas e ilustradas por fotografias produzidas naquela oportunidade, o mais significativo, considerando-se os impactos causados e a dificuldade em se produzir soluções eficazes para combatê-los em curto prazo, sem dúvida é a questão do lixo.

Conforme se pôde perceber no capítulo anterior as principais características do lixo encontrado na área do parque são as inerentes aos resíduos residenciais e comerciais caracterizados por sacos e sacolas plásticos; jornais e revistas; embalagens plásticas e de papelão de variados tipos; toda sorte de materiais descartáveis utilizados em festas e bufê como pratos, copos e talheres, garrafas *pet* (o sinal dos “novos tempos”), garrafas de bebidas alcoólicas; frascos de remédio; roupas do vestuário, lençóis e cobertores; carpetes e piso paviflex; sobras de poda de árvores, grama e podas de plantas ornamentais, troncos e galhos, sacos de grama e de folhagens, vasos de plantas quebrados, entre outros. A área é utilizada também para descarte de variadas matérias orgânicas, inclusive de carcaças de animais domésticos.

Outro grande grupo de resíduos sólidos ali depositados é o constituído por restos de materiais de construção e entulhos. São sobras de azulejos, cerâmicas, argamassa, gesso, vidros planos, sobras de madeiras aparelhadas, latas de tinta, ferragens e até lajes inteiras dos tempos da construção dos prédios do Setor Sudoeste; utensílios utilizados em pequenas reformas dos imóveis, como lixas, espátulas, desempenadeiras, pincéis, fechaduras, dobradiças, pregos, fios elétricos, sisal, barbantes, fitas autocolantes; embalagens variadas de cimento e rejunte; tampas de sanitário, peças de descarga, restos de tubos pvc, peças sanitárias e outros materiais típicos de pequenas reformas.

São encontrados ainda, materiais característicos de oficinas mecânicas e eletrônicas como embalagens plásticas e latas de óleos de motor, solventes e graxa; estopas, embalagens de papelão de peças; peças velhas como correias,

pastilhas de freio, filtros de óleo, de combustível, de ar, mangueiras de motor de todos os tipos e tamanhos; aerossóis de limpeza e lubrificação de motores; carcaças de pára-choque e painéis; calotas, pneus; placas eletrônicas, componentes e acessórios de microcomputador, monitores inteiros, teclados, chicotes de fiação, carcaças de impressoras, etc.

Foram constatadas ocorrências de utensílios domésticos e móveis como sofás velhos, mesas e cadeiras de madeira e pvc, bancos; quadros, molduras e pequenas peças de decoração; brinquedos variados; carcaças de geladeira e máquinas de lavar, partes de eletrodomésticos como ventilador, ferro-elétrico, rádios, abajures, entre outros.

Sobre essa questão específica, Francisco Luiz Rodrigues⁸⁴ ao discorrer sobre o tema “Limpeza Pública” no III Seminário Internacional de Direito Ambiental realizado no auditório do Superior Tribunal de Justiça - Brasília, em maio de 2001, previa que “se não houver uma coleta adequada dos resíduos volumosos, descartados no dia-a-dia, que não são levados pela coleta pública, como mesas, cadeiras, pedaços de telhas, troncos de árvores serão lançados em locais indevidos e de difícil retirada”. Para ele, a Administração, dentro de um planejamento, deve oferecer opções ao morador para o descarte desses restos por meio de operações conhecidas como “cata bagulhos” ou por meio de instalações fixas e construídas especificamente para esse fim, denominadas “ecopontos”, que seriam amplamente divulgados junto à população do seu entorno.

Uma experiência, insipiente ainda, voltada para o recolhimento de materiais descartáveis começa a surgir por iniciativa de alguns hipermercados da cidade que, em parceria com seguimentos da indústria, têm instalado depósitos e *containers* nas áreas de seus estabelecimentos para o recolhimento de materiais recicláveis, como é o caso das embalagens *pet* de certa marca de refrigerantes, retribuindo o consumidor com descontos nas lojas, proporcionais ao volume ali depositados.

⁸⁴ Francisco Luiz Rodrigues: Engenheiro Civil e Sanitarista, Responsável Técnico da Intranscol S/A – Coleta e Remoção de Resíduos, São Paulo/SP.

7.1 – AS FONTES

7.1.1 - Entulho ameaça o meio ambiente

As principais fontes produtoras do lixo encontrado na área são as identificáveis no relato anterior. Algumas delas são produzidas por parcelas de moradores locais pouco sensibilizados com a problemática ambiental que aflige a maioria das cidades modernas. Essa população continua a consumir em excesso e a produzir lixo em quantidade, com a agravante de descartá-lo sem nenhum critério, especialmente aqueles que, normalmente, não fazem parte da coleta regular patrocinada pelo poder público. Em função disso, demandam custos extras de remoção que, via de regra, são de responsabilidade dos próprios moradores, sendo-lhes mais cômodo e barato o descarte no “terreno baldio” mais convenientes, longe dos olhares da fiscalização.

De mesma forma acontece com parte dosicineiros e comerciantes instalados próximo à área que produzem um tipo de lixo específico, não recolhido diariamente, cujo descarte também demanda custos adicionais sendo mais fácil jogá-los em locais públicos das proximidades, como é o caso da área limítrofe ao parque.

Dentre as fontes produtoras de degradação ambiental local, identificadas na presente pesquisa, a mais contundente, conforme apresentado, é a atividade de seleção do lixo coletado na região por grupos de carroceiros e catadores autônomos que vem provocando danos profundos na vegetação de cerrado, de forma continuada que, a cada dia, torna mais difícil e onerosa sua recuperação.

Fatos noticiados na imprensa⁸⁵ dão conta de que os 65 parques ecológicos do DF se transformaram em depósitos preferenciais do entulho de pequenas obras de construção civil. O movimento de carroças e caminhões despejando restos de concreto é freqüente nos cerca de 5,8 mil hectares de áreas protegidas.

⁸⁵ Mais precisamente no Jornal de Brasília, disponível <http://www.reciclaveis.com.br/hist/reci.htm>, em “Notícias e Destaques”, acessado em 06/12/2003.

O que dizer das áreas remanescentes de cerrado que não se encontram dentro dos limites das poligonais desses parques, como o caso da “nossa” área. “Esse problema é tão grave que teremos de cercar tudo e aumentar a fiscalização”, afirma o coordenador da Comissão Permanente de Parques Ecológicos do DF, Enio Duarte, na reportagem.

“O entulho de construção é outro problema urbano sério, que, em muitas cidades, representa, em peso, quantidades iguais ou maiores que as de resíduos domiciliares” observa Francisco Luiz Rodrigues (2002). O sanitarista lembra ainda da alternativa adotada por algumas cidades que permitem que a iniciativa privada realize a coleta desses resíduos por meio de caçambas sem, no entanto, fiscalizarem todo o processo:

A coleta de entulho por meio de caçambas colocadas nas ruas, a qual em muitas cidades, já é feito pela iniciativa privada, o que causa uma série de problemas, até mesmo de acidentes, e, o mais grave, para onde é levado entulho recolhido em área urbana? A prefeitura teria a obrigação de disciplinar essas questões, pois essas áreas são passíveis de impacto ambiental já que os materiais são ali depositados sem qualquer controle. (III Seminário Internacional de Direito Ambiental, 2002, pág. 137).

Desde janeiro do ano passado, uma resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) determina que o entulho da construção civil seja reciclado. Ela estabelece prazos para adaptação, fixando janeiro de 2005 como data limite para o reaproveitamento dos resíduos, cabendo à legislação local a regulamentação.

No DF, a Lei 3.234, de 16 de dezembro de 2003, da deputada Eliana Pedrosa (PFL), determina a criação de centros de reciclagem em cada uma das 21 regiões administrativas. “O objetivo é evitar que a população jogue os restos das obras em qualquer área”, observa a distrital. Segundo a citada reportagem do Jornal de Brasília, atualmente, apenas o aterro da Estrutural poderia receber esse tipo de entulho o que, em função das grandes distâncias para a maioria das

cidades-satélites, facilitaria a ação de empresas clandestinas que cobram valores menores para o serviço de recolhimento e transporte e despejam os entulhos em áreas de preservação ambiental mais próximas das origens. Na opinião do então secretário de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Jorge Pinheiro, o espaço disponível na Estrutural está perto do limite. “Em pouco tempo, não teremos mais local para despejar o entulho”, revela. Acredita que quatro áreas seriam suficientes para atender a demanda. Segundo dados do Serviço de Ajardinamento de Limpeza Urbana (Belacap) revelados por aquela fonte, a população do DF produz 2,4 mil toneladas de lixo por dia, das quais cerca de 40% (600 toneladas) são restos de entulho de obras. Desses, apenas 15 toneladas são recolhidos pelo serviço e levados para o aterro da Estrutural. O resto pode acabar servindo de abrigo para o mosquito da dengue, ratos e escorpiões, afirma o diretor do órgão.

Com relação aquele aterro, o presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara Legislativa, deputado Chico Floresta acompanhado da deputada Eliana Pedrosa declarou, após visita ao local no último dia 14 de junho (2004), que “O lixão da Estrutural está esgotado”, conforme noticiou recente reportagem veiculada no CorreioWeb.

7.2 – IMPACTOS E SOLUÇÕES

Pensando-se globalmente o problema, a solução para a degradação ambiental provocada pelo lixo e entulho jogados em locais inapropriados está na aplicação de novas tecnologias de produção e uso racional dos insumos, no combate ao desperdício dos recursos naturais e na reciclagem dos resíduos sólidos produzidos pelos vários seguimentos da indústria, comércio e consumidores.

Ao se pensar localmente, mas especificamente na área do parque, a solução para esses problemas passa necessariamente pela imediata interrupção das atividades dos catadores que insistem em ocupar a área superior da poligonal para a seleção do lixo recolhido nas RAs. Quanto às atividades dos carroceiros que prestam serviços de coleta e transporte de escombros de construção e outros

materiais descartados pela população, necessitam de uma interferência urgente por parte das Administrações no sentido de disciplinar a atividade, oferecer alternativas de descarte à população e destinar área de transbordo propícia para a esse fim, se for o caso, para uso dos carroceiros, que não sejam as áreas de cerrado, como normalmente acontece em todo o DF.

Uma vez vencida essa primeira e fundamental etapa, a área poderia ser “atacada” pelos moradores, escoteiros e associados da APES com mutirões de limpeza, a exemplo do que ocorreu e ainda ocorre com a área defronte aos prédios de apartamentos, onde a incidência e a ocorrência do problema já é reconhecidamente menor. Nessas atividades realizadas nos feriados e finais de semana, os voluntários adentravam a mata a procura de focos de lixo e entulhos, geralmente por trilhas já abertas na vegetação, preferidas pelos “invasores” para o descarte dos resíduos. Uma vez identificados, o material era recolhido com pás, ancinhos ou com as mãos enluvadas para que causassem o mínimo de impacto na vegetação. Numa etapa seguinte, os resíduos eram ensacados e transportados em carrinhos-de-mão, até às margens da mata onde formavam grandes pilhas a serem recolhidos por caminhões do serviço de limpeza pública, durante a semana. Com essa prática, minuciosa e regular, conseguiu-se minimizar a ocorrência de lixo e escombros na parte inferior da poligonal, bem como inibir novas práticas. Isso possibilitou o repovoamento das áreas degradadas, bem como o fechamento de passagens de veículos por entre a mata, existentes no local.

Na área superior, além desse serviço “cirúrgico” de baixo impacto, se faz necessário a presença do poder público (Administração, Novacap) com mão-de-obra específica, máquinas e caminhões, para uma limpeza mais pesada. Porém, preferencialmente, sob a supervisão dos moradores para que o recolhimento dos resíduos não cause tantas perturbações nas áreas periféricas, como as provocadas pela raspagem do solo e retirada de vegetação, por vezes desnecessárias, como já ocorrida e denunciada pelo presidente da APES, em várias ocasiões.

É grande a quantidade e a variedade dos resíduos ali descartados, muitos deles reutilizáveis se selecionados com técnica e destinação devida. Um bloco de concreto jogado a céu aberto, por exemplo, impede a infiltração de água no lençol freático. Reciclado, porém, ele pode virar matéria-prima em composição asfáltica. Ao considerar o potencial econômico dos materiais recicláveis descartados no lixo, Sabetai Calderoni⁸⁶ (2002), afirma que “o papel é o material sempre na liderança desse processo e é o mais importante em termos de volume, portanto também em termos de ganho econômico. O plástico ganhará um potencial maior no futuro”.

Como bem observou Marijane Lisboa⁸⁷ ao discorrer sobre “A convenção dos poluentes orgânicos persistentes”, no III Seminário Internacional de Direito Ambiental (Brasília, 2002), “a reciclagem é apenas uma terceira ou quarta opção depois de seguirmos esse caminho: a eliminação, a redução da geração de lixo e a reutilização dos materiais” e explica:

Porque uma política meramente de estímulo a reciclagem pode levar, cada vez mais, a um desperdício maior e a uma cultura dos descartáveis: descartamos, desperdiçamos e depois reciclamos; então, não há problema, certo? Em vez de fabricar copinho de plástico, de casco que dure um ano, máquina de lavar que quebra depois de um ano etc., fabriquemos objetos que durem muito, para não precisarmos ficar jogando fora a cada ano e gerando todos os problemas relativos a transporte, reciclagem etc. (III Seminário Internacional de Direito Ambiental, Brasília 2002, pág.162).

No caso específico dos entulhos de construção, o simples planejamento e o gerenciamento da obra seriam suficientes para evitar grandes sobras de material, o que reduziria os custos e o impacto sobre o meio ambiente, afirma a pesquisadora de resíduos sólidos da UnB Izabel Zaneti, em reportagem do JBr.

⁸⁶ Sabetai Calderoni: O Desperdício do Lixo, in III Seminário Internacional de Direito Ambiental – Série Cadernos do CEJ - Centro de Estudos Judiciários; v. 21, do Conselho da Justiça Federal. Brasília, CJF, 2002, p. 122. O conferencista é Economista, Doutor em Ciências pelo Núcleo de Políticas e Estratégias da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

⁸⁷ Marijane Lisboa é Diretora Executiva da Greenpeace/Brasil e Professora de Relações Internacionais da PUC – SP.

“O desperdício é o maior problema; as pessoas acabam comprando material em excesso”, comenta. Além disso, a pesquisadora aconselha o acompanhamento do local onde se despeja os entulhos. “O custo ambiental é muito grande”, completa. “Toda a sociedade se beneficia do aumento da consciência ecológica”, afirma Izabel Zaneti.

7.2.1 - Sobras recicláveis

Estudos revelam que se houvesse um programa de reciclagem, cerca de 70% dos resíduos de obras poderiam ser reaproveitados. E o que resta de um empreendimento pode, na realidade, tornar-se insumo para a própria indústria da construção civil: nos canteiros de obras das grandes incorporadoras, é cada vez mais comum à separação das sobras de material por categoria, registra aquela reportagem. “Com uma pequena orientação aos funcionários, é possível reaproveitar quase todos os resíduos de uma obra”, informa o diretor do Sindicato das Empresas de Construção Civil do DF (Sinduscon), Roberto Cortopassi. Segundo ele, a única exigência é a separação correta do material. “O aumento de custo é zero; o ganho, excepcional”, comenta. A economia com uma peça produzida a partir de material reciclado, chega, em média, a 40%. A busca pela redução de custos e pelo aumento da eficiência levou o Sinduscon (Sindicato da Indústria da Construção) a criar o programa “Entulho Limpo”, em parceria com a Universidade de Brasília (UnB). Atualmente, os produtos reciclados de nove construtoras são usados para fabricar blocos de concreto, tubulações de águas pluviais, artefatos de cimento e material de pavimentação asfáltica. “Ainda não temos grande escala, mas estamos negociando com a Novacap para fornecer matéria-prima para a recuperação das avenidas”, adianta Cortopassi. São as pesquisas e soluções que se apresentam no momento.

7.3 – COOPERATIVAS DE CATADORES

Quando da visita ao parque a deputada Eliana Pedrosa, ao afirmar que aquela era uma área fantástica no coração de Brasília ainda com o cerrado preservado e, por outro lado observar que ela vem sofrendo degradação pela ação dos catadores de lixo que se abrigam no local, disse que era sua intenção

unir esforços da comunidade visando a preservação da área ao mesmo tempo em que proporcionaria a essas comunidades, condições para viverem do lixo sem causar degradação ambiental.

Na mesma ocasião, representante da Administração Regional informou aos visitantes, que estavam dispostos a se integrarem nessa luta e que já havia começado um trabalho para organizar os carroceiros. Disse que a Administração pretendia fazer uma parceria com o grupo, recolhendo as sobras de lixo que não se prestassem à reciclagem. “Nós vamos fazer um trabalho nos moldes do que está sendo feito em Santa Maria”, dizia a assessora da RA, que se comprometeu a retirar a sujeira do local e que estaria disposta organizar os carroceiros para que a atividade no cerrado fosse interrompida. A Deputada concorda.

A Assessora da RA XXII, analisando a situação dos carroceiros, discorre sobre o programa recém implantado em Santa Maria que emplacou as carroças, facilitando a identificação e a fiscalização das atividades. A cidade foi a primeira a colocar em prática a Lei nº 1.553 que prevê o registro, o licenciamento e emplacamento das carroças. O objetivo da Lei é melhorar o trânsito nas vias públicas, fiscalizar onde os carroceiros estão jogando os entulhos e lixos e oferecer mais seguranças aos usuários. A RA do Sudoeste/Octogonal vai começar um trabalho de identificação dos carroceiros da região, segundo a assessora.

7.4 – COLETA SELETIVA

Ao proferir palestra sobre “Limpeza Pública”, Francisco Luiz Rodrigues (2002) confessa a dificuldade em se tratar do assunto no Brasil em função da falta de controle sistemático do Estado sobre a atividade. Diz ele:

Normalmente, não se tem controle algum dos serviços de limpeza no Brasil, e essa é a grande dificuldade que encontramos quando vamos realizar algum estudo para a obtenção de dados e informações sobre a atividade, sejam eles sobre quantidade, classificação de resíduos, a própria coleta seletiva, ou seja, quantos

carrinheiros informais existem em uma área urbana. Para onde são encaminhados esses resíduos, quais são e em que condições se encontram os depósitos? (III Seminário Internacional de Direito Ambiental, 2002, pág. 134).

“Dos trabalhos de coleta seletiva de capitais que conheço” comenta o conferencista, “o que achei mais abrangente e consolidado é o de Porto Alegre, onde estive em janeiro de 2000” (Rodrigues, 2002, pág. 145). “Essa tarefa teve uma função muito nobre em termos de resgate da cidadania das pessoas” afirma, “que, praticamente, não tinham atividade alguma e até então nunca tiveram chance de serem inseridas no mercado de trabalho”, conclui o sanitarista. (Rodrigues, 2002, pág. 145).

Segundo admitiu o então Secretário de Meio Ambiente do GDF, Jorge Pinheiro, em entrevista à rádio CBN, no último dia 15/06/2004, a coleta seletiva no DF está em situação precária. Apenas de 15% a 17% do lixo recolhido é reciclado “deixando a desejar” nesse aspecto. Segundo sua avaliação faltam caminhões e equipamentos adequados para a realização dos serviços e a Belacap não está preparada para realizá-lo. O lixo separado nos containeres da Asa Sul e em alguns condomínios é coletado sem nenhum critério e somente pequena parte é separada e reaproveitada posteriormente em cooperativas de catadores. Segundo denúncia de um ouvinte do Sudoeste que participou do programa, “os moradores do condomínio embalam separadamente cada tipo de lixo e o caminhão da Belacap coleta tudo junto”. Um outro da Asa Sul disse que os moradores da quadra “separam o lixo nos containeres e os catadores rasgam as embalagens, colhem o que lhes interessa e misturam todo o restante de novo”.

Na mesma oportunidade foi convidado a falar sobre o assunto, o representante do Fórum de ONGs Ambientais do DF, Luiz Mourão, observando que a coleta seletiva é apenas um dos pilares dessas ações de preservação do meio ambiente. Na sua opinião é necessário que o poder público ponha em prática uma política ampla de redução do consumo e que a partir de um planejamento integrado, possa diminuir, por conseguinte, a produção de lixo. Na seqüência, se passaria à reciclagem e reutilização dos materiais, contando

para isso com um amplo programa de educação ambiental voltada para o consumidor. Essas ações, com adoção de padrões minimamente sustentáveis seriam implantadas nas escolas por meio de cartilhas, como fez o governo de São Paulo, diz. O convidado observou ainda que em função do alto padrão de IDH da população, o DF gera muito lixo. Para ele faltam políticas públicas que possam planejar a atividade como um todo, estudando a geração, o acondicionamento e o descarte do lixo, da água, dos esgotos. Segundo o ambientalista, “tem que haver uma integração de propósitos”. Diz ele: “De nada adianta novas tecnologias”, como as anunciadas na reportagem pelo Secretário “sem uma coordenação dos propósitos”. Para ele, “a coleta seletiva iniciada há quatro anos encontra-se abandonada e o trabalho de conscientização da população está praticamente perdido, porque caiu em descrédito”. Por erros de condução do programa por parte do governo, o sistema conta hoje com usinas que não funcionam, denuncia Mourão.

O então Secretário de Meio Ambiente falou ainda dos entulhos de construção para o que devem ser criados lugares adequados que não sejam longe da cidade, porque “os carroceiros acabam jogando tudo pelo caminho e nos terrenos baldios”. Concorde que o lixão da Estrutural deva ser desativado, e que já está estudando outras três áreas, em conjunto com o IBAMA em função dessas áreas se inserirem em APAs, para a instalação de aterros sanitários.

Segundo a colunista da WebDaqui, Kátia Marsicano⁸⁸, ao discorrer sobre a necessidade de se insistir nos procedimentos de coleta seletiva do lixo na cidade visando à “proteção do meio ambiente e a sustentabilidade do planeta”, afirma que é grande o número de brasilienses que ainda não acredita na coleta seletiva, porque esse foi um programa de governo que, como determinadas leis, “não pegou”. E pergunta: “O que impede que cada um de nós, independente do que faz ou deixa de fazer o governo, assumamos nossa parte?” Diz que mesmo que o caminhão da Belacap recolha tudo junto – lixo seco, lixo orgânico – “em algum momento desse processo um catador vai aparecer para tentar separar o que você não fez em casa”. Mesmo que seja em seu destino final, num lixão.

⁸⁸ Kátia Marsicano, é colunista de Meio Ambiente do sítio <http://www.webdaqui.com.br/canais/sociedadecivil/coluna>, acessado em 03/12/2004.

Por ocasião de visita realizada ao lixão da Estrutural, no último dia 14/06/2004, o deputado Chico Floresta, após uma avaliação da situação, o considerou esgotado e sugeriu a implantação de aterros sanitários como alternativa, citando as experiências bem sucedidas nos municípios de Belo Horizonte e Porto Alegre: “Estas cidades possuem aterros, onde o lixo passa por uma triagem para separação e reciclagem. Este trabalho é feito pelos catadores, que tem a devida proteção para o serviço. E o chorume é recolhido por uma rede de esgotos”.

Na mesma visita, a Comissão de Meio Ambiente da Câmara propôs a ampliação da coleta seletiva para diminuir a quantidade de lixo naquele depósito até a implantação definitiva de um aterro, o que levaria cerca de dois anos, segundo avalia a reportagem do CorreioWeb, presente na oportunidade. A Comissão procura por novas tecnologias usadas no tratamento do lixo e irá levar o problema aos ministros das Cidades e da Ação Social do Governo Federal.

Segundo Sabetai Calderoni⁸⁹ (2002), “no Brasil, a taxa de reciclagem média (...), é de 20% em termos de valor econômico considerando-se apenas a fração seca do lixo domiciliar urbano, chegando a um 1,2 bilhão de reais por ano, com possibilidades de atingir 5,8 bilhões de reais”. Para ele, no Brasil, o setor privado é o agente principal do processo de reciclagem. O processo é comandado pelas indústrias que envolvem sucateiros e uma ampla gama de catadores e de carroceiros a quem chama de “carrinheiros”, “a cujo convívio estamos habituados a muitos anos”. “Em Curitiba” afirma, “existe o maior programa de coleta seletiva do País – 220 t/dia, o que corresponde a 20% do lixo municipal (...), mas que ainda deve ser aperfeiçoado, nessa segunda fase, como maior inclusão social e maior inclusão econômica”. Afirma o conferencista que “as indústrias fixam um preço – que é um sinal para os sucateiros iniciarem o recrutamento de milhares de catadores e de *carrinheiros* – e, em função desse preço, conseguem 1,2 bilhão de reais todos os anos, faltando ainda, 4,6 bilhões da reciclagem dessa fração

⁸⁹ Sabetai Calderoni – O Desperdício do Lixo, in III Seminário Internacional de Direito Ambiental – Série Cadernos do CEJ-Centro de Estudos Judiciários; v. 21, do Conselho da Justiça Federal. Brasília, CJF, 2002, pág. 122). Sabetai Calderoni: Economista, Doutor em Ciências pelo Núcleo de Políticas e Estratégias da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

seca no Brasil, e 800 milhões, no caso do Município de São Paulo”. “Quem ganha com esse processo é a indústria, pois é quem mais leva vantagem com a reciclagem no Brasil. Cerca de 2/3 dos ganhos que a reciclagem pode proporcionar são atribuídos ao setor industrial e apenas 1/3 é dividido pelas prefeituras, pelos catadores, pelos “carrinheiros” e pelos demais agentes sucateiros envolvidos nesse mercado”.

Para trazer luz de atualidade a esse relato, registramos dados de nota publicada na revista *Veja*⁹⁰, sobre a reciclagem de latinhas de cerveja, sucos e refrigerantes que nos últimos anos viraram vedetes da reciclagem no Brasil, em função da multiplicação dos catadores dessa linha específica de recicláveis ocorrida em todas as cidades do país. A nota da conta de que, pela terceira vez consecutiva, o Brasil aparece no topo do *ranking* dos países que mais reciclam latas de alumínio, 89% de reaproveitamento, segundo dados inéditos fornecidos pela indústria. O segundo lugar é do Japão, com 82%, seguido dos Estados Unidos com 50%. Essa é, segundo a nota, um mercado que não dispõe de leis que o regulem no país, do qual milhares de brasileiros colhem o pão de cada dia. O jornalista conclui ironicamente dizendo que “é um exemplo de atividade que dá certo sem palpites do governo”.

Além do problema do lixo ora analisado outro fator de incômodo para os moradores locais é a torre de telefonia celular, em função de sua localização lindeira ao parque e ao impacto visual e supostamente, aos problemas de saúde em função das transmissões de ondas eletromagnéticas que interferem no bem estar desses moradores, mais detidamente descritos no capítulo a seguir.

⁹⁰ Veja: Editora ABRIL – edição 1.861 – ano 37 – nº 27, 7 de julho de 2004. Nota da coluna Radar, de Lauro Jardim, sob o título Brasil.

CAPÍTULO 8 – A ESTAÇÃO RÁDIO BASE

A Associação Parque Ecológico das Sucupiras (APES-DF) protocolou ofício no dia 19 de agosto de 2003, assinado por seu presidente, Fernando de Castro Lopes, junto à Ouvidoria da Região Administrativa XXII, Sudoeste/Octogonal com denúncia sobre uma movimentação anormal de operários e equipamentos na torre de transmissão da Americel localizada em frente aos blocos percebida por um grupo de moradores e associados reunidos no Bloco B3 da Quadra 8, no último domingo 17. Havia informação de que se tratava de uma ampliação daquelas instalações para a colocação de outra torre ainda maior do que a existente no local.

Constava do documento que a comunidade, com justa razão, manifestava sua preocupação com as obras realizadas em frente aos prédios de apartamento e citava para tal, várias razões, dentre elas, o fato de a Administração não ter conhecimento da obra. A Associação solicitava, portanto, via ofício, esclarecimentos da empresa em função da natureza dos serviços que envolvem a transmissão de ondas eletromagnéticas o que pode ocasionar, segundo informações correntes, prejuízos à saúde e ao bem estar dos moradores das proximidades. Concluindo, o grupo se posiciona dizendo que o mais desejável é que nenhum equipamento deste tipo fosse instalado ou permanecesse próximo àquelas residências.

O assunto evoluiu nas discussões da comunidade, assim como as obras de ampliação da torre que transcorriam em ritmo acelerado, inclusive no período noturno e finais de semana, até que foram interrompidas, na fase da fundação da base da torre, bem antes de sua conclusão.

No dia 02 de dezembro de 2003, entre 08h e 09H30min., aquelas instalações foram alvo de um relato produzido em forma de “Observação Sistemática” realizada pelo pesquisador como parte da estratégia de recolhimento de informações sobre o tema que pudessem embasar a fundamentação da presente exposição. Nessa ocasião estava programada uma reportagem a ser

produzida pela Rede Globo de Televisão, para veiculação no DFTV daquele dia sobre as obras de ampliação da torre em função da denúncia fundamentada em consulta ao poder público, devidamente protocolada pela APES na Administração, na oportunidade em que o assunto poderia ser debatido pela comunidade interessada.



Foto 8.1: Torre de Telefonia Celular instalada às margens da área do parque, próxima aos apartamentos da QRSW 8, Sudoeste.

Como se pode perceber na imagem ao lado (Foto 7.1), a Torre de Telefonia Celular da Americel está localizada em frente aos blocos da QRSW do Sudoeste, separados apenas pela via de acesso à área residencial daquele setor. Foi erguida sobre a faixa verde lindeira ao parque cujas primeiras árvores nativas aparecem ao fundo das instalações. Esse relato envolve aspectos técnicos do episódio que motivou a denúncia sobre a suposta instalação e funcionamento irregular da Estação Rádio Base (ERB) naquele local, bem como suas posteriores obras de ampliação, logo interrompidas, ao que tudo indica, por decisão judicial até que a questão legal seja

analisada pelos órgãos competentes. A ERB⁹¹ já funciona a mais de um ano e encontrava-se em obras de reforço da base para possível ampliação da capacidade de transmissão com a instalação de mais antenas em sua torre única.

Estavam presentes na manifestação registrada pela equipe de TV: o síndico

⁹¹ Estação Rádio Base é o conjunto dos equipamentos utilizados para a transmissão de sinais de telefonia móvel celular. Serviço móvel celular é o serviço de telecomunicações móvel terrestre, aberto à correspondência pública, que utiliza sistema de radiocomunicações com técnica celular, interconectado à rede pública de telecomunicações, e acessado por meio de terminais portáteis, transportáveis ou veiculares, de uso individual, informações disponíveis no sítio da ANATEL, http://www.anatel.gov.br/comunicacao_movel/smc, acessado em 19/06/2004.

e moradores do Bloco B4 que fica defronte à torre, diretores da APES e os associados Deize, Ronaldo Sobral e o pesquisador e representantes da Associação de moradores e da Prefeitura Comunitária. Foram entrevistados, na oportunidade, o presidente do Conselho de Moradores do Sudoeste e membro efetivo da APES, Elber Barbosa; o presidente da APES, Fernando Lopes e a representante dos moradores locais, Maria Marques.

Na reportagem, Elber, representando a comunidade do Setor Sudoeste enfocou a condição inicial de instalação da estação naquele local, tida como juridicamente irregular, por não ter havido concessão formal para a sua construção por parte da Terracap - companhia estatal, responsável pelo terreno. Elber destacou como pontos nebulosos da implantação da estação, a falta de audiência pública para consulta aos moradores da área; o distanciamento da estação para os apartamentos, que é menor do que os 30 m regulamentares; e o completo desconhecimento de sua existência por parte das Administrações Regionais do Sudoeste e do Cruzeiro, conforme consulta levada a cabo pelo denunciante.

Já, Fernando Lopes, presidente da APES, baseou seus questionamentos nos riscos potenciais para a saúde dos moradores dos apartamentos próximos à torre que se submetem à exposição das ondas eletromagnéticas emitidas pelas antenas da estação durante o tempo em que está funcionando. Levando em conta a condição de total irregularidade do processo de construção e ampliação da obra, argumentou que, se diante desses fatos obscuros a empresa responsável pelas instalações mereceria crédito da população para a venda de produtos e serviços. Registrou também a poluição visual que a edificação causa no ambiente local, já que de um lado ficam os blocos de apartamentos e do outro a mata de cerrado, objeto da luta pela preservação do ambiente natural local.

Por outro lado, “Maria do Cerrado”, moradora do Bloco B6 daquela quadra residencial, e sócia fundadora da APES, pediu categoricamente, na entrevista, a retirada da torre daquele lugar por provocar transtornos aos moradores tais como barulho de máquinas e ventiladores (mais perceptíveis durante a noite), poluição visual e inconveniência de sua localização.

Ainda sobre o assunto, duas reportagens veiculadas no CorreioWeb nos dias 02 e 03 de fevereiro de 2004, dão a exata dimensão que o problema alcançou no Distrito Federal com a proliferação acelerada dessas estações sem que fosse levada em conta, a condição de Brasília ser tombada como Patrimônio Cultural da Humanidade e estar sujeita a certas normas de preservação urbanística. A primeira delas, sob a manchete “Promotor investiga torres de celular instaladas na capital”, informava que o promotor de Justiça e Ordem Urbanística do Distrito Federal (MPDF), Paulo José Leite, intimou as novas operadoras de telefonia móvel – GVT, Nextel e Brasil Telecom – a prestar esclarecimentos sobre o número de estações de telefonia celular instaladas na área tombada de Brasília. “A reunião será esta terça-feira, às 15h, no mezanino do edifício-sede do MPDF”, informava a reportagem.

Segundo informações da Promotoria da Ordem Urbanística (Prourb), existem mais de 50 antenas de telefonia celular no Plano Piloto. A previsão é de que o número cresça com o aumento de usuários. Para o promotor Paulo José Leite, seria importante que as operadoras compartilhassem as antenas para amenizar o problema.

Já, a segunda notícia, sob a manchete: “Operadoras fazem acordo para reduzir número de antenas de celular no DF”, dava conta de que, pra controlar o crescimento desordenado das antenas de celular no Distrito Federal, as operadoras de telefonia se comprometeram a mapear as torres e fazer o compartilhamento das mesmas dentro de 30 dias. O GDF não dará concessão de área para as operadoras enquanto o mapeamento não for apresentado, dizia a reportagem. Continuando, o artigo registra que “o acordo foi estabelecido nesta terça-feira entre as empresas e o Ministério Público do Distrito federal”. Representantes da Brasil Telecom, GVT e Nextel se encontraram com os promotores e administrador de Brasília, Clayton Aguiar, com objetivo de regularizar a situação das antenas. Segundo a reportagem, na área tombada do DF há mais de 50 delas, muitas, localizadas uma ao lado da outra e que, também em dezembro, representantes da TIM, Claro (antiga Americel) e Vivo passaram pelo mesmo procedimento.

Ao final das gravações para a reportagem no Parque, foram feitas imagens dos participantes e das instalações da torre, combinando-se para a semana seguinte, nova cobertura jornalística na área, dessa vez para denunciar a ocupação do cerrado na parte superior da poligonal, por grupo de carroceiros e catadores autônomos que lá desenvolvem atividades irregulares de seleção do lixo coletado na região.

Posteriormente, por oportunidade de nova Observação Sistemática no local realizada em 16/12/2003, constatou-se que a torre de Telefonia Celular não apresentava mais nenhuma atividade relativa às obras de ampliação. Não havia nenhum vestígio do trabalho de operários na área cercada que protege a ERB, lá permanecendo alguns equipamentos e materiais que viam sendo utilizados nas obras de ampliação. Soube-se, por intermédio do presidente do Conselho de Moradores que esses trabalhos foram embargados judicialmente. Valeu a mobilização.

CAPÍTULO 9 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas observações relatadas no presente estudo e considerando-se os objetivos gerais e específicos propostos para sua execução serão apresentados nesse derradeiro capítulo pontos-chaves dessa reflexão que, no entender do pesquisador, poderão servir de base para as ações futuras do grupo de voluntários que estão a escrever no dia-a-dia a história do Parque Ecológico das Sucupiras. O simples relato dessas etapas, vencidas desde as primeiras iniciativas dos moradores da Quadra 8 daquele setor (1989) até o mutirão em comemoração do primeiro aniversário da Associação (abril/2004), serviu para dar visibilidade a essa história que está apenas começando, pois o objetivo maior ainda não foi alcançado.

Quando se elaborou o projeto de pesquisa, tinha-se em mente relatar as ações desenvolvidas para a criação do parque dentro de um pressuposto que abrangeeria as ações dos atores envolvidos com a questão e a avaliação da degradação existente no local com vistas a propor soluções que pudessem eliminar as causas e minimizar os efeitos já instalados. Essas ações, empreendidas pelos moradores locais, inicialmente de forma voluntária, passaram a ser realizadas de forma mais articulada a partir da constituição da própria Associação. Passou-se a ter uma visão mais criteriosa sobre a situação que se apresentava possibilitando a adoção de estratégias mais eficazes para alcançar os objetivos propostos. A partir daí, estabeleceu-se prioridades e identificaram-se os agentes com que se tinha que lidar para o desenvolvimento do trabalho, surgindo daí as primeiras parcerias estabelecidas entre a Associação e demais atores sociais.

Descreveu-se durante a pesquisa, a caracterização dos impactos causados na área pelo descarte de lixo e entulhos por parte de moradores, tidos como de alto padrão social, comerciantes e carroceiros que prestam serviços a essa população. A situação foi agravada pela presença permanente de grupos de catadores que lá estabeleceram moradia e desenvolvem ainda hoje, atividades de seleção de lixo recolhidos nas próprias RA, devastando o que resta da mata

original. Buscou-se na literatura, experiências que possam subsidiar uma futura recomposição da fisionomia original do cerrado tão logo a área esteja livre dessa população, transcritas para esse trabalho no que se achou pertinente, para que sirva de consulta quanto aos procedimentos mais adequados para minimizar os efeitos já instalados no local.

Diante dessa ocupação, a perspectiva inicial da pesquisa em tratar apenas de aspectos de degradação ambiental, se ampliou, passando a analisar também aspectos sociais revelados com aquela atividade. Tinha-se a partir dessa configuração um problema ambiental e social de grandes proporções no mesmo espaço físico e temporal, e por isso de difícil solução.

Evidenciaram-se na narrativa as iniciativas da Associação em busca de parceiros junto ao poder constituído: Administrações Regionais, GDF, políticos e ONGs para o enfrentamento das questões ambientais e sociais ali instaladas. Das parcerias estabelecidas, surgiram: o projeto de criação do parque apresentado à Câmara Legislativa, pelo deputado distrital Fábio Barcelos, novas perspectivas de solução para a questão dos “invasores” com a aplicação da lei que trata da organização de cooperativas de reciclagem de lixo nas RA, de autoria da deputada distrital Eliana Pedrosa, as intervenções da RA Sudoeste para limpeza e remoção parcial dos catadores com ajuda de outros órgãos do GDF que, apesar de mais freqüentes, tem demonstrado poucos resultados práticos, em função do retorno desses grupos ao local, tão logo as operações terminam e, por último, a evolução nas discussões dos pontos polêmicos da questão, em função da área pretendida para instalação do parque pertencer ao mesmo tempo, à poligonal da Bacia do Paranoá e a do Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade (Unesco), tendo como principais interlocutores, a Comparques e o Iphan.

Nesse ínterim, catalogou-se material jornalístico e fotográfico que relata o movimento comunitário formando acervo documental da história do parque a ser preservado para consultas futuras. Desenvolveu-se durante esse período, mutirões presenciais de limpeza que demonstraram sua eficácia ao reduzirem as áreas degradadas, inibirem a coleta indiscriminada de solo, cascas e sementes das árvores locais e impedirem o tráfego de veículos dentre a mata, já estando

programado a realização de outros até o final do ano, assim como campanhas de mobilização junto aos moradores das RA para angariar novos adeptos para a causa. Essas ações, além de se mostrarem eficazes nos seus propósitos, serviram também para promover a confraternização das pessoas entre si e com a natureza necessidade básica da condição humana, portanto aplicáveis à situações correlatas em outros parques e outros movimentos sociais. Produziram-se ainda, denúncias e manifestações para a remoção dos “invasores” e para a paralisação das obras da torre de Telefonia Celular existente no local. Essas estratégias tiveram ampla repercussão na mídia, que acabaram por se constituir em importante fator de mobilização dessas populações pouco sensibilizadas para as causas ambientais.

A movimentação dos moradores na área, replantando, limpando, cuidando, atraiu a atenção também de especialistas nas várias áreas das ciências ambientais e sociais, interessados em desenvolver trabalhos voluntários voltados para a área do parque que possam envolver a comunidade de estudantes e moradores daquelas RA nas atividades de pesquisa e lazer. As negociações estabelecidas com a APES já estão avançadas com vistas à formação de grupos temáticos para o desenvolvimento desses projetos específicos que implicam, prioritariamente, em inventariar e catalogar espécies para a constituição de futuro plano de manejo e implantação de trilhas interpretativas da flora e fauna local.

Registrou-se durante o período de pesquisa algumas confraternizações do grupo, que não as realizadas nos encerramentos dos mutirões, que serviram para estreitar o relacionamento entre moradores e associados que, por sua vez, precisam ser ampliadas para que motive um número maior de participantes e aumente o círculo de envolvidos com a causa. Quanto ao projeto de capacitar a comunidade em educação ambiental e criar grupos temáticos de usuários do parque para que possam se engajar na recuperação e manutenção de seus atrativos naturais deverá aguardar situação mais propícia quando o parque já estiver constituído e os graves problemas enfrentados com os “invasores” tiver sido superado.

Ao se fazer um balanço das inter-relações dos atores sociais que atuam no

parque, percebe-se que, com relação ao Comparques, por exemplo, o estabelecimento de um clima cordial e profissional que age como facilitador no atendimento das demandas da APES, conforme ficou bem demonstrado ao longo da narrativa. Já com o Ipham, por envolver questões relacionadas à área de tombamento, os assuntos caminham com certa dificuldade, estando pendentes as propostas para cercadura da área e a colocação de placas informativas e educativas na sua periferia para inibir a ação de vândalos. Com relação a outros órgãos governamentais as demandas tem sido resolvidas há seu tempo. Com relação à limpeza regular da área que envolve ações da RA e Novacap, ultimamente, vem sendo realizadas dentro de certos critérios visando a preservação das áreas de mata não impactadas. A questão da área do INMET continua indefinida quanto à mudança de sua destinação. Conforme proposta do GDF, a área verde de cerrado seria ocupada por residências, mesmo depois da apresentação de projeto do deputado distrital Chico Floresta à CLDF que cria uma área de proteção ambiental naquela poligonal. Essa constatação oferece oportunidade para que a sociedade organizada se manifeste contrariamente à proposição, buscando apoio da mídia com vistas à barrar mais essa descaracterização do plano urbanístico original da cidade, num desrespeito à memória de seu idealizador, o arquiteto Lúcio Costa.

As ameaças não cessam. Pelas constatações verificadas no local pode-se afirmar que a simples transformação do parque em área de proteção ambiental via decreto governamental, uma das principais hipóteses desse trabalho e consenso entre os associados da APES, não seria suficiente para inibir as ações predatórias por parte da população de moradores, catadores e carroceiros, tantas são os relatos publicados e aqui descritos a respeito de degradação ocorridas na área, como de resto na grande maioria dos parques ecológicos existentes no DF e UCs em todo o Brasil. O desejável seria que junto com sua criação viesse também a cercadura, a implantação de placas educativas e de alerta contra a prática de crimes ambientais, a implantação de vigilância profissionalizada da área e a parceria de co-gestão com a APES.

Recomenda-se, portanto, a manutenção da mobilização dos voluntários por meio de mutirões e manifestações a exemplo dos realizados anteriormente

com a presença da comunidade local, escoteiros, organismos governamentais e da sociedade em geral, políticos e patrocinadores para garantir a preservação da área enquanto perdurar a tramitação do projeto na CLDF, até para que o nível de degradação não se amplie acarretando desmotivação dos voluntários e tornando inviável sua recuperação.

A percepção pessoal é de que, uma vez vencida essa etapa inicial, o presente trabalho se preste à consulta dos membros da APES, no que couber, quando das discussões técnicas sobre a área, estabelecidas com os órgãos governamentais, políticos e associações de mesmo gênero. Pela sua formatação, constitui-se num acervo das próprias realizações da Associação, se configurando como uma espécie de *curriculum vitae* da organização, disponível para consulta da comunidade de estudantes e pesquisadores como referência de estudos dos fatos típicos e característicos relativos ao Bioma Cerrado, à manutenção de ilhas de vegetação nativa em espaço urbano, dos históricos das RA e da qualidade de vida das populações que coabitam essas Regiões. Que sirva ainda, de incentivo à realização de novas pesquisas que venham preencher lacunas levantadas no presente trabalho relativas a inventários, educação ambiental, usuários do parque e, de forma mais abrangente, sobre as atividades dos catadores e a questão do lixo, potencialmente problemática em todas as cidades.

Finalmente, dizer da satisfação pessoal em ter relatado fatos vivenciados nesses quase quarenta e quatro anos de residência no Cruzeiro. Alguns alvissareiros, os que envolvem aspectos da ocupação urbana do “bairro”, outros, que relatam a perda das características vegetativas da região e a degradação ambiental do lugar, nenhum pouco. Contudo, são detalhes narrados, desde os idos de 1958 até os dias atuais, que passam, nessa oportunidade, a integrar a história pessoal e da grande Região Administrativa em que se transformou aquele pequeno aglomerado de casas brancas, coladas, “plantadas” na imensidão do barro vermelho que um dia se chamou de “Gavião”.

9 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A FOLHA DO MEIO AMBIENTE, **Parque das Sucupiras – A preservação ecológica e história bem ao lado do Eixo Monumental de Brasília**, Coluna: Ecovoluntários, Ano 14, nº 142, Brasília-DF, outubro/2003.

AGÊNCIA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES -ANATEL. Disponível na Internet em: <http://www.anatel.gov.br/comunicacao_movel/smc>, acesso em 19 jun. 2004.

AGÊNCIA CARTA MAIOR, **Rio+10**. Disponível na Internet em: <<http://agenciartamaior.uol.com.br/riomaisdez/>>, acesso em 26 jun. 2004.

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS REUTERS, **Integração do Brasil ao G-7**. Disponível na Internet em: <<http://www.amcham.com.br>>, acesso em 24 jun. 2004.

ASSOCIAÇÃO PARQUE ECOLÓGICO DAS SUCUPIRAS, **Histórico**. Disponível na Internet em: <sucupira@yahoogrupos.com.br>, acesso em 05 dez. 2003.

BRASCHER, James, **Comunicação é fundamental para a mobilização da sociedade**. Entrevista disponível na Internet em: <<http://www.gife.org.br>>, acesso em 12 nov. 2003;

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível na Internet em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao>, acesso em 12 nov. 2003.

BRASIL, **Lei Nº 6.938**, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível na Internet em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Leis>>, acesso em 12 nov. 2003.

BRASIL, **Lei Nº 9.790**, de 23 de março de 1999, que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos como **Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)**, e institui e disciplina o Termo de Parceria. Disponível na Internet em: <http://www.mj.gov.br/snj/oscip_termo.htm>, acesso em 12 dez. 2003.

CAMPOS, Carolina Pompeu de Souza, **Comunicação e ONGs ambientalistas**. Monografia de Graduação. Faculdade de Comunicação da UnB, 2003, 89 p.

CARVALHO, Maria Cecília M. de, **Construindo o Saber**, São Paulo: Papirus, 1994.

CBN, **Invasão de parque**, 17h, em 31 dez. 2003.

CBN, **Reciclagem e coleta seletiva de lixo**, Reportagem CBN, 10h15min., em 15 jun. 2004.

CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO - CET, **Diagnóstico das Atividades de Turismo Realizadas no Espaço Rural do Distrito Federal e em Algumas Áreas do Entorno - Relatório Técnico**, Centro de Excelência em Turismo, Núcleo de Apoio à Competitividade e Sustentabilidade da Agricultura, Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas – DF, Brasília: 2003, 76 p.

CLEAN UP THE WORLD DAY. Disponível na Internet em:
<<http://www.terravista.pt/Guincho/1061cuw.html>>, acesso em 03 dez. 2003.

COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL – CODEPLAN. Disponível na Internet em:
<<http://www.codeplan.df.gov.br/flash/index.htm>>, acesso em 12 NOV. 2003.

COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA – TERRACAP, **Histórico**. Disponível na Internet em: <<http://www.terracap.df.gov.br/index2.htm>>, acesso em 08 jun. 2004.

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL – NOVACAP. Disponível na Internet em: <<http://www.novacap.df.gov.br>>, acesso em 23 maio de 2004.

CONDURÚ E SANTOS, **Plano de manejo**. Disponível na Internet em:
<<http://www.ecolnews.com.br/direitoambiental.htm>>, acesso em 12 jul. 2004.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – CONAMA, [Resolução CONAMA Nº 001, de 05 de junho de 1984](#), que aprova seu Regimento Interno nos termos da Proposição CONAMA Nº 001/84.

CORREIO BRAZILIENSE, **Carroceiros**, reportagem de Conceição Freitas, em 05 jun. 2004.

CORREIO BRAZILIENSE, **Coluna: Distrito Federal**, reportagem de Ana Maria Paixão, em 16 maio 2004.

CORREIO BRAZILIENSE, **Expansão do Sudoeste**, reportagem de Andréa Cordeiro e Ana Maria Campos, em 05 abr. 2004.

CORREIO BRAZILIENSE, **Mutirão de aniversário**, em 26 abr. 2004.

CORREIO BRAZILIENSE, **Sudoeste moradores querem parque**, em 06 jun. 2004.

CORREIOWEB, **Área de cerrado sofre agressões no Sudoeste**, reportagem de Sheila Raposo, de 30/08/2001. Disponível na Internet em:
<http://www.unb.br/acs/acsweb/clipping/agressão_cerrado>, acesso em 03 dez. 2003.

CORREIOWEB, **Catadores de papel fazem protesto no SIA trecho 4**, Coluna: Últimas. Disponível na Internet em:
<<http://www.noticias.correioweb.com.br/ultima=51551>>, acesso em 05 fev. 2004.

CORREIOWEB, **Dia da Árvore motiva protestos**, reportagem de Jefferson Rudy. Disponível na Internet em: <http://www2.correioweb.com.br/cw/EDICAO_20030922/pri_cid_22090375.htm>, acesso em 22 set. 2003.

CORREIOWEB, **Lixão esgotado**, reportagem de Kleber Lima. Disponível na Internet em: <<http://www.noticias.correioweb.com.br/ultimas.htm?codigo=2606003>>, acesso em 14 jun. 2004.

CORREIOWEB, **Mutirão no Sudoeste**, Coluna: Cidades. Disponível na Internet em: <http://www2.correioweb.com.br/cw/EDICAO_20030921/pri_cid_210903-268.htm>, acesso em 21 set. 2003.

CORREIOWEB, **O Parque Nacional de Brasília vai aumentar sua área em 50%**, reportagem de Aline Fonseca e Paola Lima. Disponível na Internet em: <<http://www.noticias.correioweb.com.br/ultimas.htm?codigo=2604631>>, acesso em 31 maio 2004.

CORREIOWEB, **Operadoras fazem acordo para reduzir número de antenas de celular no DF**. Disponível na Internet em: <<http://www.noticias.correioweb.com.br/ultima>>, acesso em 03 fev. 2004.

CORREIOWEB, **Parque da Asa Sul**. Disponível na Internet em: <<http://www.noticias.correioweb.com.br/ultima>>, acesso em 09 set. 2003.

CORREIOWEB, **Preservação, um mutirão pelo cerrado**, reportagem de Rodrigo Rangel. Disponível na Internet em: <<http://www.noticias.correioweb.com.br/ultima>>, acesso em 19 nov. 2003.

CORREIOWEB, **Promotor investiga torres de celular instaladas na capital**. Disponível na Internet em: <<http://www.noticias.correioweb.com.br/ultima>>, acesso em 02 fev. 2004.

DFTV, **Área do cerrado, prevista para virar parque ambiental está sendo destruída**, 1ª Edição, 12h40min., em 02 set. 2003.

DFTV, **Mutirão de Aniversário**, 1ª Edição, em 26 abr. 2004.

DFTV, **Torre de telefonia celular**, 1ª Edição, em 02 dez. 2003.

DICIONÁRIO AMBIENTAL, **Degradação Da qualidade ambiental**. Disponível na Internet em: <<http://www.ecolnews.com.br/direitoambiental.htm>>, acesso em 29 jun. 2004.

DICIONÁRIO AMBIENTAL, **Inventário de espécies**. Disponível na Internet em: <<http://www.ecolnews.com.br/direitoambiental.htm>>, acesso em 29 jun. 2004.

DICIONÁRIO AMBIENTAL, **Plano de manejo**. Disponível na Internet em: <<http://www.ecolnews.com.br/direitoambiental.htm>>, acesso em 12 jul. 2004.

DIEGUES, Antonio Carlos, **As Representações do Mundo Natural, o Espaço Público, o Espaço dos Comunitários e o Saber Tradicional**, in O Mito Moderno da Natureza Intocada, São Paulo: HUCITEC, 1996, p. 63-73.

DIRETORIA DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO DF – DePHA, **Cidades: Patrimônio Cultural da Humanidade**, Brasília: Secretaria de Cultura do GDF.

DISTRITO FEDERAL, **Lei Nº 3.234**, de 3 de Dezembro de 2003, que institui a Política de Gestão de Reciclagem de Resíduos Sólidos da Construção Civil e dá outras providências. Disponível na Internet em: <<http://www.elianapedrosa.com.br/noticia.html/119>>, acesso em 08 jun. 2004.

DISTRITO FEDERAL, **Lei Nº 0203**, de 02 de março de 2003, que cria o Parque Ecológico e de Uso Múltiplo da Asa Sul. Disponível na Internet em: <http://www.augustocarvalho.com/projetos_lei/default.asp>, acesso em 12 jun. 2004;

EITEN, George, **Vegetação Natural do Distrito Federal**, Brasília: SEBRAE/DF, 2001, 162 p.

FARIAS, Dóris Santos, **Módulo: Planejamento do Turismo Sustentável, Instrumento de Avaliação Final**, Brasília: Centro de Excelência em Turismo da UnB, 2004, (notas de aula).

FELFILI, Jeanine Maria, **Plantas da APA Gama e Cabeça de Veado: espécies, ecossistemas e recuperação**, Brasília: Universidade de Brasília, departamento de Engenharia Florestal, 2002, 52 p.

FONSECA, Fernando Oliveira, **Olhares sobre o Lago Paranoá**, Brasília: Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, 2001, 425 p.

HOROWITZ, Christane, **Trilha da Capivara: Parque Nacional de Brasília**, Brasília: IBAMA, 2001, 64 p.

III SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DIREITO AMBIENTAL, Série Cadernos do CEJ - Centro de Estudos Judiciários; v. 21, do Conselho da Justiça Federal. Brasília: CJF, 2002, 162 p.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. Disponível na Internet em: <<http://www.iphan.gov.br/news/noticias.htm>>, acesso em 08 jun. 2004.

INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA – INMET. Disponível na Internet em: <www.inmet.gov.br>, acesso em 07 jun. 2004.

JORNAL DA GLOBO, da Rede Globo de Televisão, **Investimentos na**

Transamazônica, veiculada em 03/03/2004.

JORNAL DA VERDADE, **Cuide para ter futuro**, Ano V, nº 52-E, ed. março/2004.

JORNAL DA VERDADE, **Mais apoio para o parque**, ed. março/2004.

JORNAL DA VERDADE, **Região terá parque ecológico**, ed. maio/2003.

JORNAL DE BRASÍLIA - JBr., **Resíduos sólidos**.

JORNAL DE BRASÍLIA - JBr., **Notícias e Destaques**. Disponível na Internet em: <<http://www.reciclaveis.com.br/hist/reci.htm>>, acesso em 06 dez. 2003.

JORNAL REGIONAL, **Sudoeste quer que cerrado vire parque**, Coluna: Lado Ecológico, 1ª Quinzena, junho/2003.

JORNAL VIRTUAL. Disponível na Internet em: <<http://www.condominios.com.br/noticias/jornal>>, acesso em 07 jun. 2004.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, M. de Andrade, **Metodologia do Trabalho Científico**, São Paulo: Atlas, 1983.

LANGENBACH, Mirian (org.), **Bairro: Um território de luta**, in A Rede Ecológica: Um Guia de Educação Ambiental, Rio de Janeiro: PUC, Programa de Vídeos Ecológicos, 1997.

LAVILLE, Christian e DIONNE, Jean, **A Construção do Saber: Manual de Metodologia da Pesquisa em Ciências Humanas**, trad. Heloísa Monteiro e Francisco Settineri, Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LISTA TELEFÔNICA DE INFORMAÇÕES COMERCIAIS 610 – LISTEL, **Distrito Federal**, São Paulo: Listel – Listas Telefônicas Ltda, Junho de 2003 a Maio de 2004, 660 p.

MAPA TURÍSTICO DE BRASÍLIA, **Brasil: Muito mais do que você imagina**, Brasília: Secretaria de Turismo – GDF, 2003/2004;

MARSICANO, Kátia, **O “ano da virada” do cerrado**, E-mail enviado por Luciana Lopes, moderadora do Grupo de discussão virtual Ecoturismo-cet, para <ecoturismo-cet@yahoogrupos.com.br> acesso em 03 jan. 2004, 19h18min.

_____, **O verde merece respeito**, Coluna: Meio Ambiente. Disponível na Internet em: <<http://www.webdaqui.com.br/canais%5Csociedadecivil/coluna>>, acesso em 05 nov. 2003.

_____, **Parque Ecológico da Asa Sul**, Coluna: Meio Ambiente. Disponível na Internet em: <<http://www.webdaqui.com.br/canais%5Csociedadecivil/coluna>>, acesso em 17 set. 2003.

_____, **Pensando no que vem depois**, Coluna: Meio Ambiente. Disponível na Internet em: <<http://www.webdaqui.com.br/canais%5Csociedadecivil/coluna>>, acesso em 11 nov. 2003.

_____, **Sinal de primavera**, Coluna: Meio Ambiente. Disponível na Internet em: <<http://www.webdaqui.com.br/canais%5Csociedadecivil/coluna>>, acesso em 02 out. 2003.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, **Floresta Tropicais e a mentira da propaganda**, Projeto Ensino à Distância. Disponível na Internet em: <http://www.on.br/sitiedu/distss/modulo>, acesso em 07 jun. 2004.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Disponível na Internet em: <http://www.mj.gov.br/snj/oscip_termo.htm>, acesso em 12 dez. 2003.

MITRAUD, Sylvia (org.), **Manual de Ecoturismo de Base Comunitária: ferramentas para o planejamento responsável**, WWF Brasil, 2003, 428 p.

MONTORO, Tânia Siqueira (org.), **Cultura do turismo: desafios e práticas socioambientais**, Brasília: Thesaurus, 2003, 208 p.

_____, **Módulo: Projeto de Pesquisa em Ecoturismo**, Brasília: Centro de Excelência em Turismo da UnB, 2004, (notas de aula).

MYERS, Norman, **Hot spots**, 1998. Disponível na Internet em: <<http://www.icb.ufmg.br/~franc/cpnservacao/historico.htm>>, acesso em 08 jun. 2004.

NOVAES, Marlene Huebes, **Atividades ecoturísticas e educação ambiental**, in BARRETO, Margarita, e TAMANINI, Elizabete (orgs.), Redescobrimo a Ecologia no Turismo, Caxias do Sul: EDUSC, 2002. 131 p.

O NOME DO PARQUE. Disponível na Internet desde 15/05/2003, em: <www.ronantes.net/dizem>, acesso em 02 dez. 2003.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA - UNESCO, **Vegetação do Distrito Federal: tempo e espaço**, 2. ed., Brasília: UNESCO, 2002, 80 p.

PADUA, Suzana Machado; LOPATA, Jadwiga; SWAMY, S. L. N.; RAVENDRA, Venkatesh, trad. Ana Bustamante, **Ecoturismo e Conservação da Natureza**, in ROURE, Mônica de, e PADUA, Suzana Machado (orgs.), Empreendedores sociais em ação, São Paulo: Cultura Eds., 2001, p. 25-32.

PELLEGRINI, Américo, **Ecologia, Cultura e Turismo**, São Paulo: Papyrus, 1993. REGIÃO ADMINISTRATIVA DO CRUZEIRO – RA XI, **Histórico**. Disponível na Internet em: <http://www.cruzeiro.df.gov.br/menu_principal.htm>, acesso em 10 nov. 2003.

REGIÃO ADMINISTRATIVA DO SUDOESTE/OCTOGONAIIS – RA XXII, **Histórico**. Disponível na Internet em: <<http://www.setorsudoeste.com.br>>, acesso

em 08 jun. 2004.

REVOLUÇÃO INDUSTRIAL. Disponível na Internet em:

<www.conhecimentosgerais.com.br/tecnologia/revolucao-industrial.htm>, acesso em 26 abr. 2004.

RIBEIRO, Luciana, **Amigos carroceiros, cidadãos brasileiros**. Disponível na Internet em: <www.ucb.br/comsocial/ccs/disciplinas/fotojornalismo>, acesso em 06 jun. 2004.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. Disponível na Internet em:

<<http://www.scs.df.gov.br/>>, acesso em 07 jun. 2004.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, **Lixo e cidadania**. Disponível na Internet em: <<http://www.districtofederal.df.gov.br/>>, acesso em 07 jun. 2004.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL: Agência Brasília de Notícias, **EXPOSIÇÃO - Comparques incentiva a preservação do meio ambiente na Expotchê**. Disponível na Internet em:

<http://www.districtofederal.df.gov.br/003/00301009.asp?ttCD_CHAVE=3659>, acesso em 06 jun. 2004.

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HIDRICOS. Disponível na Internet em: <<http://www.semarh.df.gov.br/>>, acesso em 08 jun. 2004.

TERCEIRO SETOR, **Quem somos?** Disponível na Internet em:

<<http://www.terceirosetor.org.br/quemsomos/index.cfm?page=terceiro>>, acesso em 03 jul. 2004.

TORO, José Bernardo, e WERNECK, Nísia Maria Duarte, **Mobilização Social: um modo de construir a democracia e a participação**, Brasil: UNICEF, 1996.

UNB AGÊNCIA, Cavalos Sadios, Por dentro da UnB, veiculada em 02/2003.

Disponível na Internet em: <www.unb.br/acs/acsweb>, acesso em 06 jun. 2004.

VALOR ONLINE, São Paulo, em 31/04/2004. Disponível na Internet em:

<<http://noticias.uol.com.br/economia/ultnot/valor/2004/03/31/ult1913u5170.jhtm>>, acesso em 12 jul. 2004.

VEJA, **Brasil**, Coluna: Radar de Lauro Jardim. Editora Abril, ed. 1.861, Ano 37, nº 27, de 07 de julho de 2004.

VELLASCO, Ana Maria de Moraes Sarmiento, **Manual de Orientação para a Produção de Textos Acadêmicos**, Brasília: Centro de Excelência em Turismo, UnB, 2003. Disponível na Internet em: <<http://www.unb.br/cet>>, acesso e impressão em 29 nov. 2003.

YELLOWSTONES PARK. Disponível na Internet em:

<<http://www.nps.gov/yell/press>>, acesso em 26 JUN. 2004.